



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO MESTRADO ACADEMICO EM DEMANDAS
POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS – PPGDIRE

LUCIANA RIBEIRO DA CRUZ

**PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA E
VULNERABILIDADE PARENTAL EM ARAGUAÍNA-TO, AMAZÔNIA LEGAL**

Araguaína, TO

2022

LUCIANA RIBEIRO DA CRUZ

**PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA E
VULNERABILIDADE PARENTAL EM ARAGUAÍNA-TO, AMAZÔNIA LEGAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Subárea de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Pontes Borges.

Araguaína, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C957p Cruz, Luciana Ribeiro da.
Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal. / Luciana Ribeiro da Cruz. – Araguaína, TO, 2022.
178 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2022.
Orientadora : Thelma Pontes Borges
1. Primeira infância. 2. Vulnerabilidade parental. 3. Intervenções urbanas.
4. Araguaína Tocantins, Amazônia Legal. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUCIANA RIBEIRO DA CRUZ

**PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA E
VULNERABILIDADE PARENTAL EM ARAGUAÍNA-TO, AMAZÔNIA LEGAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - Campus Universitário de Araguaína, Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: **05/07/2022**

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 THELMA PONTES BORGES
Data: 13/07/2022 19:54:07-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Thelma Pontes Borges (Orientadora PPGDIRE/UFNT)

Documento assinado digitalmente
 THELMA PONTES BORGES
Data: 13/07/2022 19:56:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho (membro interno- PPGDire/UFNT)

Documento assinado digitalmente
 THELMA PONTES BORGES
Data: 13/07/2022 19:57:28-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr.^a Luciana Butzke (membro externo/Universidade Regional de Blumenau)

Dedico essa dissertação a Deus. A minha família, de maneira afetuosa aos meus dois filhos: Miguel Ângelo Cruz Silveira e Gabriel Arcanjo Cruz Silveira. Ao meu companheiro, Miguel Rodrigues Silveira, por compreender e, mesmo com muitas críticas, aceitar a necessidade dos estudos neste momento da minha vida. Aos meus dois sujeitos parentais, Luiza Ribeiro e Olimpio Menezes da Cruz, que mesmo com seus laços matrimoniais rompidos, se dispuseram a mim, concedendo cuidados e afetos, rezando, olhando meus filhos para eu poder estudar e trabalhar, conciliar o labor acadêmico com o profissional e com o pessoal. À eles, por confiar em mim e dizer que eu seria capaz de vencer, novamente! E por ensinar-me a vencer os obstáculos da vida com muita humildade.

9 meses (Oração do Bebê)
Barbara Dias

Um mês e o tempo voa, eu já sou
E você nem descobriu
São dois e chega perto, mas eu ainda sou
Pequeno demais, viu
Três meses e o tormento
Esse teu sofrimento eu também já posso sentir
Vê se aquieta o coração, pra quando eu sair daqui

Talvez eu dê trabalho, uma vida de despesas
Mas por favor me deixa ficar
E se por um acaso eu não tiver seus olhos
Você ainda vai me amar
Eu sei que a ansiedade é quase uma inimiga
Mas eu não quero ser confusão
Então por favor me deixa na sua vida
Mas vê se aquieta o seu coração

Se é tempestade, todo medo
Se for arrependimento por favor tira daí
Você ainda não me tem inteiro
Nem me conhece direito, mas já posso te ouvir
E quando a barriga for crescendo
Você ainda vai ser linda eu nem preciso te ver
Seca o choro e fica aqui comigo
Que até assim tristinha, eu já sei
Que eu amo você

Quatro meses tempo, eu te imploro paciência
Eu vim do céu por causa do amor
No quinto faltam quatro e eu aposto que os presentes
Já tão vindo em rosa ou azul
E quando chega o sexto, todo mundo já vê
Que você não anda sozinha
No sétimo eu já tenho lencinhos com meu nome
Desculpa pai, mas ela é só minha

Oitavo mês aguenta, que eu já tô chegando
Só quero um jeito de te encontrar
No nono vem a pressa, a dor, o choro, a gente
Desculpa você ter que sangrar
E por mais uns anos, você vai fazer planos
Pensando se eles servem pra mim
E eu vou te acordar bem de madrugada
Você vai me amar mesmo assim
O meu primeiro passo vai ser no seu abraço
Me segura quando eu cair
E no final do dia é só a tua voz
Que vai poder me fazer dormir

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é um presente concedido por Deus. Uma conquista apoiada por muitos Outros que se fizeram e continuarão a fazer parte do meu livro da vida... Sim, não seria eu, Luciana Cruz, se não começasse os agradecimentos contando uma “historinha”, afinal, sou mãe de duas crianças lindas, minhas duas joias raras, pequenos munícipes de Araguaína e faço esta prática (conto de histórias) todas as noites antes de colocar meus sujeitos do cuidado para dormir, ainda, na minha missão de sujeito cuidador ao exercer meu labor profissional enquanto professora de “quexe”... Sim, foram dias de luta, com “TUDO SOB O CONTROLE”... Mas para que houvesse esse “controle”, muitos tiveram que se envolver no percurso. Estes sujeitos possuem uma identidade e são para eles que deixarei registrado os meus sinceros agradecimentos:

Ao quarteto que com muita certeza e permissão de Deus realizaram a minha inscrição no PPGDire registro a minha gratidão. Foram eles que vibraram comigo em todas as etapas da seleção, eles vibravam e eu travava... Confesso, sempre tive muito medo! Mas, eu nunca fui de desistir... Jamais deixei que meus medos sufocassem os meus sonhos. Sim, foram eles: Donizete de Melo, Leicijane Barros, Nádyá Reis e Waleks S. Silva. Eu disse: - “não”, mas mesmo assim eles falaram: - “você vai sim” ... E foi!!! À minha amiguinha Val (Valdirene Frazão) obrigada por me ajudar a remar... Meus amigos, obrigada pela inserção em uma pesquisa tão favorável ao meu crescimento pessoal, acadêmico, cultural e profissional. Enfim, nós conseguimos!

À minha ORIENTADORA LINDA, Prof.^a Dr.^a. Thelma Pontes Borges, eu não tenho palavras para expressar os meus eternos agradecimentos. Denominei-a de orientadora linda desde o primeiro dia que a vi (ainda no formato de ensino virtual). Muito antes de termos um laço de Orientadora e Orientanda, eu pedi a Deus: - “Senhor ensina-me a amar a minha orientadora e fizeti com que ela me ame também” ... E bem logo os laços foram se formando. Não sei se ela aprendeu a me amar kkkk, mas a voz dela me acalma, acalenta o meu coração, meus pensamentos e minhas loucuras... Confesso que foi ela, a Dr.^a. Thelma Pontes Borges, que ficou com a parte mais difícil... Além de orientadora, ela foi psicóloga, psiquiatra, amiga, companheira, confidente... Foi a Dr.^a. Thelma Pontes Borges que, com muita tranquilidade, ensinou-me a buscar forças onde eu não mais tinha, a buscar conhecimentos e juntas trilharmos, dia a dia, a nossa pesquisa. Ela me aceitou em um dos momentos mais difíceis da minha vida. Sim, nós temos segredos para além dos descritos desta dissertação! Segredos e

verdades que somente com ela tive conforto e segurança para dividir... “Não me abandones, você já tem o meu laudo, mas não me abandones. A senhora já conhece parte de minhas fraquezas, pois eu verdadeiramente contei para senhora, mas por favor não me abandones”. E ela, minha orientadora linda, não me abandonou!

Ao secretário da pasta da SEMASTH por autorizar o acesso as informações desta pesquisa e, de maneira muito carinhosa, à coordenação da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima, na pessoa da Sra. Giliana Zeferino Leal Mendes, “minha irmã mais velha”, por me acolher tão bem durante todo o período da coleta de dados.

Aos professores do PPGDire registro os meus sinceros agradecimentos. “Se chorei ou se sorri, o importante é que emoções eu vivi”. Procurei viver intensamente cada momento de aprendizado que o corpo docente do programa de pós-graduação se dispôs a ofertar: manhãs, tardes e noites. E era nas muitas madrugadas (depois que as crianças dormiam) que eu tentava colocar em prática o transposto nas aulas. Alegrias, desespero, confiança, ansiedade, pequenos surtos diários! Contudo, durante todo o percurso estive aos cuidados de professores de exímia sapiência: Prof. Dr. Adimilson Renato da Silva; Prof. Dr. Edi Augusto Benini; Prof. Dr. João de Deus Leite; Profa. Dra. Lilyan Rosmery Luizaga; Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho; Prof. Dr. Wallace Rodrigues; Profa. Dra. Sabrina Guimarães Paiva; Profa. Dra. Thelma Pontes Borges (com quem cursei disciplinas) e demais professores do corpo docente, gratidão pelos aprendizados, pelas orientações, pelas memórias construídas, por despertarem em mim o que estava adormecido: a vontade de estudar, de viver e experienciar o conhecimento, de retornar a UFNT e mais uma vez: lutar!

Aos professores partícipes das bancas de qualificação e defesa: Dr. João de Deus; Dr. Lauro Santos Pinheiro; Dra. Luciana Butzke; Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho; Dra. Sabrina Guimarães Paiva, que de maneira muito primorosa contribuíram para elaboração e construção de novos conhecimentos, com indicação de leituras, orientações para que houvesse a organização e correções nas escritas do texto, registro, os meus melhores agradecimentos.

Profa. Dra. Sabrina Guimarães Paiva (membro interno- PPGDire/UFNT), em sua fala a senhora mencionou as palavras “zelo” e “cuidado”, ressaltando que foram estes dois presentes que recebi da senhora todas as vezes que busquei ajuda, algumas vezes em horários e em dias

indevidos, mesmo antes de nós nos encontramos na disciplina de análise quantitativa, lembra? A senhora estava de férias... Mas, mesmo assim compartilhou tantos conhecimentos. Muito obrigada por acolher-me, orientar-me e, claro, apresentar-nos com tanta leveza e maestria o Software Statistical Package for Social Sciences – SPSS.

A Profa. Dra Luciana Butzke (membro externo/Universidade Regional de Blumenau) os nossos agradecimentos pela disponibilidade em avaliar a nossa pesquisa, pelo carinho e por ter aceito o convite de fazer parte desta militância pela infância. Por contribuir e potencializar nosso estudo com tanta serenidade, profissionalismo e intelectualidade. Confesso que sentimo-nos muito privilegiadas por ter tido a senhora na banca de qualificação e defesa.

Ao Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho (membro interno- PPGDire/UFNT), pela prontidão em avaliar a nossa pesquisa e por aceitar participar da banca de defesa, contribuindo com importantes discussões. Tivemos momentos indelévels, que ficarão na memória e no coração.

Aos meus colegas de turma, melhor turma do PPGDire, recebam meus agradecimentos e carinho pela amizade edificada. Às minhas best friends: Priscila Novais e Edna Castro, obrigada por me ouvirem e pelas “figurinhas” trocadas durante todo o mestrado. Saibam que a amizade é recíproca.

Aos colegas de departamento e de trabalho que me deram apoio, até mesmo aos que disseram que eu iria ficar “louca” com esse “mestrado”, meu muito obrigada. Confesso que são nas minhas maiores loucuras que encontro a calma e a lucidez.

Não poderia esquecer de ratificar o afeto aos meus sujeitos parentais, ao meu companheiro Miguel Rodrigues pelo apoio a mim concedido (mesmo que forçado) e a minha irmã Lucélia Cruz, por muitas vezes não deixar meus filhos desassistidos enquanto eu estava a estudar.

Nenhum dos sujeitos supracitados me disseram que cursar um mestrado na UFNT seria fácil, sempre esclareceram que eu precisaria de muita dedicação e esforço, que muitas vezes eu, possivelmente, teria que aprender a priorizar, mas que no final daria tudo certo! Obrigada por acreditarem em mim, e assim “juntos” estamos findando essa etapa. E que venham muitas outras com a permissão e bênçãos de Deus. Obrigada meu Deus por tudo.

RESUMO

É na primeira infância, período da vida compreendido desde a concepção até os seis anos de idade, que urge a indispensabilidade de investimentos para que se alcance os cuidados, a atenção, a proteção e os vínculos afetivos necessários à constituição da subjetividade, ao crescimento saudável e ao desenvolvimento físico, psíquico, emocional, cognitivo, motor, social e cultural do *infans*. Filiada aos debates da Fundação Bernard Van Leer e a teorias da psicanálise, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise espacial da vulnerabilidade parental no município de Araguaína, bem como identificar os equipamentos e os espaços públicos potenciais e promotores do desenvolvimento infantil, com ênfase na primeira infância e em seus adultos responsivos. O estudo caracteriza-se como quantitativo ao que se refere as estatísticas e as características descritivas dos dados das crianças em situação de vulnerabilidade parental, residentes temporariamente em uma instituição pública que atua como abrigo temporário, em Araguaína. Ademais, qualitativo, no que concerne aos equipamentos observados nas proximidades da área de maior desenlace parental. Os resultados, apontaram que a área de maior incidência desse desenlace parental, em Araguaína, foi o Loteamento Araguaína Sul. Esse setor apresenta equipamentos que atendem a comunidade local, em sua maioria, pensados na primeira infância, dentre eles: um Centro de Educação Infantil (CEI), um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), uma praça de artes e esportes, unificada (Praça CEU) e uma Unidade Básica de Saúde em construção. Contudo, o espaço notado e observado, assim como outros setores e bairros da cidade, ainda necessitam de intervenções, de novas implementações e de políticas públicas urbanas específicas e de apoio ao sujeito que acompanha o bebê e a criança da primeira infância. A guisa de encerramento, conclui-se que a cidade de Araguaína, tem avançado em crescimento populacional, de infraestrutura, de economia, de educação e de saúde, entretanto ainda não supre, de fato, as expectativas do desenvolvimento urbano no que diz respeito às crianças de até 72 (setenta e dois) meses de idade.

Palavras-chave: Primeira infância. Vulnerabilidade parental. Intervenções urbanas. Araguaína Tocantins, Amazônia Legal.

ABSTRACT

It is in early childhood, a period of life ranging from conception to six years of age, that it is essential to invest in order to achieve the care, attention, protection and affective bonds necessary for the constitution of subjectivity, for healthy growth. and to the physical, psychological, emotional, cognitive, motor, social and cultural development of children. Affiliated to the debates of the Bernard Van Leer Foundation and theories of psychoanalysis, the present study aims to carry out a spatial analysis of parental vulnerability in the municipality of Araguaína, as well as to identify the equipment and public spaces that are potential promoters of child development, with an emphasis on early childhood and their responsive adults. The study is characterized as quantitative in terms of statistics and descriptive characteristics of data from children in a situation of parental vulnerability, temporarily residing in a public institution that acts as a temporary shelter, in Araguaína. In addition, qualitatively, with regard to the equipment observed in the vicinity of the area of greatest parental denouement. The results showed that the area with the highest incidence of this parental outcome, in Araguaína, was the Araguaína Sul Subdivision. This sector has equipment that serves the local community, mostly designed for early childhood, they are: an Early Childhood Education Center (CEI), a Social Assistance Reference Center (CRAS), an arts and sports square, unified (CEU Square) and a Basic Health Unit under construction. However, the noticed and observed space, as well as other sectors and neighborhoods of the city, still need interventions, new implementations and specific urban public policies and support to the subject who accompanies the baby and the early childhood child. By way of closing, it is concluded that the city of Araguaína has advanced in population growth, infrastructure, economy, education and health, however, it still does not, in fact, meet the expectations of urban development with regard to children up to 72 (seventy-two) months of age.

Keywords: Early childhood. Parental vulnerability. Urban interventions. Araguaína Tocantins, Legal Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01 – Estrutura da dissertação	31
Figura 02 - Rodovia Belém-Brasília - BR-153, em Araguaína Tocantins	47
Figura 03 - Modelo ecológico de Bronfenbrenner	71
Figura 04 - Proximidade e acesso dos bens, serviços, equipamentos e materiais públicos voltados a infância.....	74
Figura 05 - Localização geográfica da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima e da Casa Lar, em Araguaína Tocantins	96
Figura 06 - Serviços e equipamentos públicos comunitários localizados no Loteamento Araguaína Sul	140
Figura 07 - Equipamentos públicos comunitários observados	141
Figura 08 - Serviços e equipamentos evidenciados a partir do ponto fixo da observação	142
Figura 09 - Garantias e direitos da primeira infância, observados no Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça CEU)	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População brasileira segundo o Brasil, a Região Norte, o Estado do Tocantins e o município de Araguaína	39
Tabela 02 - Unidades Federativas da naturalidade das crianças da primeira infância, em situação de vulnerabilidade parental	113
Tabela 03 - Distribuição dos acolhidos (n = 352) por gênero em cada ano	117
Tabela 04 - Distribuição da proporção de crianças da primeira infância de acordo com o gênero	117
Tabela 05 - Análise da distribuição da configuração parental em relação as etapas da infância	121
Tabela 06 - Análise da distribuição dos motivos do acolhimento em relação ao gênero na amostra dos acolhidos do presente estudo (2008 - 2021)	123
Tabela 07 - Distribuição da vulnerabilidade parental na primeira infância de acordo a cidade de origem do acolhimento	129
Tabela 08 - Distribuição da vulnerabilidade parental na primeira infância, em Araguaína -TO e de acordo os setores e bairros identificados em pesquisa	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução da populacional total do Brasil e da população da primeira infância, em Araguaína Tocantins	40
Gráfico 02 - Total de Acolhimentos, em Araguaína Tocantins	108
Gráfico 03 - Número de acolhidos na cidade média de Araguaína: primeira infância	109
Gráfico 04 - Quantidade de acolhidos na primeira infância de e acordo com a idade e com o gênero, ano 2008 a 2021	111
Gráfico 05 - Gênero dos Acolhidos na Primeira Infância	116
Gráfico 06 - Proporção de crianças da primeira infância de acordo o gênero	118
Gráfico 07 - Distribuição dos arranjos familiares das crianças da primeira infância acolhidas em Araguaína Tocantins	120
Gráfico 08 - Distribuição da proporção de crianças acolhidas em Araguaína Tocantins (2008 a 2021), de cordo com a sua configuração parental e etapa da infância	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Órgãos intersetoriais de apoio a primeira infância em Araguaína-TO	42
Quadro 02 - Tipos de cidade e suas potencialidades	62
Quadro 03 - Eixos de intervenção urbana de benefício às infâncias e às interações positivas	66
Quadro 04 - Associação entre a abordagem do problema e as técnicas utilizadas na pesquisa	105
Quadro 05 - <i>Behavior Settings</i> ocorridas no ponto fixo de observação	139
Quadro 06 - Elementos favoráveis e elementos adversos, evidenciados no campo de observação.....	147
Quadro 07 - Descrição das variáveis de conforto parental	149

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização de Araguaína Tocantins, na Amazônia Legal	36
Mapa 02 - População Brasileira segundo os Grupos Etários e as Grandes Regiões, com recorte espacial em Araguaína Tocantins	39
Mapa 03 - Localização de Araguaína Tocantins e seus limites territoriais	44
Mapa 04 - Naturalidade dos vulneráveis parentais em Araguaína – TO, por Unidade da Federação e de acordo o gênero (Anos 2008 a 2021)	114
MAPA 05 - Fluxo de vulneráveis parentais da primeira infância, em Araguaína – TO	130
MAPA 06 - Fluxo de vulneráveis parentais para a Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima - C.A.A.C.T.L., ano 2008 a 2021	135
MAPA 07 - Distribuição dos vulneráveis parentais por gênero e por bairro e setor de Araguaína -TO	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

% - Porcentagem.

≅ - valor aproximadamente/aproximadamente

ABA – Associação Beneficente Ágape.

ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos.

Art. - Artigo.

ASCOM - Assessoria de Comunicação Prefeitura de Araguaína

BCCs - Bebês, Crianças mais novas e Cuidadores.

CAACTL - Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.

CDC - Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CEIs - Centros de Educação Infantil

CF- Constituição Federal.

CN - Certidão de Nascimento.

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CPF - Cadastro de Pessoa Física.

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

CT - Conselho Tutelar.

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente.

Fem. - Feminino.

GNE - Genitora.

hab/km² - Habitantes por Quilometro quadrado.

HMDO - Hospital Maternidade Dom Orione

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social.

km² - Quilômetros quadrado.

m - Metros.

Masc. - Masculino.

MP - Ministério Público.

n° - Número.

O - Longitude.

°C - Graus Celsius (temperatura).

ONG - Organização Não Governamental.

ONU - Organização Mundial das Nações Unidas.

P.I. - Primeira Infância

PIUs - Projetos de Intervenção Urbana.

PMPI - Plao Municipal da Primeira Infância.

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PPGDire - Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

PPP - Projeto Político Pedagógico.

RG - Registro Geral.

RN - Recém-nascido.

RNPI - Rede Nacional da Primeira Infância.

S - Latitude.

SEMASTH - Secretária de Ação de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Araguaína.

SPSS - *Software Statistical Package for Social Sciences.*

TO - Estado do Tocantins.

UBS - Unidade Básica de Saúde

UF - Estados da Federação.

UF - Unidade da Federação.

UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins.

UNICEF - Fundação das Nações Unidas para a Infância.

XXI - Século Vinte e Um.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
OBJETIVOS	30
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	31
1. INFÂNCIA NO BRASIL	34
1.1. A infância no Brasil e na Amazônia Legal	34
1.2. A infância na Região Norte e em Araguaína - TO	38
1.3. Histórico e caracterização de Araguaína	43
2. PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	53
2.1. Os investimentos na primeira infância.....	53
2.2. Políticas urbanas: remodelando a cidade para a infância e para a sociedade	64
2.3. Os direitos da criança e o seu desenvolvimento na cidade	76
3. PARENTALIDADE	87
3.1. A parentalidade e o desenvolvimento infantil	87
3.2. A vulnerabilidade parental no contexto da cidade	93
4. METODOLOGIA	95
4.1. Método e sistematização da pesquisa	95
4.2. Estratégias Metodológicas	102
4.2.1. Da primeira etapa da pesquisa: incidência da vulnerabilidade parental	103
4.2.2. Da segunda etapa da pesquisa: observação não participante dos equipamentos públicos comunitários e espaços favorecedores da primeira infância	104
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	106
5.1. Mapeamento da Vulnerabilidade Parental	106
5.1.1. Do número de acolhimentos e dos acolhidos na primeira infância, em Araguaína -TO	106
5.1.2 Da idade dos acolhidos na primeira infância	111
5.1.3 Da naturalidade dos acolhidos na primeira infância	112
5.1.4 Do gênero dos acolhidos e da especificação da faixa etária: testando significâncias no SPSS	115
5.1.5 Da configuração parental e dos motivos do acolhimento: o abandono como um motivo significativo	119
5.1.6 Dos setores e bairros de origem da criança acolhida	128
5.2. Mapeamento, observação do espaço urbano e dos equipamentos públicos comunitários existentes no loteamento de maior incidência da vulnerabilidade parental	137

5.2.1. Da observação do loteamento e dos equipamentos públicos comunitários existentes	137
5.2.2. Do preenchimento do protocolo de análise	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE 1 - QUADRO SUPLENETAR	169
APÊNDICE 2 - TABELAS SUPLEMENTARES	170
APÊNDICE 3 – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO	172
ANEXOS	173
APENSO: Documento sugestão para a prefeitura de Araguaína	175

INTRODUÇÃO

De acordo com o Art. 2, Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016, a primeira infância trata-se da fase que integra os primeiros seis anos completos ou 72 meses iniciais de vida. Período compreendido desde a fase da gestação da criança - no ventre materno - até os 06 (seis) anos de idade, um momento crucial à formação das estruturas, dos circuitos cerebrais basilares, do desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional da criança. Trata-se da fase em que a genitora (mãe) deve receber atenção e cuidados durante e pós a gestação, para que possa fortalecer os vínculos afetivos, protetivos e exercer a parentalidade junto ao seu sujeito infantil de responsabilidade (BRASIL, 2016; NCPI, 2021; RNPI, 2020-2021).

É na primeira infância que são consubstanciados os vínculos basilares e os estímulos perceptivos de si próprio, do ambiente externo por meio de diferentes espaços e do outro, bem como estabelecidas as primeiras interações junto aos sujeitos responsivos, também denominados de cuidadores parentais e, quando opcional (0 aos 03 anos de idade) ou obrigatório (04 e 05 anos de idade), em colaboração interinstitucional da escola¹, período onde ocorre a socialização com os pares, o desenvolvimento pleno, a formação de cidadãos saudáveis, críticos, autônomos e autoconfiantes.

Pesquisas científicas prévias, como as de Heckman (2011; 2013); Teperman, Garrafa e Iaconelli (2019; 2020); Muller e Nunes (2014), em diferentes áreas do desenvolvimento infantil, a saber: psicologia, pedagogia, medicina, neurociência, sociologia da infância, dentre outras, confirmam que o desempenho positivo de um indivíduo na vida adulta ocorre em decorrência do bem-estar e do alicerce construído nas experiências e nas vivências da infância. Nas palavras de Didonete (s/d, s/p), “é na primeira infância que se constrói a base da vida adulta”.

Ao certo é que, para se alcançar resultados profícuos na vida adulta, é preciso investir na infância. Investimentos em diferentes áreas – Saúde, Educação, Assistência Social, proteção, dentre outras áreas, como Nutrição, Cultura, Esporte, Lazer, Planejamento Urbano, Meio Ambiente – são vias para se prover resultados positivos e econômicos, os quais consequentemente interferirão não somente no aprimoramento das capacidades das crianças no momento do presente, no percurso do desenvolvimento, na aquisição de habilidades

¹ “(...) Educação é parte do conjunto de iniciativas que devem amparar a criança na Primeira Infância. É parte, porque toda atividade para essa faixa etária deve ser planejada interinstitucionalmente, isto é: deve envolver diferentes áreas, como a saúde, a Educação, a assistência social, a cultura, entre outros. Todas devem estar bem entrelaçadas, para que o olhar sobre a criança seja global e ela se desenvolva plenamente”. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018). Disponível: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-respostas-o-que-voce-precisa-saber-sobre-primeira-infancia/>. Acesso em 05/03/2022.

fundamentais, assim como no alcance de habilidades complexas, todas, necessárias para o futuro.

Outro ponto importante a agregar às discussões de investimentos, refere-se à necessidade de se ofertar os serviços da rede de apoio intersetorial, para os cuidadores parentais. As imissões acometidas ao adulto responsivo e a satisfação das necessidades básicas do sujeito que acompanha a criança de até seis anos de idade, pode ser versada como um quesito de influência para que ocorra o desenvolvimento da criança. É preciso cuidar de quem cuida da criança da primeira infância como forma de favorecer a sobrevivência e o desenvolvimento.

Na esteira de França e Rocha (2015, p. 415), “as dimensões do cuidado atravessam os indivíduos desde muito cedo, participando e contribuindo para a constituição da subjetividade”. Sob a visão psicanalítica dessas autoras, nota-se a dedicação como um elemento relevante à subjetivação², o que reforça o sujeito humano como resultado do cuidado e, evidentemente, um sujeito cuidador.

O ato de cuidar está assinalado nas atitudes significativas e indispensáveis à vida e à sobrevivência, nos gestos, na essência e na disposição do ser, na natureza física de todo e qualquer sujeito, nos momentos em que estes são convocados nos espaços a cuidar de si e a cuidar do outro; uma ação essencial e universal, principiada desde a concepção – no útero, e de caráter a perdurar por toda uma vida. É bem verdade que o cuidado é parte peculiar da vida do sujeito humano, “mais importante, inclusive, do que outros elementos na origem do homem” (FRANÇA; ROCHA, 2015, p. 414).

Diante dessa assertiva, denota-se a importância de o sujeito do cuidado estar bem, em pleno estado físico-psíquico-social, pois será ele o responsável por transmitir ao sujeito infantil uma estrutura saudável, contribuir para que a criança que está sob a sua responsabilidade possa crescer, sobreviver, prosperar e fazer parte da cidade, uma vez que, quando pequena, é pela voz desde adulto de referência que a criança da primeira infância vai ganhando espaço próprio e espaço de coletividade.

Retomando ao assunto sobre os pecúlios públicos relacionados à primeira infância, o Economista Norte Americano James Heckman (2011), vencedor do Prêmio Nobel 2000, destaca tais, como uma política de equidade. Investir sabiamente nos primeiros anos de vida de

² Para a Psicanálise a subjetividade é resultante da sintaxe do inconsciente e suas manifestações. Para saber mais sugere-se: TOREZAN, Zélia C. F.; AGUIAR, Fernando. O sujeito de Psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Revista Mal estar e subjetividade**. Fortaleza, vol. 11, n.º 2, pp. 525-554, 2011. Disponível: [O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade \(bvsalud.org\)](http://www.bvsalud.org). Acesso em: 22/02/2022.

uma criança, particularmente nas crianças desfavorecidas e em suas famílias é uma forma de tentar igualar as possibilidades (HECKMAN, 2011).

Cada um de nós nasceu em circunstâncias sobre as quais não temos controle. Nossos pais, seus genes, educação, estado de saúde, recursos econômicos e meio ambiente são transmitidos para nós por meio de nossas famílias e vizinhanças. Estas dotações moldam as trajetórias de nossas vidas. Por natureza e circunstâncias, as dotações são desiguais. Ao nascer cada criança herda diferentes capacidades e diferentes recursos para capitalizá-los (HECKMAN, 2011, p.35).

Cada vez mais, percebe-se a necessidade de investimentos intersetoriais (saúde, educação, proteção e assistência social) tanto antes quanto pós o nascimento do sujeito infantil, tendo em vista que as muitas desigualdades são apresentadas junto à concepção do bebê.

Ao apresentar contribuições científicas sobre a redução de desigualdades, Heckman (2011) evidencia que a cada 1 UD\$ designado para a primeira infância tem-se 7 UD\$ de retorno no futuro; uma resposta financeira para a economia do país e para a sociedade. Ao melhorar as condições de vida das crianças, aumentam-se as possibilidades de um futuro com cidadãos críticos, autônomos, com melhores posições, cargos e salários no mercado de trabalho, menos envolvimento com a criminalidade, menos riscos de evasões escolares e menos desigualdades (HECKMAN, 2011).

De acordo com as circunscrições supracitadas, é possível perceber a existência da relação entre a ordem de aplicabilidade dos investimentos às crianças/famílias da primeira infância e as respostas efetivas no futuro dos sujeitos envolvidos e ao país, “oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida é mais eficaz e gera menos custos do que tentar reverter ou minimizar os problemas mais tarde” (FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL, 2017, s/p).

Ao comprovar a necessidade de “ajustes nos investimentos sociais” para atender as tendências atuais de uma sociedade que, dentre os inúmeros entraves, impõe altos custos de vida para que se tenha e possa exercer uma parentalidade com qualidade, o referido autor economista ressalta que:

O problema não é apenas a renda. Mesmo que a renda seja a forma padrão de medir a pobreza, pesquisas recentes sugerem que a renda dos pais é uma medida inadequada dos recursos disponíveis para uma criança. Bons pais são mais importantes do que o dinheiro. A parentalidade de alta qualidade pode estar disponível para uma criança, mesmo quando a família está em circunstâncias financeiras adversas. Enquanto a maior renda facilite, a boa paternidade não garante isso. Economicamente criança favorecida exposta a pais de baixa qualidade é mais desfavorecida do que uma criança economicamente desfavorecida exposta a parentalidade de alta qualidade (HECKMAN, 2011, p. 33).

Neste interim evidencia-se que a criança, sobretudo, necessita de sujeitos responsáveis que atuem pautados no amor, no cuidado, na proteção, na oferta de estímulos durante o seu desenvolvimento e que potencialize, as capacidades e as habilidades previstas à infância, independente do teor financeiro. É preciso priorizar a criança, quando pequena, e junto a esta desenvolver gradativamente um conjunto de atividades que propicie a formação e o desenvolvimento que é dela de direito, conseqüentemente, tais privilégios favorecerão ganhos que repercutirão ao longo da vida. “Investindo cedo nos permite moldar o futuro; investir mais tarde nos acorrenta a consertar o que faltou oportunidades do passado” (HECKMAM, 2011, p. 35).

O engajamento precoce e financeiro ofertado à criança propicia acréscimos contínuos à saúde física e mental, oferece intervenções positivas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais, comportamentais e sociais. Concomitantemente, quando disponibilizado à parede mãe e ao ambiente familiar que esta propõe, esse engajamento beneficia o processo e o percurso a ser partilhado com o *infans* na construção de sua subjetividade. Por mais que ambos os investimentos são propiciados a sujeitos distintos, à criança e ao seu adulto responsável, investir na cognição e na personalidade da criança assim como no sujeito que se dispõe a cuidar desta, em um ambiente familiar salutífero, torna-se algo complementar, necessário e certo (HECKMAN, 2011).

O Plano Nacional da Primeira Infância elaborado pela Rede da Primeira Infância - RNPI (2020) e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, apresenta as crianças da primeira infância como prioridade ao que lhes são garantidos e previstos na Constituição Federal.

O referido documento surge a partir da assinatura da declaração “Um Mundo para as Crianças”, na qual líderes do governo e do Estado, representantes de diversos países, dentre eles: o Brasil, comprometeram-se, em maio de 2002, a edificar “um mundo mais justo para as crianças”. Para tanto, em uma moção mundial, compromissos, princípios e objetivos foram elencados neste plano, com fins à proteção e à promoção dos direitos das crianças de até seis anos de idade. (RNPI, 2020, p. 7).

De acordo com o RNPI (2020, p. 10), o documento que vigora no Brasil teve suas primeiras escritas e colaborações em 2009 e em 2010, “num processo de ampla participação social, à luz da diretriz expressa no art. 227, § 7º, da Constituição Federal”³. Oportuno destacar

³ Organizações representativas, a saber: instituições que compõem a Rede Nacional Primeira Infância, outros institutos, fundações e centros de pesquisa, professores universitários, especialistas, técnicos e trabalhadores “de campo” nos diversos direitos da criança, integrantes de organizações da sociedade civil, do governo, do setor

que o documento necessitou de atualização passando por revisão em 2019 e em 2020. A nova versão contou com todos os partícipes da edição anterior, ademais com a participação efetiva do Poder Judiciário.

Dentre os destaques e os escritos do documento, inclui-se a inserção das “crianças nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)” e os ganhos na infância por parte das empresas que demandam atenção aos “benefícios aos seus trabalhadores em vista do cuidado integral a seus filhos, da gestação ao parto e nos primeiros anos de vida” (RNPI, 2020, p. 11).

Aportado no Marco Legal da Primeira Infância, o Plano Nacional da Primeira Infância faz menção aos direitos “tradicionais”, assim denominados: direito à vida, à alimentação, à educação infantil, à uma família, à assistência social e a outros direitos, referenciados como “Objetos de Atenção Governamental” (RNPI, 2020).

Dos “Objetos de Atenção Governamental”, citados no Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI, 2020), listam-se:

I) à convivência familiar e comunitária; II) à defesa da integridade física, psicológica e moral; III) à saúde mental; IV) ao brincar, que implica ter brinquedos, espaço e tempo de brincar; V) ao registro civil e à certidão de nascimento; VI) à individualidade, que gera o direito de ser diferente e o dever de ter respeitada a sua diversidade; VII) de participar e ser ouvida; VIII) à cultura já na primeira infância; IX) ao nome do pai e da mãe; X) de ser protegida dos apelos para o consumo; XI) à natureza; XII) ao espaço; XIII) à cidade; XIV) a um meio ambiente não contaminado; e XV) à paz, entre outros, **como a parentalidade** (RNPI, 2020, p. 23, **grifo nosso**).

Não mais importante entre todos os objetivos supracitados, cita-se: a convivência familiar e comunitária, a natureza, a cidade e a parentalidade, a partir de uma vigorosa correlação. Esses quatro objetivos é o que permite reafirmar a necessidade de um planejamento urbano com vistas a facilitar e a estruturar ambientes para que ocorra, de maneira saudável, relações familiares e comunitárias, positivas. Inúmeras pesquisas têm revelado a necessidade dos objetivos supracitados (URBAN95, 2019; NCPI, 2021) para que a criança da primeira infância e seu cuidador parental tenham resultado positivo no desenvolvimento.

Entender o espaço que a criança de até seis anos de idade ocupa na cidade; discutir a primeira infância e o desenvolvimento a partir de uma agenda urbana que contemple os seus direitos; arquitetar locais para atender as demandas do desenvolvimento da criança e do adulto responsável que o acompanha; (re)conectar os bebês e as crianças pequenas às interações e às

privado, de outras redes com capilaridade em todo o território nacional, público da internet, além de organizações multilaterais das Nações Unidas (UNICEF, UNESCO e OPAS).

vivências positivas no bairro, na natureza, nos espaços livres, verdes e brincantes, são tônicas que têm ganhado destaque em estudos e debates, nos últimos anos.

Observa-se que, na temporaneidade, os espaços públicos urbanos planejados para primeira infância auferiram maior importância; quando bem organizados e apropriados para as crianças, acompanhado do “cuidado afetivo, estimulante e responsivo” despertam interações positivas entre o sujeito do cuidado e o sujeito infantil (URBAN95, 2019, p. 5).

São nestes espaços vivenciados na cidade e por meio de experiências únicas que se favorece uma parentalidade saudável. As crianças extraem seus elementos simbólicos das relações sociais que estabelecem nas cidades, uma vez que os laços sociais são resultantes da estruturação da linguagem, pensar e organizar as urbes podem funcionar como facilitadores dos fluxos simbólicos estruturantes da subjetividade humana (PONNOU, 2021).

Com o período pandêmico em curso, nota-se obstáculos sociais, detrimientos, dentre outros impactos que tem afetado as estruturas familiares e o bem-estar dos sujeitos, de forma particular, dos sujeitos mais desprovidos socioeconomicamente. A inesperada situação da disseminação da COVID-19 acentuou as desigualdades e apresentou inúmeras privações (CRUZ, BORGES, 2021).

No início do infausto surgimento da contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, a infecção na população infantil não era apontada com tamanha evidência. Na atualidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS), as pesquisas científicas e os noticiários jornalísticos tem considerado tais circunstâncias, comprovadas em crianças, como uma preocupação global. A pandemia da COVID-19 e a infecção via novas variantes tem se alastrado com maior transmissibilidade e, por mais que as faixas etárias de 05 e 06 anos estejam inclusas nos calendários de imunização, esta conjuntura ainda requer total cuidado, não somente por parte dos órgãos competentes, mas da sociedade civil e dos cuidadores parentais que hoje representam a família (NCPI, 2021).

Para o NCPI (2021, p. 2) “a imunização é indispensável para reduzir a transmissão, enfrentar uma doença com ciclos inesperados e bloquear o surgimento de novas variantes”. Corrobora-se com as notas emitidas pelo referido núcleo por entender que a vacinação é uma forma de intervenção cabível para que milhares de crianças sigam seu percurso de desenvolvimento, ou mesmo, tenha a oportunidade de mudar o seu curso de vida, até porque a vacinação sempre esteve presente e se faz necessária aos procedimentos de crescimento e desenvolvimento infantil, um exemplo são as vacinas introdutórias ofertadas desde os primeiros anos de vida de um bebê, contidas nos planos e cadernos de vacinação.

Dados estatísticos de 2021, pontuam que no Brasil houve um total 1.412 casos de Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica - SIM-P, em crianças de 01 ano a 09 anos de

idade. Destas, 44,5% foram internadas em diferentes Unidades de Terapias Intensivas distribuídas em todo o país e 6% entraram nas estimativas de óbitos. A SIM-P caracteriza-se como uma doença associada a COVID-19, acometida em crianças, incluindo as crianças da primeira infância (NCPI, 2021).

Outros apontamentos, do NCPI (2021), noticiam um total de 5.126 casos específicos da infecção pelo vírus da COVID-19 para a faixa etária de bebês, ademais 5.378 registros para a faixa etária de 01 a 05 anos de idade. A estes números somam-se 1.422 óbitos, sendo 418 de bebês menores de um ano de idade, 208 da faixa etária de 01 a 05 anos de idade e 796 vidas ceifadas pertencentes a população de 06 a 19 anos de idade. “A COVID-19 é também uma doença infantil e que em vários países as crianças vêm sendo acometidas por esta enfermidade” (NCPI, 2021, p. 2).

Proteger as crianças e superar a pandemia pode ser compreendido como uma casta para oportunizar o desenvolvimento infantil, haja vista que a diminuição das relações familiares e sociais e o uso de máscaras possivelmente limita a capacidade do *infans* de compreender o outro, suas expressões faciais, aprender a falar, o não acesso ao sorriso, às manifestações faciais de reconhecimento, o apoio, entre outros, dificultam a constituição dos laços afetivos e sociais. Uma “*ruptura e descontinuidade* radical das práticas de *sociabilidade* e dos *laços intersubjetivos* em todo o mundo” (BIRMAN, 2020, p. 12).

A partir da “catástrofe de enormes proporções humanitárias, sociais e econômicas, ao mesmo tempo que ecológicas e culturais”, supra referenciada por Birman (2020, p. 14), toma-se significativo lembrar que muitos dos equipamentos públicos comunitários e espaços públicos urbanos formativos do desenvolvimento infantil das cidades do Brasil e do mundo, estiveram fechados. São exemplos: as escolas, as igrejas, os parques infantis, as áreas de lazer, as praças, dentre outros locais; permanecendo abertos apenas os espaços de saúde, mas na incerteza de sua acessibilidade e disponibilidade. Uma incerteza que não sabemos até quando vai durar.

De fato, a atualidade está marcada por um período em que todos os povos foram e continuam sendo atingidos pela ameaça do infausto surgimento da COVID-19, impacto este, que possivelmente perdurará aos anos vindouros em que a única medida de solução encontrada até o momento, mesmo com a incerteza de sua efetividade, está na redução das atividades humanas, em que há a aproximação e o contato físico entre indivíduos e na vacinação em massa.

Entendendo a importância das reflexões a serem pautadas e considerando a corresponsabilidade de cada indivíduo, sua relação com o mundo, com a transformação dos espaços naturais e com os principais atores do presente e do futuro da nação, a temática

“Planejamento Urbano para a Primeira Infância e Vulnerabilidade Parental em Araguaína-TO, Amazônia legal” se justifica em virtude da estima da pesquisadora pela primeira infância. Por entender que a cátedra profissional da pesquisadora, como educadora, agente de transformação social e partícipe da sociedade civil, possui nexos com os estudos aqui abordados. Ainda, pela vivência da pesquisadora frente ao seu labor pessoal enquanto sujeito cuidador e em disposição da sua função parental junto aos seus dois sujeitos do cuidado. É por eles, é com eles e é para eles que se documenta e que se segue a militância pela infância.

Ademais, por acreditar que a tônica inquirida possui grande relevância para o Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire, ainda que não seja uma temática muito aportada em pesquisas científicas, o que revela uma maior curiosidade, um anseio por parte da pesquisadora em desenvolver o estudo e expectativas de resultados relevantes ao que versa a organização de uma cidade média, na Amazônia, Legal, para o exercício da parentalidade e para o desenvolvimento das crianças de até seis anos de idade.

Considerando o objeto da pesquisa no recorte espacial da urbe em estudo e no recorte etário da primeira infância, elucida-se, a partir das buscas realizadas ao banco de dados da CAPES, que apenas uma única dissertação de mestrado, a saber, Mendes (2020) expôs, em partes, dados da infância de Araguaína. Ressalta-se que a referida pesquisa se deu no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire (UFNT), ainda assim tratando pontualmente de “políticas públicas para a infância e adolescência e suas relações com a vulnerabilidade social”.

Insta minutar que a presente pesquisa está filiada à psicanálise e seu arcabouço transcorreu-se a partir das teorizações de autores que trabalham com a temática de parentalidade, a exemplo, França e Rocha (2015); Kehdy (2019-2020); Pitliuk (2020); Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020), Ponnou (2021) dentre outros. Ao se sustentar nos diálogos das psicanalistas, tem-se que a história, o antepassado dos adultos, sua indispensável presença para o cuidado e para a sobrevivência do sujeito infantil e o exercício de suas funções como sujeitos parentais e em espaços apropriados para a infância, influenciam nas competências e nas capacidades do bebê e da criança pequena, tanto no presente quanto no futuro.

De acordo as teorizações convocadas, tais funções, ditas parentais, devem ser realizadas em espaços adequados e “dentro de um determinado período de tempo”, nesta pesquisa, denominado de primeira infância (TEPERMAN, 2020, p. 14).

A inscrição teórica no campo da psicanálise se deu por entender que, quando existe disposição por parte dos sujeitos parentais e uma relação atuante destes adultos com o sujeito

infantil nos diferentes espaços públicos urbanos, formativos, socializadores e de lazer, incluindo aqui os equipamentos públicos comunitários, há impactos positivos na promoção do desenvolvimento infantil da criança, o que interfere na sobrevivência do sujeito e, possivelmente, na garantia de ganhos futuros em todos os seus aspectos, físico, econômico, social, emocional, psicossocial, dentre outros. Cabe aqui também destacar, como ganho, a transmissão da parentalidade saudável de geração a geração.

Isto posto e em atenção ao desenvolvimento pleno da criança, aos espaços, aos equipamentos públicos comunitários como ambientes promotores do desenvolvimento, uma cidade pensada para a primeira infância e para o fortalecimento de laços entre os sujeitos parentais e os sujeitos infantis, evidenciam-se os seguintes questionamentos: Qual a incidência da vulnerabilidade parental no município de Araguaína e como essa vulnerabilidade está espacializada nos bairros? Em que medida o setor com maior incidência da vulnerabilidade parental espacializada em Araguaína é (des)provido de equipamentos públicos comunitários para a primeira infância? Quais espaços públicos urbanos podem ser identificados na cidade de Araguaína/TO como formativos, socializadores, de lazer e favorecedores da primeira infância e de seus cuidadores?

Como hipótese, acredita-se que exista uma vulnerabilidade parental espacializada nas regiões da cidade de Araguaína em que há pouco acesso aos equipamentos públicos comunitários e aos espaços promotores do desenvolvimento infantil. Em outras palavras, uma fratura nos laços parentais notada nos setores e bairros mais vulneráveis socialmente, distantes da parte central da cidade e com menos acesso a serviços públicos básicos.

Em um cenário de conquistas e de desenvolvimento em que as políticas públicas voltadas para a primeira infância se tornam visíveis e indispensáveis às demandas do século XXI, ainda há o que propor, tendo em vista que, na cidade em foco, em termos de estruturação, outras políticas públicas como: saúde, educação, assistência social, proteção podem ser avançadas e implementadas (UNICEF).

Ademais, apesar de as crianças de Araguaína já estarem posicionadas na agenda pública municipal e por mais que a cidade encontra-se em célere desenvolvimento no que diz respeito a (re)estruturação dos seus espaços, ainda não constam dados, em nenhum dos diferentes órgãos de proteção da cidade, de um Plano Municipal para Primeira Infância voltado, especificamente, para o desenvolvimento das crianças de até seis anos de idade, um PMPI que atenda as especificidades dos pequenos munícipes araguainenses, principalmente, das que se encontram, em situação de maior fragilidade.

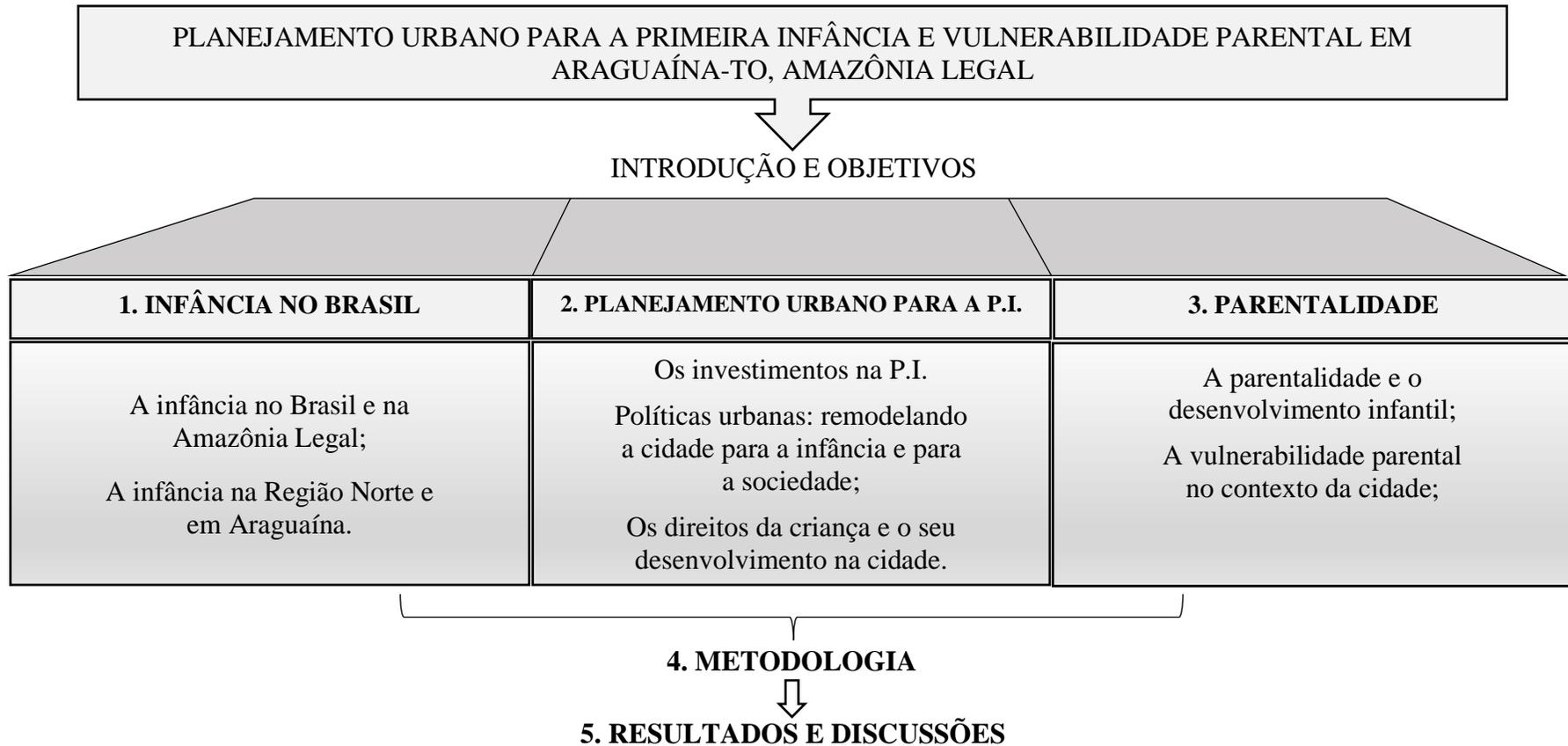
Por fim, com este estudo, têm-se a expectativa de resultados profícuos para o arranjo social dos cidadãos em destaque, de forma especial, para o protagonismo das crianças de até 06 (seis) anos de idade. Uma cidade pensada para acolher toda a sua população é uma cidade que favorece os laços parentais.

OBJETIVOS

Considerando a originalidade e a indispensabilidade desta pesquisa, em virtude de seu plano de análise o qual se configura em dois escopos se interconectam, o objetivo geral do presente trabalho foi diagnosticar a distribuição da vulnerabilidade parental nos setores e bairros da cidade de Araguaína Tocantins, na Amazônia Legal e analisar a existência - ou não - de equipamentos públicos comunitários promotores do desenvolvimento infantil e de espaços públicos urbanos planejados para as crianças da primeira infância e para os seus adultos responsivos.

Como objetivos específicos têm-se:

- ✓ Identificar as áreas de maior incidência da vulnerabilidade parental, especialmente as habitadas por famílias com crianças da Primeira Infância;
- ✓ Observar os equipamentos públicos comunitários existentes nas proximidades dos setores em que vivem as famílias em contexto de vulnerabilidade parental;
- ✓ Mapear e caracterizar os equipamentos e os espaços públicos urbanos promotores do desenvolvimento infantil, favorecedores da primeira infância e de seus cuidadores, existentes no setor de maior incidência da vulnerabilidade parental, são eles: parques infantis, praças, Centros de Educação Infantil – CEI/Creches, Unidades Básica de Saúde – UBS, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, áreas livres com espaços verdes e acesso a natureza;
- ✓ Identificar, por meio de um protocolo de análise, se os locais supra identificados propiciam – ou não – o desenvolvimento das crianças da primeira infância, outrossim, se estes atendem as necessidades dos cuidadores que acompanham a criança.

FIGURA 01 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Considerações Finais

Referências

Apêndices

Anexos

Apenso: Documento sugestão para Prefeitura Municipal de Araguaína

Em linhas gerais, a presente dissertação está organizada em cinco capítulos, além da introdução, dos objetivos e das considerações Finais. O capítulo inicial pormenoriza os indicadores e os quantitativos que retratam determinadas conjunturas das crianças de até seis anos de idade, a nível do Brasil. No âmbito desse, a Amazônia Legal é brevemente citada por Silva e Monteiro (2020), ademais aludida por Guimarães (2019) como uma área territorial de vulnerabilidades, no que diz respeito as infâncias. Ainda neste capítulo, são divulgados dados populacionais, aferidos do IBGE (1991; 2000; 2010; 2020; 2021) e do Observatório da Criança da Fundação Abrinq (2021). As contribuições e discussões transcorrem transitando pela Região Norte e pelo Estado do Tocantins, e ao final das explanações chegou-se à exposição de Araguaína, município⁴ definido pelas circunscrições de outros teóricos da área de Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, como uma cidade média e com destaque ao que se revela as questões da urbe.

O segundo capítulo apresenta-se a partir da explanação da necessidade de investimentos para que ocorra um desenvolvimento profícuo na primeira infância. Este, é sequenciado pela exposição de discursos que enfatizam a relação existente entre: a cidade e o desenvolvimento infantil, incluindo, também, a cidade e o fortalecimento da parentalidade. Pesquisadores como Heckman (2011;2013;2018), Bowlby (2006;2015) e Kern (2021) com os seus estudos e as suas teorizações asseveram que investir na principal fase da vida acarreta ganhos no presente, resultados positivos no futuro e para as próximas gerações, um crescimento para toda uma sociedade, para a cidade e para a economia do país. Teóricos como Moser (2018), Gehl (2015), Duarte (2013), Meloni e Marin (2021), Muller e Nunes (2014), Nascimento (2018), Dias e Ferreira (2015) outros convocados, também ostentaram contribuições significativas à tríade citada. Dados estatísticos do IBGE, subsídios da Rede Brasileira Urban95⁵ e da UNICEF, também fizeram parte das discussões. De pronto, incluiu-se alguns dos dispositivos constitucionais e referenciais legais, a exemplo, a Constituição Federal (1988) e a Lei 13.257

⁴ A palavra município será utilizada, neste estudo, todas as vezes que os dados se referirem a assuntos que incluem evidências da zona urbana e da zona rural de Araguaína, a exemplo, as questões e os dados relacionadas a casa abrigo. A C.A.AC.T.L., por meio de seus documentos ofertaram informações dos vulneráveis parentais da zona urbana e da zona rural de Araguaína. Esclarece-se, também, que ao referir-se aos equipamentos públicos comunitários, será utilizado o contexto “cidade”, de maneira a expor questões relacionadas somente a zona urbana.

⁵ Urban95 é uma iniciativa da Fundação Bernard Van Leer e do Instituto Cidades Sustentáveis. Visa desenvolver pesquisas, estudos, iniciativas; fortalecer programas e políticas públicas voltadas ao bem-estar e qualidade de vida das crianças da primeira infância, nos espaços das cidades. A Rede Brasileira Urban95 nomeia como: “cidade cuidadora/cidade que cuida” as cidades que acolhem as crianças nos seus espaços. De acordo estudos realizados pela iniciativa “para cada ano que a criança mora em um lugar melhor, a uma correspondente melhoria em seu desenvolvimento não só na infância, como também na fase adulta” - Urban95.

de 08 de março de 2018 (Marco da Primeira Infância), com objetivo de circunscrever reflexões sobre o direito da criança da primeira infância vivenciar a cidade da qual ela faz parte. A gestação, o nascimento de um bebê, os percursos vindouros e inerentes a sobrevivência do pequeno cidadão, requerem cuidados, empréstimo psíquico, atenção e investimentos por parte de sujeitos adultos responsivos e de diferentes instâncias. De igual modo, exige desses sujeitos um novo olhar ao que se refere a (re)construção dos laços a partir das interações afetuosas e das vivências positivas nos espaços geográficos da cidade. São corpos se movendo pelo mundo, pelos espaços da urbe. São prazeres, transformações e mudanças.

No terceiro capítulo, conceitua-se, preliminarmente, o neologismo parentalidade e os detrimentos ao desenvolvimento infantil, quando determinado a ruptura dos laços parentais. Para tal, mobilizou-se teorias da psicanálise Lacaniana proposta por Teperman, Garrafa e Iaconelli (2019;2020) e teorias da psicanálise Winnicottiana sustentada por Pitliuk (2020). Os discursos deste capítulo filiaram-se a duas vertentes teóricas da psicanálise (Winnicottiana e Lacaniana), e por mais que se tratem de vertentes teóricas dispares, os descritos apresentaram um âmago comum à pesquisa. Ambas as teorias se mostraram importantes para a identificação da incidência da vulnerabilidade parental em Araguaína, ademais, contribuíram para o alcance dos resultados, em virtude do pressuposto de que os laços parentais são promovidos e fortalecidos a partir da disposição dos sujeitos que exercem a função materna e a função paterna e da interação destes sujeitos com o sujeito infantil, em espaços da cidade, planejados e pensados para atender as demandas da primeira infância.

No quarto capítulo, discorre-se sobre a metodologia utilizada na pesquisa. No âmbito deste, delinea-se o percurso trilhado, contemplando o *locus* da pesquisa: Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima – C.A.A.C.T.L., a geração de dados, as análises, dentre outros detalhes e perspectivas construídas no trabalho.

E finalmente, no quinto capítulo, expõe-se os resultados. Acredita-se que este capítulo seja crucial para o entendimento dos desenlaces parentais vivenciados por sujeitos infantis vulneráveis, de até seis anos de idade e abrigados temporariamente em uma instituição de acolhimento em Araguaína, outrossim para o georreferenciamento/mapeamento das áreas de origem dos bebês e crianças pequenas com fraturas na parentalidade, para a observação e concomitante descrição da localidade de maior incidência da vulnerabilidade parental espacializada. A guisa de encerramento, elenca-se que resultados revelados, veem oferecer, não somente a sociedade civil, mas aos órgãos competentes, pertencentes ao macrosistema, subsídios para que seja prognosticado os possíveis e futuros comportamentos que naquele ambiente - setores e bairros de maiores incidência da vulnerabilidade parental identificados -

poderão se manifestar, de igual modo, sejam empreendidos esforços e políticas urbanas para avigorar os vínculos entre o bebê/criança pequena, o cuidador parental e os espaços públicos da cidade, promovendo assim um desenvolvimento.

1. INFÂNCIA NO BRASIL

1.1. A infância no Brasil e na Amazônia Legal

A Fundação Abrinq (2021) expõe dados importantes que permitem iniciar as discussões e visualizar a infância no Brasil. De acordo com o referido órgão, em 2020, o Brasil possuía estimativamente 69,8 milhões de crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos de idade. Em relação à “distribuição proporcional de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade segundo situação de domicílio”, o Brasil possuía, em sua totalidade, um percentual de 81,7% de crianças e de adolescentes residindo em “domicílios urbanos” e 18,3% em “domicílios rurais”. Em números, 57.127.868 milhões de crianças e de adolescentes urbanos e 12.763.190 milhões de crianças e adolescentes rurais (ABRINQ, 2021, p.33).

Pormenorizando os percentuais por região, denota-se uma maior concentração para os domicílios urbanos, os quais são aportados pela Fundação Abrinq (2021) com as seguintes estimativas: Sudeste (92,1%), Sul (88,1%), Centro-Oeste (81,7%), Norte (70,3%) e Nordeste (69,9%).

No tocante à renda, a Fundação Abrinq (2021) pontua que, em 2019, “aproximadamente 60,3 milhões de pessoas declararam viver com renda domiciliar mensal per capita de até meio salário-mínimo”, o que corresponde a uma renda de R\$499,00. Destas, “23,3 milhões” alegaram sobreviver com uma renda de apenas R\$ 249,50 (ABRINQ, 2021). Em valores e na faixa etária de 0 a 14 anos de idade, um total de 21,9% de crianças e de adolescentes de 0 a 14 anos de idade sobrevivendo com uma renda de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, ainda, 23,4% sobrevivendo com mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 45,4% sobrevivendo em “condição domiciliar de baixa renda” (ABRINQ, 2021).

Em sequência às descrições, afinando as faixas etárias e aportando estatísticas que elucidam rupturas nos direitos de crianças e de adolescentes, seguem dados e informações referentes Amazônia Legal. Parte do território brasileiro formado por 07 Estados da região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins), Estados do Maranhão e Mato Grosso.

A UNICEF (2019) aponta a Amazônia Legal como a “casa” de milhões de crianças e de adolescentes, muitas em situações de vulnerabilidades e em privação múltipla de seus direitos, expostas à ausência de serviços de saúde, de educação, de moradia, de saneamento básico, de

proteção. Área de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, assim como, de grandes centros urbanos. Região correspondente a 60% do território nacional brasileiro, com um total de 27,7 milhões de habitantes. Destes, 9,1 milhões são crianças e adolescente, um total correspondente a 32,9% dos habitantes da região, distribuídos em “808 municípios de nove Estados” brasileiros, um deles: Araguaína, Estado do Tocantins” (UNICEF, 2019).

O Estado do Tocantins, juntamente com os Estado do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e parte do Maranhão, estão dispostos como estados brasileiros pertencentes à Amazônia Legal. Destacam-se, a seguir, subsídios do *site* do IBGE:

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados à Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro (IBGE, 2019).

Em termos de transformações socioespaciais Silva e Monteiro (2020, p. 410) revelam o enredamento da Amazônia a partir dos seus recortes regionais, reconhecendo-a como “uma região de um complexo de superlativos”. Complexidade esta, observada e citada pelos próprios autores a partir do delineamento dos estados do Maranhão e do Mato Grosso, dois estados que se juntam aos estados da região Norte para formar a Amazônia Legal. Ambos, com representatividade em diferentes recortes territoriais (SILVA E MONTEIRO, 2020).

Ora o Maranhão se situa na estatística com dados representativos de todos os municípios; ora o Maranhão se posiciona na porção de contato com o bioma da Amazônia. A mesma situação vale para o Mato Grosso. Além disso, a situações em que os dados estatísticos fazem referência à região Norte e não à Amazônia Legal. Há outro problema: o atual território do Tocantins era parte de Goiás, hoje está inserido na região Norte. Por fim, há uma diferença entre a Amazônia Legal e o bioma da Amazônia (SILVA E MONTEIRO, 2020, p. 410).

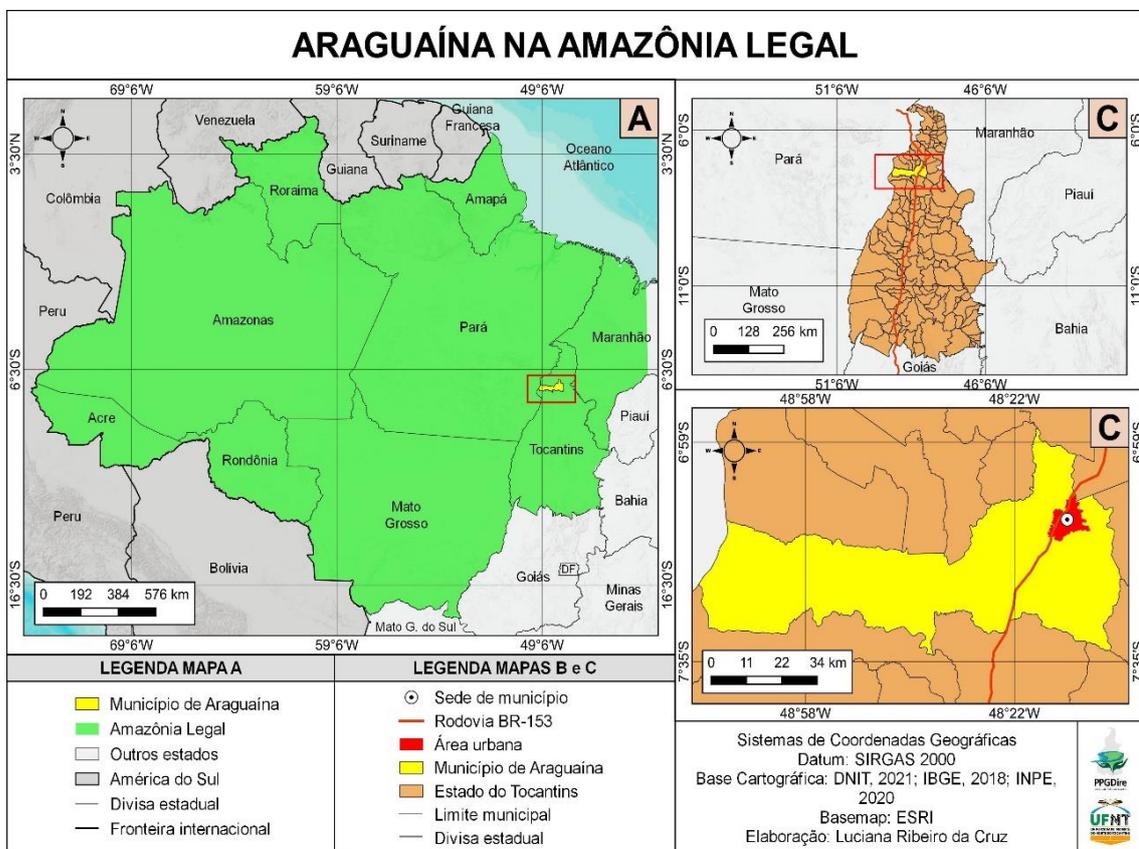
A partir de toda esta “diferenciação-confusa dos recortes territoriais” e para além das “variações regionais” (SILVA E MONTEIRO, 2020, p. 410) aportadas pelo Sudam, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e até mesmo pelo Ibama, em termos de observação, interessa-se, neste momento da pesquisa, apresentar as infâncias encontradas neste território múltiplo e de uma cultura abundante.

Silva e Monteiro (2020, p. 447) citam o Tocantins, estado em que a cidade foco deste estudo faz parte como um dos lugares que contribuiu para a “integração competitiva da Amazônia nos novos arranjos institucionais financeiros-produtivos internacionais”, segundo os autores:

Tocantins revelou-se importante na produção de grãos (soja, milho, etc.) e cana, sobretudo em Pedro Afonso e Campos Lindos, e na pecuária bovina. A agroindústria é o registro central de produção industrial tocantinense, bem como o desmatamento e os conflitos fundiários decorrentes do agronegócio (SILVA E MONTEIRO, 2020, p. 450)

O Mapa 01, a seguir, apresenta o município de Araguaína, situado na Amazônia Legal e os seus respectivos Estados de abrangência:

Mapa 01 - Localização de Araguaína Tocantins, na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Apreender sobre o espaço geográfico em estudo, perceber as contribuições do estado do Tocantins frente a dinâmica e historicidade da Amazônia, elucidar sobre as infâncias deste território e, de maneira particular, em Araguaína, configuram-se partes importantes para elaboração e continuidade dos pensamentos e reflexões deste tópico, bem como para a elaboração das descrições do capítulo seguinte.

Tratando-se da infância e de acordo a UNICEF (2019, s/d, s/p) o território da Amazônia Legal pode ser considerado como “o pior lugar do Brasil para ser criança”. Aspecto apontado em consequência aos altos níveis de escassez de serviços e atendimentos públicos básicos e necessários ao desenvolvimento de uma criança. Notabiliza-se, a seguir, informações do *site* do UNICEF:

Todos os indicadores sociais estão apresentando valores piores que a média brasileira e muitíssimo piores que os do sudeste do país [...] as crianças vivem em um estado de "privação múltipla", em que, além de viver na pobreza em termos financeiros, elas têm vários outros direitos violados que prejudicam não só sua qualidade de vida, mas comprometem seu futuro e limitam seu desenvolvimento (UNICEF, 2019, s/d, s/p).

Tratam-se de infâncias assinaladas pela escassez de bens, de recursos e de serviços, em um território em que muitas das famílias com crianças vivem abaixo da linha da pobreza, com uma renda mínima insuficiente para aquisição de nutrientes necessários e indispensáveis para o crescimento e sobrevivência. Uma Amazônia Legal marcada pela “desnutrição crônica” e pela ausência de serviços básicos como “água potável, rede de esgoto, educação”, moradia, proteção, informação, dentre inúmeros outros bem-estares. Área de elevados níveis de mortalidade infantil e com visíveis formas de violência, como o abuso e o trabalho infantil (UNICEF, 2019, s/d, s/p)

São famílias e crianças em situação de risco, minadas por nove dos estados brasileiros. Consideradas pelas pesquisas (UFPA; FGVCeDHE) e pelo UNICEF (2019) como “vulneráveis e desassistidas”, por apresentarem-se por meio de indicadores que vozeiam por políticas públicas efetivas e por posicionarem-se exclusas da primazia que lhe fora concedida por lei. Para Guimarães (2019):

Todos os indicadores sociais estão apresentando valores piores que a média brasileira e muitíssimo piores que os do sudeste do país. De criança fora da escola, vacinação, mortalidade infantil, acesso à água, saneamento [...] as crianças vivem em um estado de "privação múltipla", em que, além de viver na pobreza em termos financeiros, elas têm vários outros direitos violados que prejudicam não só sua qualidade de vida, mas comprometem seu futuro e limitam seu desenvolvimento (GUIMARÃES, 2019, s/p).

Se tratando das crianças mais fragilizadas, meninos e meninas da Amazônia Legal, pode-se dizer que a proteção, o atendimento público prioritário e absoluto ainda tem muito a melhorar, o que demanda um forte alerta, um olhar sensível da sociedade civil e principalmente atuação por parte dos órgãos competentes.

Insta, para estas e para todas as crianças, a efetivação de políticas e agendas públicas que priorizem os direitos da criança e o fortalecimento da rede de proteção, de forma a atender cada região em suas singularidades. “Pensar respostas efetivas para as diferentes realidades amazônicas exige um esforço extraordinário, o que implica capacidade de dialogar, construir e desenvolver propostas de forma inclusiva e sustentável” (UNICEF, 2018).

Ainda, no território da Amazônia Legal e, particularmente, na região Norte do país, os dados das violações dos direitos de crianças e adolescentes não são diferentes. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, há um alto índice de privação de direitos na região norte, o que inclui diversos casos de violência, ausência de serviços de proteção básica, acentuada desigualdade social e distintas formas de vulnerabilidade. Numerosos fatores que comprometem o bem-estar, a liberdade e o desenvolvimento do indivíduo (UNICEF, 2018).

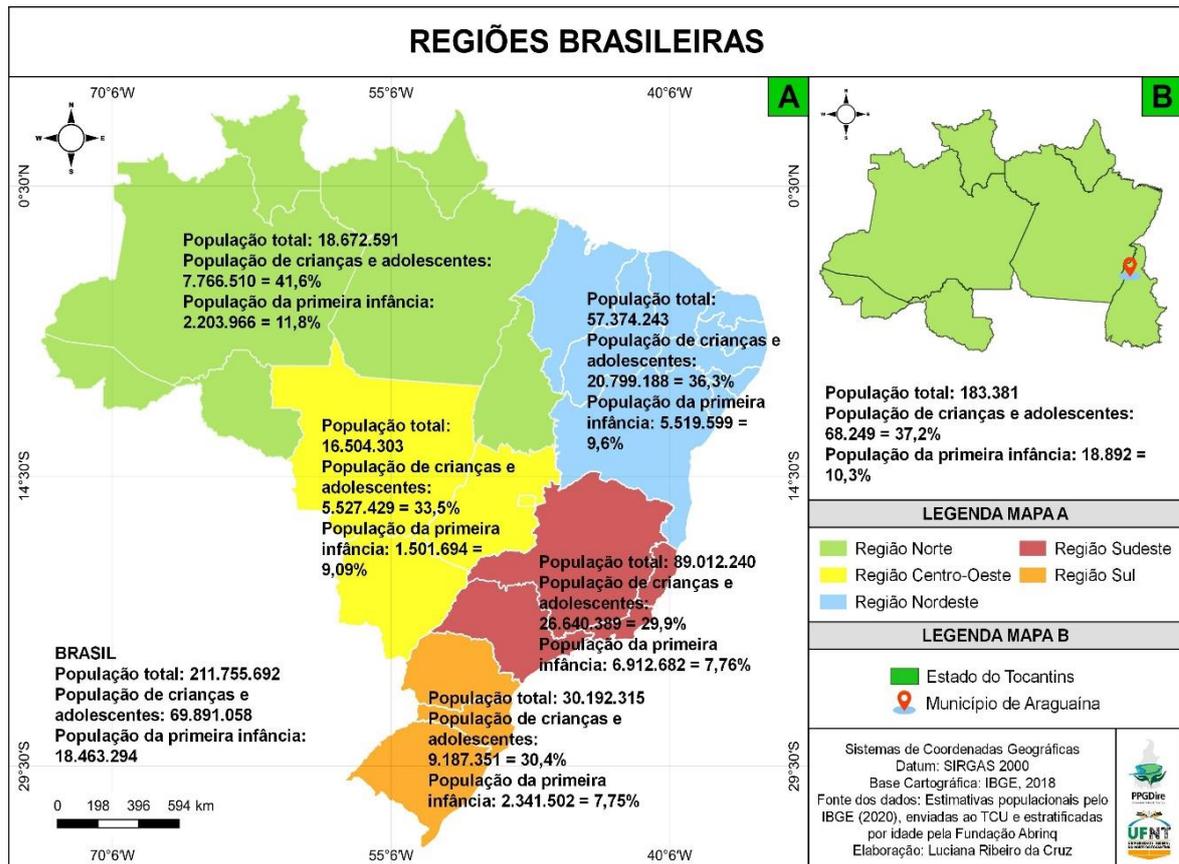
1.2. A infância na Região Norte e em Araguaína - TO

A Fundação Abrinq, ao apresentar indicativos do panorama geral da infância e da adolescência, no Brasil, alude que a “Região Norte é aquela a apresentar maior concentração de crianças e adolescentes, superando 41% de sua população” (ABRINQ, 2021). Calculo este realizado a partir da proporção de crianças e adolescentes (0 a 19 anos de idade) da região norte sobre a sua população total correspondente (população total da região norte em cômputo).

Individualizando tão-somente a primeira infância no Brasil e por regiões, os dados da Fundação Abrinq (2021) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), estimam um total de 2.203.966 *infans* na Região Norte; 5.519.599 na Região Nordeste; 1.501.694 na Região Centro Oeste; 6.912.687 na Região Sudeste e 2.341.502 na Região Sul. Elucida-se que da estimativa da primeira infância citada, o IBGE computa as faixas etárias de zero a três anos de idade e quatro a cinco anos de idade.

Em continuidade a exposição dos dados da população brasileira, considere o Mapa 02, a seguir, com a localização geográfica das cinco Regiões Brasileiras e suas respectivas estimavas populacionais:

Mapa 02 - População Brasileira segundo os Grupos Etários e as Grandes Regiões, com recorte espacial em Araguaína Tocantins



Fonte: Dados (%) da Fundação Abrinq (2021) / IBGE (2020) / Adaptado pela autora (2022).

A Tabela 01, a seguir, pormenoriza os dados da população total, da população de crianças e adolescentes (entre 0 à 19 anos de idade) e da população de crianças da primeira infância (entre 0 até 5 anos de idade), considerando os espaços geográficos do macro para o micro: o Brasil, a Região Norte, o Estado do Tocantins, até chegar no município de Araguaína.

Tabela 01 – População brasileira segundo o Brasil, a Região Norte, o Estado do Tocantins e o município de Araguaína

População Brasileira - Estimativa populacional, em 2020			
	População Total (Ano Base 2020)	Crianças e Adolescentes 0 - 19 anos	Primeira Infância 0 - 5 anos
Brasil	211.755.692	69.891.058	18.463.294
Amazônia Legal	29.313.409	11.942.858	3.372.544
Região Norte	18.672.591	7.766.510	2.203.966
Tocantins	1.590.248	617.509	169.906
Araguaína	183.381	68.249	18.892

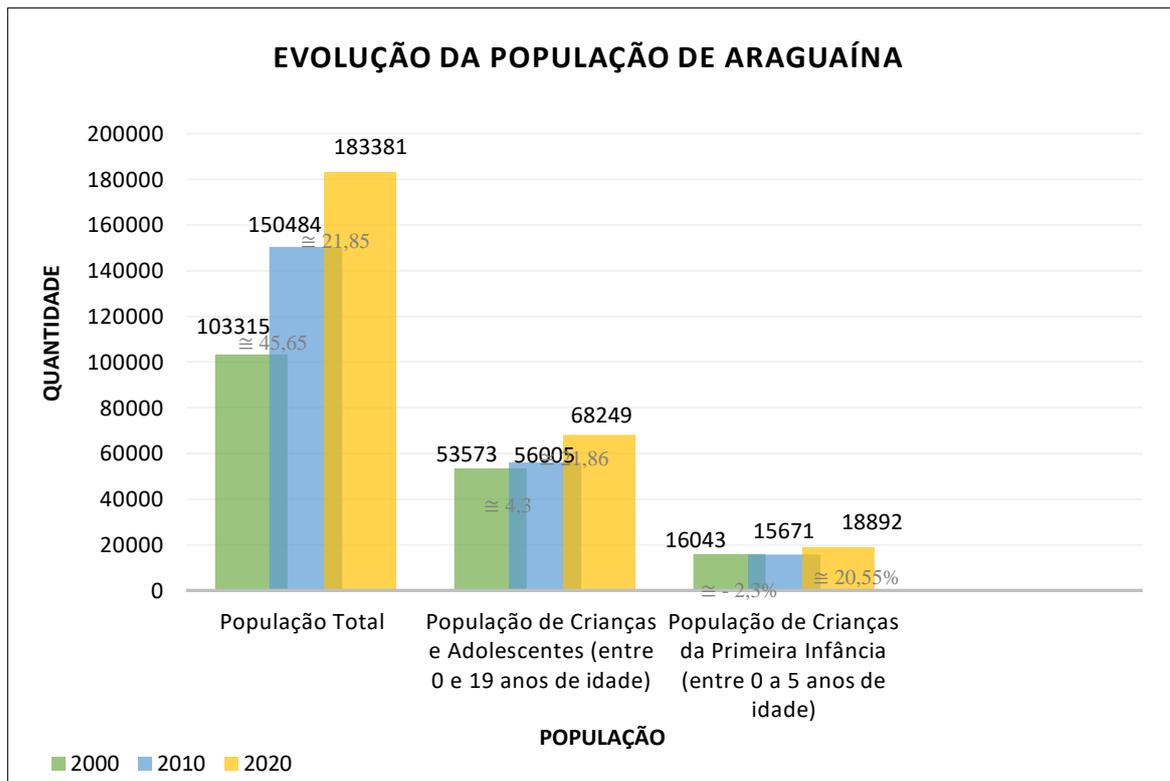
Fonte: Fundação Abrinq (2021) / Elaboração da autora, 2022.

A partir de pesquisas em *sites* oficiais, a exemplo, o IPEA e o IBGE, nota-se que tanto a população da Amazônia Legal como a população de Araguaína vêm crescendo significativamente desde as duas últimas décadas, representando estas na atualidade, aproximadamente, 17% e 0,09 % da população brasileira, respectivamente.

Tomando como base os dados do IBGE (2000; 2010; 2020), observa-se que a população total de Araguaína no ano de 2000 contava com um número correspondente a 103.315 (cento e três mil trezentos e quinze) habitantes; 2010 atingiu o quantitativo de 150.487 (cento e cinquenta mil e quatrocentos e oitenta e sete) habitantes; já em 2020, a população estimada contabilizou aproximadamente 183.381 (cento e oitenta e três mil) habitantes.

Pormenorizando os referidos dados, registra-se que o município de Araguaína, considerando-se a evolução populacional total, por décadas, de 2000 a 2010 e de 2010 a 2020, acresceu em um percentual de 45,65% e 21,85%, respectivamente. Ao que se refere a este acréscimo, mobiliza-se o gráfico 01, a seguir, para apresentar a evolução nas últimas duas décadas:

Gráfico 01 - Evolução da populacional total do Brasil e da população da primeira infância, em Araguaína Tocantins



Fonte: Dados do IBGE (2000; 2010; 2020) / Fundação ABRINQ / Observatório da Criança
Elaboração da autora, 2022.

Autores da área do Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PLURD), a exemplo Leite, Pacífico Filho e Pires (2021) abonam o crescimento populacional total de Araguaína por meio de estimativas e percentuais:

considerando os números do censo demográfico de 2010. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trabalhou com a estimativa de 183.381 pessoas. Portanto, o crescimento populacional foi de 21,8% em dez anos. Numa perspectiva comparativa à população do Brasil (IBGE), no mesmo recorte temporal, apresenta os seguintes números: em 2010, a população era de 190.755.799; em 2020, a população estimada é de 211.755.692 habitantes. Consta-se crescimento de 11%, aproximadamente 50% menor do que o observado para a cidade de Araguaína (LEITE, PACÍFICO FILHO E PIRES, 2021, p. 131).

No que se refere à expansão apresentada pelos autores, pode-se dizer que o acréscimo nos números da população de Araguaína procedeu por meio de distintas conjunturas: a construção da rodovia Belém-Brasília, a migração da população rural e de outras regiões para o espaço urbano da cidade, as melhorias e as aquisições na infraestrutura, o incentivo fiscal e os investimentos nos setores agropecuários, na saúde, na educação, no comércio local, no turismo e no lazer (SANTOS, 2017).

Retomando as discussões e em consideração ao cenário da primeira infância em Araguaína, visível no Gráfico 01, constata-se que a população de crianças de zero a cinco anos de idade no ano de 2000 contava com um correspondente de 16.043 (dezesesseis mil e quarenta e três) habitantes; 2010 atingiu o quantitativo de 15.671 (quinze mil, seiscentos e setenta e um) habitantes; já em 2020, a população estimada de crianças da primeira infância contabilizou em aproximadamente 18.892 (dezoito mil oitocentos e noventa e dois) habitantes. Relevante destacar que, segundo o Censo (2010), 14.785 mil crianças de até 06 anos de idade residiam na zona urbana, enquanto 886 crianças residiam na zona rural.

Ao considerar a população de crianças de 0 a 5 anos de idade no Gráfico 01, dado a década de 2000 a 2010, vê-se que a taxa geométrica de crescimento da populacional das crianças da primeira infância foi negativa apresentando um valor de -2,3%, decréscimo, possivelmente, justificado pelos altos índices de mortalidade infantil contabilizados neste período. De acordo com dados da Fundação Abrinq, um período marcado por um quantitativo expressivo de “15,7 óbitos por cada mil nascidos vivos para menores de um ano e 17,9 para crianças menores de cinco anos a cada mil nascidos vivos” (ABRINQ, S/D, S/A).

Na década seguinte, de 2010 a 2020, nota-se um acréscimo de aproximadamente 20,5% na população de crianças da primeira infância. Para Fundação Abrinq (s/d, s/p), esta década ficou marcada pelos esforços e pelas ações realizadas por parte da sociedade civil e dos órgãos

governamentais, o que em ganhos colaborou com a diminuição gradativa da mortalidade infantil.

No entanto, mesmo com o decréscimo na taxa de mortalidade infantil e retorno do acréscimo da população das crianças de 0 a 5 anos de idade na última década (2010 a 2020), a Fundação Abrinq (s/d, s/p) revela que muito ainda se tem a fazer, sobretudo no que diz respeito às desigualdades encontradas na primeira infância. É preciso alçar, cada vez mais, resultados positivos, “melhorar para garantir a sobrevivência infantil e na infância, principalmente nos estados das regiões Norte e Nordeste” (ABRINQ, S/D, S/A).

De ordem complementar às estimativas e com fins a configurar um pouco mais a infância em Araguaína⁶, o Quadro 01, a seguir, apresenta alguns dos equipamentos públicos comunitários de apoio à primeira infância, órgãos existentes e distribuídos em diferentes localidades da cidade:

Quadro 01 - Órgãos intersetoriais de apoio a primeira infância em Araguaína-TO

ÁREA	QUANT.	ÓRGÃO INTERSETORIAL
Educação (Zona urbana e rural)	31	Centros de Educação Infantil
	13	Escolas que atendem a pré-escola (zona urbana)
	10	Escolas que atendem a pré-escola (zona rural)
	01	Biblioteca Pública
	01	Escola de Artes Raimundo Paulino - Reciclarte
	01	Clínica Mundo Autista
Saúde (Zona urbana)	20	20 Unidades Básicas de Saúde – UBSs
	01	Unidade de Pronto Atendimento – UPA
	01	Pronto Atendimento Infantil – PAI (Hospital da Alegria), unidade de urgência e emergências pediátrica - 24 horas.
	01	Unidade de Terapia Intensiva pediátrica – UTI (alocada no Hospital Municipal)
	01	Centro Especializado em Reabilitação – CER
Serviços Socioassistenciais (Zona Urbana)	02	Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (CRAS I e II)
	01	Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPs Infantil
	01	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS
Espaços públicos urbanos, abertos, verdes, formativos, socializadores, brincantes e de lazer	48	Praças
	01	Parque Cimba
	02	Via Lago
	01	Complexo Poliesportivo Pedro Quaresma

⁶ Os dados expostos no Quadro 01 tratam-se de uma fração dos resultados da pesquisa em ênfase. Os mesmos foram descritos e alocados preliminarmente com fim a contextualizar os serviços e os atendimentos ofertados à primeira infância, ou seja, a infância em Araguaína.

(Zona Urbana)		
Proteção (Zona Urbana)	02	Conselho Tutelar (Polo I e Polo II)
Acolhimento (Zona Urbana)	01	Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima (atende crianças da primeira infância de ambos os gêneros e adolescentes do gênero feminino)
	01	Casa Lar (atende crianças do gênero masculino de 06 anos até 18 anos de idades)

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Se tratando das Unidades Básicas de Saúde esclarece-se, conforme Quadro 01, que o município não apresenta instalações fixas de equipamentos de saúde na área rural. No entanto, os serviços são prestados em diferentes momentos, seguindo um cronograma, outros em períodos específicos (ARAGUAÍNA, 2021). Uma oportunidade para novas implementações.

Do mesmo modo que o quantitativo da população total de Araguaína ascendeu nas últimas duas décadas, as transformações na infraestrutura ganharam destaque. Na esteira de Leite, Pacífico Filho e Pires (2021, p.135) “a organização do espaço urbano em Araguaína perpassa a construção de obras e/ou a revitalização e a conservação dos espaços já existentes”.

Neste ínterim, o percentual evolutivo e significativo da população de Araguaína nas últimas décadas pode ser comparado com o progresso da implantação, ou não, de equipamentos públicos na cidade. Entender quantitativamente se os espaços e os equipamentos públicos também demonstraram acréscimo nos últimos anos, de forma a acompanhar o crescimento populacional, assim como, trazer a correlação entre os equipamentos públicos comunitários e a população é uma informação importante a esta pesquisa, principalmente se tratando da população da primeira infância.

1.3. Histórico e caracterização de Araguaína

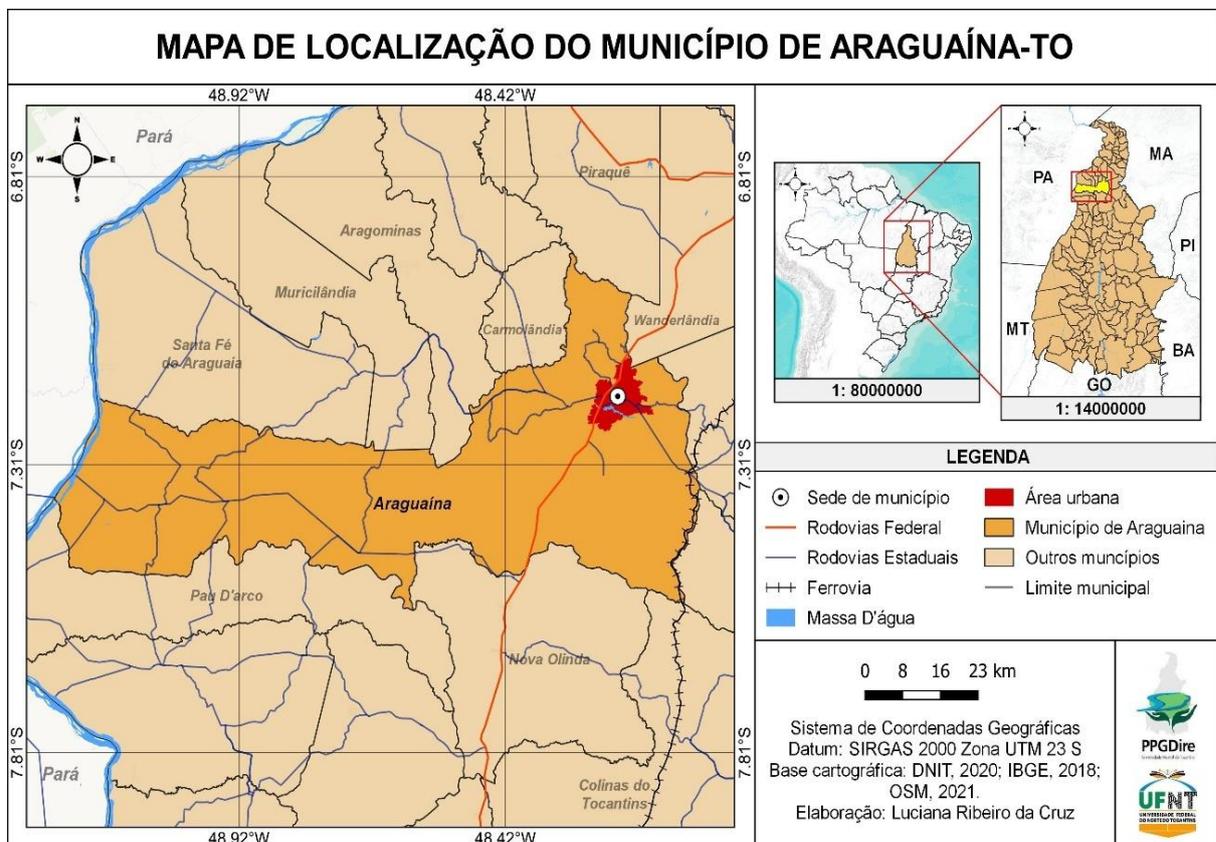
Abrangido, anteriormente, na região entre os rios Lontra e Andorinhas e habitado pelos índios Carajás, antes, pequeno povoado, em razão ao constante temor de ataques indígenas e de animais selvagens, Araguaína recebeu a o nome de “Livra-nos Deus”. Por volta de 1925, já com a presença de algumas famílias e com o aumento populacional, o povoado “Livra-nos Deus” passa a ser denominado de “povoado Lontra”. E em 08 de outubro de 1948, deixa de ser administrado pelos municípios de São Vicente (Araguatins) e Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis), intitulando-se povoado Araguaína e, nesta data, passa a pertencer ao município de Filadélfia (ARAGUAÍNA, 2013).

Após 05 anos, em 1953, com a promulgação da Lei Municipal nº 86, de 30 de setembro de 1953, o povoado Araguaína desmembra-se de Filadélfia e torna-se distrito. Ao passar de mais um quinquênio, em 14 de novembro de 1958, com a publicação da Lei Estadual nº 2.125, fica decretada a criação do município de Araguaína, passando este a pertencer a partir desta data ao Estado do Tocantins.

A denominação do município de Araguaína decorre da nomenclatura do local onde o rio Lontra desagua - Rio Araguaia, e em homenagem ao primeiro nome de distrito do município – Petrolina. Notas jornalísticas e publicações periódicas reafirmam a significação do nome Araguaína da junção do nome Araguaia, acrescido a palavra “ina” retirado do tupi que quer dizer: pequena (ARAGUAÍNA, 2013).

Considere-se, o Mapa 03, a seguir, com a localização geográfica do município de Araguaína Tocantins:

Mapa 03 – Localização de Araguaína Tocantins e seus limites territoriais



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Araguaína é considerada a segunda cidade mais populosa do estado do Tocantins. Em aspectos gerais, situa-se na Região Norte Brasileira, ao norte do Estado de Tocantins, na Amazônia Legal, distanciando-se da capital Palmas, cerca de 380 km. Possui uma extensão territorial de 4.004,646 km² e uma população total aproximada de 186.245 mil habitantes (IBGE, 2021).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Araguaína está localizada na Região Geográfica Intermediária. Ao Norte, limita-se com os municípios de Santa Fé do Araguaia, de Muricilândia, de Carmolândia e de Aragominas; em sentido ao Sul, de Nova Olinda, de Pau D’arco e de Arapoema; ao Oeste limita-se com Wanderlândia e com Babaçulândia; pelo Leste, possui limite com o Estado do Pará.

Ao consultar o *site* do IBGE e considerando dados sociodemográficos já expostos, Araguaína pode ser considerada como cidade média. O IBGE traz como critério de cidade média os municípios que possuem um quantitativo de 100 a 500 mil habitantes. Outros parâmetros como os infracitados também conduzem o entendimento de Araguaína como uma cidade média.

Autores como Santos (2017); Leite, Pacífico Filho e Pires (2021); Pacífico Filho, Borges, Mendes e Godoi (2019) e Leite, Pacífico Filho e Moraes (2020) sustentam a proposição de que Araguaína é uma cidade de médio porte, “uma das três cidades mais populosas do estado do Tocantins”, subsumindo-a na “dinâmica amazônica a partir do avanço significativo do capital nacional e internacional na região” (LEITE, PACÍFICO FILHO E PIRES, 2021, p. 132).

Neste ponto, torna-se necessário corroborar com os discursos concebidos e considerar Araguaína como uma cidade “média”, ademais “atrativa”. Atributos elencados em consideração aos seus espaços revitalizados, os quais contribuem para o processo de urbanização e trazem aplicação de recursos, esforços, melhorias, investimentos e outros sistemas bem-sucedidos para a cidade (LEITE, PACÍFICO FILHO E MORAIS, 2020).

Com 63 (sessenta e três) anos de criação, a cidade exibe um visível desenvolvimento nos distintos níveis: planejamento urbano, educação, saúde, emprego e renda. Na última década, destacou-se pelo célere desenvolvimento estrutural, crescimento econômico e populacional.

Notável no ponto de vista de expansão populacional e econômica, por ser atravessada pela BR-153 e por estar situada em um entroncamento rodoviário, conectando várias importantes cidades da região. Uma iniciativa estatal “para o desenvolvimento da Amazônia” [...] ação a qual “Inaugura-se o rodoviarismo na Amazônia. São projetadas as rodovias Transamazônica e Belém - Brasília” (PACÍFICO FILHO, BORGES, TELES E CANÇADO, 2020, p. 1487).

Em relação à construção da BR-153, antiga Belém Brasília, pode-se considerar tal obra como uma das situações favorecedoras à expansão e fortalecimento da cidade. Santos (2017, p. 105), ao considerar as rodovias como “canais de penetração para o povoamento e para o desenvolvimento regional”, enfatiza que o movimento da construção da BR-153 atuou como fator preponderante à urbanização da Região Amazônica, assim como para a apropriação do estado do Tocantins e para a cidade de Araguaína.

o movimento de ocupação humana e econômica no Tocantins está condicionada a orientação da BR-153 depois de sua construção. Um novo processo de urbanização fez com que várias cidades nas margens da rodovia Belém-Brasília, sendo hoje algumas delas as principais do novo estado, tais como: Gurupi, Paraíso, Guaraí, Colinas e Araguaína (SANTOS, 2017, p. 103).

Corroborar-se com Santos (2017), quando o autor pontua que o processo de urbanização de Araguaína é relutância da construção da BR-153. Pode-se discorrer, ainda, que a construção da rodovia BR-153 provocou um maior fluxo e movimentação de pessoas na cidade impulsionando a economia da região, trouxe visíveis melhoras na infraestrutura, bem como veemência para o comércio local.

Estes e outros mais atrativos como os espaços públicos atuais e as diferentes ofertas de atendimentos é o que tornam a “cidade localizada às margens de um corredor viário de relevância nacional” em um “espaço de atração socioeconômica” (LEITE, PACÍFICO FILHO E MORAIS, 2020, p. 103).

É pertinente rememorar os históricos a fim de retratar que muitos dos trabalhadores destinados à construção da Belém-Brasília, após construção da obra, decidiram fincar laços e habitar em Araguaína. Assim, pode-se dizer, também, que este fator contribuiu com a expansão do município descrito.

De igual modo, faz-se necessário pontuar um trecho da BR-153 identificado como Avenida Bernardo Sayão, parte integrante da paisagem urbana de Araguaína; avenida de grande tráfego e de importância para a cidade, por oferecer à população e aos transeuntes que trafegam na extensão da rodovia, serviços e atendimentos por meio de estabelecimentos comerciais e empresas de diferentes ramos de atividades: autopeças, agropecuário, residenciais, restaurantes, hotéis, postos de combustível, casa de eventos, dentre outros.

A Figura 02, a seguir, ilustra a Rodovia Belém-Brasília, BR-153, no trecho da Avenida Bernardo Sayão:

Figura 02 – Rodovia Belém-Brasília - BR-153, em Araguaína Tocantins



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Em seu traçado e desenho geométrico, a Avenida Bernardo Sayão correspondente a um paralelo da cidade propiciando a existência de setores e bairros de ambos os lados da rodovia. Com a presença de estabelecimentos comerciais e residências tanto a margem direita quanto a esquerda da rodovia, a Avenida Bernardo Sayão concede a continuidade da Avenida Cônego João Lima, configurando-se como uma expansão do núcleo urbano, abrindo translado a novos empreendimentos, loteamentos e bairros residenciais de Araguaína.

Outro fator a ser evidenciado no município de Araguaína é a hidrografia; Bacia Hidrográfica formada pelo Rio Araguaia e seus afluentes, bem atendida pelo setor energético, pois dispõe de duas usinas hidrelétricas conhecidas como Corujão e Lajes (ARAGUAÍNA, 2013).

No que tange aos rios e aos córregos de Araguaína, pontua-se o Rio Araguaína como recurso de grande atuação à economia, seja pela pecuária ou pela agricultura. Ribeirinhos são beneficiados pela fertilização das terras que se situam às margens do rio, ainda, por sua área ecológica e turismo. Exemplo, povoado Garimpinho, localizado a 146km de Araguaína, local procurado pelos veranistas por oferecer bem-estar e atrativo turístico. Com sua beleza e fauna o povoado em época de e fora de temporada é procurado para descanso, lazer, entretenimento, pescarias esportivas, reuniões familiares e afetivas (SANDES, 2019, p. 70).

Outros rios, córregos, cachoeiras e lago fazem parte da Bacia Hidrográfica de Araguaína. O rio Lontra é o principal afluente da bacia hidrográfica. Os córregos “Lavapés, Prata, Neblina, Raizal, Ribeirão de Areia, Xixebal, Cará, Jacubinha, Tiúba e o Jacuba” cortam e fazem parte da cidade, alguns como Jacuba e Jacubinha muito frequentados pela população em períodos mais quentes e no verão (ARAGUAÍNA, 2013).

Notas aportadas no *site* da prefeitura e extraídas de páginas e principais portais jornalísticos da cidade trazem recortes discursivos sobre o arranjo atual do município. A denominação “Capital Tocantinense do Boi Gordo”, sancionada pela Lei nº 2.060, publicada em diário oficial nº 2.914, de 17 de junho de 2009, retrata, na década de 90, uma das principais fontes de renda do município, prevalecendo até os dias atuais (TOCANTINS, 2009). Uma cidade “voltada à prestação de serviços e ao agronegócio, sobretudo à pecuária de corte” (PACÍFICO FILHO, BORGES, TELES E CANÇADO, 2020, p. 1480).

Araguaína é bem respaldada em alocações jornalísticas e em discursos oficiais da gestão. A Prefeitura Municipal de Araguaína (2021) ilustra o desenvolvimento atual da cidade por meio de um *slogan* que apresenta os dizeres: “Cidade que não para”, ademais exhibe um timbre contendo em sua estética 04 (quatro) setas nas cores: vermelha, azul, amarela e verde.

O teor do *slogan* e a proposta de estética das setas têm por objetivo mostrar o progresso perceptível a todos que aqui residem e àqueles que regressam e/ou visitam o município em destaque (ARAGUAÍNA, 2021). Transcreve-se, a seguir, as discursividades apresentadas pelas alocações jornalísticas da cidade:

[...] as cores do Município foram mantidas no novo logo, que recebeu setas contínuas em combinação com o *slogan* “Cidade que não para”. A marca tem o objetivo de aproximar as pessoas da administração pública e representa a importância da população como parte fundamental da construção de uma cidade ideal e justa, acompanhando e participando das atividades locais [...] na psicologia das cores, a cor vermelha desperta a sensibilidade, delicadeza, ternura, sentimento, prosperidade e agilidade. A cor azul transmite saúde, conforto, tranquilidade e segurança. A cor amarela é energizante, acolhedora e transmite felicidade. A cor verde transmite esperança, natureza e otimismo (ARAGUAÍNA, 2021).

É necessário situar o município em foco no contexto nacional. Araguaína foi referenciada no “*Ranking* de desenvolvimento econômico” por meio do estudo da *Urban Systems* - Revista Exame. Nos últimos dois quadriênios tem sido referência no estado, devido ao seu desenvolvimento e pela sua atratividade, assim como, em decorrência a novas e (re)apropriações dos espaços da urbe.

Por mais que a cidade média de Araguaína tenha apresentado potenciais, assim como em outras cidades bem-conceituadas, ela ainda possui uma camada da população que não é contemplada, em condições com bolsões de pobreza e exclusas dos ambientes da cidade (SOUSA, 2021). De igual modo, a cidade carece ser assistida por meio de políticas públicas que atendam as “funcionalidades mais básicas” e supram os marcadores sociais figurados em seus espaços (PACÍFICO FILHO, BORGES, TELES E CAÇADO, 2020, p. 1484).

Autores como Pacífico Filho, Borges, Teles e Caçado (2020) coadunam com Soares (2021) ao debater sobre as potencialidades da cidade de Araguaína, na Amazônia Legal e sobre as suas precariedades. Cidade média notada em sua extensão geográfica e pelas regiões circunvizinhas, “capital regional C”⁷, destacada por sua visível atratividade e pelo seu célere e desenvolvimento econômico e demográfico.

Não obstante, esta mesma cidade pujante, caracterizada pelos autores como promissora ao diz respeito as “políticas de desenvolvimento para a Amazônia” é revelada como uma cidade detentora de imbróglios, “marcada por números de elevada vulnerabilidade social”, em outras palavras, com indícios de estorvos de natureza social e estrutural, os quais tem impelido negativamente a garantia da equidade, o alcance do bem-estar e a qualidade de vida dos seus cidadãos, de forma particular dos menos favorecidos (PACÍFICO FILHO, BORGES, TELES E CAÇADO, 2020, p. 1492).

há crescimento demográfico, econômico e de exportações, bem como renda per capita acima da média nacional [...] contudo os dados de saneamento básico, homicídios e população no cadastro único demonstram que os aspectos econômicos não se reverteram em bem-estar-social [...] mesmo com todo crescimento econômico, as liberdades instrumentais e substantivas ainda permanecem relegadas (PACÍFICO FILHO, BORGES, TELES E CAÇADO, 2020, p. 1477)

⁷ Capitais regionais são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles. De acordo com os números apontados, “97 Cidades foram classificadas como Capitais Regionais em todo o País, com três subdivisões”, são elas: A, B e C. Ver em: Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2018). Disponível no site: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf.

Por um lado, Araguaína em suas estimativas aponta números que revelam o seu crescimento econômico, trata-se de uma cidade que tem atendido parte das expectativas dos cidadãos e dos indivíduos que pela cidade transitam, ofertado serviços e bens e, por outro, não apresenta concordância nos seus dados de desenvolvimento de liberdades. “o acesso a recursos financeiros não garante a ampliação de liberdades, mas a falta deles impede seu acesso a elas” (PACÍFICO FILHO, BORGES, TELES E CAÇADO, 2020, p. 1484).

Em ininterruptão as transformações ocorridas em Araguaína, no quesito infraestrutura, foi reportada como atrativa para o desenvolvimento de negócio em decorrência do “Programa Investe Araguaína”, que trata da “vinda de empresas de renome nacional, a implantação de novos cursos universitários, além de uma cidade com mais planejamento e obras de infraestrutura” (ARAGUAÍNA, 2018).

Araguaína, “Capital Universitária”, é referência nas áreas de educação e saúde. Na educação, em razão das Unidades de Ensino Básico, públicas e particulares, faculdades e universidades. Na saúde, por meio de inúmeras clínicas e hospitais da região, os quais oferecem atendimento à população local, circunvizinhas e outras regiões.

Na saúde é referência a nível municipal pelo: Pronto Atendimento Infantil - PAI (antigo Hospital de Campanha) e pelo Centro de Reabilitação - CER; Hospital Municipal de Araguaína – HMA, o qual realiza atendimentos na pediatria e em serviços de UTI Pediátrica. A nível estadual pontua-se as Unidades Básicas de Saúde – UBS, o Hospital de Doenças Tropicais – HDT, o Hospital Regional de Araguaína - HRA e a Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Araguaína, também, conta com dois hospitais particulares: Hospital Maternidade Dom Orione e Hospital São Lucas. Este último, por meio de um único pediatra, realiza atendimento de socorro e de emergência a bebês e a crianças da primeira infância.

No campo da Educação Básica, a cidade foi referenciada e reconhecida em âmbito estadual, pelo Instituto Ayrton Senna (2017), como “única”, por causa de sua excelência na educação. No ensino Superior, ela é “reconhecida por abrigar um dos maiores polos universitários do Estado⁸, atraindo estudantes de várias localidades do país, principalmente do Sul, do Pará e do Maranhão” (SANDES, 2019, p. 67). Atualmente, com os cursos de mestrado e doutorado a UFNT, polo Araguaína recebe alunos de todas as regiões do Brasil, o que mostra a consolidação, o acolhimento e a expressiva ampliação do ensino superior e *stricto sensu* oferecido no município.

⁸ Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFT; Instituto Federal do Tocantins; Centro Universitário UNITPAC; Faculdade Católica Don Orione – FACDO; UNOPAR; FACIT; UNIP;

No que se refere ao entretenimento e às atratividades, antes do período emergencial, ocasionado pelo infausto surgimento da Covid-19, o calendário e a agenda municipal da Prefeitura Municipal de Araguaína contemplavam diversas atrações culturais e tradicionais, com a participação de artistas de todo o país e de grupos da população local. Na temporaneidade, tais atividades encontram-se retomando, gradativamente.

Araguaína tem “uma agenda cultural movimentada” tanto pelo público local quanto por visitantes. Cidade da tropeada/cavalgada, da exposição agropecuária (expoara), da feira de artes e talento, da famosa Cantata de Natal, do festival do chamberil, do festival de músicas e poesia, de teatro e animações, da religiosidade ancorada na encenação da Via Sacra, das festas populares como o festival de quadrilhas e comidas típicas, dos jogos nos estádios de futebol (Leoncio de Sousa Miranda/Mirandão) e de diversos pontos de lazer, clubes e chácaras. (SANDES, 2019, p. 69-70).

Para Oliveira (2020), a cidade, de fato, possui uma agenda que envolve diferentes “formas de produção” e um cenário artístico em que a prefeitura local valoriza as tradições, a cultura e o trabalho musical da população araguainense, sendo este último citado evento de preponderância, seguido pelo teatro, “outras categorias ficam relegadas à invisibilidade por falta de profissionais e locais específicos que viabilizem para que ocorram eventos em todas as categorias artísticas na cidade” (OLIVEIRA, 2020, p. 88).

Portanto, pode-se dizer que a agenda cultural de Araguaína é reconhecida por meio de Lei Municipal e abordada no âmbito do PPGDire por meio da pesquisa de Oliveira (2020), o qual expõe a importância da cidade “pelo viés artístico” a partir da música⁹ (festival de música, apresentações musicais em eventos tradicionais da cidade – Expoara/Carnaval/Cantata de Natal/Aniversário da cidade), da dança¹⁰ (Festival de quadrilhas São João do Serrado, Instituto do Encanto do Luar, Dança do Lindô) e do teatro (Arte Palco, Via Sacra, Grupo teatral Giganu’s).

⁹ **Programa Cultura da Casa** - Lei Municipal 3070, de 19 de março de 2018: “Cria o programa “Cultura da Casa”, que determina a disponibilização para apresentação de grupos, bandas, cantores ou instrumentistas na abertura de eventos musicais locais, e dá outras providências”. Disponível em: <https://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/3070/2170.aspx>

¹⁰ **Festival de quadrilhas São João do Serrado** – tradição da cidade realizada a mais 20 anos (Oliveira, 2020); **Instituto Encanto do Luar** - Lei Municipal 3097, de 6 de maio de 2019: Declara de utilidade pública o Instituto Encanto do Luar. Disponível em: <https://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/3097/2306.aspx>. O instituto funciona para organizar o grupo quadrilheiro que se apresenta nos festejos juninos, bem como para promover eventos, como feijoadas, com a finalidade de arrecadar verba para custear as despesas que concernem ao funcionamento e às necessidades do grupo (OLIVEIRA, 2020)

Não obstante, Oliveira (2020, p.93) cita a necessidade de que “as gestões futuras possam melhor planejar projetos e a construção de instituições artístico-culturais, como museus e teatros, por exemplo”, motivo significativo à continuidade dos estudos em questão, pensando a cidade de Araguaína para a infância, para o adulto e para todos que dela querem e fazem parte.

No âmbito da interação e da sociabilidade, Araguaína conta com espaços públicos urbanos abertos, verdes, brincantes e de lazer. São eles: Eco Parque Cimba, Via Lago, Complexo de Turismo e Negócios Via Lago¹¹, quadras poliesportivas, pista de caminhada e skate (PEC), além das diversas praças públicas¹², algumas reformadas e adaptadas, outras com equipamentos de ginástica e/ou parquinho infantil. Toma-se nota, também, as várias academias a céu aberto instaladas em diversos pontos da cidade.

O Parque Cimba¹³ e a Via Lago¹⁴ já foram alvo de interesse e pesquisas no âmbito do programa PPGDire, considerados como pontos de lazer e turísticos da cidade. Para Sousa (2021, p.91) “não se pode negar a evidente transformação na paisagem urbana de Araguaína com a construção desses dois novos espaços de lazer”. Ainda para a referida autora, um dos dois espaços citados apresenta-se como não acessível a toda a população araguanense “seja em aspectos estruturais, como por exemplo, acessibilidade, seja em aspectos simbólicos, cercas que dividem bairros do espaço, especulação imobiliário” (SOUSA, 2021, p. 91).

Diferentes matizes e ímpetos, manifestados ora favoráveis, ora contrários, à população residente e visitante. Contudo, tais espaços, de Araguaína, quando permitido o acesso, têm se tornado espaços de refúgio à busca do bem-estar, por serem abertos, livres, verdes, brincantes e, de modo especial, às crianças, diga-se de passagem, as mais afetadas com o isolamento social.

¹¹ **Complexo Beira Lago** – espaço verde e de lazer com quadra poliesportiva coberta, skatepark, academia ao ar livre, parquinho infantil e ampla pista que pode ser usada por ciclista, pedestre e ainda para treino e provas de kart.

¹² Destaque para: Praça do Esporte e Cultura (PEC) do Araguaína Sul II, Praça das Nações e Praça das Bandeiras.

¹³ **O Eco Parque Cimba Benedito Vicente Ferreira** - parque urbano localizado na parte central de Araguaína. Local de práticas esportivas, eventos e lazer. O Eco Parque possui, além da área verde, ruínas como patrimônio histórico, gradil de fechamento, iluminação em LED, grama, paisagismo, lago e cascata. Na área verde, possui academias adaptadas e a céu aberto e duas pistas, sendo uma para ciclismo e outra para caminhada, ambas com 1,2 km de extensão e somando mais de 6.600 metros. Referência para confraternizações, aniversários, piqueniques, eventos culinários, eventos da saúde, práticas educativas, campeonatos esportivos, festivais culturais, dentre outros.

¹⁴ Cartão postal da cidade – **O Complexo de Turismo e Negócios Via Lago** é um espaço público destinado a práticas esportivas e lazer, atua também como local para realização de eventos culturais. Ao longo da avenida com luminárias de LED, rede subterrânea, pistas duplas, calçadão, ciclovias, áreas verdes, calçadão com grafismos inspirados nos povos indígenas, especialmente os Karajás. Destaque para a praia artificial com 330m de extensão e futura ilha fluvial com restaurante e quiosque (em construção/andamento). Futuramente, também, contará com Centro de Convenções, Centro Administrativo Municipal, shopping center e hotel. Após a ponte, com o Parque Poliesportivo, já em construção, e que abrigará também o Centro de Treinamento de Triatlo e Canoagem.

De acordo pesquisa no *site* Mundo Brasileiro de Informações - MBI, a município de Araguaína é composta por 140 (cento e quarenta) bairros, distritos e localidades, sendo: 115 (cento e quinze) bairros na zona urbana, 08 (oito) localidades as extremidades da zona urbana e 17 (dezesete) povoados localizados na zona rural (APÊNDICE 1).

Diante todo o exposto, finda-se este capítulo, pontuando a importância de a cidade ofertar bem-estar e qualidade de vida para seus munícipes, de modo particular às crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, ou mesmo àquelas famílias com crianças que não possuem condições socioeconômicas de buscarem espaços formativos, socializadores e de lazer em âmbito privado para beneficiarem se do bem-estar e qualidade de desenvolvimento. Os bebês, as crianças pequenas e seus adultos responsivos possuem o direito de contemplar-se na plenitude e em sua “peculiar condição de desenvolvimento” (ECA).

2. PLANEJAMENTO URBANO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

2.1. Os investimentos na primeira infância

Cabível trazer ao início dos estudos, além do conceito de criança da primeira infância, o verbete: gravidez. De acordo o Dicionário Aurélio (2010, p. 386), “[...] *sf.* **1.** Estado da mulher, e das fêmeas em geral, durante a gestação; prenhes. **2.** Gestação”. Trata-se de um verbete que conceitua a condição humana de uma “mulher” ou “fêmea” que carrega em seu útero um novo ser.

Heckman (2011;2013;2018), Bowlby (2006) e Kern (2021) evidenciam as particularidades desta principal fase da vida como um momento único e oportuno para o desenvolvimento, em que há uma maior necessidade da aplicação de investimentos, podendo estes serem de naturezas múltiplas.

Neste elementar momento, apresenta-se uma tríade de condutas que envolve tanto os entes federativos quanto os sujeitos humanos, em um enlace que tem como objetivo comum o desenvolvimento da criança, são eles: os investimentos em cuidados e atenção básica para com o sujeito adulto que está a gerar um bebê e com o sujeito infantil; investimentos em afeto e, por fim, investimentos para com a cidade, de maneira que este último citado tenha condições para atender as demandas da primeira infância e de toda a população.

No tocante as manifestações e as atitudes que propiciam o crescimento durante a primeira infância, pode-se dizer que tais investimentos, sejam eles financeiros ou afetivos, quando bem designados e de forma correta, alteram o momento presente, transformam o futuro, propiciam oportunidades de desenvolvimento, bem como, beneficiam não somente o sujeito infantil, mas a toda a sociedade e a economia do país (HECKMAN, 2011; 2013; 2018).

Se, por um lado, a primeira infância pode ser compreendida como um período da vida onde há uma vivência única e irremediável em virtude do frenético e maleável desenvolvimento do cérebro, por outro, ela destaca-se por ser um período do ciclo vital no qual é instado uma maior atenção ao que se refere aos dispêndios para com o sujeito que está a gerar um bebê, concomitante com o sujeito infantil que será concebido e que dependerá, nos seus primeiros anos de vida, de cuidados, de atenção básica, de afeto, de um ambiente privado (o lar) e de um espaço geográfico urbano externo ao lar (bairro e cidade), para que possa se desenvolver e ter uma qualidade de vida (NCPI, s/d, s/p).

Para a psicanálise, a gravidez pode ser compreendida como um período de transição, onde acontece transformações e mudanças no corpo (física), na personalidade (psicológica) e, também, no social. Fase em que os sentimentos se contrapõem a todo momento, de atitudes “completamente contraditórias”, um período de “ambivalência”¹⁵ (CHEMAMA, 1995, p. 11).

Esse momento evoca no inconsciente uma transparência permitindo que muitos aspectos da relação da gestante com seus cuidadores sejam lembrados e venham a percepção consciente. Assim, sua parentalidade estará permeada pela sua relação com quem exerceu o papel de pais em sua vida e demarcará a capacidade de parentalidade de seus filhos (ZORNIG, 2010).

Ao que se refere à pessoa que está passando por alterações - físicas, hormonais, psicológicas e sociais - em virtude da gestação, elucida-se um sujeito num corpo feminino que antes de ser mãe, foi filha e que neste período da vida deixa de ser filha, sendo convocada a ser mãe. Que teve a sua personalidade formada pela avó do bebê que está sendo gerado por ela, ou seja, um sujeito com experiências, uma figura em transição e com uma história de vida que, possivelmente, terá a oportunidade de transmitir e intervir na vida do ser humano que está em seu ventre (ZORNIG, 2010).

Um ciclo transgeracional em que a gestante, perpassa por um ciclo gravídico-puerperal, acarretando, a depender dos investimentos, influências positivas ou negativas no ciclo vital do seu bebê. É claro que, neste novo ponto de partida - nascimento, quando há agregação de investimentos, centralização de esforço intersectorial por meio de políticas públicas voltados aos cuidados da gestante e do bebê, bem como atenção básica e preventiva ao que se refere a saúde física, psicológica, mental e da personalidade de ambos, o processo do pré-natal, do nascimento

¹⁵ Disposição psíquica do sujeito, que sente ou manifesta, simultaneamente, dois sentimentos, duas atitudes opostas em relação a um mesmo objeto, a uma mesma situação. Por exemplo, amor e ódio, desejo e temor, afirmação e negação (CHEMAMA, 1995, p.11-12).

e do pós-natal, ainda, a formação do vínculo parental e o desenvolvimento da criança tornam-se mais plausíveis.

No que diz respeito aos números de nascimentos, os dados aportados pela Estatística do Registro Civil (IBGE, 2019) assinalam que o Brasil, em 2019, escriturou um quantitativo de 2.812.030 registros de nascidos vivos no país, prevalecendo maiores percentuais para as Regiões Sudeste, seguida pela região Nordeste, com valores de aproximadamente, 39% e 28,1%, respectivamente.

Pormenorizando os dados supra referenciados e em consideração a Unidade de Federação em que reside a genitora, o IBGE (2019) estima um quantitativo de 294.203 (\cong 10,5%) nascidos vivos registrados na Região Norte, 791.912 (\cong 28,1%) na Região Nordeste, 1.095.156 (\cong 39%) na Região Sudeste, 385.743 (\cong 13,7%) na Região Sul, 239.442 (\cong 8,5%) na Região Centro Oeste, 27 (\cong 0,00096%) nascidos vivos sem especificação de Unidade de Federação. Ainda, 431 (\cong 0,15%) nascidos vivos estrangeiros registrado no Brasil e 5.116 (\cong 0,18 %) casos ignorados (IBGE, 2019).

Em completude aos números e percentuais expostos, tomando como nota as regiões geográficas deste estudo, contabilizam-se um número de 460.505 (\cong 16,4 %) nascidos vivos na Amazônia Legal, 24.053 (\cong 0,9 %) nascidos vivo no Estado do Tocantins e 3.101 (\cong 0,9 %) nascidos vivo em Araguaína (IBGE, 2019).

Ao que se refere ao local do nascimento (equipamento/estrutura física), escritura-se que 2.783.409 (99%) dos partos registrados no Brasil ocorrem em hospitais. Do total restante, 15.604 (0,55%) ocorreram em domicílios, 11.421 (0,4%) em outros locais e 1.596 (0,05%) não possuem a declaração do local onde aconteceu o parto. Considerando a quantidade de nascidos vivos, em sua maioria, 2.750.142 (97,8%) dos partos são de um único filho, (2,1%) são partos de gêmeos (dois filhos), (0,05%) três ou mais filhos e (0,04%) não declarados (IBGE, 2019).

Categorizados por gênero, um total de 1.438.275 (\cong 51,1%) nascidos vivos do gênero masculino (sendo 1.435.490 brasileiros, 212 estrangeiros e 2.573 casos ignorados), 1.373.485 (\cong 48,8%) nascidos vivo do gênero feminino (sendo 1.370.732 brasileiras, 219 estrangeiras e 2.534 casos ignorados) e 270 (\cong 0,02%) nascidos vivo sem declaração de gênero, especificado (IBGE, 2019).

No que corresponde ao total de partos de mães adolescentes no Brasil, posto que os números podem ser considerados como um indicativo da vulnerabilidade parental, o IBGE (2019) registrou um quantitativo de 280.321 partos em que as respectivas genitoras possuíam idades de até 18 anos. Destes, 16.673 (\cong 6%) foram de mães que na ocasião do parto possuíam

menos que 15 anos de idade e 263.648 (\cong 94%) foram de mães que possuíam entre 15 a 18 anos de idade (IBGE, 2019).

Particularizando a Região Norte e considerando duas das escalas etárias aportadas pelo IBGE (2019), a saber: menos que 15 anos e 15 a 19 anos, contabilizam-se um total de 2.838 casos de mães brasileiras que na ocasião parto possuíam menos que 15 anos de idade e 57.192 casos em que a genitora possuía de 15 a 19 anos de idade. No tocante ao estado do Tocantins, um total de 197 nascidos vivos de partos em que a genitora possuía menos de 15 anos de idade e 4.179 casos em que a genitora possuía entre 15 e 19 anos de idade (IBGE, 2019)

Sintetizando os números e os grupos etários, ou seja, a idade da genitora, em relação aos partos, as Estatísticas do Registro Civil apontaram um número maior de partos envolvendo genitoras com idades entre 20 a 24 anos de idade. Na ocasião do parto, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram um maior número para genitoras do grupo etário de 20 a 24 anos. Já as Regiões Sudeste e Sul para o grupo etário de 25 a 29 anos de idade (IBGE, 2019).

Os dados estatísticos supra expostos tornam-se importantes a partir do momento que se visualiza em cada nascido vivo um outro sujeito: a genitora. Tão importante quanto a genitora sobreviver e ter um bom parto é ter a constância de que o bebê chegou ao mundo com vida e foi recebido sem marcas de sofrimento.

Entende-se que o nascido-vivo deve ter a oportunidade de obter benefícios durante a sua fase enquanto bebê, quando criança, bem como durante todo o seu desenvolvimento. Ao certo é que este nascido-vivo tenha o direito de progredir e cumprir novos ciclos da vida.

Com o nascimento do bebê surgem novas responsabilidades. Independentemente da aceitação e acolhimento - ou não - da genitora, o sujeito nascido-vivo, por ser dependente, necessitará de um outro sujeito que seja adulto e que se disponha a ele(a). E é este adulto, caracterizado aqui como “adulto responsivo” (UNBAN95, 2019), que precisará exercer responsabilidades, com lucidez e afeto.

Inicia-se um novo ciclo, surge uma nova geração. E para que tudo isto alcance resultados positivos e os sujeitos envolvidos sejam bem-sucedidos Heckman (2011, p. 35) insta “duas entradas”, diferentes e complementares:

investimento direto na cognição da criança e personalidade, e investimento na mãe e no ambiente familiar que ela cria - são distintos, mas complementam uns aos outros. Melhorias em qualquer entrada melhoram a criança e os resultados. Melhorias em ambos são o investimento mais sensato (HECKMAN, 2011, p. 35).

Compreende-se que as experiências vivenciadas pela criança, junto ao seu adulto responsável, aos pares e ao ambiente, interferem na constituição de sua personalidade. A personalidade conquistada é o que cria a produtividade e garante progresso à vida, à sociedade e à economia de um país. De igual modo, esclarece-se que “as primeiras impressões e experiências na vida preparam o terreno sobre o qual o conhecimento e as emoções vão se desenvolver mais tarde” (WEINBERG, 2017, s/p).

Amparados pela ciência, pode-se dizer que os cálculos se iniciam durante a gestação e com resultados negativos, tendo a partir do “bebê na barriga” percentuais de progresso tendenciosos à acréscimos ou à decréscimos. Para o referido autor, a probabilidade do bebê que está sendo gerado “vir a ter uma vida saudável se multiplica quando a mãe é disciplinada no período pré-natal”, ademais quando ele tem acesso aos serviços indispensáveis para este momento peculiar da vida, período da gestação de maiores indícios de negligências (WEINBERG, 2017, p. 2).

Heckman (2018) cita três situações que requerem cuidados preventivos para que se obtenha os “resultados-chave” e de apoio ao desenvolvimento infantil, são eles: os ambientes domésticos, as atitudes parentais e a saúde mental dos responsáveis (HECKMAN, 2018, p. 25).

Tomando como nota a questão dos investimentos em cuidados preventivos, torna-se pertinente fazer menção as oportunidades de desenvolvimento propiciadas pelos serviços intersetoriais durante e depois da gravidez. Executar ações específicas para as diferentes fases da infância, a exemplo a “educação médica, parental e familiar” permite melhorias na saúde física e mental, favorece o fortalecimento da parentalidade e propicia um bom desenvolvimento na infância. Além disso, permite que os sujeitos responsáveis proporcionem aos seus filhos “um começo de vida forte” e saudável (HECKMAN, 2018, p. 24-25).

Na esteira de Heckman, ao integrar programas voltados para o desenvolvimento da primeira infância, “durante e após a gravidez até os dois anos” (2018, p. 7), tem-se inúmeros ganhos:

Oferecer saúde, aprendizagem precoce e cuidados desde o nascimento e produz um retorno de 13% sobre investimentos por criança por ano, significativamente maior do que apenas em pré-escola sozinho [...] o cuidado infantil de qualidade compensa, ajudando as mães estabelecer carreiras e crescer renda. Os ganhos de renda ao longo dos primeiros cinco anos pagam o custo total de desenvolvimento abrangente na primeira infância [...] Apoio abrangente para crianças de baixa renda do nascimento aos cinco anos produz melhores resultados para crianças e maiores benefícios econômicos para sociedade do que investir em qualquer elemento (HECKMAN, 2018, p. 7).

A partir da citação, entende-se que os ditos ganhos partem de investimentos precoces com a atenção básica por meio da intersetorialidade e, claro, por meio da afetividade. No tocante a Saúde, a Educação e a Assistência Social, denota-se um elo que, se alcançado em quantidade e qualidade, resulta no apoio à criança em seu desenvolvimento pleno, “somente o acesso à qualidade produzirá o retorno do investimento” (HECKMAN, 2018, p. 10).

Quando se trata de investimentos intersetoriais relevantes, faz-se pertinente elucidar os resultados e os cálculos de Heckman (2011;2013;2018). Como também as propostas de inúmeras organizações que atuam em prol do desenvolvimento da primeira infância, como: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), o Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), a Rede Urban95, dentre outras instituições que militam pelos direitos da criança nos seus primeiros seis anos de vida, apoiando e impulsionando os entes governamentais para que ocorra a implementação de projetos, ações e programas intersetoriais (saúde, educação, assistência social, cuidados responsivos, proteção, nutrição) nos diferentes territórios e países, inclusive no Brasil.

Ao que se refere aos investimentos afetivos registra-se a indispensável necessidade de cuidados, de vínculos afáveis e de um apoio de qualidade durante toda a fase do desenvolvimento do bebê (desde a gestação) e da criança pequena (durante todo o seu crescimento). Investimentos afetivos que chegam a ser solícitos por todo o decorrer de uma vida. Para Bowlby (2006, p. 3) “a qualidade dos cuidados parentais que uma criança recebe nos seus primeiros anos de vida é de importância vital”.

É na etapa de amadurecimento das estruturas físicas, biológicas e psíquicas, que os bebês e as crianças pequenas, por serem sujeitos dependentes e ainda não terem atingido capacidades e habilidades de proverem-se sozinhos, necessitam de um sujeito adulto que supra as suas necessidades básicas, que ofereça segurança, estímulos, proteção, amor e cuidados, em uma relação afetiva, positiva, benéfica à constituição da sua personalidade e à um desenvolvimento saudável (BOWLBY, 2006).

Na esteira de Bowlby (2006), esta figura adulta tanto pode ser assumida pela mãe biológica, quanto, na ausência desta, por uma outra figura que se responsabilize pelos cuidados e afetos a serem ofertados à criança. Cabem a estas figuras significativas, mãe ou “mãe substituta permanente - uma pessoa que desempenha, regular e constante o papel de mãe” se disporem à responder mais que as necessidades básicas do bebê ou da criança pequena, como também interagirem de maneira afetuosa e prestativa, vivenciarem uma relação “calorosa,

íntima e contínua” em que o binômio mãe-bebê sejam favorecidos com satisfação e prazer (BOWLBY, 2006, p. 3-4).

Admite-se que é a partir deste investimento positivo, do acalanto, do toque, das manifestações de carinho, do contato corporal, das trocas, da linguagem, das brincadeiras, do jogo de pertencimento, da liberdade, da conquista gradativa da autonomia e das potencialidades, que vão se criando laços positivos entre a mãe e o bebê, concomitante a criança vai se constituindo, sua personalidade vai progredindo positivamente e, com todas as suas limitações e especificidades, alcançando o desenvolvimento.

Segundo Bowlby (2006, p. 8) é “no conforto do corpo materno, dos rituais do banho e do vestir com os quais, através do orgulho e carinho materno para com os seus pequenos membros, o bebê aprende seu próprio valor. O amor e o prazer que a mãe tem com ele representam seu alimento espiritual”.

É certo que alguns bebês e crianças se desenvolverão em uma relação de benevolência mais que positiva, em que o acolhimento, o afeto, os cuidados responsivos são dispensados desde a gestação, o que possivelmente proporcionará um melhor desenvolvimento na fase da infância e aos anos vindouros da sua vida, “tudo o que acontece nos primeiros meses e anos de vida pode ter efeitos profundos e duradouros” (BOWLBY, 2006, p. 7).

Outras, em situações contrárias, em que há a ausência desta relação de apego entre a “mãe-bebê”, uma relação alicerçada em cuidados maternos inadequados e afetos insatisfatórios, possivelmente, terão-se comprometimentos no desenvolvimento físico, psíquico e na saúde mental da criança. A ausência de apego entre a “mãe-bebê”, situação também denominada como “privação da mãe”, pode acarretar atrasos físicos, intelectuais e sociais no desenvolvimento, podendo também ocasionar efeitos imediatos e futuros, prejudiciais ao desenvolvimento, a exemplo: impulsos, emoções, sentimentos e sintomas que uma criança “ainda imatura de mente e corpo, não pode lidar” (BOWLBY, 2006, p. 4).

Para findar as discussões de investimentos para a primeira infância, oportuno se toma invitar algumas questões sobre as vivências urbanas na cidade e o protagonismo feminista. Tal convocação se faz necessária por acreditar que os espaços públicos urbanos da contemporaneidade quando também pensados e planejados para atender o gênero feminino, ou mesmo responder as necessidades do sujeito responsivo que cotidianamente conduz um bebê, contribuem significativamente, para que este indivíduo se disponha de uma maneira mais efetiva, tranquila, saudável e adequada para criar laços nos diferentes espaços geográficos de convivência.

Atingir uma cidade que tenha como protagonista o sujeito que carrega um bebê, alcançar uma vida urbana sob uma visão geográfica feminista, que contenha espaços urbanos que contemplem a figura da mulher, da mãe e da gestante é o mesmo que propiciar um bom desenvolvimento para uma criança que está sendo gerada, bem como para uma criança que nasceu e está em desenvolvimento (KERN, 2021).

Um dos maiores desafios é que ainda existe uma luta por espaços planejados para atender as necessidades de boa parte da população, ainda uma barreira duradoura no que diz respeito ao desenho e apropriação dos espaços urbanos pelas e para as mulheres desempenharem suas múltiplas responsabilidades e jornadas. Levando em consideração as mulheres que acompanham o bebê ou a criança pequena. Elas “sempre foram vistas como um problema para a cidade [...] a pedra de toque para os julgamentos” (KERN, 2021, p. 14-15).

Kehdy (2020) enfatiza a problemática citada ao arguir sobre as circunstâncias ofertadas aos sujeitos do gênero feminino e frente ao seu desempenho na sua função parental. Atualmente as mulheres ocupam outras cátedras, possibilidades e lugares sociais, além da função materna.

A recém-mãe clama por apoio, muitas vezes em silêncio, pois, dado o peso ideológico e moralizante da idealização da maternidade, intensificado pela cultura contemporânea, costuma exigir de si mesma que dê conta de tudo sozinha. Vale ressaltar que com o nascimento do bebê, as atenções que até então eram dirigidas a ela se voltam ao recém-nascido (KEHDY, 2020, p.72).

Ao tratar da questão de “gênero” e do “urbano”, Kern (2021) aponta que as tomadas de decisões para se definir o delineamento de um espaço urbano da cidade, em sua supremacia, são realizados por homens. Para a autora, as decisões tomadas por sujeitos do gênero masculino, que quase sempre não são os habituais e contínuos acompanhantes do bebê na cidade, influenciam negativamente nas disposições da mulher ou da “mãe substituta permanente” (Bowlby, 2006, p. 3-4) para com a criança.

As cidades ainda contêm barreiras múltiplas [...] a localização de áreas residenciais, locais de trabalho, redes de transporte e o layout das cidades em geral refletem a expectativa de uma sociedade capitalista patriarcal de quais tipos de atividades ocorrem, onde, quando e por quem. Todas as formas de planejamento urbano se baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano “típico”: seus planos de viagem diários, necessidades, desejo e valores. Chocantemente, este cidadão é um homem. Um marido e pai provedor, fisicamente apto, heterossexual, branco e do gênero cis (KERN, 2021, p. 54-55).

As mulheres da contemporaneidade têm ganhado visibilidade em alguns aspectos e espaços, nada obstante coaduna-se com a autora quando a mesma bem expõe a qualificação da cidade quão intensamente como “a cidade dos homens” (KERN, 2021, p. 19). É certo que conquistas e situações bem-sucedidas que envolvem o verbete “gênero feminino” como, por exemplo, o empoderamento da mulher, a ocupação de espaços, bons cargos e renomadas funções (mesmo diante as dificuldades de ser trabalhadora e exercer a função materna/doméstica) estão sendo alcançadas, gradativamente.

A “cidade dos homens” arduamente não foi planejada e construída para atender as especificidades da mulher e da mãe. Nessa concepção duramente, atenderá as necessidades de uma criança da primeira infância, de igual modo não responderá ao desenvolvimento infantil que uma criança de até seis anos de idade precisa ter para progredir. Ainda se tem na cidade “uma série de barreiras – físicas, sociais, econômicas e simbólicas”, bem como acentuadas impressões “invisíveis” para o gênero masculino, assim como para agentes responsáveis pela política urbana, os quais, possivelmente, podem deixar, dia a dia, marcas difíceis e profundas na vida de muitos sujeitos (KERN, 2021, p. 18-19).

Autores como Nascimento (2018), Dias e Ferreira (2015) e Cruz e Borges (2021) corroboram com os apontados de Kern (2021) ao tratarem da invisibilidade, da lacuna participativa e da escusa do clamor da criança nas políticas urbanas. Os referidos, citam que os espaços públicos urbanos arquitetados e controlados em sua maioria por homens, muitas das vezes determinados por sujeitos adultos não responsivos, não valorizam em sua completude a participação ativa das crianças, as vivências coletivas com sujeitos externos ao contexto parental e as experiências infantis na política urbana e nas decisões de (re)construção da cidade.

Assim como os espaços, na contemporaneidade, muitas das infâncias são engessadas, ocultas no cotidiano e no cenário político urbano. São infâncias submergidas a uma clara invisibilidade. São adultos, os quais, quase sempre, limitam a criança expressar-se como cidadã e manifestar-se com liberdade, de igual modo, inibem a infância, o crescimento com autonomia e criticidade, despotencializando e desapropriando a criança de seus espaços de desenvolvimento.

Não obstante, Nascimento (2018) e Dias e Ferreira (2015), também citam a cidade e seus espaços como locais de segregação, de desigualdades, de consumo, de eventualidades, de eventos inesperados. Em outras palavras, em espaços de “dominação e da apropriação a partir da política (poder público e elites), da acumulação de capital (novos produtos imobiliários, aumento da circulação de capital, questionamento da relação público-privada)” (DIAS E FERREIRA, 2015, p. 122).

De uma maneira integral, Nascimento (2018, p. 749) adverte que “visibilizar a participação das crianças nos diferentes contextos sociais em que vivem implica buscar conhecê-las a partir delas próprias e de suas práticas sociais”. Ao defender as intervenções precisas à transformação da cidade e dos seus espaços urbanos, a autora insta, por ambientes que promovam a acessibilidade, os elos sociais, os encontros, o lazer, as relações afetivas, o convívio social e coletivo, ou seja, locais potencializadores que ofereçam a urbanidade e a perenidade do desenvolvimento do sujeito infantil.

Gehl (2015) corrobora com a autora supracitada ao retratar o século XXI como o milênio de maior crescimento da população urbana. O autor pondera a primordialidade de se incorporar a vivacidade, a segurança, a sustentabilidade e o bem-estar com salubridade, nos projetos políticos urbanos. Cita, ainda que, a implementação destes quatro objetivos precisa ocorrer em todas as áreas da cidade, não apenas nas mais avançadas economicamente. São estas “mudanças cruciais em relação aos pressupostos para o planejamento e suas prioridades” que permitirão melhores condições de vida à toda a população (GEHL, 2015, p.6).

Se, por um lado, há um crescimento populacional, por outro, existe uma enorme imposição de que os profissionais da área de urbanismo e arquitetura (re)avaliem suas ideias e projetos, para assim avigorem os espaços de domínio público urbano utilizados na cidade – ruas, parques, praças, áreas de pedestre, via para os ciclistas, dentre outros (GEHL, 2015).

O quadro 02, a seguir, apresenta as quatro necessidades de potencialização das cidades – vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Tratam-se de quatro objetivos, apreciados e enumerados por Gehl (2015) como um “desejo universal e urgente” à toda a população:

QUADRO 02 – Tipos de cidade e suas potencialidades

TIPOS DE CIDADE E SUAS POTENCIALIDADES	
Cheia de vida	Reforça-se a potencialidade para a cidade tornar-se viva, sempre que mais pessoas se sintam convidadas a caminhar, a pedalar ou permanecer nos espaços da cidade.
Segura	Reforça-se o potencial para uma cidade segura quando mais pessoas se movimentam pela cidade e permanecem nos espaços urbanos. Uma cidade que convida as pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distancias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas. Esses elementos aumentam a atividade e o sentimento de segurança dentro e em volta dos espaços urbanos.

Sustentável	A cidade sustentável é geralmente fortalecida se grande parte de seu sistema de transporte puder se dar por meio de “mobilidade urbana”, ou seja, deslocar-se a pé, de bicicleta ou por transporte público. Ainda, pelo “aumento de atratividade exercida pelos sistemas de transporte público”, quando os usuários se sentirem seguros e confortáveis. Esses meios proporcionam acentuados benefícios à economia e ao meio ambiente, reduzem o consumo de recursos, limitam as emissões e diminuem o nível de ruídos.
Saudável	O desejo de uma cidade saudável é intensificado se o caminhar ou o pedalar forem etapas naturais do padrão de atividades diárias.

Fonte: Gehl (2015, p. 6-7) / Quadro adaptado pela autora (2022)

Na esteira de Gehl (2015, p. 6) o realce da “dimensão humana” na cidade, não pode ser adiado. Sujeitos humanos precisam sentir-se convidados, com anseios de utilizar os espaços públicos. No entanto, para que esse “desejo universal e urgente” seja suprido e para que os quatro objetivos chave sejam alcançados é preciso que os espaços sejam “atrativos” e ofereçam uma “variedade de funções urbanas”, ademais atendam os critérios de qualidade.

Os espaços da cidade, a todo momento, são utilizados por corpos de diferentes gêneros e faixas etárias, que usufruem destes locais para realizarem inúmeras atividades, a exemplo: as ocupações laborais do cotidiano, os encontros, a socialização, as interações, as vivências individuais e coletivas, o descanso, a execução do cuidado, ou mesmo, tratando-se dos bebês e das crianças pequenas, para consolidar o crescimento e o desenvolvimento, por isso, necessitam estar adequados e apresentar-se com qualidade.

Eles devem estar limpos, agradáveis, seguros, livres de obstáculos, de ruídos, de poluição e do vertiginoso fluxo de automóveis. Quando planejado para a dimensão humana, em sua individualidade e identidade, o espaço poderá propiciar qualidade de vida para o sujeito que o utiliza (GEHL, 2015).

[...] as respostas para os problemas das cidades e infâncias não está em copiar as soluções encontradas em outros lugares; ao contrário, elas devem partir da tomada de consciência, da vontade política de resolvê-los e da elaboração das perguntas corretas, com base na realidade, no contexto e nas especificidades locais, com um critério aberto e claro. A resposta está na nossa capacidade como conjunto, como sociedade, de construir um novo modelo de cidade [...] Trata-se de inverter – de subverter – a situação e colocar a cidade, seu território, seus espaços, ao serviço de um projeto de cidadania que inclua, especialmente, as infâncias (DIAS E FERREIRA, 2015, p. 130).

Assim, partindo desta lógica é que se convoca a receptividade e a escuta dos denominados “produtores da cidade” (DIAS E FERREIRA, 2015) para que de forma coletiva ocorra momentos de (re)descoberta e (re)apropriação dos espaços públicos da cidade, e que

nesta perspectiva seja incluído a voz e os desejos da criança aos trabalhos dos urbanistas, dos arquitetos, dos geógrafos, dos administradores e dirigentes das instâncias federativas, dos construtores e dos demais agentes envolvidos com a dinâmica de projeção, discussão e execução da cidade.

2.2. Políticas urbanas: remodelando a cidade para a infância e para a sociedade

Na verdade, todos nós temos a capacidade de fazer novos mundos urbanos [...] mesmo que estes mundos durem apenas um instante, ou existam em apenas em uma pequena área da cidade. Parte do desafio é reconhecer onde essas alternativas já estão em jogo e descobrir se elas podem ser ampliadas ou adaptadas a ambientes diferentes (KERN, 2021, p. 38).

A partir das colocações de Kern (2021), ratifica-se os discursos da prioridade absoluta da fase da infância com propostas urbanas acessíveis, adequadas e promotoras do desenvolvimento. Uma incumbência que envolve a urgente atuação dos entes federativos e da gestão local, não subtraindo a coparticipação de toda a sociedade, até porque o foco do presente e do futuro deve ser a criança. E a criança é o hoje, é o agora, é o futuro prospero, é a nação.

O lugar ocupado na cidade muda, quando você amplia o seu espaço de sujeito civil, para se tornar um sujeito cuidador. Participar das transformações da cidade, por mais que seja por um único instante ou na principal fase da vida, pode ser tornar inspirador e duradouro. Uma vez pensada e construída para atender as especificidades da primeira infância, a cidade tendenciosa a mostrar resultados positivos para a administração local, para toda a sociedade e para as próximas gerações (URBAN95, 2019).

Iniciativas como o Instituto de Arquitetos do Brasil (2021), Urban95 (2019; 2021) e Fundação Bernard Van Leer (2020; 2021) evidenciam que uma das necessidades que a criança da primeira infância possui para que ocorra o seu desenvolvimento pleno está ancorada fundamentalmente, além da vivência e da interação afetuosa com seu cuidador parental, na existência de espaços salutíferos, de ambientes seguros e do acesso a serviços essenciais na urbe e, de forma particular, no bairro ou setor em que as famílias com crianças residem.

As interações, trocas e constituições, são oportunidades para firmar um bom começo e a continuidade da vida com potencialidade. Contudo esta exequibilidade tende a depender de um planejamento e de um *design* urbano que incorpore as necessidades do bebê, da criança pequena e de seus respectivos cuidadores (IAB, 2021). Incorporar a cidade para a primeira infância é incorporar uma cidade para todos.

Muitas das vivências e das experiências urbanas, ainda hoje, são negligenciadas em diferentes estados brasileiros, ou mesmo em outros países. Na ocasião da infância, não se trata de quem planejou e/ou quem construiu a cidade? Mas sim, para quem foi planejado a cidade? Todos os munícipes tiveram voz? Os distintivos arquitetônicos do planejamento urbano incluíram as crianças de até seis anos de idade e seus cuidadores? Respeitam as idas e vindas a serem ministradas pelas mães/cuidadores? conseqüentemente propiciam o desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas?

Estas e outras mais, são questões que impulsionam novos questionamentos como: Será que o carrinho de bebê ou o bebê conforto será aceito e terá lugar no transporte público? Será que as calçadas são largas e possuem rampas para que sem obstáculos possa-se percorrer, o caminho de casa ou de deslocamento até um serviço público, empurrando um carrinho de bebê, ou com um bebê/criança no colo ou mesmo a pé? Será que a cidade terá lugares seguros e confortáveis para a lactante amamentar e descansar? Será possível realizar um deslocamento de apenas 400m, dentro dos espaços da cidade para se ter o acesso a um dos serviços básicos como a creche ou a unidade básica de saúde? E se o deslocamento com o bebê/criança for no período noturno? Será seguro? Terá iluminação adequada ou transporte público para se realizar este traslado? Que tipo de interesse os planejadores e os formuladores de políticas urbanas têm oferecido à população por meio dos serviços, equipamentos e espaços concebidos e resididos na cidade?

As questões supramencionadas inquietam. Elas enfatizam a participação e demonstram a imprecisão do lugar ocupado pelo bebê, pela criança pequena e pelo respectivo cuidador, na cidade. Elas limitam as ações e as oportunidades de desenvolvimento das crianças e dos demais sujeitos citados. Por mais que as cidades e as populações evoluíram nas últimas décadas, seja no quesito gênero, ou mesmo de infraestrutura, “as mulheres, **as mães e as crianças da primeira infância**, e outros grupos marginalizados ainda continuam a ter suas vidas limitadas pelos tipos de normas sociais que foram construídas em nossas cidades” (KERN, 2021, p. 23, **grifo nosso**).

Planejar uma cidade, executar políticas públicas urbanas e deferir decisões orçamentárias a partir das perspectivas do público citado, deve ser uma das prioridades cátedras do gestor local, de forma a cumprir o que é previsto em Lei. A infância deve estar presente, de uma maneira vítria, nos planos (plano diretor, plano plurianual, dentre outros), projetos e peças orçamentárias de uma gestão, para que todos tenham conhecimento e sejam beneficiados. Isto, sim, posiciona a infância dentro da urbe e com legalidade. Para Urban95 (2021):

Apesar da legislação nacional trazer diretrizes para os gestores públicos quanto à prestação de serviços e direitos das crianças na primeira infância e suas famílias, a liderança política e a priorização local de políticas são fundamentais para garantir uma melhoria verdadeira nas condições de vida e desenvolvimento dos bebês e crianças [...] as cidades têm um papel importante na elaboração de ações, políticas e programas que coloquem em prática os direitos garantidos à primeira infância. Elas podem trabalhar pela elaboração de planos municipais que se dediquem aos desafios dos bebês e crianças pequenas nas cidades, apoiando gestores e planejadores urbanos na tarefa de construir cidades melhores para famílias e cuidadores (URBAN95, 2021, s/p).

A citação exposta dispõe sobre a configuração do planejamento urbano, das atuações e das soluções que buscam construir, melhorar e/ou revitalizar oportunas exterioridades de uma área urbana específica, bem como de uma nova área, com fins a qualidade de vida dos cidadãos que destes espaços se apropriam, no caso em tela, das crianças e cuidadores parentais.

A Urban95, ao pôr em destaque o planejamento urbano para à infância e para os seus cuidadores, enumera quatro eixos de intervenção que ajudam as cidades a incluir em seus planos estratégias que beneficiam: a renovação de comportamentos e hábitos, a parentalidade positiva, a promoção aos serviços que as famílias e crianças necessitam para seu desenvolvimento e para a sobrevivência e o empoderamento dos cuidadores parentais.

O quadro 03, a seguir, expõe os eixos de intervenção, de apoio aos gestores públicos e aos planejadores urbanos (*designers* urbanos) que atuam na linha de frente da transformação dos espaços de uso público ou privado de uma comunidade e das cidades, tendo em vista que estes indivíduos, em cumprimento os seus encargos e junto as competências de cada governança local, são os principais responsáveis por colaborar e influenciar, por meio de seus trabalhos, no desenvolvimento infantil.

QUADRO 03 - Eixos de intervenção urbana de benefício às infâncias e às interações positivas

EIXOS DE INTERVENÇÃO: ESPECIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES	
TOMADA DE DECISÕES COM BASE EM DADOS	Dados coletados e evidenciados em um sistema, em uma ferramenta ou em uma plataforma, onde gestores e sociedade civil tenha decisão de acesso e de monitoramento, tendem a emitir um alerta aos pontos de risco em que há uma maior necessidade de intervenção, bem como pontuar as áreas de máximo impacto da vulnerabilidade, locais onde devem ser elevados a aplicação de recursos por meio de diferentes setores da governança. Este processo vítreo e transparente convoca a atenção e a responsabilidade dos tomadores de decisões e de diferentes partícipes da sociedade para que haja uma atuação mais precisa e resultados mais aceitáveis, beneficiando, assim, a implementação de projetos e políticas urbanas locais voltadas a primeira infância, ainda, beneficiando as interações e as vivências dos bebês, das crianças pequenas, de seus cuidadores parentais na urbe e, conseqüentemente, nos bairros.

ESPAÇO PÚBLICO E NATUREZA	Os espaços públicos com acesso a natureza são ambientes favoráveis ao desenvolvimento da infância. Se oportunizado com segurança, limpeza e de uma maneira convidativa, permite o descanso, a brincadeira, a interação, a socialização, a criatividade, a descoberta, a imaginação, o aprendizado, o desenvolvimento saudável, o encontro e o convívio entre bebês, crianças pequenas e cuidadores. De igual modo, proporciona o cuidado da criança e do cuidador, ou seja, o bem-estar de toda população. As vivências e experiências externas ao lar (residência/casa) junto ao ar livre e aos espaços verdes e naturais da urbe empondera os cuidadores para que eles possam exercer a sua parentalidade com cuidados, interações cordiais e responsivas. Uma maneira de favorecer as conexões neurais atribuídas ao desenvolvimento do cérebro, de característica específicas da fase da infância. Cabe aos gestores municipais implementar além destes espaços, outros elementos significativos e naturais ao longo dos percursos caminháveis por famílias com crianças, praças públicas com acesso a bancos para descanso, com locais adequados para amamentação, com pias para higienização dos utensílios do bebê, banheiros apropriados e outros recursos indispensáveis.
MOBILIDADE PARA AS FAMÍLIAS	A qualidade das vivências e das experiências de desenvolvimento que uma criança da primeira infância e seu adulto responsivo possuem na cidade estão relacionadas ao bom acesso tanto à mobilidade urbana quanto ao transporte público. O adulto responsivo, de maneira particular o de menor condição financeira, depende de espaços públicos urbanos bem planejados e de transportes públicos (in)formais, em quantidade, em qualidade e em disponibilidade, para locomover-se (a pé empurrando um carrinho, com o bebê no colo, de bicicleta, de automóvel ou motocicleta) até os equipamentos públicos comunitários e demais serviços básicos de necessidade da infância, ofertados pelos órgãos correspondentes da rede intersetorial (saúde, educação, assistência social, proteção e lazer). A mobilidade urbana, também está relacionada ao cuidado responsivo. Quando este elemento é ofertado na cidade, os cuidadores parentais são beneficiados durante sua disposição para com a criança por meio da salubridade dos ambientes, da segurança e do bem-estar. Do contrário, a disposição do cuidador parental pode tornar-se cansativa, estressante, o que conseqüentemente apresentará resultados negativos para o desenvolvimento da criança. Solicitar os diferentes elementos que asseveram a segurança, a sustentabilidade e o conforto nos espaços públicos urbanos da cidade maximizam o uso destes locais e as interações positivas entre os bebês, as crianças e seus respectivos cuidadores.
UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS	Desde a gestação, tanto a genitora quanto o sujeito infantil que está sendo gerado e posteriormente a torna-se um nascido vivo, necessitarão de políticas públicas urbanas de acesso equitativo, instalações, equipamentos e recursos urbanos adequados, para que ocorra o desenvolvimento e resultados positivos no presente e no futuro. Para consentir as demandas do público em destaque, deve haver ânimo de investimentos para com os diferentes serviços ofertados, coparticipação ativa dos órgãos de intersetorialidade, engajamento por parte da gestão pública, participação da sociedade civil e da população local. Ao usufruírem dos serviços públicos urbanos e locais, quando de qualidade, as crianças da primeira infância detêm a oportunidade de crescimento e de desenvolvimento, quebrando o ciclo das desigualdades e da exclusão social.

Fonte: URBAN95 (s/d, s/p), texto adaptado pela autora (2022).

Em um território de diversidades em que as cidades brasileiras se apresentam com inúmeros desafios e vulnerabilidades, o eixo “tomada de decisões com base em dados”, supra abordado, tem por objetivo apoiar gestores, administradores, profissionais da área do planejamento urbano e diferentes agentes da sociedade civil que se importam com a infância, para que ocorra o avanço nas políticas públicas urbanas “no sentido da igualdade social, econômica e de oportunidades”, de igual modo, dispõem subsídios para que os sujeitos de competência adotem decisões de investimentos, (re)planejem ou implementem “serviços urbanos mais eficientes”, colaborando assim para que o *infans* e o sujeito que o acompanha, tenha voz e direitos por meio do fortalecimento das “relações com, e entre, as populações a que atende” (URBAN95, s/d, s/p, **grifo nosso**).

Do “espaço público e natureza” nota-se que gestores públicos tem, cada vez, mais se preocupado em (re)desenhar e projetar estes espaços na cidade. Desta forma, tem contribuído e garantido os direitos da infância. Implementar novos espaços dentro da zona urbana ou transformar determinadas áreas em “parques naturalizados” e/ou “parques urbanos e infantis”, ou mesmo em “jardins e hortas comunitárias” são iniciativas que tem auferido resultados positivos em diferentes estados brasileiros, a exemplo a cidade de Fortaleza com a experiência positiva ao que se refere a implementação de parques naturalizados¹⁶ em locais antes abandonados e degradados, os quais se transformaram, com o aval da gestão local e com o apoio de institutos e fundações voltados ao estudo do desenvolvimento da infância como a Urban95, o instituto Alana, dentre outros, em espaços de interação, convívio e próprio às brincadeiras e às descobertas. Uma intervenção de atuação ágil e de custo reduzido que possibilitou aos moradores locais e visitantes uma nova visão de espaço público (URBAN95, s/d, s/p).

A transformação de espaços inutilizados, o (re)modelamento, a construção ou a implementação de novos espaços públicos com acesso a natureza, na parte urbana da cidade, contribui com: o aumento da percepção e do significado de comunidade; o enriquecendo da consciência e da compreensão do que seja o espaço e o ambiente; o reestabelecimento da qualidade do ar; a diminuição das consequências climáticas externas, reduzindo o calor e harmonizando os espaços com mais sombras e com mais umidade; a disponibilização de novos espaços brincantes, de desenvolvimento, de encontros e propícios a parentalidade positiva (URBAN95, s/d, s/p).

¹⁶ Disponível: <https://criancaenatureza.org.br/noticias/parques-naturalizados-paisagens-para-um-brincar-natural/>. Acesso em 05/03/2022.

Em consideração a última contribuição citada – parentalidade positiva na cidade, a rede Urban95 (s/d, s/p), cita que:

O desafio é fazer com que as pessoas pensem nos espaços públicos como locais onde desejam estar e passar o tempo com os filhos, e para isso esses espaços precisam ser mantidos de forma adequada. Quando a cidade consegue transformar a forma como as pessoas pensam sobre o espaço público, a comunidade pode se envolver na transformação física desses locais, garantindo que as ruas sejam ocupadas pelas famílias e promovam o desenvolvimento de crianças pequenas (URBAN95, 2021, s/p).

As crianças estão crescendo e boa parte vivem na cidade, por isso a imprescindível necessidade de reaver os inconvenientes urbanos, as atitudes para assim propor “cidades mais amigáveis para as crianças”. É isso só será possível se houverem políticas públicas urbanas que respeitem, que incluam e assegurem iniciativas como a construção de calçadas largas, de pista de ciclismo, de ruas e ambientes que propiciem ao longo de todo o percurso urbano, a acessibilidade, a sinalização urbana – mobilidade urbana para as famílias (URBAN95, s/d, s/p). A arte lúdica, o lazer, os espaços de descanso com sombras, bancos adequados, banheiros, iluminação e locais adequados para que ocorra a amamentação também precisam ser inseridos nesta proposta.

Um exemplo de cidade brasileira em que as iniciativas de mobilidade e de transporte público já estão sendo efetivadas é a cidade de Boa Vista¹⁷. Nesta cidade, muros e calçadas foram coloridos pelas próprias crianças. O resultado tem encorajado o brincar, o desenvolvimento saudável, o conto de histórias e a execução da parentalidade positiva ao longo dos deslocamentos que dão acesso aos serviços básicos de necessidade da primeira infância, como por exemplo a creche, o postinho de saúde, dentre outros. Os pontos de ônibus também receberam novos visuais, além de orientações sobre a infância o ambiente de espera oferece comodidade (climatização e energia solar) e conforto para a toda a população.

São inúmeras famílias com crianças da primeira infância, principalmente as mais vulneráveis, que necessitam de serviços, benefícios e atuação efetiva por parte do governo e da gestão local. Barreiras ainda precisam ser vencidas, outras enfrentadas. Motivo da inevitabilidade de apoio e de intervenções, como ora descritos.

¹⁷ Disponível: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2018/10/modernos-e-educativos-abrigos-de-onibus-de-boa-vista-ganham-novo-visual>. Acesso em 05/03/2022.

A maneira que, como e quando, os cuidadores e as crianças alcançam os eixos evidenciados, determinam informações sobre a influência da cidade no desenvolvimento da primeira infância, apontam dados sobre a oferta e a efetividade dos serviços e dos equipamentos existentes no município, bem como indicam a envoltura da população, de maneira especial, a dos cuidadores responsivos nas políticas urbanas locais.

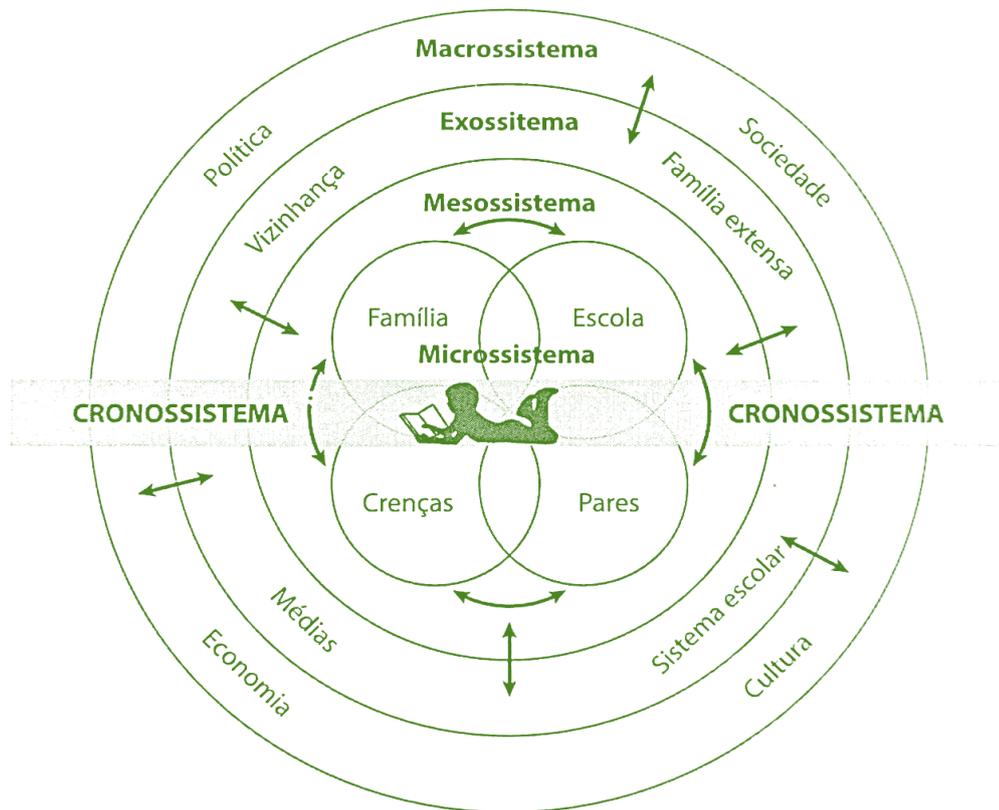
Em resumo, “o acesso aos serviços e lazer da cidade para um provavelmente beneficiarão o outro”. Uma cidade com políticas urbanas centradas no sujeito do cuidado e no sujeito cuidador precisa acolher e acomodar todos os corpos, não porque os sujeitos adultos, precisam ser os únicos a desempenhar esta função “mas porque a cidade tem o potencial de espalhar o trabalho de cuidado de maneira mais uniforme” (KERN, 2021, p.80).

Autores como Urie Bronfenbrenner (1979), Barker (1968) e Moser (2018), confirmam em suas pesquisas a propositura da rede Urban95 (2019). Estes autores, ao atribuírem relevância ao uso dos equipamentos públicos comunitários como recursos para o fortalecimento da parentalidade, concomitante para o desenvolvimento infantil, têm considerado o estudo do bairro como um dos tópicos essenciais às pesquisas que envolvem o contexto da infância. Apontam ainda que os espaços geográficos localizados ao entorno da criança e de sua família, ou seja, “os sistemas”, podem oferecer diferentes impactos no desenvolvimento infantil, podendo eles serem favorecedores ou segregadores do desenvolvimento (NCPI, 2021).

Partindo das formulações dos pesquisadores supra referenciados, Moser (2018) destaca que o sujeito infantil é impactado por diferentes ecossistemas. De acordo com o autor, o desenvolvimento da criança pode ser atingido a partir de um “sistema ambiental complexo”, composto por diferentes elementos, os quais estão inclusos em um sistema “mais amplo, dependente, dele próprio e de outro mais vasto e organizado” (MOSER, 2018, p. 61).

A Figura 03, a seguir, representa, do micro para o macro, o modelo ecológico do desenvolvimento aportado por Moser (2018), em seus diferentes níveis. Trata-se de um sistema percebido pela psicologia ambiental como intrincado e distribuído em: microssistema, mesossistema, exossistema e o macrossistema:

Figura 03 – Modelo ecológico de Bronfenbrenner



Fonte: Moser, 2018.

A partir do diagrama, torna-se perceptível, que para além das características biopsicológicas, o sujeito, desde a tenra infância, possui a necessidade de outras características para o ocorra o seu desenvolvimento. Tratam-se de diferentes interações entre o sujeito e o ambiente (ecossistema), as quais gradativamente vão se alargando. Convivências que se iniciam no seio familiar, no âmbito do lar (casa) e aos poucos, por necessidades, vão se distendendo para outras esferas, como o sistema escolar, o sistema de saúde e de proteção, em seguida, para novas experiências junto a sociedade e a cultura.

O Núcleo Ciência pela Infância (2021) ao especificar esta interação existente entre o sujeito e os diferentes ambientes promotores do desenvolvimento infantil, cita que:

as crianças normalmente são afetadas por vários ecossistemas, desde o mais íntimo – sua família, seu lar, sua creche e também seu bairro – e, mais além, o sistema maior que inclui a sociedade e a cultura em que ela vive. Cada um desses sistemas interage e influencia os demais em todos os aspectos da vida da criança (NCPI, 2021, p. 21).

A estes atributos, inclui-se as circunstâncias e as situações que o ambiente externo ao lar (casa) pode ofertar, podendo elas serem propiciadas por meio de lugares e espaços urbanos que oportunizam os vínculos, as interações, as relações sociais e, no caso específico desta pesquisa, o fortalecimento da parentalidade.

Moser (2018) ressalta que o ambiente urbano pode promover ou, ainda inibir o desenvolvimento da criança da primeira infância. Nas palavras do próprio autor “a qualidade de vida urbana pode, assim, ser definida como a qualidade e acessibilidade de seus recursos” (MOSER, 2018, p. 61).

Institutos de pesquisas como o Núcleo Ciência pela Infância – NCPI e o Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, coadunam com os resultados supra evidenciados ao apontarem o entendimento de que uma urbe bem planejada para infância pode repercutir na potencialidade, na vida e no desenvolvimento da criança de até seis anos de idade. São as denominadas intervenções de predileção para a primeira infância (IAB, 2021, s/p).

Para que uma criança cresça, ela precisa de uma boa nutrição e bons cuidados médicos, proteção contra danos, oportunidades de brincar e interações amorosas com adultos. As crianças precisam de espaços seguros e saudáveis, onde serviços essenciais são de fácil acesso. Cidades que permitam interações afetuosas frequentes e responsivas com adultos carinhosos, que ofereçam um entorno seguro e fisicamente motivador para brincar e explorar, **tornar mais intenso os laços entre o sujeito infantil e os sujeitos parentais**. Estes são os alicerces de um bom começo de vida (IAB, 2021, s/p, **grifo nosso**).

Acredita-se que incluir a primeira infância nas agendas públicas é uma urgência, mais que necessária, sejam elas do Estado ou dos municípios. De igual modo, entende-se que conhecer, assim como, expor os arranjos da cidade por meio de dados e da pesquisa, são passos vigorosos para que a sociedade civil tanto possa requerer da gestão pública, quanto despertar, nos planejadores, a efetivação prioritária de planos e projetos que beneficiem não somente a criança de até seis anos de idade, mas a todos os munícipes.

Compreender se os pequenos munícipes são beneficiados com um planejamento e um *design* urbano que atenda às suas particularidades e as especificidades de seus cuidadores, ainda, expor a abrangência organizacional do arranjo do município e a distância entre os equipamentos e os serviços que atendem a infância no bairro de maior incidência da vulnerabilidade parental, também, podem ser considerados pontos de relevância e objeto de pesquisas.

O Guia Bairro Amigáveis para a primeira infância, elaborado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB (2021) ao elucidar sobre as diretrizes do desenho e das infâncias urbanas, ressalta que:

Os bairros devem ser planejados para garantir deslocamentos diários e experiências ao ar livre. Um bairro planejado levando em conta os Bebês, Crianças mais novas e Cuidadores (BCCs) deve ter uma variedade de usos de serviços localizados a distâncias confortáveis [...] isso significa que a localização de postos de saúde, creches, parques e outras amenidades no bairro requer uma consideração cuidadosa (IAB, 2021, p.23).

De acordo com a UNBAN95 (2020), a localização (ponto fixo) em que estão dispostos os serviços prestados pelos equipamentos públicos comunitários e a qualidade destes, entusiasma o uso dos serviços, por parte de quem acompanha a criança da primeira infância, principalmente quando se trata de um sujeito responsivo que acompanha um bebê ou uma criança da primeiríssima infância.

Embora possa ser difícil garantir que todos os serviços-chave - como unidades de saúde, creches, opções de alimentação saudáveis, parques, escolas e oportunidades de emprego - estejam dentro de um raio de curto alcance das residências das famílias; uma possível solução seria o agrupamento de alguns deles em uma mesma localidade para reduzir o número de viagens que os cuidadores têm que fazer (URBAN95, 2020, P.44).

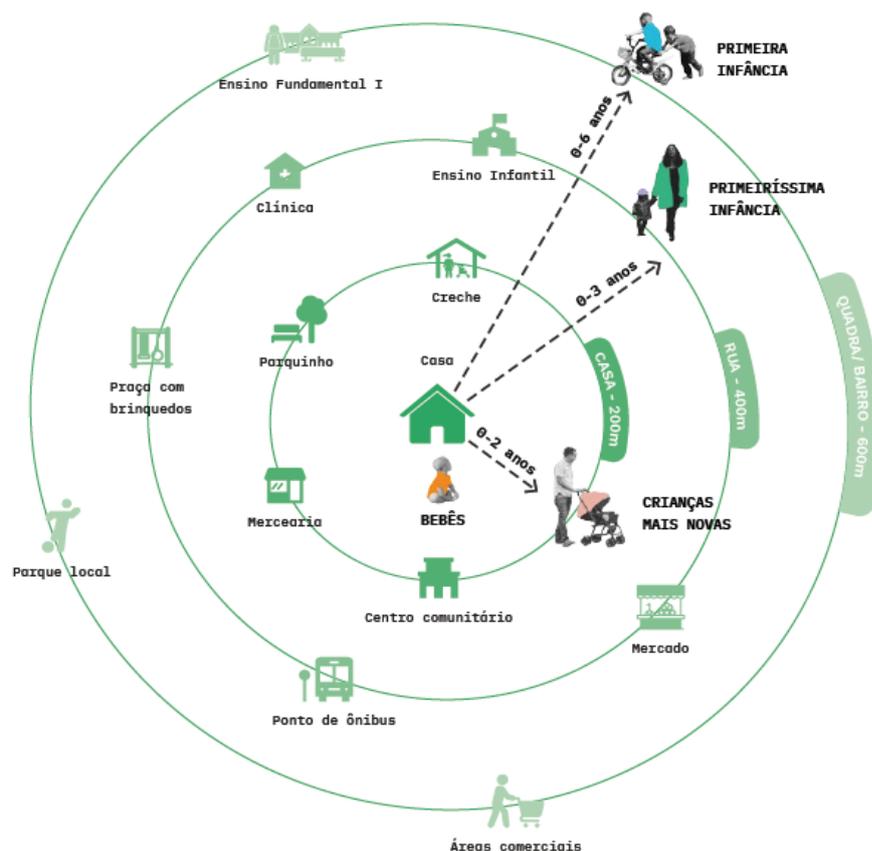
Corroborar-se com a iniciativa citada, por admitir que os adultos em seu momento de disposição para com o sujeito infantil, tem uma maior oportunidade de se beneficiarem quando as infraestruturas sociais, os mobiliários, os parques, as praças, os espaços verdes e brincantes são instalados em um único deslocamento e com qualidade. Por exemplo, o sujeito adulto ao buscar ou levar o seu sujeito infantil na creche pode fortalecer os laços parentais por meio da interação e das brincadeiras, seja durante uma pausa para descanso em uma sombra ou em um banco acessível e compatível a especificidade da criança, ou mesmo em um parquinho ou *playground*, instalado no caminho de casa a escola, ou vice e versa (URBAN 95, 2020).

Contudo, defende-se que, não basta existir tais instalações, é preciso que elas sejam adequadas a faixa etária da infância, acessíveis a todos sem distinção, em quantidade e qualidade. É preciso que elas sejam bem planejadas de maneira a propiciar um maior conforto no deslocamento. Um exemplo: o ato de se deslocar dos bebês, crianças e seus cuidadores “são ligeiramente diferentes dos de um adulto normal” (IAB, 2021, p. 23). Ou seja, o cálculo da distância percorrida por um adulto normal e o cálculo da distância percorrida por um adulto que

acompanha um bebê (dentro do carrinho ou bebê conforto) ou uma criança que já anda (de mãos dadas ou mãos soltas) é realizado da mesma forma, contudo, possui resultados bem diferentes.

A Figura 04, a seguir, expõe a escala, a multiplicidade e os equipamentos públicos comunitários voltados as crianças de até seis anos de idade e seus adultos responsáveis, segundo a proposta do IBA (2021), a qual apresenta a relação entre o acesso e a necessidade de acordo as etapas da infância.

Figura 04 - Proximidade e acesso dos bens, serviços, equipamentos e materiais públicos voltados a infância



Fonte: Diagrama retirado do guia para o desenvolvimento de bairros amigáveis à Primeira Infância (adaptado). Instituto Arquitetos do Brasil (2021). In: guia *Infant, toddler, caregiver-friendly neighbourhood – Policy framework*, FBVL e Ministério da Habitação e Assuntos Urbanos da Índia.

A partir da análise do diagrama, percebe-se que com o passar de cada etapa da infância, os alcances vão se ampliando. O bebê antes dependente apenas dos sujeitos parentais, gradativamente, revela a precisão de outros sujeitos adultos para o seu desenvolvimento, como os agentes da rede intersetorial (saúde, educação, proteção e assistência social). Além disso passam a explorar outros ambientes fora do âmbito familiar (casa/lar), experienciando vivências

e interações em novos espaços como a creche, o postinho de saúde, o parquinho, dentre outros equipamentos públicos comunitários, indispensáveis. Compendiando, “quando uma criança cresce, seu alcance na cidade aumenta em estágios. No início da infância, o lar forma o centro de mundo da criança. Isso se expande para a rua, depois para o bairro e, finalmente, para a cidade” (IAB, 2021, p.28).

Moser (2018) sabiamente retrata a relação existente entre os sujeitos e os diferentes ambientes. Esta relação é dada por meio da distribuição das possibilidades vivenciadas nas diferentes etapas da vida. Segundo o autor, o sujeito perpassa por sistemas que incluem: os microambientes (relação particular entre o sujeito e família por meio do convívio interno do lar/residência); os ambientes de proximidade (relação do sujeito com o seu entorno, ou seja, com a vizinhança e com o bairro); os ambientes públicos (relação do sujeito com os diferentes espaços públicos, o que envolve a necessidade de recursos e de papel de outras entidades) e, por fim, o ambiente global (corresponde ao contato do sujeito com a população mundial).

Utilizando-se das palavras de Moser (2018, p. 60) “as oportunidades que oferece um ambiente não existem como tais; é por intermédio da maneira pela qual são percebidas e realizadas pela pessoa que elas podem ser atualizadas e tornar-se desse modo oportunidades comportamentais”.

Para além do contato e da disposição que uma criança da primeira infância necessita, têm-se a indispensabilidade do acompanhamento integral a ser concedido a ela, nos espaços públicos partilhados. “Acolher a presença das crianças nos espaços urbanos, junto aos seus sujeitos parentais, também, é uma forma de cuidar da infância” (URBAN 95, 2021, p. 13).

Cuidados estes constituídos por diferentes adultos e “redes de parentesco” (KERN, 2021, p. 68):

A família nuclear tradicional não é mais a regra. As cidades estão cheias de famílias mescladas, relações de parentescos complexas, decorrente de divórcio e novo casamento, pais solteiros, relações homossexuais, famílias poliamorosas, famílias adotivas, migração de membros da família, lares não familiares, lares de várias gerações, ninhos vazios e muito mais (KERN, 2021, p. 68).

Assim, para acompanhar o contexto exposto pela autora, ainda existe uma enorme precisão de bases e de organização política para que se obtenham uma infraestrutura adequada para sustentar estes novos arranjos. Muitas são as dificuldades evidenciadas. Ademais, as famílias mais fragilizadas, por não terem condições e, muitas vezes, oportunidades são as mais impactadas, “aqueles que podem pagar os serviços privatizados se beneficiam, enquanto

aqueles que não podem são empurrados para bairros que tornam suas vidas ainda mais insalubres” (KERN, 2021, p.76).

2.3. Os direitos da criança e o seu desenvolvimento na cidade

A criança da primeira infância na contemporaneidade é reconhecida como um sujeito de direito, parte integrante de uma família e pertencente a um grupo de indivíduos de um determinado território, o que demanda a sua (re)cognição não somente como mais um número às estimativas populacionais, mas também como fração integrante e de influência para o arranjo do espaço geográfico ao qual habita e que dele faz parte – a cidade.

Meloni e Marin (2021, p. 6) concebem a cidade como “um produto da ação do homem no espaço, sendo, portanto, uma construção social, caracterizada por inúmeros elementos sociais”. Na esteira das autoras, a cidade pensada e organizada para a criança da primeira infância é tida como uma organização que possibilita que seus habitantes participem e “vivenciem diversas experiências que marcam a sua história de vida” (MELONI; MARIN, 2021, p. 7).

Coaduna-se com os escritos das autoras em ambos os aspectos. Ademais, ao exporem a organização da cidade como resultado da ação do ser humano, percebe-se que em muitos lugares, os arranjos da cidade são engendrados sob o olhar e a altura de um adulto em uma perspectiva masculina, de tal modo que “as crianças ocupam o lugar que os adultos prescrevem, que a sociedade lhes reserva e que a administração simbólica lhes indica” (RNPI, 2020, p. 108).

Com relação às vivências e às marcas de vida evidenciadas por Meloni e Marin (2021), acrescenta-se a estas situações as lembranças que possivelmente ficarão guardadas na memória. Tomando o objeto de pesquisa em foco e a depender do modo como a cidade acolhe seus habitantes, marcas e lembranças definitivas que podem ser positivas ou negativas ao desenvolvimento da criança da primeira infância e aos adultos responsivos.

A partir das citações expostas com base nas autoras, é oportuno evidenciar expectativas de que as marcas da infância sejam sempre positivas, de igual modo revelam-se anseios por deferimentos e por dispêndios a serem aplicados na cidade, um planejamento urbano adequado, compromissos com a execução de planos e ações a curto, médio ou longo prazo, para assim, a cidade poder proporcionar a partir das políticas públicas urbanas: infraestrutura adequada, serviços, equipamentos e atendimentos públicos acessíveis, espaços públicos urbanos de interação, de apropriações, de constituição de laços sociais, sobretudo, de experiências urbanas igualitárias e assertivas.

A expressão “planejamento urbano” é aportada por Duarte (2013) a partir da relação dos significados dos verbetes “planejamento” e “urbano”, tendo como objeto comum de estudo: a cidade. Segundo o autor (2013, p. 57), o planejamento urbano “lida com um objeto complexo, que é a organização social sobre um território relativamente denso, dotado de infraestruturas, serviços e organização político-administrativo”, o que implica, neste caso, a incumbência do município em organizar, em gerenciar administrativamente e em acompanhar a expansão urbana com boas políticas de desenvolvimento.

Em continuidade à explanação, Duarte (2013) apresenta o Brasil como um país urbano em que “uma parcela significativa da população mundial mora nas cidades”. Há uma década, quando aferidas, as estimativas populacionais do Fundo das Nações Unidas – Unicef¹⁸ (2012) pontuaram que “em 2050, 70% de todas as pessoas estarão vivendo em áreas urbanas” (UNICEF, 2012, prólogo p. v). Ao particularizar tais dados a Unicef inseriu as crianças como parcela significativa, de interferência para a ascensão dos números da urbanização das cidades médias e grandes, tendo em vista que “a experiência da infância se torna cada vez mais urbana” (UNICEF, 2012, prólogo p. iv).

Na atualidade, o Brasil, segundo estimativas do IBGE (2021), conta com um número de 214.363.745 milhões de habitantes. De acordo com a situação de domicílios do último Censo (IBGE, 2010), há um percentual de 84,36% de habitantes residindo em áreas urbanas e 15,63% de habitantes residindo em áreas rurais.

O aumento da população nos espaços urbanos da cidade é uma realidade em muitos Estados e municípios do país. Acompanhar alguns dos fatores reais advindos da urbanização como a metropolização, a segregação dos indivíduos, a ausência de oportunidades nos campos: social-econômico-cultural, a inexistência de equipamentos públicos urbanos e comunitários, de lugares salubres, seguros e agradáveis para convivência e sobrevivência, dentre outros inúmeros desarranjos, ainda é um dos grandes desafios quando se discute questões sobre uma cidade planejada para a criança e para o exercício da parentalidade.

A urbanização das cidades nas últimas décadas tem evidenciado particularidades. Por um lado, na esteira de Muller e Nunes (2014, p. 665), é visível a “desigualdade social, violência, desordem urbana” dentre outros agravantes advindos com a urbanização. Por outro, quando se há um planejamento, é possível que os espaços da cidade proporcionem um bem-estar, uma

¹⁸ “O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) promove os direitos e o bem-estar de cada criança em tudo o que faz. Juntamente com seus parceiros, trabalha em 190 países para transformar essa missão em ações concretas que beneficiem as crianças, em qualquer parte do mundo, concentrando esforços especialmente para chegar às crianças mais vulneráveis e excluídas”.

melhor qualidade de vida, maiores acessos aos serviços públicos e as “novas sociabilidades” (MULLER E NUNES, 2014, p. 665).

Potencializar as crianças na cidade de forma que estas possam sobreviver e usufruir de forma próspera as prerrogativas da vida urbana, proporcionar meios e modos para que elas possam desenvolver-se plenamente, prosperar junto à família e/ou a seus adultos responsáveis, participar ativamente da cidade, assim como conceder as estas crianças o acesso aos serviços básicos prestados pelos órgãos públicos pode ser elencado como um grande desafio, como já assinalado anteriormente, principalmente quando se trata de famílias com crianças menos favorecidas.

Considere-se, a seguir, um trecho do documento da Unicef (2012):

cada criança excluída representa uma oportunidade perdida – porque, quando não consegue garantir às crianças urbanas os serviços e a proteção que permitiriam seu desenvolvimento como indivíduos produtivos e criativos, a sociedade perde as contribuições sociais, culturais e econômicas que essas crianças poderiam gerar (UNICEF, 2012, p. 5).

Partindo deste entendimento, torna-se cabível mobilizar às discussões alguns dos aportes legais que asseguram os direitos da criança e da infância, para que se tenha ciência das prerrogativas constitucionais dispensadas a estes sujeitos, de igual modo, para que, a partir destas lembranças, possa-se lutar por políticas públicas urbanas.

A primeira Infância está aportada no Art. 227, da Constituição Federal – CF (1988), no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016) e em outros documentos oficiais como: no Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI (2020), na Lei do Biênio da Primeira Infância do Brasil (Lei 13.960, de 19 de dezembro de 2019) e no Estatuto da Cidade (Lei federal de nº 10.257, de 2001), de forma a garantir a prioridade absoluta a todas as crianças de até 06 (seis) anos de idade.

Fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 06 de março de 2016, elenca, dentre outros, “o espaço e o meio ambiente” (BRASIL, 2016) como questões prioritárias nas agendas públicas municipais. De acordo com o Artigo 5º, da Lei nº 13.257:

Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica (BRASIL, 2016).

Em análise ao artigo citado, denota-se quão indispensável é investir em espaços, de maneira particular os espaços públicos, para que estes possam alcançar não somente as necessidades das crianças pequenas, mas, também, das famílias a quem estas crianças pertencem, ainda, de forma especial, as mais desfavorecidas e em situações de fragilidades, sendo estas as mais expostas às desigualdades e às disparidades do arranjo urbano.

São estas famílias que mais sofrem com “o alto custo de vida e o acesso aos serviços urbanos; distribuição geoespacial desigual aos serviços urbanos; as más características do ambiente construído; e a desigual distribuição espacial da terra e do espaço urbano” (RNPI, 2020, p. 106).

A UNICEF (s/a, s/p), por corroborar com percepção da criança como um ser de direito, em particular, a criança em situação de fragilidade e/ou excluída, aduz as interações como períodos essenciais, nos quais a criança em vivência junto com um adulto constroem uma “infância integral e feliz”, com estímulos, afeto e desenvolvimento. Dentre os 12 (doze) direitos elencados pela organização¹⁹, destaca-se aqui 03 (três) deles, não mais importantes, porém, considerados intrinsecamente relacionados e necessários para a organização dos espaços públicos urbanos e de uma cidade pensada na infância, são eles: Estímulos Saudáveis, Educação Infantil e Conhecer sua rua e seu Bairro.

Os estímulos saudáveis, como o primeiro dos direitos anteposto e a ser destacado, pode ser caracterizado como experimentações essenciais para o desenvolvimento e para o aprendizado da criança. Construídos a partir do cuidado, do afeto, do vínculo, do cantar, do conto de histórias e do diálogo, tais interações devem ser principiadas desde o ventre materno. A partir da concepção, a criança, possivelmente, passa por processos, às vezes, complexos e condicionados, todavia necessários para existência, crescimento, processo de formação e de transformação (UNICEF, s/a, s/p).

A indispensável predisposição de um adulto de referência nos diferentes momentos da infância, a exemplo, aos estímulos citados no parágrafo anterior, além dos cuidados e dos acompanhamentos inerentes à saúde e à proteção, revela a dependência e as impossibilidades dos sujeitos infantis de se coexistirem sozinhos. Destarte, “entender a criança como pessoa em desenvolvimento implica conferir plenitude ao momento da infância por ela ter sentido em si

¹⁹ Ebook Primeira infância -12 passos para um desenvolvimento integral: A gravidez e o parto; O leite materno; O pai; Estímulos saudáveis; Deficiências; Educação infantil; Brincar e descansar; Higiene pessoal; Limites; Meninos e meninas; Conhecer sua rua e seu bairro; Pequenas responsabilidades (UNICEF, s/d, s/p).

mesma e, adicionalmente, reconhecer o dinamismo do processo de formação cujo resultado é o futuro” (RNPI, 2011, p. 13).

O segundo ponto elegido trata-se da educação. A Educação Infantil - EI, consiste em uma das três etapas da Educação Básica, ofertada em instituições de ensino, sendo de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade critério da família em matricular a criança em uma creche. Já os 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade, em cumprimento à legislação, sendo dever dos pais e/ou dos responsáveis efetivar a matrícula na pré-escola (BRASIL, 2009)²⁰.

No contexto social, quando os principais responsáveis pela criança precisam ou optam por trabalhar, quase sempre a família precisa recorrer ao auxílio de um parente próximo, dos serviços de uma babá, de um membro da comunidade ou mesmo de um local, a exemplo uma instituição de ensino para deixarem as crianças, enquanto desenvolvem suas atividades laborais, muitas vezes necessárias e indispensáveis para o sustento da família.

Se tratando das instituições de ensino infantil, ressalta-se que tais não foram criadas para substituir o ambiente familiar e sim para contribuir, atuar como espaço público, subjetivo, adicional à família. Local onde existe cuidado, convivência individual e coletiva, um ambiente para as crianças crescerem, brincarem, desenvolverem aprendizagens e constituírem-se sujeitos.

a dimensão do cuidado, no seu caráter ético, é assim orientada pela perspectiva de promoção da qualidade e sustentabilidade da vida e pelo princípio do direito a proteção integral da criança. O cuidado compreendido na sua dimensão necessariamente humana que coloca homens e mulheres em relações de intimidade e afetividade, é característico não apenas da Educação Infantil, mas de todos os níveis de ensino. Na Educação Infantil, todavia, a especificidade da criança bem pequena que necessita do professor até adquirir autonomia para os cuidados de si, expõe de forma mais evidente a relação indissociável do educar e cuidar neste contexto (BRASIL, 2009, p. 10).

Os papéis da creche e dos sujeitos parentais podem até serem considerados similares, no entanto, cada uma possui suas especificidades. A instituição de ensino, como ambiente diferente do seio familiar, tem por função a socialização, local propício ao desenvolvimento e à aprendizagem, à convivência e ao vínculo afetivo com os pais, os espaços de interações, as brincadeiras e as descobertas, ao ritmo e ao tempo de cada criança.

²⁰ Ementa Constitucional n. 59/2009 – Alterou o artigo 208, conferindo-lhe a seguinte redação: o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria.

Existem dois espaços reservados à criança: o espaço privado e o espaço público²¹. No que concerne ao espaço privado, tem-se a casa, o lar, o convívio em família. No que diz respeito ao espaço público, elegem-se “as instituições de acolhimento e atendimento”, outro exemplo são os ambientes urbanos encontrados na cidade. Ao se integralizar escola e espaços públicos – “ruas, parques, praças, museus” – pode se dizer que existe “participação e alfabetização urbana das crianças” (RNPI, 2020, p. 109).

Na atual compreensão do alcance, do vigor e da visibilidade da infância nos espaços públicos da cidade, Nascimento (2018) revela que muitas crianças ainda se encontram reclusas e confinadas em âmbitos privados e condicionados, como por exemplo, nos espaços familiares (casa, lar ou abrigo) e nos espaços educacionais (creches ou pré-escolas). Ambos espaços sociais, segundo a autora, condicionados ao ofício da disciplina e da preparação para a vida adulta.

É preciso que as crianças alcancem para além dos muros de suas casas e dos muros das escolas, elas precisam ser vistas, ouvidas cada vez mais pela sociedade civil, ter acesso aos serviços, ocupar os espaços e os equipamentos, bem como, estar inseridas na política urbana da cidade como um sujeito de direito, coautora de sua própria infância.

Finalmente, cita-se o terceiro tópico: conhecer sua rua e seus bairros, direito intimamente relacionado aos anteriores explanados. Delineia-se “cidade educadora” a cidade formada por ruas, avenidas, bairros, praças, escolas, equipamentos públicos urbanos e comunitários, dentre outros espaços acolhedores, brincantes e inclusivos, que participam da história de vida e do desenvolvimento da criança (RNPI, 2020, p. 109).

É direito da criança conviver e participar da comunidade, conhecer a rua onde mora, ambientes de seu bairro, frequentar os serviços e os espaços públicos formativos, socializadores e de lazer contidos na cidade onde reside. De acordo com o Art. 4º do Marco Legal da Primeira Infância, aportado na Lei nº. 13.257, de 8 de março de 2016, os planos e as propostas de atendimento a criança da primeira infância devem:

- I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;
- II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

²¹ Espaço Público: “lugares como ruas, parques, calçadas, praças e parquinhos que sejam seguros, acessíveis, confortáveis e estimulantes para bebês, crianças e seus cuidadores, e cujo uso seja promovido ativamente com o objetivo de maximizar a frequência, qualidade e intensidade de interações positivas entre crianças e seus cuidadores – Guia Urban95”.

- III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
- IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
- V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;
- VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;
- VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;
- VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;
- IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social (BRASIL, 2016, p. 1-2).

Ao legitimar e ao executar os planos e as propostas de atendimentos aludidos anteriormente, estar-se-á oportunizando a criança a desbravar o lugar onde vive de uma maneira invulnerada, o que amplia o conhecimento de cidade, o pertencimento a este espaço e contribui com a formação cultural e identitária da criança, como cidadã. “A partir do momento em que as crianças conhecem a cidade, elas começam a participar e intervir nos espaços e equipamentos urbanos, participando da (re)criação da cidade” (RNPI, 2020, p. 109).

No que se refere à cidade, destaca-se que este setor apresenta influências assertivas para a primeira infância e para seus adultos responsáveis, uma vez que “cidades para bebês, crianças pequenas e cuidadores são boas para todo mundo” (URBAN95, 2019, p. 21).

A Rede Brasileira Urban95 assinala que a cidade representa a possibilidade de a criança alcançar “todo seu potencial”. Quando bem planejada, com ambientes seguros, salutíferos e propício a brincadeiras e com “interações afetuosas frequentes e responsivas com adultos carinhosos” (URBAN95, 2019, p. 26), oferece benefícios à saúde, ao bem-estar das crianças e das pessoas que delas interessam-se.

É inquestionável que os espaços públicos urbanos planejados e pensados para a primeira infância oportunizam interações positivas, desenvolvimento de capacidades, competências e habilidades da criança. Conseqüentemente, beneficia não somente a criança, mas, também, o adulto que o acompanha e os demais indivíduos que estão utilizando tal espaço, ou seja, todos os habitantes da cidade.

Deste modo, para que a cidade atinja positivamente a primeira infância e seus adultos responsáveis, é preciso propor e implementar políticas urbanas, programas e serviços de desenvolvimento que integre todos, sem distinção, aos sistemas formais da cidade. Da mesma maneira é necessário que a sociedade reivindique atuações e empreendimento por parte dos Entes Federativos de forma que estes possam efetivar os direitos negados na realidade social e

atender as indigências de todos os citados, alcançando assim àquelas famílias com crianças que mais necessitam.

pais e outros cuidadores que vivem na pobreza e não tem acesso aos serviços essenciais enfrentarão não apenas mais dificuldades para proporcionar alimento, abrigo, saneamento, mas também terão menos tempo, energia e capacidade cognitiva para cuidar de seus bebês e crianças pequenas como gostariam (URBAN95, 2019, p. 11).

Colaborar com o desenvolvimento das crianças, também é sinônimo de promover às pessoas que estão a acompanhá-la, ou mesmo ao seu entorno, o direito aos serviços públicos que supram as suas diferentes necessidades. Investir no bem-estar do adulto que acompanha o bebê e a criança pequena é investir no marco do desenvolvimento destas; contribuir para o empoderamento de seus responsáveis e decréscimo das situações futuras de fragilidades.

Todos os bebês e crianças pequenas merecem um bom começo de vida [...] ações de larga escala que melhorem a saúde e o bem-estar de crianças pequenas, especialmente as mais desfavorecidas, e das pessoas que cuidam delas. Um bom começo coloca as crianças pequenas no caminho certo para alcançar todo o seu potencial e, coletivamente, estabelece os alicerces de uma sociedade saudável, criativa e pacífica (URBAN95, 2019, p. 90).

Sem embargo, é importante que a sociedade civil comece a pensar na criança do século XXI e em seu adulto responsivo, com preocupação social, com políticas urbanas e de governo. É um trabalho coletivo e intersetorial, desta maneira:

o olhar da sociedade, do governo, dos profissionais das diferentes áreas vai alargando progressivamente o ângulo de visão enquanto a ciência vai aprofundando o conhecimento dos fatores que incidem construtiva ou restritivamente no desenvolvimento da criança (DIDONET, 2016, p. 60).

Complexo convocar o bem-estar das crianças pequenas na cidade sendo que muitos dos espaços ainda são inacessíveis e inadequados para atender as demandas da primeira infância. Cita-se entre os desprazeres a ruptura do direito das crianças e de seus responsáveis movimentarem-se livremente e de maneira independente pelas ruas e pela cidade. Aspectos que tem a distanciado o brincar, o experimentar desestruturado, o desenvolver com autonomia, o resgate do transgeracional, as boas lembranças da infância e construção do laço entre o sujeito infantil e os sujeitos parentais, sendo este último um dos focos do estudo em questão. Para Meyer (2020):

a urbanização das cidades brasileiras, por vários motivos, resultou em uma forma de ocupação do espaço que privilegia o ambiente privado em detrimento da convivência em espaços públicos, que reduziu as áreas verdes e priorizou as ruas apenas para a passagem dos carros. A rapidez e a intensidade desse processo causaram mudanças drásticas em nossa organização social, em nossa saúde e na nossa relação com a cultura e com a natureza (MEYER, 2020, p. 6).

Em concordância com o autor, observa-se que, em muitas cidades consideradas majoritariamente urbanas, os espaços que poderiam ser destinados à saúde e ao bem-estar da criança e da comunidade são priorizados para construção de vias e de ruas, nas quais nem sempre as crianças possuem a segurança que a elas devem ser garantidas.

As ruas das cidades que deveriam servir como espaços de interação e de troca de vínculos afetivos e sociabilidade, cada vez mais, estão sendo camufladas, elas têm perdido a sua essência, o seu encanto e a capacidade de construir memórias. Hoje, em vez da passagem livre e brincante são tidas como pontos de circulação, de lucros, de vendas e de mercadorias, de carros em intenso fluxo, de ar poluído e, quase sempre, de indivíduos apressados com horário e com tempo cronometrado, a ponto de serem consideradas frustrantes (NASCIMENTO, 2018).

Para Mayer (2020, p. 7), “não devemos tirar as crianças da rua, e sim devolver as ruas às crianças”. O autor melhor exemplifica a citação ao ressaltar que os “pontos de ônibus, terrenos baldios e os diferentes trajetos urbanos podem ser espaços mais atrativos, que as estimulem a dominar os próprios caminhos e percorrê-los mesmo sem o conforto dos veículos automotores” (MAYER, 2020, p. 7).

De acordo com o referido autor, é preciso ter um olhar que vá além dos pontos de ônibus, das praças e dos parquinhos de diversão. É necessário readquirir a essência dos espaços públicos, pensados na criança da primeira infância e em suas necessidades, não transformando as ruas em parques, mas transformando-as em lugares atrativos, livres para o brincar, o criar e o imaginar, lugares acessíveis para que as crianças possam explorar geograficamente cada fragmento da cidade e assim desfrutar de uma parentalidade afetiva e positiva.

Entende-se que, ao propor espaços públicos intuitivos em uma cidade, que permitam o brincar livre e desestruturado, não só estamos “desemparedando” as crianças, mas também os adultos que estão ao seu olhar, isso sem ressaltar os benefícios físicos, cognitivos e sociais que esta prática apresenta aos pares envolvidos e os inúmeros objetos naturais ali dispostos.

Questões sobre os espaços públicos na vida da criança já eram apresentadas na época da sociedade pré-industrial. De acordo com historiadores, a exemplo, Arlette Farge (1976), já se via um laço existente entre os espaços comuns e a população formada por homens, por mulheres

e por crianças, sendo que esta última categoria: as crianças, “mais do que os adultos, utilizavam as ruas como espaços delas” (LIMA, 1989, p. 90).

A partir dos apontamentos do autor, é possível entender que a cidade a partir de suas ruas se manifestava permissiva às crianças como um espaço de liberdade, de criação e de imaginação, onde elas podiam aprender com o lugar físico e com o ambiente, crescer a partir da imagem e do exemplo de um adulto ou mesmo de sujeitos pertencentes ao mesmo local.

Para Lima (1989, p. 90), “as crianças brincam na rua; o espaço urbano é o seu universo; elas o utilizam a sua vontade”. Pormenorizando as palavras do autor, a rua para as crianças era tida como um livre-arbítrio o que lhes garantia identificação e subsídios para o desenvolvimento das etapas para a vida adulta. No entanto, com o passar do tempo e aos poucos os espaços foram se estreitando.

No século XVIII, “em ordem da segurança, da política e da ordenação disciplinar dos indivíduos” (LIMA, 1989, p. 93), as crianças das classes menos favorecidas tiveram que se distanciar das ruas, até então antes permissivas. Nas palavras do autor:

a rua passa a adquirir “função única de circulação [...] “para reconstruir a unidade das relações afetivas, psíquicas e cognitivas que lhe assegure simultaneamente a individualidade e a socialização, a criança terá de encontrar nas novas condições urbanas aqueles espaços permeáveis onde seja possível o jogo e a brincadeira que envolvam os companheiros da mesma idade e observar o mundo dos adultos (LIMA, 1989, p. 92).

Mesmo com o passar do tempo e da história, tais questões ainda ganham evidência; a relação entre a criança e os espaços continuam sendo tratadas como necessidade, aportadas por distintas áreas do conhecimento como: urbanismo, psicologia, psicanálise, direito e pedagogia. Todas as áreas de conhecimento convocadas, na introdução, retratam a importância dos espaços públicos da cidade para o desenvolvimento da criança.

Integrado às primeiras sensações do ser humano, o espaço é o elemento material através do qual a criança experimenta o calor, o frio, a luz, a cor, o som e, numa certa medida, a segurança. É nesse meio que, ao estender as mãos em busca do objeto ela adquire a noção da distância; e nele que a mãe aparece e desaparece desligada do seu corpo; é ainda nele que a criança exercita o seu domínio, equilibra-se, caminha e corre [...] é num espaço físico que a criança estabelece a relação com o mundo e com as pessoas; e ao fazê-lo esse espaço material se qualifica. Ela deixa de ser apenas um material construído ou organizado para se embeber da atmosfera que as relações ajudam a estabelecer. Por isso, o espaço em que se vive, ou o espaço que a memória preserva, funde em si tanto o calor do ambiente e a cor das paredes quanto a alegria e a segurança que nele se sente (LIMA, 1989, p. 13).

Enfatiza-se que os equipamentos urbanos e comunitários são como um dos itens básicos da cidade e/ou dos setores e bairros. Trataremos nesta pesquisa apenas dos equipamentos públicos comunitários, conforme justificativa explicitada na metodologia da pesquisa em estudo. De acordo com o Capítulo II, Art. 4, inciso I e § 2º, do inciso IV, da Lei Federal nº 6766/79:

as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem [...] “consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares”.

O Decreto nº 7.341, de 22 de outubro, de 2010, em seu Art. 2, inciso II e § 1 e 2º conceitua e traz a distinção entre os equipamentos públicos urbanos e os equipamentos públicos comunitários:

§ 1º Consideram-se equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. § 2º Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres (BRASIL, 2010, s/p)

Considerando a relação entre a existência dos equipamentos públicos comunitários e o bem-estar social e econômico da população, denota-se ainda uma maior importância destes nos espaços públicos da cidade, assim como a existência de áreas livres e verdes, de uso público e de circulação, para o desenvolvimento da criança.

A forma que estes são ofertados pelos órgãos responsáveis, assim como estão organizados e especializados de forma correspondente àqueles a quem se destina, torna-se cada vez mais emergente.

O espaço material é, pois, um pano de fundo, a moldura, sobre o qual as sensações se revelam e produzem marcas profundas que permanecem, mesmo quando as pessoas deixam de ser crianças. É através dessa qualificação que o espaço físico adquire nova condição: a de ambiente (LIMA, 1989, p. 13)

Compreende-se a intensão do autor ao apresentar o espaço como nova condição do ambiente, ou seja, “espaço-ambiente”, ao unir de forma harmonizada os dois verbetes. Compreende-se que só existe uma separação das palavras “espaço” e “ambiente” para o adulto, ou melhor, para alguns adultos. Para Lima (1989, p. 14):

O espaço, portanto, existe sempre conjugado ao ambiente, assim como o ambiente não existe sem estar ligado a um espaço. Contudo não é uma relação linear e biunívoca: um mesmo espaço pode resultar em ambiente diferentes, assim como ambientes similares não significam espaços iguais. O ambiente significa a fusão da atmosfera, e se define na relação que os homens estabelecem entre si, ou do homem consigo mesmo, com o espaço construído ou organizado (LIMA, 1989, p. 14).

Portanto, o que se almeja são diagnósticos de uma cidade com espaços em sua extensão que contemplem e sejam propícios ao desenvolvimento das crianças e ao fortalecimento da parentalidade. Espaços pensados e dentro das possibilidades das governanças planejados de maneira a não delimitar, não distanciar e não excluir, até porque para a criança da primeira infância existe “o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta”, enfim, espaços de liberdade ou de opressão (LIMA, 1989, p. 30).

3. PARENTALIDADE

3.1. A Parentalidade e o Desenvolvimento Infantil

Hétero, Homo, Mono ou Pluriparental: “Não há necessidades de família para fazer filhos, mas para fazer sujeitos, sim”

Merie-Jean Sauret.

Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020, p. 7) circunscrevem a parentalidade como a “produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época”.

O termo “parentalidade”, referenciado pelas psicanalistas, expõe a atuação dual de sujeitos que se dispõem psiquicamente a exercerem as funções parentais, em outras palavras, revela a representatividade destes sujeitos frente ao exercício de transmitir, por meio da linguagem, da atuação contínua e do ambiente, mais que cuidados básicos, como: alimentação, higiene, dentre outros determinantes essenciais, para que o um novo sujeito, neste caso o bebê e/ou a criança, desenvolva-se e se constitua subjetivamente.

Observa-se, também, que, no contexto da parentalidade elucidado pelas autoras, existe um diálogo transgeracional, podendo este ser contínuo ou silenciado, positivo ou negativo; uma transmissão psíquica entre gerações, em que “os pais chegam antes, isto é, são eles quem

primeiro assumem a posição a partir da qual podem designar à criança um lugar na cadeia transgeracional” (GARRAFA, 2019, p. 28).

Em caráter corroborativo, Zornig (2010) ratifica em seus escritos que a parentalidade inicia-se antes mesmo do ato de nascer, abaliza ainda a tese do transgeracional assinalando que o exercício da parentalidade possui relação com as ocasiões oportunas tidas na infância. Fundamentada na psicanálise, ao especificar os elementos que tornam os sujeitos adultos em um pai e em uma mãe, a autora descreve que é na fase da infância, dos sujeitos que representam a função materna e a função paterna, que se inicia a parentalidade. “A pré-história da criança se inicia na história individual de cada um dos pais; o desejo de ter um filho reatualiza as fantasias de sua própria infância e do tipo de cuidado parental que puderam ter” (ZORNIG, 2010, p. 456).

A parentalidade principia quando os sujeitos que se dispõem a exercerem a parentalidade, ainda quando criança, recebem subsídios de suas progênes parentais, para posteriormente em sua posição de adulto e em exercício de seus lugares transmitirem com efetividade e com afetividade as denominadas funções parentais.

O “neologismo” parentalidade, assim conceituado por psicanalistas, há exemplo de Teperman (2020) e Zornig (2010) surge em decorrência das novas estruturas familiares, atribuindo um novo sentido à palavra família. Sendo contextualizada como um termo não totalmente recente, mas muito discutido em um período em que as novas configurações familiares têm se evidenciado e com celeridade. Ao tratar desse vocábulo, uma das autoras supracitada enuncia a “literatura psicanalítica francesa” e utiliza a década de 60 para mensurar o transcurso da “construção do exercício da relação dos pais com os filhos” (ZORNIG, 2010, p. 454).

De acordo com o Manual para *la Paternidad Activa* – Programa P (2014, p. 20):

Cuando se usa la palabra “familia” es importante tener en mente la diversidad de familias que existe aparte de la tradicional donde ambos padres (madre y padre) viven juntos en un hogar con sus niños. Una definición de “familia” más inclusive es, “cualquier grupo de individuos que forman un hogar basado en respeto, amor y afecto, y que provee apoyo para mantener su bienestar (Bozett, cited in Limoge & Dickin, 1992, p. 46). Ejemplos de otros tipos de familias incluye: Familias Homoparentales; Mono-Parentales; Ensambladas; Padres residentes y no-residentes; Padres adoptivos; padrastros, abuelos (EME/REDMAS/PROMUNDO, 2014, p. 20).

Em conformidade com o novo verbete postulado à palavra “família” e em contribuição à explanação citada:

Ao usar a palavra “família”, **troca-se o termo por “parentalidade” em virtude dos contextos familiares da atualidade**, é importante ter em mente a diversidade de famílias que existe além da tradicional, onde ambos os pais (mãe e pai), **não necessariamente gênero masculino e feminino**, vivem juntos em uma casa **ou ambiente acolhedor** com seus filhos/**crianças**. Uma definição mais abrangente de “família” é “qualquer grupo de indivíduos que formam uma casa baseada no respeito, **cuidado, proteção**, amor e afeição, e que fornecem suporte para manter seu bem-estar **físico, psíquico e social** (Bozett, citado em Limoge & Dickin, 1992, p. 46). Exemplos de outros tipos de famílias incluem: Famílias homoparentais; Mono-Parental; **pluriparentais** (famílias conjuntas; Pais residentes e não residentes; Pais adotivos; padrastos, avós (EME/REDMAS/PROMUNDO, 2014, p. 20, **grifo nosso**)

Diante ao exposto, percebe-se que os autores justificam a relevância em adjudicar novos sentidos ao vocábulo em virtude da capacidade de aceitação das transformações nas práticas sociais, de tal modo a tornar o termo “parentalidade” “indispensável das mudanças no campo da família, no que diz respeito aos costumes quanto aos avanços da ciência no âmbito da procriação medicamente assistida” (TEPERMAN, 2020, p. 89).

É preciso destacar que a expressão parentalidade, apoiada na psicanálise e tomando como nota a união de três fatores, a saber: biológico, psicológico e jurídico, mostra-se capaz de acompanhar as transformações exigidas pela contemporaneidade. De acordo com Teperman (2020, p. 91), “parentalidade, segue essa tendência ao nomear e legitimar – via discurso jurídico – laços familiares antes não existentes e não regidos de vínculos biológicos, como os que evidenciam nas novas configurações familiares”.

Como se depreende, outrora, a família era formada por sujeitos héteros em uma relação de monogamia e de ordem nuclear, todavia, com o passar do tempo e da história, surgem novos padrões e estruturas familiares, diferentes do tradicional; o que para alguns ainda é representado pela busca do respeito e da aceitação, para outros, algo provável.

O que antes era descrito como um conjunto de pessoas formado por pai, por mãe e por filhos sob um único teto recebe nova definição, abrangendo o caráter social e afetivo, uma união afável, cuidadosa, de respeito e de solidariedade, em um arranjo mono, pluri ou homoparental. Considerem-se, a seguir, as palavras de Teperman (2019):

A partir das mudanças no campo da família e com os avanços da ciência, em particular no campo da procriação medicamente assistida, cada vez mais insiste a pergunta acerca de como nomear quem se ocupa das funções parentais. Nesse sentido, o termo *parentalidade* é muito bem-vindo, pois permite nomear laços familiares antes não existentes, não regidos pela biologia e independentemente do sexo ou da orientação

sexual de quem se ocupa das funções parentais. O que está em jogo no termo é a vontade individual de ocupar esse lugar (TEPERMAN, 2019, p. 38).

Nas palavras da autora, observa-se que os contextos de família podem até terem assumido novas configurações, contudo a presença do adulto, a postura deste sujeito frente à cátedra do cuidado, da criação e da disposição para com o sujeito infantil é o que vai determinar a existência da parentalidade. Segundo Pitliuk (2020):

[...] vivemos em contextos muito diversificados, e os termos “mãe” e “pai” vêm perdendo suas referências mais estáveis. Homens estão assumindo posições antes exclusivas de mães, do mesmo modo que mulheres assumem lugares que eram entendidos como do pai; as crianças vão cada vez mais cedo para as escolas, o que faz com que muitas das funções ditas maternas e paternas passem à responsabilidade de equipes de pessoas se alternando; e a criação de filhos por casais homossexuais, assim como a monoparentalidade – por produção natural assistida, ou ainda por adoção, já fazem parte do nosso cotidiano (PITLIUK, 2020, p. 38).

No tocante a esse novo cenário de diferentes arranjos familiares, não é possível a descrição de uma configuração exata para aqui exemplificar o modelo ideal de família a partir do qual pode ser assegurada as condições indispensáveis à constituição subjetiva da criança, posto que, os fatores que envolvem a parentalidade passam pela via do inconsciente e dos desejos familiares escondidos. Importa-se, neste momento, esclarecer quem são estes sujeitos, ademais, como estes sujeitos se posicionarão para exercerem as funções parentais.

Registra-se que os sujeitos responsáveis por transmitir aspectos afetivos, protetivos e positivos para o desenvolvimento biopsíquico social não necessitam ser os genitores, o pai e a mãe, o gênero masculino e o feminino, mas, sim, os responsáveis por acentuar o que se configura por parentalidade, “função de rede de suporte sensível – rede concreta e rede simbólica – do sujeito, nas múltiplas configurações que se fazem necessárias ao longo da vida humana” (PITLIUK, 2020, p.39). Eis, a seguir, as considerações de Teperman (2019):

O nascimento de um filho não determina automaticamente a constituição das funções parentais; estas requerem um processo delicado de reordenamento simbólico e não estão determinadas pelos aspectos biológicos daqueles que constituem as figuras parentais. As funções parentais independem da realidade da reprodução, ou seja, não progenitores podem operar como pai e mãe (TEPERMAN, 2019, p. 37).

Acresce também minutar que os sujeitos ao assumirem o lugar na parentalidade, por meio de suas heranças psíquicas, produzirão efeitos na personalidade e na constituição subjetiva da criança. É uma natureza de empréstimo no qual cada sujeito, em sua particularidade, imprimirá marcas e projetará na criança algo do inconsciente – transgeracional, tendo em vista

que “somos feitos de história que precisam ser contadas de novo e de novo e de novo, para que o novo possa advir” (IACONELLI, 2019, p. 22).

Em observação às colocações da autora percebe-se que é nesse íntimo que os sujeitos vão exercendo as funções parentais, assumindo um lugar na vida física, psíquica e social do bebê/criança, e isso é o que vai os tornando pais.

O nascimento de um filho implica uma dupla dimensão: para que um bebê sobreviva física e psiquicamente, é necessário inscrevê-lo em uma história familiar e transgeracional. No entanto, a dimensão ascendente da transmissão (filhos-pais) é igualmente fundamental, pois só o reconhecimento do filho em sua diferença permite aos pais construir uma relação com a marca do novo e da criatividade, indo além de uma repetição do passado e permitindo que o bebê se aproprie das marcas e inscrições de sua história relacional inicial (ZORNIG, 2010, p. 461-462).

A partir da citação exposta, entende-se que é a partir do interesse, da relação visível do desejo, da aspiração aportada pelos sujeitos presentes de corpo físico e psíquico, que a história transgeracional vai sendo comunicada, concomitantemente, as interferências culturais vão se infiltrando para que ocorra tanto o pedido do sujeito infantil quanto o aceite do adulto parental, ainda, as trocas afetivas e efetivas entre eles, o que gera o cuidado, a proteção, a saúde ao bem-estar físico, mental e social do bebê e/ou da criança.

Zornig (2010, p. 463) ressalta que a “mutualidade nas trocas entre pais e bebê” é o que oportuniza tanto o sujeito infantil principiar “o processo de subjetivação”, quanto aos sujeitos parentais “se apropriarem de seu lugar de pais”. E é a partir dessa co-construção do “lugar parental”, explicitada por meio da trilogia - exercício da parentalidade, experiência da parentalidade e prática da parentalidade, que se transcreve, segundo a autora, a necessidade de três eixos, para que sujeitos adultos se tornem pai e mãe. São eles:

O primeiro se refere ao exercício da parentalidade, aqui tomado no sentido de uma função que define e organiza os laços de parentesco e a transmissão de regras e valores de um determinado grupo social [...] o exercício da parentalidade se dá através dos aspectos jurídicos do parentesco e da filiação. O segundo eixo se refere à experiência da parentalidade, que compreende as modificações psíquicas que se produzem nos pais no decorrer do processo de sua transição para a parentalidade. O terceiro eixo é designado de prática da parentalidade, englobando todo o campo dos cuidados parentais, ou seja, o campo das interações afetivas e fantasmáticas entre os pais e seu filho (ZORNIG, 2010, P. 463).

Ao corroborar com o transcrito, Teperman (2019, p. 38) acrescenta que “para que advenha um sujeito naquele que nasce, é necessário um Outro²² que, assumindo um lugar

²² “Outro primordial/Grande Outro”. De caráter simbólico o “Outro” evidenciado por Lacan em suas elaborações iniciais com letra inicial maiúscula, representa o lugar da linguagem, da cultura, da organização social e o lugar

privilegiado para a criança, portanto um desejo não anônimo, ocupe-se de uma transmissão”, pondera ainda que “cada sujeito, a partir da elaboração de sua história única, responderá de forma singular às forças que o campo parental convoca” (TEPERMAN, 2020, p. 16), visto que cada bebê/criança se constitui a partir de sua singularidade e de acordo com o que lhes for oferecido.

Cada bebê é uma “organização em marcha”. Em cada bebê há uma centelha vital, e seu ímpeto para a vida, para o crescimento e o desenvolvimento é uma parcela do próprio bebê, algo que é inato na criança e que é impelido para a frente de um modo que não temos de compreender (WINNICOTT ([1949], 2019b, p.29) citado por PITLIUK (2020, p. 40).

Iaconelli (2019), ao conceituar as funções parentais, também, define a importância do que é oferecido por esse Outro – ambiente representado pelos sujeitos que exercem a parentalidade:

atuação de um ou mais sujeitos que visa proteger física e moralmente um outro sujeito em constituição exercendo uma dedicação suficiente abnegada, contínua no tempo e consistente em qualidade, que considere este outro sujeito como semelhante humano, implica em oferecer condições para constituição de um sujeito, mas também nas condições de formação deste sujeito constituído (IACONELLI, 2019).

Filiados a autora entende-se que “*There is no such thing as an infante*”²³, o que significa dizer, segundo a teoria de Winnicott ([1960] 1960), que: “onde há bebê, há alguém cuidando dele” (PITLIUK, 2020, p. 37).

Para a psicanálise e na parentalidade, a vida psíquica do bebê se inicia a partir de uma relação entre o inconsciente de quem exerce e a reação de quem recebe os tais cuidados. Para Pitliuk (2019, p. 37), prevalece a “consideração de que a vida psíquica começa numa relação – mesmo que o bebê não tenha a menor ideia disso [...] a relação vem em primeiro lugar, e é dela que emergirá o sujeito humano”.

A partir do momento em que os sujeitos que exercem a parentalidade se descobrem no bebê, constrói-se um laço de afeto, de cuidado, de respeito, de proteção e de responsabilidade; um enlace, antes não existente, que transcende o biológico e a consanguinidade. Nas palavras de

de onde provem as palavras da língua. Para que haja um laço entre o bebê e o outro-a (Autre), ou seja, o semelhante, é preciso existir uma linguagem, um significado, um endereçamento (pedido), do qual, por meio da interpretação da estrutura simbólica da linguagem, espera-se uma resposta.

²³ Comentário realizado pelo pediatra e psicanalista Donald Woods Winnicott na década de 40 em reunião científica da Sociedade Psicanalítica Britânica.

Zornig (2010, p. 455) “a relação de consanguinidade ou aliança não é suficiente para assegurar o exercício da parentalidade”, o contexto envolve e muito, inúmeros outros fatores.

3.2. A vulnerabilidade parental no contexto da cidade

A afetividade, a linguagem, as trocas, os vínculos construídos por toda essa extensão de interações e de cuidados entre a criança e os sujeitos parentais é o que faz a criança se reconhecer como ser social pertencente à cultura e à sociedade, assim, a experiência subjetiva da parentalidade contempla a criança em seu direito, oferecendo condições necessárias e contínuas para que a criança/filho se desenvolva e ocupe um lugar na sociedade.

No entanto, quando há rupturas no cuidado, ausência de proteção, inexistência do laço afetivo e falhas no empréstimo psíquico, possivelmente serão gerados comprometimentos no desenvolvimento e na constituição psíquica do sujeito infantil.

Encontramos às vezes bebês em sofrimento que mostram uma desorganização no funcionamento das funções ou no estabelecimento dos primeiros ritmos corporais, bebês que contam muitas vezes com um Outro pouco disponível ou sem as condições psíquicas necessárias para enredá-lo no registro de trocas e dos jogos. Há ainda bebês que precisam de um Outro mais ativo e convocador, assim como bebês mais sensíveis a um Outro excessivo em sua demanda e estimulação (TEPERMAN; GARRAFA; IACONELLI, 2020, p. 14).

Coaduna-se com as autoras, quando elas retratam a importância da dedicação do “Outro” para com a criança. Contudo, cabe aqui registrar que, quando este Outro se encontra em estado de despreparo psíquico, tal situação pode ocasionar fragilidades, ademais, danos ao desenvolvimento da criança que está sob a sua responsabilidade parental. Nas palavras de Kehdy (2019):

A psicanálise, ao apresentar o que é minimamente necessário para a constituição subjetiva – função materna e função paterna -, distingue que há cuidadores que representam um risco para as crianças não pela pobreza material, mas por impedimento psíquico de investir amorosamente, cuidar e proteger (KEHDY, 2019, p. 31).

Pertinente atentar-se ao transcrito, para assim ponderar as sequelas emocionais e estruturais que possivelmente podem ser conferidas ao bebê e/ou à criança, quando há fraturas na relação parental, o que significa a existência de uma vulnerabilidade parental.

Falar sobre parentalidade e vulnerabilidade é sobrepor dois campos de fragilidades e potências. De um lado temos as condições sociais nas quais pais, mães e cuidadores se sustentam para estar lá para bebês, crianças e jovens; de outro temos os desafios

que cada sujeito em sua singularidade deverá enfrentar para estabelecer essa relação (IACONELLI, 2019, p. 22).

Diversos são os motivos que suscitam a vulnerabilidade parental - morte e/ou ausência do Outro, indisponibilidade afetiva, sofrimento psíquico, abandono, dependência química do par parental, violências, dentre outras inúmeras negligências as quais usurpam os direitos às crianças. Contudo, as questões causadoras das fragilidades acometidas no exercício da parentalidade em maior âmbito serão postergadas para pesquisas vindouras, pois requerem uma maior escala de análise aos contextos teóricos.

Quando o Estado subentende que os sujeitos parentais não mais se dispõem aptos para exercer a parentalidade – ruptura do laço, destitui-os de seus direitos e, em ordem judicial, encaminha o bebê/criança para o acolhimento de ordem institucional, cita-se: amparo por meio de abrigos ou por casa de acolhimento.

Garrafa (2019) explana que:

Os motivos que levam uma família a perder a guarda de uma criança geralmente se engendram em contextos de extrema vulnerabilidade social e envolvem situações de violência ou negligência. Durante o período de acolhimento institucional pelo estado, diversas iniciativas são tomadas para possibilitar o retorno da criança a sua família de origem, como articulação da rede de serviços e equipamentos públicos, o trabalho psicossocial para a reintegração familiar e a busca por parentes mais distantes que assumem os cuidados com a criança. (GARRAFA, 2019, p. 28).

É válido evocar que o amparo de bebês/criança de até seis anos de idade, os quais são o foco desta pesquisa, em abrigos e/ou em casa de acolhimento é excepcional e provisório, o que significa que a família não perderá o direito à convivência e, dentro das possibilidades e deferimentos, poderão ter a chance de exercer a parentalidade novamente, isso se e quando as situações de fragilidades forem supridas.

O acolhimento em um abrigo temporário, deve ocorrer a partir do encaminhamento de uma “autoridade competente” e em cumprimento de medidas protetivas, dentre elas cita-se as medidas apontadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo o acolhimento, como já descrito, provisório e institucional, aplicado em casos de ameaça e violação dos direitos da criança.

Outro fator a ser destacado é que entremeios à chegada do momento da reinserção do bebê/criança ao seio familiar ou a entrega desta a um parente próximo ou até mesmo para adoção, ocorre, quando de agrado e se houver vontade do novo sujeito parental, um laço entre o bebê/criança e um novo sujeito, o que implica a tomada dos lugares parentais sendo reconstruídos.

Para Garrafa (2019), um “enlace com uma nova relação”. Destaca-se a importância da responsabilidade a ser adotada por estes novos cuidadores, posto que “o acolhimento e o laço com o bebê não apagam suas dores e desconfortos, porém se colocam como condições fundamentais para seguir adiante” (GARRAFA, 2019, p. 28) e, quem sabe, à busca de uma nova disposição, um novo risco, uma reorganização de subsistência dentro de uma nova parentalidade.

4. METODOLOGIA

4.1. Método e Sistematização da pesquisa

Antes de principiar os métodos utilizados na pesquisa é premente trazer aos descritos a caracterização do local em que se efetuou este estudo. Mendes (2020) salienta que, atualmente, na cidade de Araguaína, os serviços de acolhimentos são prestados em dois espaços geográficos: na Casa Ana Caroline Tenório²⁴ - C.A.A.C.T.L. (em disposição e atendimento a bebês e crianças de até 06 anos de idade, de ambos os gêneros, ademais crianças e adolescente com até 18 anos de idade incompletos, do gênero feminino) e na Casa Lar – C.L. (em disposição e atendimento de crianças/adolescentes, de 7 a 18 anos de idade incompletos, do gênero masculino). Ainda, de acordo a autora, em Araguaína - TO:

[...] o acolhimento acontece seguindo os moldes previstos pelo CONANDA, no qual o recebimento, a priori é realizado pelo Conselho Tutelar, depois de aceito pelo Juizado da Infância e Juventude e Promotoria da Infância e Juventude, sendo que quem delibera a judicialização dos pedidos de acolhimento é o Juizado da Infância e Juventude, que só é considerado acolhido institucionalmente após a abertura do processo e mediante despacho favorável ao acolhimento do Juiz (MENDES, 2020, p. 68).

Deste modo, o *locus* das análises deste estudo versou-se em apenas um dos dois abrigos supramencionados: especificamente, da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima; uma instituição de acolhimento pública mantida pela Prefeitura Municipal de Araguaína, administrada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação -

²⁴ A Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima recebeu este nome em homenagem a uma menina que com apenas 02 anos de idade, migrou, juntamente com sua genitora, ao município de Araguaína Tocantins. Ana Caroline sonhava em ser advogada e teve seu futuro interrompido aos dias 19 de maio de 2007, sendo assassinada com 14 anos de idade, fato que ocasionou repercussão não só no município do crime, mas em todo o estado do Tocantins. Em função do fato lamentável ocorrido com a garota, além da luta exposta/vivenciada por sua genitora, após uma década é inaugurada aos dias 03 de julho de 2018, em sede própria, a “Casa de acolhimento Ana Caroline Tenório”.

SEMASH, com sede própria inaugurada em 02 de julho de 2018, localizada na Avenida de Ligação, Qd. P01, s/n, quadra T01, Setor Jardim Beira Lago, Araguaína/TO, CEP 65907-230.

A C.A.A.C.T.L. oportuniza, por meio do acolhimento temporário, o desenvolvimento às crianças e aos adolescentes que por algum motivo tiveram seus laços parentais interrompidos. Como forma de extensão dos cuidados e acolhimento, cita-se, também, a Casa Lar, situada na Rua Liberdade, nº 550, Setor Noroeste, Araguaína – TO (sede alugada). Esclarece-se que as peculiaridades da Casa Lar, não estão inclusas e não fazem parte dos objetivos desta pesquisa, registra-se essa informação apenas para que o leitor consiga apreender sobre o contexto dos acolhimentos em Araguaína.

A Figura 05, a seguir, georreferencia as duas instituições de acolhimento, situadas na área urbana de Araguaína, Estado do Tocantins.

Figura 05 – Localização geográfica da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima e da Casa Lar, em Araguaína Tocantins



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Ao elucidar a importância tanto da C.A.A.C.T.L. quanto da C.L. para o acolhimento dos bebês, das crianças e dos adolescentes com fraturas nos laços parentais Mendes (2020) cita que a permanência temporária em uma das duas casas é a maneira de o sujeito em situação de vulnerabilidade ter os seus direitos assegurados. Para autora estes ambientes se configuram em:

[...] acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, de zero a dezoito anos incompletos, as quais são afastadas temporariamente de seus familiares e/ou responsável em virtude de negligências, maus tratos, violência física, moral e psicológica e situação de abandono, passando a ter assim, sua base de criação e seus alicerces de trabalho cotidiano nas instituições que os acolhem. Trata-se de um trabalho vinculado ao poder judiciário e tem caráter excepcional, devendo ser aplicado apenas quando outras possibilidades forem descartadas, e entender que seja a única forma de assegurar os direitos do infante, afastando-o temporariamente de sua família ou guardiã estatutária (MENDES, 2020, p. 43).

A partir deste ponto, as descrições versam-se sobre uma primeira infância que perpassa por vulnerabilidades. Crianças de até seis anos de idade que por algum motivo se encontram sob a guarda do Estado, abrigadas em um dos acolhimentos temporários citados e afastadas de seus lares.

Não se pode perder de vista que o foco principal da pesquisa não se trata, em si, da C.A.A.C.T.L., mas sim dos setores e bairros de origem das crianças de até seis anos de idade acolhidas e atendidas, respectivamente, neste local. Áreas geográficas (setores e bairros) de origem das crianças requeridas à pesquisa e a serem consideradas a partir de um banco de dados da casa.

Por oportuno, ressalta-se que em sua maior parte, a institucionalização e a entrada da criança no abrigo temporário, manifesta-se a partir do atendimento do Conselho Tutelar, o qual posteriormente realiza o encaminhamento dos sujeitos vulneráveis para a casa. Tendo também encaminhamentos realizados pela Juizado da Infância e Juventude e pela Promotoria da Infância e Juventude.

O Conselho Tutelar atua como órgão de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Quando notificado ou informado sobre a suspeita de violação de direitos fundamentais, tem por atribuição verificar se há um agente violador (Art. 98, inciso I, II ou III) e quais os direitos foram violados (Art. 7, 15, 19, 53 e 60). Verificada a existência de violação transcrita no Art.98 do ECA, o conselho tutelar em observação ao sistema de garantias dos direitos do município, realiza, a depender do caso, encaminhamentos a entidades, serviços, programas e/ou aplica medidas de proteção previstas no ECA (Art. 18 alínea b; Art. 101 inciso I a VII; Art. 129 inciso I a VII).

No tocante à situação de rupturas na parentalidade por parte de um agente violador sob a “falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis” (Art. 98 inciso II) é aplicado como medida de proteção o encaminhamento ao acolhimento institucional (Art.101 inciso VII). Desta forma, o Conselho Tutelar de Araguaína/TO atua como um dos órgãos, além do Juizado da Infância e Juventude, responsável pelo encaminhamento das crianças em situação de risco ou vulnerabilidade para a Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima.

Atualmente, o Conselho Tutelar, como “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo efetivo respeito aos direitos da criança e do adolescente” (ARAGUAÍNA, 2015) conta com 10 conselheiros membros titulares, atuando em atividade permanente, dedicação exclusiva e de serviço público relevante.

A escolha dos Conselheiros Tutelares em Araguaína/TO é realizada nos termos da Lei Municipal nº. 2777/2011. Para assumir o cargo, o conselheiro precisa ser aprovado em seis etapas consecutivas: inscrição; curso de capacitação prévia; prova escrita para aferição de conhecimentos; avaliação psicológica; eleição dos candidatos habilitados; formação e Estágio. A etapa da eleição possui caráter democrático, realizada por meio de voto “secreto, direto, universal e facultativo dos eleitores do Município” (ARAGUAÍNA, 2012).

O CT Araguaína/TO está especializado geograficamente em dois núcleos de atuação: Polos I e Polo II. O Polo I está localizado na Rua das Mangueiras, n. 1083, Bairro Setor Central. Já o Polo II está situado na Rua Castelo Branco, quadra 12, lote 08, Setor Jardim Santa Helena. Ambos com atuação em suas respectivas áreas de abrangência (ANEXO).

Pós exposição dos espaços que prestam o primeiro atendimento às crianças da primeira infância em situação de vulnerabilidade parental, rememora-se a legitimidade da Constituição Federal Brasileira (1988) como a Constituição Cidadã, por trazer em seu bojo um rol extenso de princípios fundamentais para as garantias mínimas à dignidade da pessoa humana e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) como documento regulamentador dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Direitos que na carta política são de abrangência indiscriminada, e que infelizmente, na prática, nem sempre alcançam todos os indivíduos.

Assim, respeitando os direitos e a identidade de cada bebê e de cada criança, abrigadas temporariamente na C.A.A.C.T.L., e a partir de arquivos, no formato impresso e digital, foi gerado um estudo de dados secundários de natureza documental, em um recorte temporal abrangendo os 13 anos de funcionamento da casa (2008 a 2021), ademais em um recorte etário para as crianças da primeira infância (0 a 06 anos de idade) que tiveram seus direitos violados e que temporariamente estão a residir e/ou sob o olhar investigativo da justiça.

Aiub (2012), ao elucidar a palavra “arquivo” como “lugar no qual se organizam determinados documentos”, exemplifica o verbete por meio de diferentes interpretações:

arquivos armazenados no computador, arquivos de internet, armários com grandes gavetas, pastas de documentos, salas inteiras com documentos textuais de toda ordem dispostos por um arquivista, arquivos históricos e jurídicos, geralmente disponíveis em museus e bibliotecas, além de outros. Sobre os arquivos de computador, é possível constatar que há diversos deles e de toda ordem (AIUB, 2012, p. 63).

No que se refere aos arquivos digitais, considerados por Aiub (2012) “inteligíveis” e de “uso comum”, consultou-se o documento “Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos”. O referido documento concerne a um banco de dados (planilha *Word*) criado e organizado pela coordenação da C.A.A.C.T.L. Neste, constam informações das crianças e das adolescentes²⁵, acolhidos na casa, são elas: ordem, número codificado do processo, idade, data de nascimento, Cadastro de Pessoa Física – CPF, data de entrada e saída do acolhimento, motivo do acolhimento, naturalidade, composição familiar e permanência na instituição.

É pertinente esclarecer que durante a geração de dados foi respeitado as questões de sigilo, impostas pelos atos e conselhos normativos, não possuindo a pesquisadora o acesso a identificação individual dos sujeitos transcritos no banco de dados da casa, ou seja, a identidade das crianças abrigadas não foram reveladas.

Se tratando de arquivos impressos, foram consultados e manuseados *in loco* alguns dos documentos impressos, contidos em pastas e arquivos dos abrigados. Durante as análises reteve-se um maior desvelo para a “Ficha de Acolhimento”²⁶. A leitura destas, uma a uma, foi o que oportunizou a inserção e transcrição de uma nova informação ao banco de dados já existente na casa: o setor e bairro de origem do acolhimento realizado pelo Conselho Tutelar ou pelo juizado da infância. Pertinente registrara que a geração dos dados ocorreu entre os meses de agosto de 2021 a março de 2022.

²⁵ **Documento de Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos** – Documento institucional (tabela *Word*) com dados das crianças/adolescentes acolhidos na Casa Ana Caroline Tenório Lima. Nesta constam informações como: fluxo de entrada e saída de acolhidos, acolhimentos mensais, judicialização ou não dos acolhimentos (número do processo judicial), composição familiar, naturalidade, migrações, reintegrações, motivos do acolhimento, data de entrada e saída, idade, gênero, entre outras informações pertinentes a institucionalização (MENDES, 2020).

²⁶ **Fichas de Acolhimento** – São fichas que atuam como “porta de entrada” à institucionalização. Encaminhadas à Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima pelo Conselho Tutelar (Polo I e II de Araguaína) e em cumprimento a medida de proteção transcrita no Art. 101 inciso VII do ECA (Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: [...] VII - acolhimento institucional / Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta).

Outro, a descrição dos setores e bairros no documento “Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos” foi satisfatoriamente acatada pela coordenação da C.A.A.C.T.L., sendo considerada como uma informação de relevância para o banco de dados da casa, válida para tomadas de decisões e políticas preventivas futuras. Um novo dado, acrescido em virtude da iniciativa da pesquisa em estudo, o qual continuará sendo descrito em ficha, para os acolhimentos vindouros.

Em conformidade aos objetivos gerais e aos objetivos específicos, a pesquisa caracterizou-se como descritiva. Tencionou-se com este tipo de pesquisa apontar números e percentuais, informações pertinentes ao acolhimento temporário com foco principal nas áreas (setores e bairros) com maiores incidências da vulnerabilidade parental, em Araguaína-TO.

Para Gil (2002, p. 42), a pesquisa descritiva objetiva-se à “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”.

Os espaços promotores do desenvolvimento infantil e os equipamentos públicos comunitários existentes na localidade de maior incidência da vulnerabilidade parental, espaços estes frequentados e identificados a partir da observação, complementam os relatos desta pesquisa. Acredita-se que, quando a cidade é pensada para a primeira infância com espaços e serviços públicos de atendimento e acolhimento tanto às crianças de até seis anos de idade quanto aos seus adultos responsáveis, existe uma maior possibilidade para a promoção e o fortalecimento da parentalidade, diminuindo, ou mesmo, precavendo as vulnerabilidades parentais futuras.

Na esteira de Gil (2008):

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. (GIL, 2008, p. 28).

Deste modo, sob o uso de “técnicas padronizadas de coleta de dados” (GIL, 2008), a pesquisa descritiva teve como escopo expor algumas das características das crianças de até 6 anos de idade acolhidas na C.A.A.C.T.L., a partir da geração e análise das seguintes variáveis: gênero, idade, configuração parental, reincidência dos acolhidos e as áreas (setores e bairros) do acolhimento.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos delineados na pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental e da observação não participante com auxílio de um instrumento, a saber: protocolo de análise (APÊNDICE 3) e de fotografias.

Gil (2002) expõe benefícios ao utilizar as denominadas “fontes de papel”, uma vez que este tipo pesquisa tem um baixo custo e requer apenas o tempo do pesquisador. Na esteira do autor, as pesquisas documentais “constituem fonte rica e estável de dados [...] como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 46).

Em um segundo momento, a pesquisa contou com a observação não participante. Na esteira de Marietto (2018), neste tipo de pesquisa “o pesquisador não participa de nenhuma forma do contexto social do grupo. O pesquisador que opta pela observação não participante com auxílio da TI inclui-se neste tipo”, podendo ele, o “pesquisador completo”, utilizar-se de diferentes instrumentos, para notas (MARIETTO, 2018, p.10).

Outros subsídios provenientes da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Abrinq (2021), bem como materiais de relevância científica, publicados em *sites* e meios eletrônicos, a saber: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Foundation Bernard Van Leer e UNICEF, fizeram parte das fontes secundárias da pesquisa. Buscou-se por meio destes dados, contextualizar o cenário da primeira infância, do macro para o micro: no Brasil, na Amazônia Legal, na Região Norte, no Estado do Tocantins e no recorte espacial da pesquisa - Araguaína.

Gil (2008) ressalta que o que distingue a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica é a natureza das fontes. Ao esclarecer os atributos de cada uma destas pesquisas, o autor pontua que a pesquisa bibliográfica consiste em “contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”, já a pesquisa documental incide “de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

No que concerne à abordagem do problema, a partir do banco de dados da casa, a pesquisa utilizou-se de um estudo quantitativo ao que versa o diagnóstico da área de maior incidência da vulnerabilidade parental e qualitativo no que se estendeu da observação não participante à verificação da existência, ou não, de equipamentos públicos comunitários promotores do desenvolvimento e espaços públicos urbanos planejados para o bem-estar e crescimento saudável das crianças de até 72 meses de idade.

Na esteira de Bardin (2016, p. 145), a abordagem quantitativa permite obter “dados descritivos por meio de um método estatístico”, trata-se de uma abordagem “mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada”. Já a pesquisa qualitativa “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”.

No que diz respeito a fase da análise na qual esteve compreendida e organizada a interpretação dos dados, a pesquisa utilizou-se do uso da estatística descritiva e de inferencial dos dados. Gil (2008), ao realizar incursões sobre os recursos viabilizados pela estatística descritiva, pontua que:

As técnicas estatísticas disponíveis constituem notável contribuição não apenas para a caracterização e resumo dos dados, como também para o estudo das relações que existem entre as variáveis e também para verificar em que medida as conclusões podem estender-se para além da amostra considerada (GIL, 2008, p. 160).

A partir das análises interpretativas e ao final de todo o percurso metodológico, chegou-se a uma descrição e ao georreferenciamento dos resultados obtidos com a pesquisa. Enfatiza-se que, em concordância ao contexto exigido e conforme as particularidades, os dados gerados foram recebendo tratamento analítico, sendo tabulados em quadros ou gráficos e/ou reestruturados em mapas temáticos.

4.2. Estratégias Metodológicas

Evidencia-se, como premissa da pesquisa, a solicitação via ofício, por parte da pesquisadora e da universidade, à órgãos competentes e com fins a obter a autorização de acesso aos dados, aos arquivos e aos demais documentos referentes à vulnerabilidade parental notada às crianças da primeira infância que estiveram/estão temporariamente sob a guarda do Estado e residindo em uma das casas de acolhimento institucional de Araguaína (ANEXO).

A partir do deferimento favorável, tanto por parte da Secretária de Ação de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH) quanto da Coordenação da Casa de Acolhimento, iniciou-se, *in loco*, as consultas aos documentos disponibilizados sobre os acolhidos.

É relevante esclarecer que a pesquisa trilhou duas etapas: preliminarmente, foi identificado a incidência da vulnerabilidade parental a partir da geração de dados de fontes secundárias aportadas em dois tipos de documentos constituídos no âmbito da C.A.A.C.T.L. e que expõem informações da vida social e institucional das crianças de até seis anos de idade

acolhidas no abrigo temporário, são eles: documento de “Controle de Entrada e Saída de Acolhidos” e “Ficha de Acolhimento”.

Com os dados preliminares gerados e analisados, partiu-se para o segundo momento da pesquisa, consistindo este na observação dos equipamentos públicos comunitários existentes e de maior proximidade com o loteamento de maior incidência da vulnerabilidade parental espacializada, em Araguaína. Os espaços públicos urbanos favorecedores da primeira infância e de seus cuidadores, também foram observados durante o desenvolver da segunda etapa da pesquisa.

4.2.1. Da primeira etapa da pesquisa: incidência da vulnerabilidade parental

Assim, do documento denominado “Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos” foram obtidos os seguintes dados secundários: gênero, idade, configuração parental, motivos do acolhimento, naturalidade e reincidência dos acolhidos.

Das “Fichas de Acolhimento” foram coletadas as localizações geográficas de origem de todos os bebês e crianças abrigadas na casa, do ano de 2008 a 2021. Todos os setores e bairros de origem do acolhimento foram redigidos, pela pesquisadora, em planilha. Dessa forma, a partir da ciência e da pesquisa foi inserida uma nova variável ao banco de dados já existente na casa. Uma variável considerada inédita, importante para a pesquisa, ainda não tratada e nem divulgada em pesquisas anteriores.

De todos os setores e bairros de origem do acolhimento foram tabuladas e analisados somente os que se referiam aos bebês e as crianças de até 06 anos de idade. Cabe enfatizar que os setores e bairros identificados podem ser considerados como o ponto focal da pesquisa, requisito primordial para a espacialização das áreas de maior incidência da vulnerabilidade parental em Araguaína.

Assim, durante o segundo semestre de 2021 e primeiro trimestre de 2022, entre os meses de agosto de 2021 a março de 2022, foram realizadas as consultas aos documentos disponibilizados pelos órgãos envolvidos no estudo.

Quanto à organização dos dados, até aqui descritos, ressalta-se que os mesmos receberam tabulação em planilha *Excel*, posteriormente foram importados e rotulados no *Software Statistical Package for Social Sciences - SPSS*. A tabulação e submissão dos testes no referido *software* foi o que permitiu uma melhor disposição das informações e fomentou as análises, fornecendo assim as descrições, os percentuais, as tabelas e os gráficos expostos neste estudo.

Com relação as análises por meio da ferramenta do *Statistical Package for Social Sciences*, cita-se a utilização do teste não paramétrico “Qui-quadrado de Person”, tendo as variáveis de representatividade da vulnerabilidade parental submetidas, em pares, com o objetivo de entender as associações significativas nas relações cruzadas realizadas.

4.2.2. Da segunda etapa da pesquisa: observação não participante dos equipamentos públicos comunitários e espaços favorecedores da P.I.

O segundo foco da pesquisa, também, realizada durante o primeiro trimestre de 2022, nos meses de janeiro a março, teve como incumbência a observação da existência de equipamentos públicos comunitários e espaços públicos urbanos promotores do desenvolvimento no local de maior incidência da vulnerabilidade parental. Nesta etapa, também houve o preenchimento de um protocolo de análise, elaborado pela própria pesquisadora e pela orientadora, o que possibilitou a descrição da relação destes espaços geográficos frente ao desenvolvimento da infância e o fortalecimento da parentalidade.

Documentos oficiais e institucionais de órgãos públicos do âmbito municipal, tais como: Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal da Saúde (SEMUS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria Municipal do Planejamento, complementaram as análises e descrições, ofertando subsídios para caracterizar e circunciar os espaços e os equipamentos públicos comunitários observados.

Áreas e pontos específicos da incidência da vulnerabilidade parental foram submetidas a tratamento no programa *Qgis*. Neste, foram delineados mapas temáticos com o objetivo de mostrar os setores e bairros da cidade que possuem uma maior incidência e ruptura nos laços parentais. Equipamentos e espaços ditados de importância à pesquisa também receberam tratamento fotográfico, imagens de registro da própria pesquisadora.

Desta forma, para a análise estatística foi utilizado o *software SPSS*. Já no que se refere as análises especializou-se o *software Qgis*.

Pondera-se, no quadro 04, a seguir, um esquema abrangendo a interdependência entre a abordagem do problema e as técnicas utilizadas:

Quadro 04 - Associação entre a abordagem do problema e as técnicas utilizadas na pesquisa

Da abordagem do problema		Fonte	Análises estatísticas e espaciais	Variáveis analisadas
Primeira Etapa	Quantitativa: Diagnóstico da incidência da vulnerabilidade parental	1. Documento de Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos C.A.A.C.T.L. 2. Ficha de Acolhimento/ Arquivo individual de cada acolhido	Uso de estatística descritiva e inferencial dos dados <i>Software Computacional (Excel/Word)</i> <i>software SPSS</i>	1. Ano do acolhimento, idade (em anos e em meses), número de acolhidos/acolhimentos, naturalidade, gênero, etapa da infância, configuração parental, motivo do acolhimento e reincidência dos acolhidos 2. Áreas (setores e bairros) de origem das crianças com fraturas na parentalidade 3. Localidade com maior incidência da vulnerabilidade parental especializada
Segunda Etapa	Qualitativa: Análise dos equipamentos públicos comunitários e espaços públicos urbanos	1. Observação não participante - equipamentos públicos comunitários e espaços públicos urbanos (uso de protocolo)	<i>Software Computacional (Excel, Qgis)</i> Georreferenciamento, mapeamento e fotografias dos equipamentos públicos comunitários	1. Equipamentos públicos comunitários e espaços públicos urbanos, existentes nas proximidades do setor de maior incidência da vulnerabilidade parental

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Elenca-se que das variáveis analisadas e expostas no quadro 04, outras variáveis foram geradas, sub categorizadas e submetidas no *SPSS*, são elas: idade em meses, idade em anos e etapa da infância. Neste sentido suscita-se uma quantidade de 10 (dez) variáveis, sendo 03 (três) quantitativas e 07 (sete) qualitativas. Das variáveis quantitativas tem-se: o ano do acolhimento, a idade em anos/idade em meses e o número de acolhidos/acolhimentos. Quanto as variáveis qualitativas, constam: a naturalidade, o gênero das crianças, a etapa da infância, a configuração parental, os motivos do acolhimento, os casos de reincidência e, não menos importante, do

manuseio da ficha de acolhimento, cita-se os setores e os bairros de origem da criança acolhida/local do acolhimento.

Assim, os setores e bairros de maiores incidências da vulnerabilidade parental espacializada em Araguaína, foram subsídios gerados pela pesquisadora e inclusos ao banco de dados da casa (planilha *Word*). Uma contribuição da pesquisa para a C.A.A.C.T.L., para outros órgãos de interligados a casa e para futura implementações de políticas públicas urbanas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Mapeamento da Vulnerabilidade Parental

5.1.1. Do número de acolhimentos e dos acolhidos na primeira infância, em Araguaína – TO

Em um programa de pós-graduação em que se discute que o espaço influencia o sujeito e partindo da proposta do estudo em evidência, de que tais espaços proporcionam o desenvolvimento da criança da primeira infância e o fortalecimento da parentalidade na cidade, pontua-se que os resultados e discussões infracitados podem ser considerados de tamanha relevância. A subsistência do sujeito humano abrange toda uma discussão da questão do Outro e dos espaços em suas diferentes escalas, situações as quais são constituídos e definidos os sujeitos. E isso também passa a ser relevante.

Ao longo de 13 anos, o município de Araguaína Tocantins já abrigou e contínua a abrigar, temporariamente, em duas instituições públicas, a saber: Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório - C.A.A.C.T.L. e Casa Lar - C.L., crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades. São crianças e adolescentes que, por uma suposta “falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável” (BRASIL, 2019, p. 53), ou seja, por um provável ato infracional cometido por um dos, ou pelos cuidadores parentais, perpassam por uma situação de vulnerabilidade. No caso específico desta pesquisa: pela conjuntura da vulnerabilidade parental.

Tal acolhimento se faz necessário para que, a partir de decisões dos órgãos competentes, sejam tomadas as providências cabíveis e a fim de que a criança e/ou o adolescente em situação de vulnerabilidade, diga-se: parental, cujo é o nosso foco, receba a assistência necessária e a proteção durante a sua permanência na instituição, até que haja a sua reintegração ao seio familiar (quando há a possibilidade), seja adotado, tenha alcançado a idade máxima de permanência na casa (18 anos de idade), ou mesmo, até que se legalize-se os meios para que a estes sujeitos sejam assegurados a oportunidade e a continuidade do desenvolvimento.

Em números, descreve-se que a C.A.A.C.T.L. (de assistência à sujeitos de 0 a 06 anos de idade do gênero feminino e do gênero masculino, ademais crianças e adolescentes do gênero feminino com até 18 anos de idade) e sua extensão - C.L., também conhecida como casa dos meninos (de assistência somente de sujeitos de 07 até 18 anos de idade e do gênero masculino), abrangeram uma população de 4.955 (100%) acolhimentos. São crianças e adolescentes, do gênero masculino e do gênero feminino, com idades de 0 a 18 anos, atendidas desde o mês de março de 2008 (data de inauguração e início das atividades da casa) a dezembro de 2021. Em tempo, esclarece-se que ambos os abrigos continuam em funcionamento. (APÊNDICE 2).

O compilado dos números da C.A.A.C.T.L. e de sua extensão - C.L., se fizeram necessários apenas para este momento supracitado, ou seja, com fins a contabilizar a população de vulneráveis parentais, em Araguaína.

Desta forma, da população supra descrita, enumera-se como amostra desta pesquisa um total de 1.390 ($\cong 28,05\%$) acolhimentos da primeira infância. Valor correspondente ao número de sujeitos infantis, do gênero masculino e feminino, com até 06 anos de idade, abrigadas, especificamente e temporariamente, na C.A.A.C.T.L. Cabe ressaltar que esse público equivale a quase um terço dos casos totais de acolhimento e que rupturas nessa fase da vida podem ser ainda mais danosas para o desenvolvimento infantil. (APÊNDICE 2).

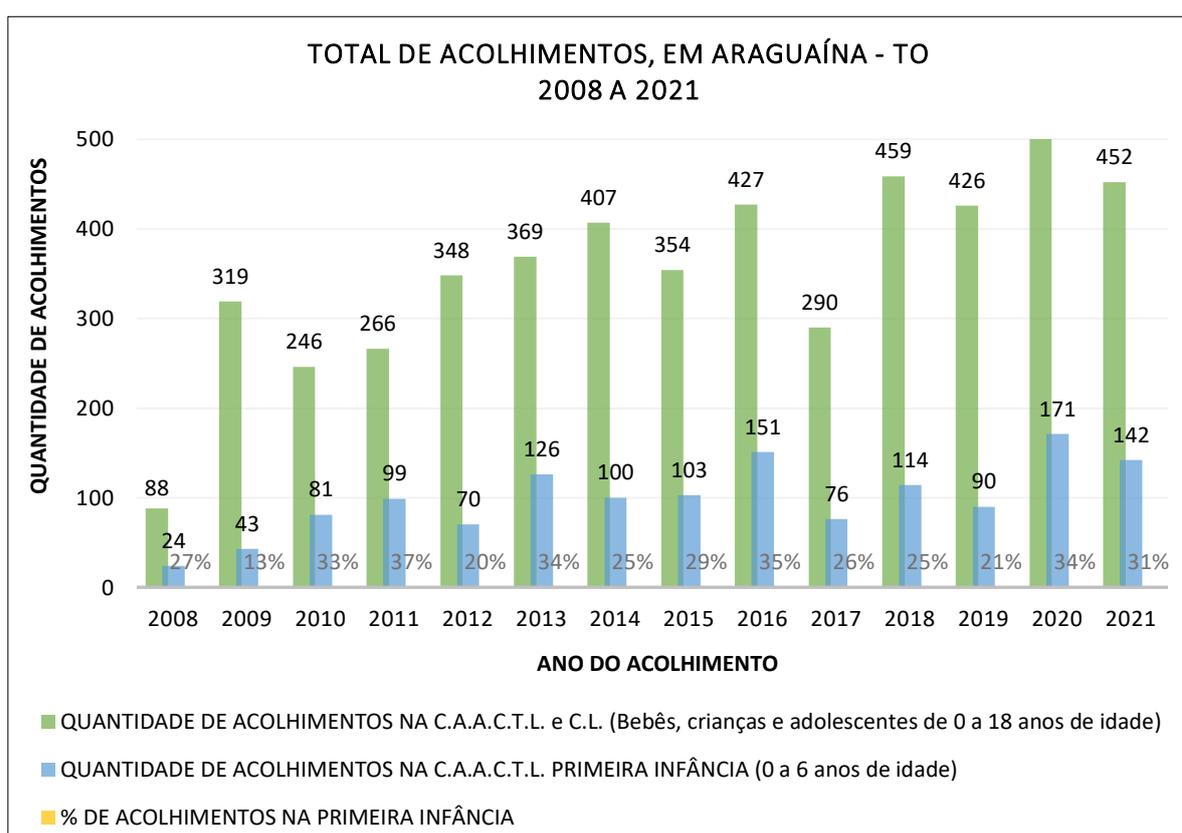
Tratam-se de bebês e crianças pequenas de diferentes locais do município (zona urbana e rural), do estado do Tocantins e de outras Unidades da Federação – UF. Caracterizadas como crianças da primeiríssima infância e crianças da última fase da primeira infância, que ingressaram no abrigo a partir de um atendimento (pós denúncia ou detecção de situação de vulnerabilidade) realizado pelo Conselho Tutelar - CT ou pelo Juizado da Primeira Infância.

Ressalta-se que tanto a C.A.A.C.T.L. quanto a C.L. trabalham com uma organização que considera a repetição mensal. Esse cômputo, mês a mês, se faz necessário às descrições iniciais dos resultados desta pesquisa pelo entendimento de que se trata de um cálculo de relevância para o gerenciamento das casas. Ademais, de caráter complementar, proporcionará uma melhor compreensão ao leitor, frente a população dos vulneráveis parentais da pesquisa e dos resultados seguintes.

Ao dissertar sobre os abrigos temporários existentes em Araguaína, Mendes (2020) expõe que a transcrição repetida dos acolhimentos, em alguns casos com mais de uma vez no mês ou em anos consecutivos, se faz necessária para fins de um *feedback* preciso ao Ministério Público, ao Juizado e/ou a Promotoria da Infância e Juventude, bem como em resposta as demandas solicitadas por outros órgãos de competência. Uma necessidade gerencial que esteja condizente os repasses financeiros.

O Gráfico 02, a seguir, apresenta o número de acolhimentos em Araguaína, detalhando, em percentuais, a razão entre o número de crianças da primeira infância e o acolhimento total, realizados na C.A.A.C.T.L. e na C.L (bebês, crianças e adolescentes), durante os treze anos de funcionamento (Censo 2008 a 2021). Em tempo, esclarece-se que o estudo contemplou somente as crianças da primeira infância abrigadas na C.A.A.C.T.L. e faz-se necessário, preliminarmente, apresentar os números da extensão da casa, para uma melhor compreensão do leitor e registro da população total de vulneráveis parentais acolhidos em Araguaína.

Gráfico 02 – Total de Acolhimentos, em Araguaína Tocantins

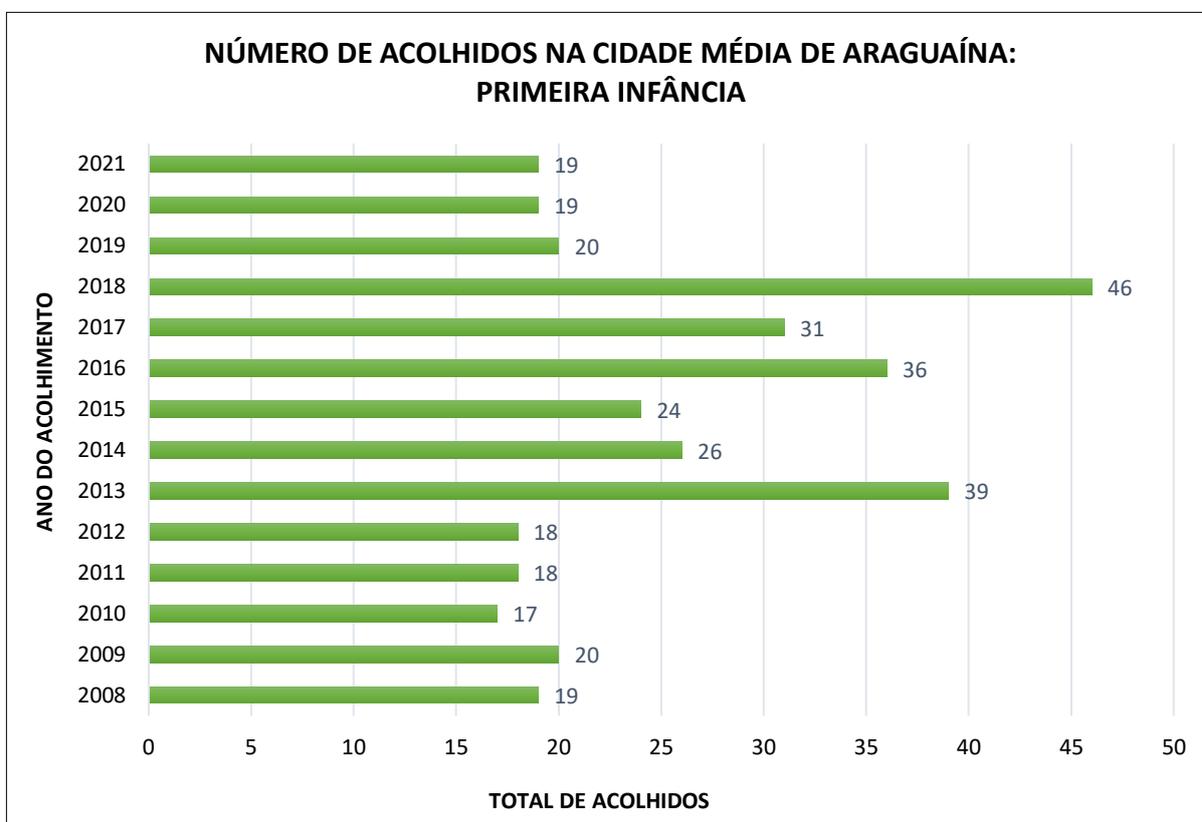


Fonte: Dados gerados a partir do documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

Para uma melhor inteligência do estudo, a partir deste ponto serão apresentados descrições utilizando-se, somente, o número de acolhidos na primeira infância, ou seja, os quantitativos e números de vulneráveis parentais serão expostos não mais incluindo as repetições mensais. (APÊNDICE 2).

Para pormenorizar o número de acolhidos na primeira infância, mobiliza-se o Gráfico 03, a seguir:

Gráfico 03 – Número de acolhidos na cidade média de Araguaína: primeira infância



Fonte: Dados gerados a partir do documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

Pormenorizando os números supra expostos no gráfico 03, ano a ano, têm-se um total de 19 ($\cong 5,4\%$) acolhidos no ano de 2008, 20 ($\cong 5,7\%$) em 2009, 17 ($\cong 4,8\%$) em 2010, 18 ($\cong 5,1\%$) em 2011, 18 ($\cong 5,1\%$) em 2012, 39 ($\cong 11,1\%$) em 2013, 26 ($\cong 7,4\%$) em 2014, 24 ($\cong 6,9\%$) em 2015, 36 ($\cong 10,2\%$) em 2016, 31 ($\cong 8,8\%$) em 2017, 46 ($\cong 13\%$) em 2018, 20 ($\cong 5,7\%$) em 2019, 19 ($\cong 5,4\%$) em 2020 e 19 ($\cong 5,4\%$) acolhidos em 2021. Um valor médio de 27 crianças da primeira infância acolhidas por ano, tendo o ano de 2018 e 2010, enquanto anos de maior e menor percentuais, respectivamente.

De acordo Mendes (2020, p.69) o quantitativo expressivo para o mês com maior número de acolhimentos, a exemplo 2018, está “diretamente relacionado com a crise econômica vivida no País, e assim o aumento do número de pessoas que migraram para Araguaína, em busca de melhores condições de vida”. Os números e a justificativa de Mendes (2020) coincidem com os dados da “crise econômica nacional” aportada pelo IBGE para esta mesma época.

Mesmo havendo um decréscimo no número de acolhidos a partir do ano de 2018 e considerando a similaridade apresentada nos anos de 2020 a 2021, oportuno findar este item citando os reflexos negativos da nefasta pandemia da Covid-19 na vida de milhares de crianças da primeira infância e suas famílias, em todo país.

Inúmeras pesquisas apontam os impactos negativos que a pandemia trouxe para o desenvolvimento na primeira infância. Estudos da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (2021) apontaram a necessidade do aumento da rede de apoio para que os cuidados parentais fossem realizados, o que contribuiu, mais ainda, para a formação de novos arranjos familiares.

Impactos como a regressão dos comportamentos infantis, o aumento do stress tóxico em crianças, a ruptura dos direitos da criança na infância, o acréscimo nos números de práticas parentais negativas (agressões e maus-tratos) seja pelo fator econômico, pelo desemprego, pelo estresse, sobrecarga dos pais, ou mesmo pela ausência de uma condição psicológica sadia (afetada pela pandemia) do cuidador(a) frente o desempenhar de suas funções, também são notas evidenciadas pela referida fundação (FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDGAL, 2021).

A Unicef (2020, s/p) em alerta aos impactos da pandemia pronunciou, ainda em 2020, alguns fatores os quais acenderiam as situações de riscos na infância e durante o período de isolamento social. Fato comprovado, o que conseqüentemente, também, impulsionou, para a elevação do número de crianças em abrigos de diferentes estados da federação.

Situações críticas vivenciadas em relutância da crise pandêmica, bem como noticiadas em matérias jornalísticas do país como a GloboNews citam os inúmeros fatores que tem elevado o ingresso de crianças e adolescentes em abrigos temporários, alguns deles são: a entrega voluntária, as situações de saúde dos pais, a crise econômica ocasionada pela pandemia, o aumento do desemprego, dentre outros (QUEIROZ, 2021, s/p).

Destaques como a diminuição da renda, a insegurança de uma alimentação adequada e de um local insalubre para sobrevivência, a incerteza de uma (re)abertura segura das escolas, o aumento da violência infantil, do abandono, dos maus tratos e do stress toxico em crianças, bem como outras situações preocupantes, como já relatado, também são fortemente citadas pela Unicef (2020; 2021).

Ao certo, a crise sanitária ocasionou e, em curso com uma nova onda e novas variações, continua a ocasionar impactos econômicos e sociais na vida de muitas famílias, o que inclui as famílias com crianças da primeira infância, de maneira particular, as mais desfavorecidas. “A renda das famílias com crianças e adolescentes caiu; aumentou o número de famílias que não

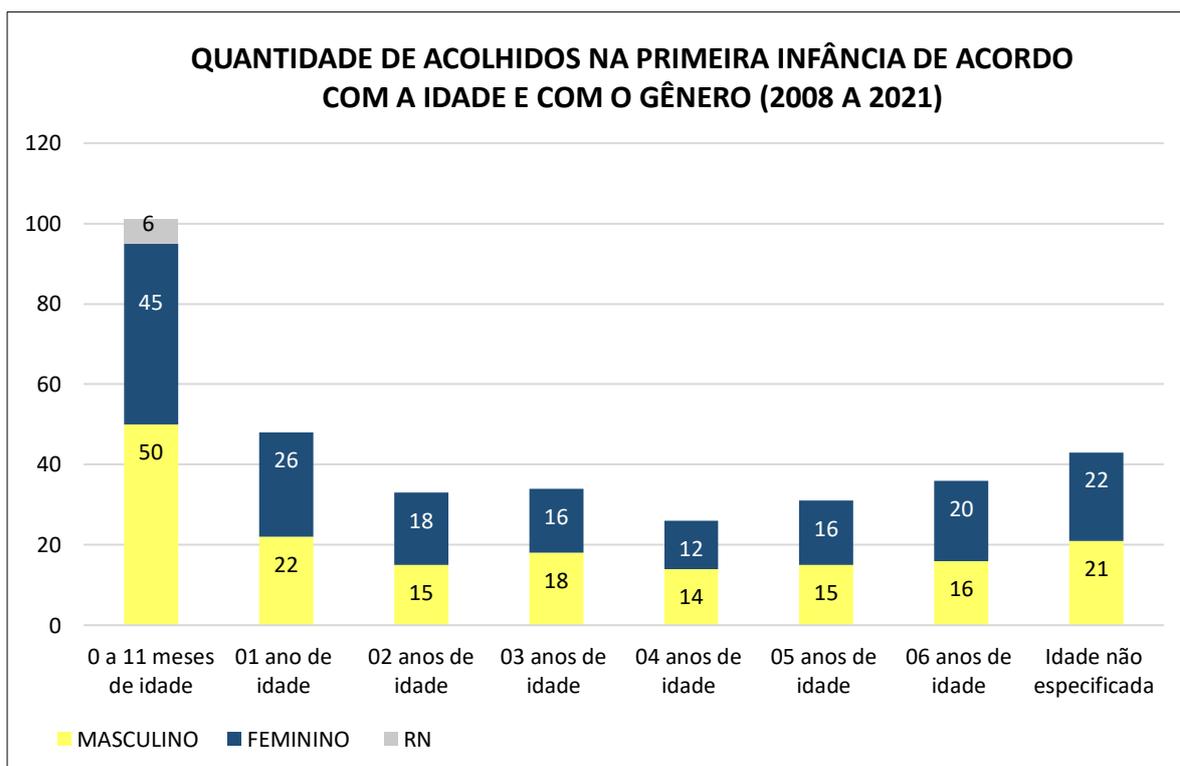
conseguiram se alimentar adequadamente porque a comida acabou e não havia dinheiro para comprar mais” (UNICEF, 2020, s/p).

5.1.2. Da idade dos acolhidos na primeira infância

Os descritores estatísticos infracitados tratam-se da idade (em meses/em anos) das crianças de até 06 anos de idade acolhidas e em situação de vulnerabilidade parental. Especificando os números e percentuais, contabilizam-se 101 (28,7%) bebês de 0 a 11 meses de idade; 48 (13,6%) bebês de 01 ano de idade; 33 (9,4%) crianças muito pequenas com 02 anos de idade e 34 (9,7%) crianças muito pequenas de 03 anos de idade. Ainda, 26 (7,4%) crianças pequenas de 04 anos de idade; 31 (8,8%) crianças pequenas de 05 anos de idade e 36 (10,2%) crianças de 06 anos de idade. Aos números revelados somam-se 43 (12,2%) crianças que não tiveram a idade especificada na ficha de acolhimento.

O Gráfico 04, a seguir, representa o quantitativo de acolhidos na primeira infância, em Araguaína - TO, de acordo com a idade e com o gênero:

Gráfico 04 – Quantidade de acolhidos na primeira infância de e acordo com a idade e com o gênero, ano 2008 a 2021



Fonte: Dados gerados pela autora, a partir do documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

De acordo com o gráfico 04 exposto, percebeu-se nitidamente a prevalência para o acolhimento de bebês com a faixa etária de 0 a 11 (onze) meses de idade. Outro fato a destacar é que existe uma similaridade proximal entre os gêneros de cada idade ilustrada no gráfico.

Compreende-se que toda criança, desde a sua tenra idade e independente da sua faixa etária, necessita de oportunidades para obter êxito no desenvolvimento e na vida. Para alguns, no início da vida, as possibilidades apropriadas à sobrevivência são apresentadas em uma maior escala, outras, em virtudes a distintas circunstâncias, em uma menor equivalência.

Entretanto, é consabido que a toda e qualquer criança, sem distinção, deve ser garantida a “prioridade absoluta” (CF, 1998). Outrossim, têm-se uma esperança, por parte de muitos, de que tais, possam crescerem em um ambiente seguro, saudável, de respeito, provido de afeto, interações, vivências significativas com brincadeiras, exclusas de negligências, sofrimentos agressivos, exploratórios, físicos e psíquicos.

5.1.3. Da naturalidade dos acolhidos na primeira infância

Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro, a naturalidade pode ser entendida a partir dos seus diferentes sinônimos. Nesse passo, as naturalidades desta pesquisa podem ser compreendidas como o local, a cidade, o município, o distrito, o Estado, a província ou a região, na qual a criança, sujeito humano de direito, nasceu (SANTOS, 2001).

Antes de adentrar nas descrições de naturalidade dos acolhidos em estudo, cumpre relatar uma proposta legislativa, de cunho social e de relevância a tônica desta pesquisa. Trata-se de uma alteração no art. 54, § 4º, da Lei de Registros Públicos - Lei nº 6.015/73, onde por meio da Medida Provisória nº 776, de 26 de abril de 2017 - MP 776/17, concede direito aos cartórios, por meio do oficial do registro civil, em casos especificados de acordo com a lei, consignar a naturalidade do nascido vivo ao município onde reside a genitora e/ou os adotantes.

Assim, ao que diz respeito a naturalidade do registrando, o art. 54, § 4º, acrescido na Lei nº 6.015/73, prevê a possibilidade de decisão, na qual a naturalidade do nascido-vivo tanto pode ser “do município em que ocorreu o nascimento” quanto do “município de residência” da genitora, “na data do nascimento, desde que localizado em território nacional, cabendo a opção ao declarante no ato de registro” (BRASÍLIA, 2017, s/p).

Retomando a exposição dos dados gerados na pesquisa e trazendo à tona as naturalidades dos acolhidos, a Tabela 02 e o Mapa 04, a seguir, apresentam as Unidades Federativas e as cidades/municípios de naturalidade das crianças da primeira infância em situação de vulnerabilidade parental:

Tabela 02 – Unidades Federativas da naturalidade das crianças da primeira infância, em situação de vulnerabilidade parental

UNIDADE DA FEDERAÇÃO UF	CIDADE OU MUNICÍPIO DO ACOLHIMENTO (URBE) E RESPECTIVA QUANTIDADE			
Pará	Belém	1	Redenção	1
	Eldorado dos Carajás	1	Rio Maria	1
	Novo Repartimento	1	Santana do Araguaia	1
	Pacajá	1	São Félix do Xingú	1
	Parauapebas	5	São Geraldo	2
Goiás	Goiânia	9		
Maranhão	Açailândia	1	Estreito	1
	Balsas	1	Riachão	1
Minas gerais	Belo Horizonte	1		
São Paulo	Tambaú	1		
Tocantins	Aragominas	1	Gurupi	1
	Araguaína	195	Miracema	1
	Araguanã	2	Miranorte	1
	Babaçulândia	1	Muricilândia	2
	Carmolândia	1	Nova Olinda	4
	Colinas	2	Pedro Afonso	3
	Esperantina	1	Wanderlândia	4
	Goiatins	1	Xambioá	2

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Importante ressaltar que das 352 (100%) crianças do universo amostral da pesquisa, somente 252 (71,6%) crianças apresentaram a transcrição da naturalidade nos documentos da casa. Estas, conseqüentemente, tiveram seus dados tabelados e analisados. Do restante, enumera-se um total de 100 (28,4%) crianças com seus percentuais não inclusos nos descritos por ausência de informações, sobretudo, referente a sua naturalidade.

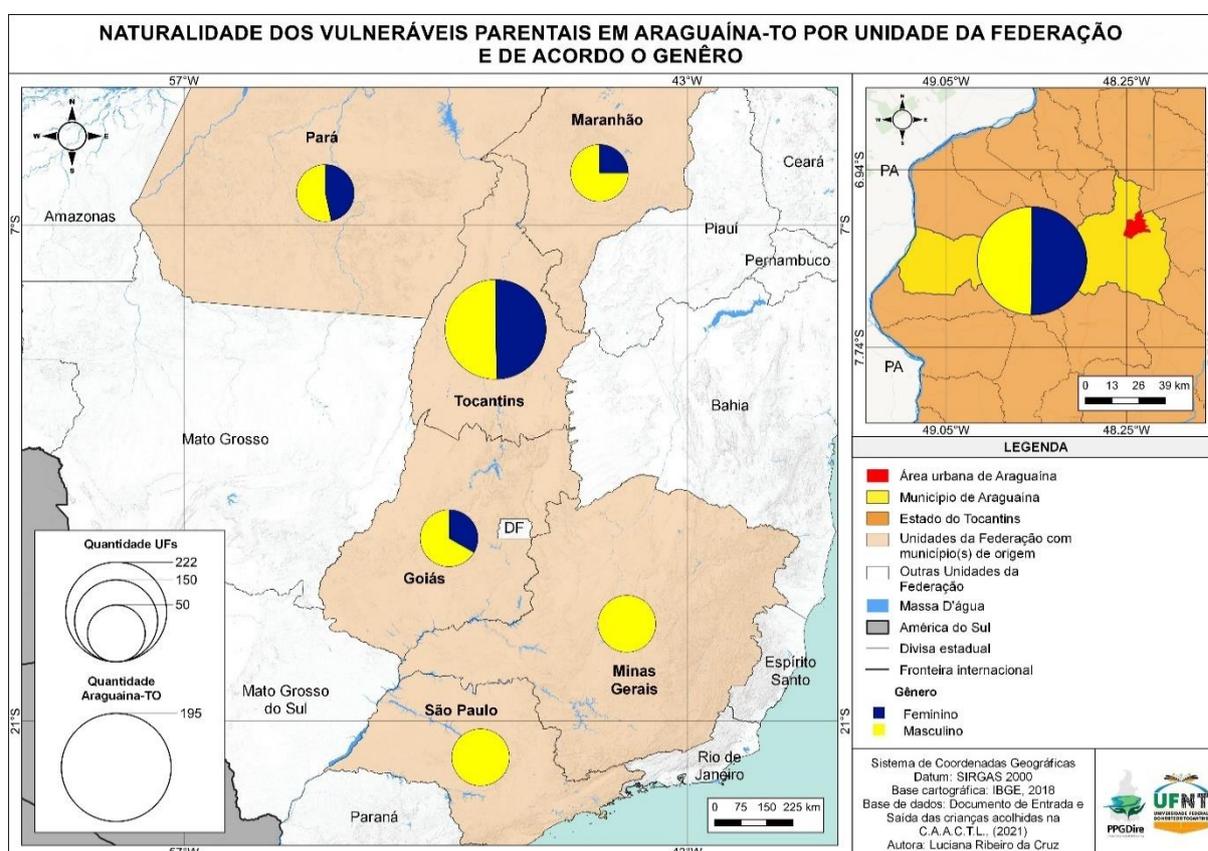
Os dados expostos na tabela 02, revelaram um quantitativo de 222 (duzentos e vinte e duas) crianças de naturalidade do Estado do Tocantins. A partir deste número, pode-se afirmar uma maior mobilidade espacial de acolhidos para o município em que se está localizado a casa de acolhimento - em Araguaína, contabilizando um total de 195 (cento e noventa e cinco) crianças.

Crianças naturais de outros municípios do Tocantins receberam o acolhimento em Araguaína. Destas municipalidades, cita-se: Aragominas, Araganã, Babaçulândia, Carmolândia, Colinas, Esperantina, Goiatins, Gurupi, Miracema, Miranorte, Muricilândia, Nova Olinda, Pedro Afonso, Wanderlândia e Xambioá. Dos municípios citados, 40% são municípios limítrofes de Araguaína.

Os dados ainda apontaram um atendimento para 15 (quinze) crianças naturais de municípios do Pará – PA, sendo elas de: Belém, Eldorado dos Carajás, Novo Repartimento, Pacajá, Parauapebas, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São Feliz do Xingu, São Geraldo; 09 (nove) crianças de Goiânia - GO; 04 (quatro) crianças de municípios do Maranhão – MA, sendo elas de: Açailândia, Balsas, Estreito, Riachão; 01 (uma) criança de Minas Gerais, sendo ela de Belo Horizonte e 01 (uma) criança de São Paulo, sendo ela de Tambaú.

Para melhor ilustrar a naturalidade supra descrita e o gênero dos acolhidos de acordo com suas respectivas Unidades da Federação, mobiliza-se o Mapa 04, a seguir:

Mapa 04 - Naturalidade dos vulneráveis parentais em Araguaína – TO, por Unidade da Federação e de acordo o gênero (Anos 2008 a 2021)



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

De acordo com o fluxo ilustrado, evidencia-se um número mais expressivo de acolhidos da primeira infância naturais de municípios do Estado do Tocantins ($\cong 88\%$), seguido pelos municípios dos estados do Pará ($\cong 6\%$), Goiás ($\cong 3,6\%$), Maranhão ($\cong 1,6\%$), Minas Gerais ($\cong 0,4\%$) e São Paulo ($\cong 0,4\%$).

Dos vulneráveis parentais, uma ínfima prevalência de naturalidades para o gênero masculino, de explicação não pesquisada neste estudo. Em números e percentuais, são 131 (\cong 52%) bebês e crianças pequenas do gênero masculino e 121 (\cong 48%) do gênero feminino.

Dos registros com a naturalidade de diferentes locais do Tocantins, contabilizam-se um total de 222 (duzentos e vinte e duas) crianças, sendo 112 (cento e doze) do gênero masculino e 110 (cento e dez) do gênero feminino. Destas, 97 (noventa e sete) meninos e 98 (neventa e oito) meninas, naturais de Araguaína.

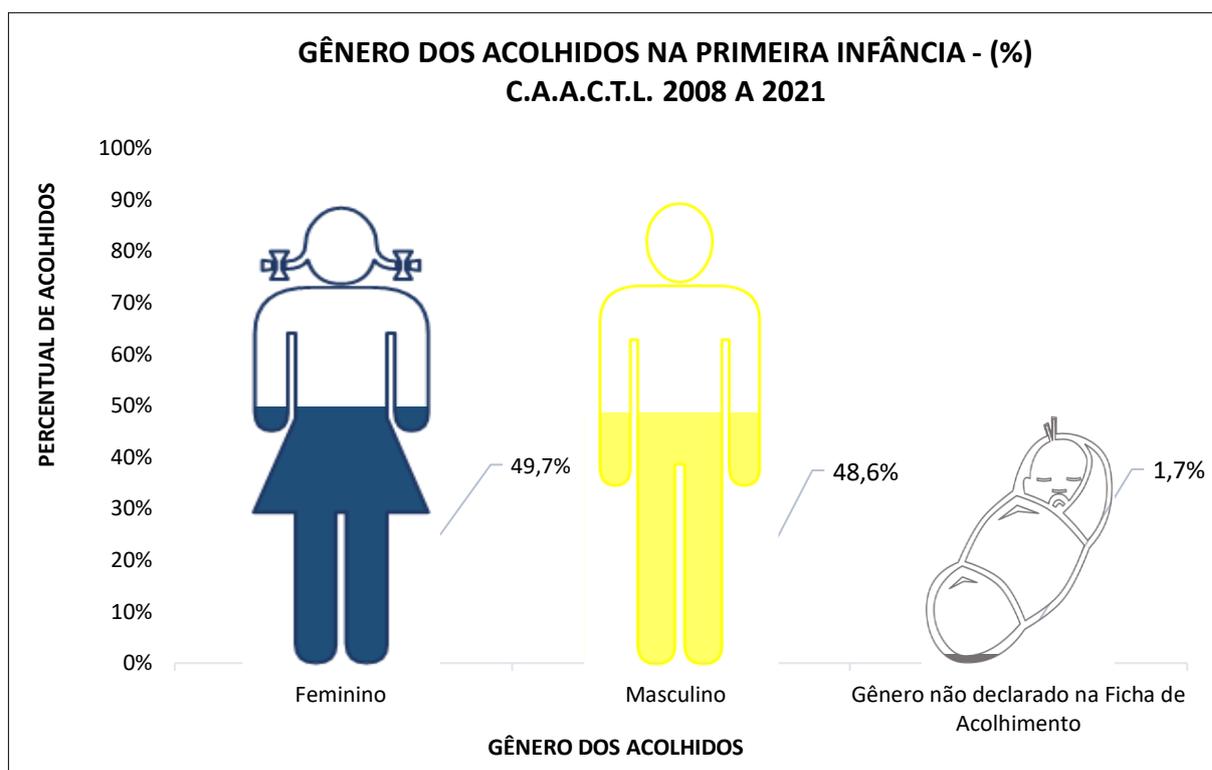
Nascidos no estado do Pará contabilizam-se 15 (quinze) acolhidos, sendo 08 (oito) do gênero masculino e 07 (sete) do gênero feminino. De naturalidade do Goiás estabelece-se um número de 09 (nove) acolhidos, sendo 06 (seis) do gênero masculino e 03 (três) do gênero feminino. Do Maranhão registra-se 04 (quatro) naturalidades, sendo 03 (três) do gênero masculino e 01 (uma) do gênero feminino. Para encerrar os cálculos, registram-se os casos de naturalidade de Minas Gerais e São Paulo, com uma única criança natural de cada estado e ambas do gênero masculino.

5.1.4. Do gênero dos acolhidos e da especificação da faixa etária: testando significâncias no SPSS

Ao analisar, estatisticamente, o gênero das crianças da primeira infância, acolhidas temporariamente durante os anos de 2008 a 2021 na C.A.A.C.T.L., foram alcançados os seguintes resultados: 175 (49,7 %) crianças do gênero feminino, 171 (48,6 %) crianças do gênero masculino e 06 (1,7 %) bebês com o gênero não especificado.

Esclarece-se que tais bebês são identificados na ficha de acolhimento da casa como Recém-Nascido - RN. Outro fato a elucidar é que todos os bebês transcritos em ficha como RN, permaneceram acolhidos por um período mínimo de 06 dias e período máximo de 45 dias, o que possivelmente justifica a não declaração do gênero para estes casos.

O Gráfico 05, a seguir, apresenta o gênero das crianças acolhidas, em Araguaína, e seus respectivos percentuais:

Gráfico 05 – Gênero dos Acolhidos na Primeira Infância

Fonte: Dados gerados a partir do documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

No que se refere as etapas da infância, consistindo estas em: primeiríssima infância (bebês e crianças de 0 a 03 anos de idade) e fase final da primeira infância (crianças de 04 a 06 anos de idade), obteve-se um quantitativo de 217 (61,6%) bebês e crianças pequenas de até 03 anos de idade e 92 (26,1%) crianças de 04 a 06 anos de idade.

Em análise ao gênero dos bebês e crianças pequenas pertencentes a primeiríssima infância, tem-se que, 105 (29,8%) são do gênero masculino, 106 (30,1%) do gênero feminino e 06 (1,7%) são bebês recém-nascidos com o gênero não especificado e conforme já justificado anteriormente.

Em completude, elucidada-se um total restante de 45 (12,8%) crianças do gênero masculino e 47 (13,4%) do gênero feminino, com idades de quatro a seis anos de idade e pertencentes a última fase da primeira infância. A Tabela 03, infracitada, pormenoriza matematicamente estes dados.

Tabela 03 – Distribuição dos acolhidos (n = 352) por gênero em cada ano

Ano do acolhimento	GÊNERO								TOTAL
	0 a 03 anos de idade			04 a 06 anos de idade		Idade não informada			
	Masc	Fem	RN	Masc	Fem	Masc	Fem		
2008	5	2	0	1	1	7	3	19	
2009	7	4	0	1	2	2	4	20	
2010	8	5	0	1	3	0	0	17	
2011	4	7	0	1	3	2	1	18	
2012	2	7	0	6	1	1	1	18	
2013	18	9	0	1	2	3	6	39	
2014	6	5	3	4	4	3	1	26	
2015	6	6	0	5	5	1	1	24	
2016	9	13	0	4	6	0	4	36	
2017	8	12	2	3	3	2	1	31	
2018	11	18	1	7	9	0	0	46	
2019	7	7	0	6	0	0	0	20	
2020	8	2	0	4	5	0	0	19	
2021	6	9	0	1	3	0	0	19	
	105	106	6	45	47	21	22		
	217			92		43		352	

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Aos números descritos anteriormente somam-se 43 (12,2%) crianças que por motivos desconhecidos não tiveram os seus dados transcritos em ficha e, de forma particular, a variável idade, não especificada. Para este quantitativo e percentual rotulado como fase da infância não identificada, constata-se 21 (6%) crianças são do gênero masculino e 22 (6,3%) do gênero feminino.

Em continuidade às análises e pós-submissão das variáveis: gênero (masculino e feminino) e etapa da infância (primeiríssima infância, última fase da primeira infância e fase não identificada) ao Teste Qui-quadrado de Person no *SPSS*, não foi observado nenhuma associação significativa na relação cruzada realizada em pares. O que pode ser confirmado na Tabela 04, a seguir.

Tabela 04 - Distribuição da proporção de crianças da primeira infância de acordo com o gênero

Etapa da Infância	Especificação da etapa	Gênero				Valor	Valor p
		Masculino		Feminino			
		N	%	N	%		
Primeiríssima Infância	0 a 03 anos de idade	105	29,8	106	30,1	3,823 ^a	0,431

Fase final da primeira infância	04 a 06 anos de idade	45	12,8	47	13,4
Fase não identificada	--	21	6	22	6,3
TOTAL		171	48,6	175	49,7

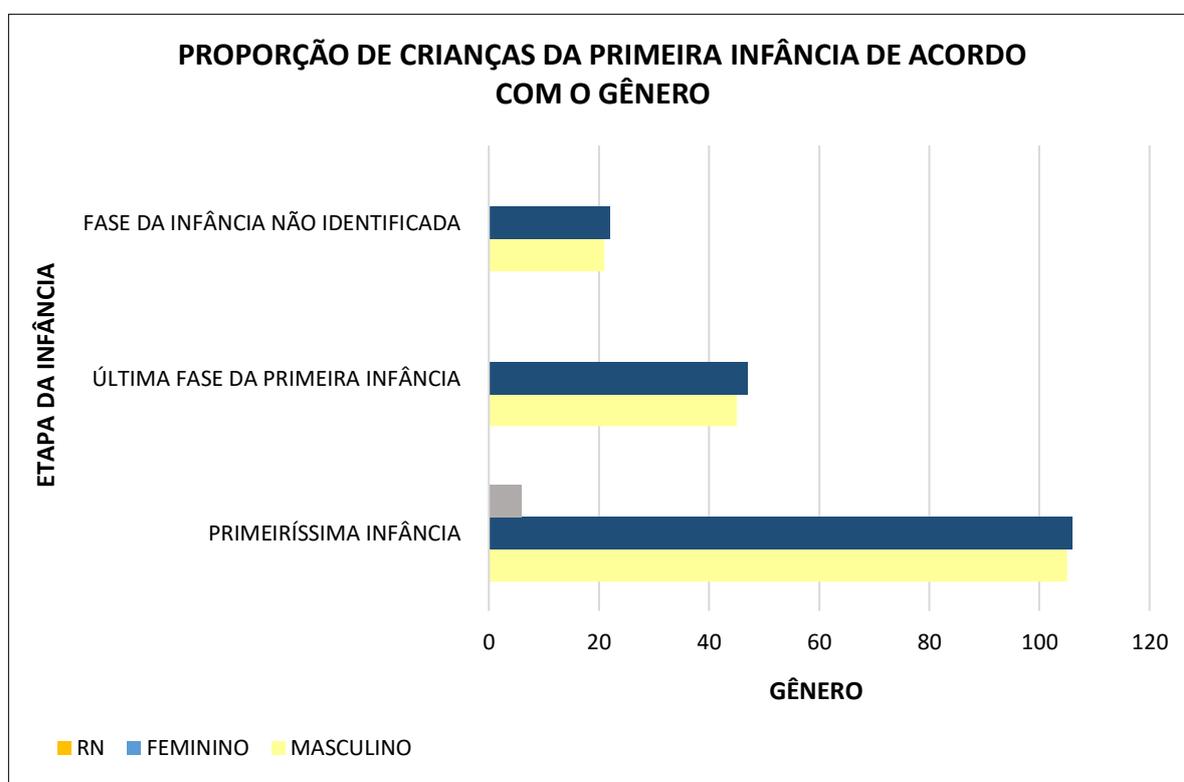
Teste de Qui-quadrado de Person

a. 3 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,73.

Por mais que o valor p do Teste de Qui-quadrado de Person não tenham mostrado um valor significativo, acredita-se que as descrições da relação existente entre as duas variáveis testadas, bem como os números e os percentuais apresentados nas tabelas 06 e 07, respectivamente, configuram-se resultados importantes para a pesquisa e para implementação de políticas públicas voltadas às infâncias, no município de Araguaína Tocantins.

Para melhor ilustrar a relação entre a etapa da infância e o gênero da criança acolhida, mobiliza-se o Gráfico 06, a seguir:

Gráfico 06 - Proporção de crianças da primeira infância de acordo o gênero



Fonte: Dados gerados a partir do Documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

Os números apresentados no gráfico 06 revelam um maior acolhimento na primeiríssima infância, ou seja, para os bebês e para as crianças pequenas de até 03 anos de idade, ademais exibem uma proporção muita aproximada para a distribuição dos gêneros em todas as etapas. A partir das análises, pode-se dizer, também, que existe uma maior incidência da vulnerabilidade parental para a primeiríssima infância, prevalecendo uma leve tendência para o gênero feminino.

5.1.5. Da configuração parental e dos motivos do acolhimento: o abandono como um motivo significativo

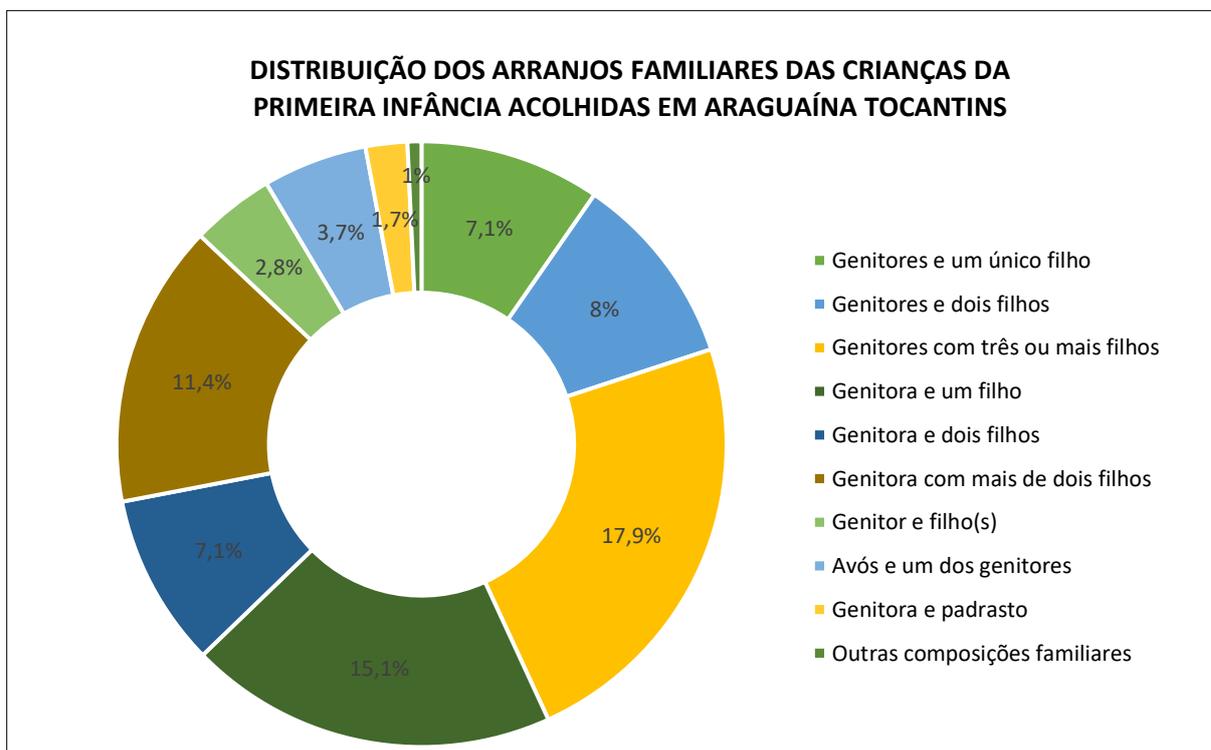
Os arranjos familiares nas últimas décadas têm passado por mudanças ao que diz respeito as diferentes configurações nos laços sociais e nos arranjos familiares, reconhecidos, na atualidade, a partir do vocábulo parentalidade (TEPERMAN, 2020).

O Observatório Nacional da Família (s/a, p.2) ao detalhar alguns dos dados do IBGE (2010 - 2016) retratou que “a composição familiar predominante, composta por casal com filhos, reduziu-se de 57% a 42% nas últimas duas décadas”. Enfatizou ainda um aumento de “15,8% para 16,3%” no número de “famílias monoparentais femininas”, durante estes vinte anos.

Significando a realidade dos laços parentais dos acolhidos da primeira infância, em Araguaína – TO, elucidam-se os seguintes percentuais: 26 (7,4%) são crianças pertencentes ao modelo familiar formado pelos genitores e um único filho; 28 (8%) pelos genitores e dois filhos; 63 (17,9%) pelos genitores com três ou mais que três filhos; 53 (15,1%) pela genitora e um filho; 25 (7,1%) pela genitora e dois filhos; 41 (11,6%) pela genitora com mais de dois filhos; 12 (3,4%) pelo genitor e filho(s); 15 (4,3%) pelos avós (materno e/ou paterno) e um dos genitores; 06 (1,7%) pela genitora e padrasto e 02 (0,6%) por outras composições familiares. Em completude aos dados, ressalta-se que 81 (22,9%) das crianças não tinham a composição familiar declarada em ficha de acolhimento.

O Gráfico 07, a seguir, representa os arranjos familiares das crianças da primeira infância acolhidas durante os anos de 2008 a 2021 na C.A.A.C.T.L.

Gráfico 07 – Distribuição dos arranjos familiares das crianças da primeira infância acolhidas em Araguaína - TO



Fonte: Dados gerados a partir do documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

Dos modelos familiares, observa-se uma prevalência para configuração parental composta pelos genitores com três ou mais que três filhos, seguido pela composição parental formada por genitora e filho(a) e genitora com dois filhos.

Destaca-se nas duas últimas configurações citadas, genitora e filho(a) e genitora com dois filhos, a irrepresentatividade de uma das figuras parentais para com a disposição do sujeito infantil.

Ainda, de acordo com o exposto no Gráfico 07, ao que diz respeito aos casos em que os arranjos familiares se apresentam por meio de apenas uma das figuras parentais responsável pela criação do(s) filho(s), ou seja, as famílias monoparentais com um único ou múltiplos filhos, e do ponto de vista social, pode-se dizer que estes casos são compiladores, podendo favorecer uma série de riscos a vulnerabilidade.

Do ponto de vista da psicanálise, a questão da mãe solo supra exposta, pode ser entendida como um assunto complicado e ao mesmo tempo muito importante a ser discutido na temporaneidade. Na parentalidade, espera-se que haja a disposição de sujeitos adultos, ou mesmo, de muitos e diferentes sujeitos, há exemplo, um parente próximo, os avós, cuidadores de abrigo, funcionários (babás), profissionais da creche, dentre outros para exercer as funções

parentais, ou seja, a função materna e a função paterna. Sujeitos capazes de se incumbir do bebê e da criança pequena. É esta “rede mínima”, assim denominada por especialistas e psicanalistas, que possibilitará o adulto responsivo a ter a guarda de sua criança, em seu modelo e arranjo familiar.

Diante a chamativa e em atenção ao peso da representatividade das figuras parentais ao desenvolvimento da criança na infância é que se submeteu, sucessivamente, a variável “configuração parental” em diferentes tabulações no Teste Qui-quadrado de Person, são elas: configuração parental com gênero, configuração parental com etapa da infância e configuração parental com motivos de acolhimento.

Em resposta as tabulações cruzadas realizadas e dos resultados, obteve-se apenas um valor significativo entre as variáveis: configuração parental x etapa da infância. A Tabela 05, a seguir, apresenta o resultado da associação significativa encontrada:

Tabela 05 - Análise da distribuição da configuração parental em relação as etapas da infância

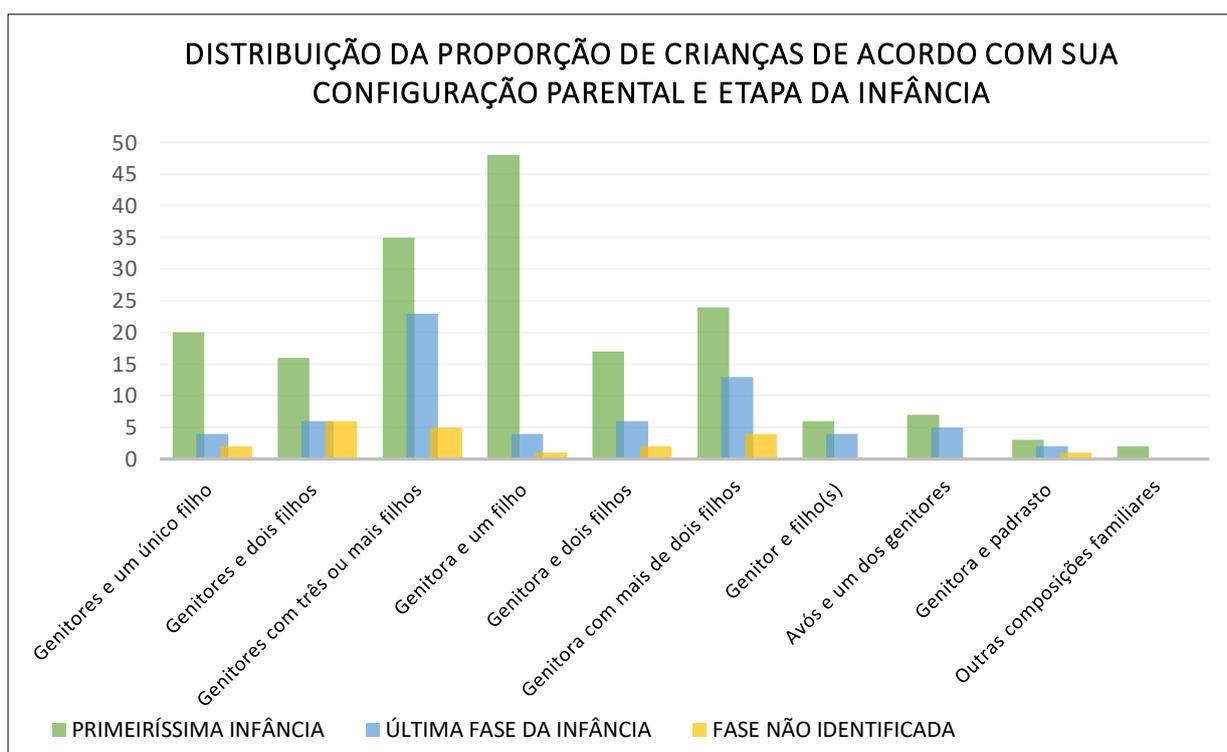
Configuração Parental	Etapa da Infância								Valor p
	Total		Primeiríssima Infância		Fase final da infância		Fase não identificada		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Genitores e um filho	26	7,4%	20	5,7%	4	1,1%	2	0,6%	0,250
Genitores e dois filhos	28	8%	16	4,5%	6	1,7%	6	1,7%	0,291
Genitores com três ou mais filhos	63	17,9%	35	9,9%	23	6,5%	5	1,4%	0,092
Genitora e um filho	53	15,1%	48	13,6%	4	1,1%	1	0,3%	0,000 *
Genitora e dois filhos	25	7,1%	17	4,8%	6	1,7%	2	0,6%	0,735
Genitora com mais de dois filhos	41	11,6%	24	6,8%	13	3,7%	4	1,1%	0,653
Genitor e filho(s)	12	3,4%	7	2,0%	5	1,4%	0	0,0%	0,261
Avós e um dos genitores	15	4,3%	10	2,8%	5	1,4%	0	0,0%	0,318
Genitora e padrasto	6	1,7%	3	0,9%	2	0,6%	1	0,3%	0,838
Outras composições familiares	2	0,6%	2	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	0,535

*Valor p obtido pelo teste Qui-quadrado de Person onde $p \leq 0,05$, em negrito
Valor p obtido no teste: ,001*, ou seja, $\leq 0,05$ o que significa existir uma associação

Teperman (2020) defende a dependência que um bebê possui para se desenvolver e aprimorar suas competências. Aduz ainda que este desenvolvimento precisa ocorrer dentro de

um período definido. No caso em estudo, trata-se do célebre intervalo denominado “janela de oportunidades” conceituado por inúmeros especialistas e estudiosos da infância. Fala-se de uma liga, de um enlaçamento entre o bebê e o Outro, o que depende da autêntica ou mesmo do eventual desejo deste último citado. Para melhor ilustrar os resultados da tabulação cruzada exposta na Tabela 05, mobiliza-se o Gráfico 08, a seguir:

Gráfico 08: Distribuição da proporção de crianças acolhidas em Araguaína Tocantins (2008 a 2021), de acordo com a sua configuração parental e etapa da infância



Fonte: Dados gerados a partir do documento de entrada e saída das crianças acolhidas na C.A.A.C.T.L. (2008 a 2021). Elaboração da autora, 2022.

Teperman, Garrafa e Iaconelli (2019; 2020) ressaltam a importância do desempenho dos sujeitos que se dispõe para com a criança, sendo este um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento. Se tratando da primeiríssima infância, por serem bebês e sujeitos infantis de uma sensibilidade única ao que se refere o desenvolvimento, dependentes de um adulto responsivo, detona-se a total indispensabilidade de uma disposição saudável, com responsabilidade e afeto.

A partir das teorizações das autoras, as quais já foram explanadas anteriormente, ratifica-se a indispensável necessidade de um sujeito parental/cuidador com representatividade emocional sadia, capaz de se dispor para conceder atenção, segurança, empoderamento,

confiança e condições para que a criança de sua responsabilidade cresça em maturidade e autonomia, ademais se desenvolva de uma maneira saudável e por meio de vínculos afetivos fortalecidos.

O período de constituição da parentalidade muitas das vezes não deixa de ser complexo, por isso os cuidadores necessitam de recursos e de bases fortalecidas para exercerem as suas funções e se (re)encontrarem no mundo (TEPERMAN, GARRAFA E IACONELLI, 2020).

Do exposto, pode-se dizer que todas as variantes de um de comportamento parental inadequado e com fragilidades psíquicas corroboram para que a criança que foi ameaçada, violentada, ou mesmo abandonada, em sua principal fase do desenvolvimento, cresça com insegurança, dependência, ansiedade e depressão. Todos estes comportamentos são indicativos para um futuro possivelmente comprometido com resultados físicos e psíquicos negativos. (TEPERMAN, GARRAFA E IACONELLI, 2020; BOWLBY, 2015).

Ainda, a criança em vulnerabilidade poderá manifestar os mesmos padrões vivenciados na infância quando forem adultos, seja no seu lar com o cônjuge ou mesmo quando tiverem que assumir uma função dentro da parentalidade. Tais nuances se referem a experiências passadas tendo em vista que “cada um de nós é capaz de fazer a outros aquilo que nos foi feito. O adulto tirano, que maltrata os mais fracos, é a criança tiranizada e maltratada que cresceu” (BOWLBY, 2015, p. 185). Tem-se então, do ponto de vista social, a necessidade de romper ciclos transgeracionais contraproducentes e cada vez mais buscar possibilidades de fortalecer os laços entre o sujeito do cuidado e o sujeito cuidador.

Em continuidade as análises e submissões, foi realizado uma relação cruzada entre a variável gênero e a variável motivos de acolhimento, podendo esta última ser considerada uma variável de vulnerabilidade. Ressalta-se que predominantemente cada criança acolhida apresenta em sua ficha a transcrição de mais de um motivo de acolhimento, tendo desta forma uma opção de múltiplas respostas.

Dos resultados, foi observado, no Teste Qui-quadrado de Person, uma associação significativa entre o motivo “abandono” e o “gênero” do acolhido. A Tabela 06, a seguir, expõe a associação significativa a partir do valor $p \leq 0,05$ obtido:

Tabela 06 – Análise da distribuição dos motivos do acolhimento em relação ao gênero na amostra dos acolhidos do presente estudo (2008 - 2021)

Motivos do acolhimento	Gênero						Valor p
	Total		Masculino		Feminino		
	N =		N =		N =		
	N	%	N	%	N	%	

Abandono	116	33,5	70	20,2	46	13,3	,004 *
Abuso sexual	18	5,2	9	2,6	9	2,6	,960
Adoção à brasileira	5	1,4	3	0,9	2	0,6	,634
Ausência da saúde dos pais	9	2,6	6	1,7	3	0,9	,294
Dependência química dos pais/Alcoolismo	77	22,3	37	10,7	40	11,6	,785
Em trânsito	10	2,9	7	2,0	3	0,9	,187
Encaminhado pelo Juizado da Infância	1	0,3	0	0	1	0,3	,322
Maus tratos	99	28,6	49	14,2	50	14,5	,986
Mendicância	4	1,2	2	0,6	2	0,6	,981
Negligência	78	22,5	35	10,1	43	12,4	,361
Orfandade	2	0,6	1	0,3	1	0,3	,987
Passagem rápida	63	18,2	36	10,4	27	7,8	,175
Risco social e pessoal	44	12,7	25	7,2	19	5,5	,294
Situação econômica	13	3,8	9	2,6	4	1,2	,145
Trabalho infantil	3	0,9	2	0,6	1	0,3	,548
Motivo não declarado	48	13,9	19	5,5	29	8,4	,142

*Valor p obtido pelo teste Qui-quadrado de Person onde $p \leq 0,05$, em negrito
 Valor p obtido no teste: ,003*, ou seja, $\leq 0,05$ o que significa existir uma associação

Apresenta-se por meio da tabulação cruzada, mais um teste com resultado significativo à pesquisa, em outras palavras, pontua-se uma das experiências mais desagradáveis e desfavorecedoras ao desenvolvimento infantil, citadas por Bowlby (2015): o abandono. Ressalta-se, ainda que por mais que o valor p tenha sido significativo apenas para o motivo do acolhimento “abandono”, os demais motivos merecem ser delineados e analisados.

Dos dezesseis motivos expostos na tabela 06, observou-se uma maior incidência para a presença do abandono (33,5%), seguida pelos maus tratos (28,6%), negligência (22,5%) e dependência química dos pais (22,3%). É importante ressaltar que quase todas as crianças da primeira infância abrigadas temporariamente na casa possuem transcrito em sua ficha de acolhimento mais de um motivo. Ademais, os RNs da pesquisa não foram inclusos no teste e resultados da tabela 06, contudo, seguem contabilizados nas contagens seguintes.

No tocante aos dois maiores motivos do acolhimento e já incluindo os percentuais dos RNs, os resultados da pesquisa contabilizam um total de 120 (34,1%) acolhimentos por motivos de abandono, destes tem-se um quantitativo de 81 (23%) bebês e crianças de até 03 anos de

idade, 32 (9,1) crianças de 04 a 06 anos de idade e 7 (2%) crianças que não tiveram a sua fase da infância especificada. Em sua maioria do gênero masculino, ou seja, dos 116 (110%) vulneráveis parentais contabilizados para o motivo abandono parental”, 70 (60%) são do gênero masculino.

O que se percebe com estes números é que a privação do afeto, a ausência do cuidado e a indisposição parental prevalece na principal fase da infância, uma fase sensível onde as experiências positivas da parentalidade são mais que essenciais para o desenvolvimento e para futuro da criança.

O abandono, descrito neste estudo como um abandono parental, corresponde a um dos motivos de acolhimento, agente considerado significativo nos testes realizados. Uma ruptura de um enlace, um desvinculo, mais que isso, a ausência de um laço necessário para o desenvolvimento infantil.

Não somente o abandono parental, como também os outros eventos analisados que se configuram como uma ruptura dos vínculos com os pais ou mesmo, em segunda instância, com parentes não consanguíneos (cuidadores parentais), podem acarretar danos e complicações à saúde física e mental, ao social e à personalidade da criança (TEPERMAN, GARRAFA E IACONELLI, 2020). Podendo de igual modo ocasionar complicações para a vida futura destas crianças e comprometendo as suas próximas gerações.

Segundo Bowlby (2015, p. 34) estes sujeitos infantis poderão estar “despreparados para a renovação quando se tornarem pais”. E essa transmissão transgeracional é explicada pelo autor pelo complexo fato de que “os sentimentos que são despertados em nós quando nos tornamos pais têm muito em comum com os sentimentos que foram suscitados em nós quando crianças por nossos pais e irmãos”.

As reflexões e citações expostas não se tratam de uma justificativa para a situação de abandono descrita nesta pesquisa, mas de uma conclusão comprovada cientificamente em pesquisas e investigações, o que pode aclarar as inquietações relacionadas a este assunto. Evidências científicas mostram que bebês encaminhados a um abrigo temporário, até que haja a sua reintegração familiar ou adoção, por mais que tenham um cuidador que lhe supra as suas necessidades básicas, não recebem toda a atenção e afeto que deveria receber (BOWLBY, 2015; 2006).

Psicanalistas como Teperman (2020), Bowlby (2015), Spitz (1945), comprovam por meio de pesquisas e estudos científicos que a ausência da figura do cuidado, de forma particular, do agente que representa a figura materna, comprometem o crescimento saudável e o desenvolvimento da criança. Citam de pronto, outras sequelas como: o atraso no

desenvolvimento motor, na linguagem, bem como a ausência do desejo, do animo e do interesse pelo Outro, muitas das vezes chegando a regressar o tempo de vida do bebê e levar até a morte (hospitalismo).

Para um dos citados, a “elevada incidência de vínculos afetivos desfeitos” aumentam as chances de na infância as crianças apresentarem síndromes psiquiátricas, a exemplo: a “personalidade psicopática (ou sociopatia) e a depressão [...] a delinquência e ao suicídio” (Bowlby, 2015, p. 106).

A partir das ponderações, pode-se dizer que esta separação gera na criança uma desordem, como também a deixa fortemente afetada, até porque a criança da primeira infância está vivenciando uma fase da vida em que sua subjetividade se encontra em desenvolvimento, ou seja, encontra-se inábil para prosseguir sozinha e em harmonia as especificidades requeridas nos primeiros anos de vida.

Antes de progredir para as próximas descrições é inescusável esclarecer que os cuidados adequados realizados por um adulto responsivo junto ao *infans* são primorosos e tendem a atenuar as consequências do desamparo, no caso deste estudo, pode-se dizer, do abandono. Pontuar esta indispensabilidade para que haja a constituição psíquica do bebê, não necessariamente significa que o cuidado citado deva ser executado inerentemente pela mãe/genitora (TEPERMAN, GARRAFA E IACONELLI, 2020).

Para psicanálise, existem distinções entre os termos mãe/pai e o par parental que exerce as funções de agente da parentalidade (agente da função materna e agente da função paterna). Na esteira de Teperman (2020) a presença da mãe nem sempre constitui uma segurança de que a função materna é exercida com afeto, plenitude e, principalmente, portada “de um desejo não anônimo”. Da mesma forma, a presença do pai nem sempre constitui uma segurança da existência da função paterna. O que é necessário, de fato, é a prevalência da transmissão e das condições mínimas para que ocorra a constituição da subjetividade, desejante. “A família em sua função de resíduo, opera como espaço primordial onde se instala a pergunta sobre o desejo do outro” (TEPERMAN, GARRAFA E IACONELLI, 2020, p. 20).

De acordo com os percentuais revelados em pesquisa, os maus-tratos foi considerado o segundo maior motivo de acolhimento. Contabiliza-se 99 (28,1%) crianças atendidas por esta causa. São 68 (19,3%) crianças de até 03 anos de idade, 26 (7,4%) crianças de 04 a 06 anos de idade e 5 (1,4%) crianças que não tiveram a sua fase da infância especificada.

Do afastamento das crianças da primeira infância do seu arranjo familiar por motivos de maus-tratos, possivelmente, somam-se outros atos infracionais cometidos por parte dos sujeitos parentais ou emergidos a partir de situações desfavoráveis a infância.

Bowlby (2015, p.15) ao expor a indispensabilidade adequada do cuidado, do amor, da atenção, da segurança e da tolerância para as crianças que estão em desenvolvimento em seus primeiros anos de vida pontua a “importância vital de uma relação estável e permanente com uma mãe (ou mãe substituta) amorosa durante toda a infância”. Coaduna-se com a citação do autor. Em tempo, às discussões acrescenta-se a importância fundamental de um sujeito que exerça a função paterna na vida da criança.

Sintetizando os motivos do acolhimento gerados com esta pesquisa, registra-se que não somente o abandono ou os maus-tratos, mas qualquer ato infracional pode ocasionar efeitos negativos no desenvolvimento da criança e gerar complicações, seja no presente ou a serem observadas na fase adulta.

Por isso a necessidade de mais estudos e pesquisas que pautem a seriedade dos investimentos na primeira infância, bem como, discorram sobre a importância dos cuidados parentais adequados e satisfatórios para o crescimento, para um desenvolvimento saudável e, de forma particular, para que as etapas formativas, tanto do sujeito infantil quanto do sujeito que se dispõe para com a criança nos seus primeiros anos de vida sejam cumpridas em sua legalidade e integralidade.

Outro fato a destacar antes de findar este tópico é que os escritos supracitados não se tratam de condenar ou mesmo apontar que o acolhimento temporário seja prejudicial, ou mesmo desfavorável ao desenvolvimento da criança, mas sim apontar os possíveis efeitos negativos que a vulnerabilidade parental pode trazer ao desenvolvimento da criança. De igual modo, mostrar a importância de um convívio parental seguro e saudável.

É importante citar, também, que nem todas as crianças da primeira infância acolhidas, em Araguaína, tiveram seus laços rompidos em sua totalidade. Cabe ao acolhimento proporcionar, dentro das especificidades de cada caso, o fortalecimento dos laços e, em primeira instância, a reintegração ao âmbito familiar, por meio de medidas adequadas e por meio dos diferentes serviços ofertados pela rede de apoio a criança em situação de vulnerabilidade. Do mesmo modo, nota-se ao Estado e aos municípios a incumbência de ofertar apoio para os agentes da função parental para que eles possam (re)exercer seus momentos de disposição com vontade e com a psique organizada.

Em medida protetiva e quando realizados de acordo com os parâmetros legais, os serviços de acolhimento, asseguram a proteção e a garantia dos seus direitos, oferecendo à criança abrigada, naquele momento, novas condições para a reconstituição dos laços, seja por meio da reintegração, do convívio em uma família substituta, pela adoção, guarda ou tutela.

Assim, em corroboração aos descritos citados, compreende-se que “o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento e os agentes do cuidado responsivo propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar” (BRASILIA, 2019, p. 19, **grifo nosso**).

5.1.6. Dos setores e bairros de origem da criança acolhida

Diferentes fatores impedem/favorecem o desenvolvimento da criança da primeira infância, de igual modo, diferentes nuanças atalham a disposição dos adultos responsivos em contribuir para que esta fase seja saudável. São questões complexas que envolvem variáveis psicológicas, bioquímicas, jurídicas, urbana-geográficas, como também, socioeconômicas (HECKMAN, 2018; KERN, 2021; BOWLBY, 2006).

Do ponto de vista de quem estuda a cidade e a infância, a infraestrutura dos bairros, os serviços ofertados nestes e a existência de equipamentos em quantidade e em qualidade, reforçam o entendimento de um planejamento urbano adequado. Uma das contribuições para identificar se a cidade está organizada para atender a criança de até seis anos de idade e o adulto ao seu entorno; partes integrantes, locais de prestação de serviços, de política e de bens públicos necessários ao bom funcionamento e indispensável à qualidade de vida da população residente e dos que a visitam.

O Comitê Científico Núcleo Ciência pela Infância - NCPI (2021) conceptualiza o “bairro” como todo e qualquer espaço localizado nas esfericidades da moradia da família. A estas localidades, de proximidade, devem ser concedidas as ingerências urbanísticas cabíveis e de direito, acompanhadas de planos, projetos e programas de impactos positivos e sociais à vida, ao desenvolvimento dos bebês e das crianças e dos demais partícipes da municipalidade.

Pesquisadores da infância e de diferentes organizações como a do NCPI (2021), da Urban95 (2019; 2021), da Fundação Bernard Van Leer (2021), do Instituto de Arquitetos do Brasil (2021), dentre outros, têm evidenciado a existência de uma relação positiva entre o bairro e o desenvolvimento integral da criança, quando este é pensado para atender as necessidades da infância.

Para além da disponibilização do acesso a bens e aos serviços básicos essenciais que uma criança de até 06 anos de idade, de maneira particular as mais vulneráveis, necessita para crescer e se desenvolver de maneira saudável, a sociedade, a família e o Estado devem ater-se às disparidades e às segregações espaciais. A criança inclusa no “círculo vicioso” de desigualdades “têm menor probabilidade de se desenvolver plenamente, o que ajuda a perpetuar

as vulnerabilidades, não só para sua vida adulta, como também para a próxima geração” (NCPI, 2021, p. 17).

Considerando a situação da fragilidade parental, associada as questões urbanas da infância, na cidade de Araguaína -TO, enfatiza-se, a partir deste ponto e da exposição dos resultados, as localidades com maiores incidências da vulnerabilidade parental, reconhecidos em pesquisa. Em Araguaína – TO, tais localidades, recebem a denominação de: “setor”, “bairro”, loteamento”, “vila” ou “residencial” (MBI, s/d, s/a).

Das denominações reveladas, urge descrever como parte de extrema importância aos resultados desta pesquisa a localização geográfica em que ocorreu a abordagem da autoridade competente e os registros sobre a violação dos direitos da criança de até seis anos de idade. No caso em foco, trata-se dos setores e bairros de origem das crianças acolhidas temporariamente na C.A.A.C.T.L., particularmente, dos locais de maior incidência da vulnerabilidade parental, espacializada em Araguaína - TO, na Amazônia Legal.

A Tabela 07, a seguir, expõe os pontos de referência em que as crianças da primeira infância foram amparadas pelo órgão competente e, posteriormente, encaminhada para o acolhimento temporário. Tratam-se de diferentes locais da urbe (bairros, setores e loteamentos de Araguaína), de municípios circunvizinhos, do estado do Tocantins e de outras Unidades da Federação:

Tabela 07 – Distribuição da vulnerabilidade parental na primeira infância de acordo a cidade de origem do acolhimento

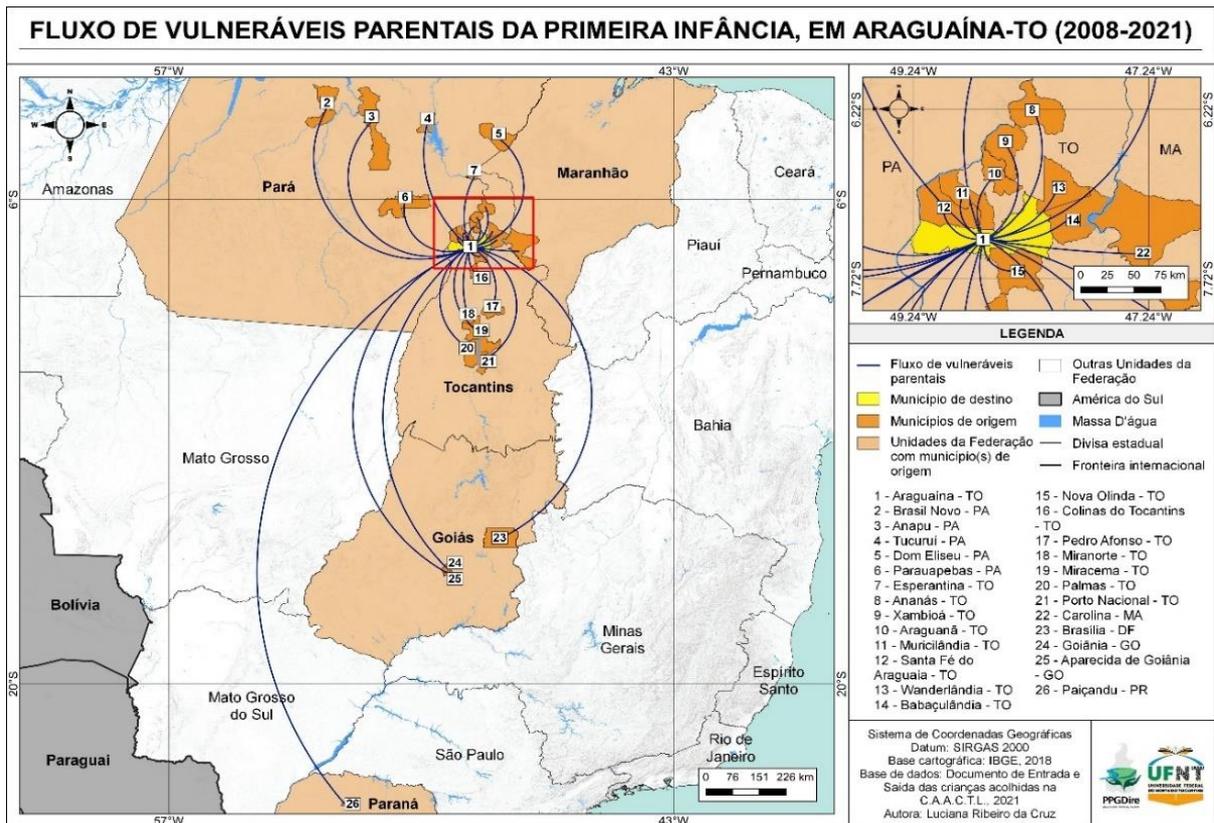
UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)	CIDADE/MUNICÍPIO DE ORIGEM DO ACOLHIDO	GÊNERO		
		FEM	MASC	RN/GNE
TO	Ananás	1		1
	Araguaína	313	156	152
	Araguanã	2	1	1
	Babaçulândia	1	1	
	Colinas	1	1	
	Esperantina	1		1
	Miracema	1		1
	Miranorte	1	1	
	Muricilândia	3	3	
	Nova Olinda	4	1	3
	Palmas	1		1
	Pedro Afonso	1		1
	Porto Nacional	1	1	

	Santa Fé do Araguaia	1		1	
	Wanderlândia	2		2	
	Xambioá	1		1	
PA	Anapu	1		1	
	Brasil Novo	1		1	
	Dom Elizeu	2	2		
	Parauapebas	3	2	1	
	Tucuruí	1	1		
	GO	Aparecida de Goiânia	1		1
Goiânia		3	1	2	
DF	Brasília	3	1	2	
MA	Carolina	1	1		
PR	Paçandu	1	1		
TOTAL		352	174	172	6

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Para melhor ilustrar o fluxo da vulnerabilidade parental especializada em Araguaína - TO, na Amazônia Legal, mobiliza-se o Mapa 05, a seguir:

MAPA 05 - Fluxo de vulneráveis parentais da primeira infância, em Araguaína - TO



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Pertinente salientar que o maior fluxo de encaminhamentos de bebês e crianças de até seis anos de idade em situação de vulnerabilidade parental são oriundos do próprio estado e do município em que se sucedeu a pesquisa. Outro ponto de ampla relevância a realçar é que das 06 (100%) Unidades da Federação em que se apresenta o fluxo de vulneráveis parentais desta pesquisa, 03 (50%) estados são pertencentes a Amazônia Legal. Somando os percentis dos estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão atinge-se um valor significativo de 97,8%, fato que caracteriza a Amazônia Legal, nesta pesquisa, como a maior produtora da vulnerabilidade parental.

Pormenorizando todas as Unidades de Federação expostas no mapa 05, contabilizam-se que 335 (95,2%) bebês e crianças pequenas são do estado do Tocantins. Destas, 313 (89%) são pertencentes a cidade de Araguaína.

Do total restante, somam-se aos dados informados: 08 (2,3%) crianças do estado do Pará, 04 (1,2%) crianças do estado do Goiás, 03 (0,8%) crianças do Distrito Federal, 01 (0,3%) criança do estado do Maranhão e 01 (0,3%) criança do estado do Paraná.

Dos gêneros dos vulneráveis parentais, registra-se uma similaridade para os acolhidos, tanto do estado do Tocantins (164 meninos e 165 meninas) como para o município de Araguaína (152 meninos e 156 meninas). Dos vulneráveis parentais restantes, somam-se 03 meninos e 05 meninas para a região do Pará; 03 meninos e 01 menina para o Goiás; 02 meninos e 01 menina para o Distrito Federal; 01 menina para o Maranhão e 01 menina para Unidade Federativa do Paraná.

Dos resultados de Araguaína, inicia-se as descrições pelas localidades direcionadas ao Hospital Maternidade Dom Orione - HMDO, das quais inviabilizam-se as identificações dos setores de residência das genitoras que desfizeram os laços parentais neste ambiente. Os resultados fidedignos deste enredo ficarão para pesquisas futuras, tendo em vista que a prioridade neste momento em que a pandemia ainda prevalece, estão todas direcionadas para sobrevivência humana.

Segundo notas emitidas pela direção do HMDO, na temporaneidade este local é considerado de alto risco e de contágio por Coronavírus e suas variantes. Isso sem falar nos inesperados registros de (super)lotação ocasionado pela assistência médica de casos graves a pacientes acometidos pela Covid-19, como também, pela ascendência de casos gripe e dengue no município. Ao HMDO inclui-se, a prestação de outros serviços, a realização de atendimento cirúrgico, atendimentos médico-hospitalares, clínico e obstétrico.

Deste modo, para esta pesquisa, as reais explicações dos porquês de muitos dos bebês da amostragem deste estudo não terem a possibilidade e continuidade do vínculo e convívio

inicial com a genitora após o parto, o abandono dos bebês, a ruptura dos laços na própria maternidade e os encaminhamentos para o abrigo temporário, de maneira primorosa, a identificação do setor ou bairro de residência destas genitoras, passam a ser objetos de pesquisas vindouras.

Contudo, é inegável ressaltar que 23 (vinte e três) genitoras, contabilizadas nesta pesquisa, negaram-se, nos primeiros minutos de vida do bebê, a exercer funções primordiais da parentalidade. Preliminarmente recusaram-se a prosseguir com os laços, optando pela interrupção do convívio familiar. Além disso, naquele momento, não se permitiram, por motivos distintos que não vem ao caso desta pesquisa, contribuir com o desenvolvimento e com o crescimento de seu filho(a).

Para muitas mulheres, principalmente as mais desfavorecidas, a fase que vai da gestação ao parto, bem como o acompanhamento da sua bebê/criança pequena, costuma ser considerada desafiante, muitas das vezes negligenciada pela falta de orientações, ausência de assistência durante o pré-natal e no pós-natal, escassez de recursos financeiros, ainda, pouca ou nenhuma efetividade nas políticas públicas intersetoriais. As estas insuficiências vivenciadas, pode-se dizer que haverá um insucesso no desenvolvimento da criança, um revés às etapas posteriores da vida, além de possíveis marcas de sofrimento e fracasso, as quais poderão ser transmitidas, novamente, para as próximas gerações.

Retomando as descrições das áreas de vulnerabilidade parental especializadas em Araguaína, especialmente as habitadas por famílias com crianças da primeira infância, registra-se, em escala decrescente, as 10 (dez) localidades de maior incidência, identificadas: Setor Araguaína Sul (\cong 8%), Setor Itaipu (\cong 7%), Setor Céu Azul (\cong 7%), Setor Nova Araguaína (\cong 7%), Setor Monte Sinai (\cong 6%), Bairro São João (\cong 6%), Loteamento Parque Bom Viver (\cong 6%), Loteamento Costa Esmeralda (\cong 5%), Setor Construindo um Sonho (\cong 4%), Lago Azul III (\cong 2%).

A estas localidades somam-se outros setores e bairros em que, também, foram identificados a vulnerabilidade parental, contudo em uma menor escala. A Tabela 08, a seguir, demonstra a incidência da vulnerabilidade parental especializada nos setores e bairros de Araguaína, em números e por gênero:

Tabela 08 – Distribuição da vulnerabilidade parental na primeira infância, em Araguaína -TO e de acordo os setores e bairros identificados em pesquisa

SETOR / BAIRRO / LOTEAMENTO / RESIDENCIAL (ARAGUAÍNA – TO)	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS/ ACOLHIDOS	GÊNERO		
		FEM	MASC	RN/GNE
Alto Bonito	4	1	3	
Ana Maria	2	1	1	
Araguaína Sul	21	8	13	
Av. Bernardo Sayão	3	2	1	
Bairro de Fátima	2		2	
Barros	4	2	2	
Bela Vista	2		2	
Canaã	1		1	
Centro	8	5	3	
Céu Azul	17	9	8	
Coimbra	1		1	
Urbanístico	1		1	
Construindo um Sonho	9	4	5	
Costa Esmeralda	12	6	6	
Dom Orione	3		3	
Eldorado	3	3		
Garavelo Sul	1	1		
Itaipu	18	14	4	
Jardim Belo	4	2	2	
Jardim Mansões das Palmeiras	1	1		
Jardim Paulista	3	1	2	
JK	2	1	1	
Lago Azul I e II	2	2		
Lago Azul III	6	5	1	
Lago Azul IV	2	1	1	
Maracanã	5	2	3	
Monte Sinai	16	8	7	1
Morada do Sol II	3	2	1	
Neblina	1	1		
Noroeste	2	1	1	
Nova Araguaína	17	7	10	
Oeste	3		3	
Palmas	1	1		
Parque Bom Viver	14	7	7	
Planalto	3	2	1	
Raizal	3	2	1	

Rodoviário	3		3	
Santa Terezinha	5	2	3	
São João	15	8	7	
São Miguel	2	1	1	
Tereza Hilário	2	1	1	
Tiuba	2	1	1	
Vila Aliança	1	1		
Vila Azul	5	1	4	
Vila Goiás	4	1	3	
Vila Norte	3	1	2	
Vila Ribeiro	6	6		
Vitória	1	1		
Zona Rural (chácara próximo a jacuba)	2		2	
TOTAL	251	126	124	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

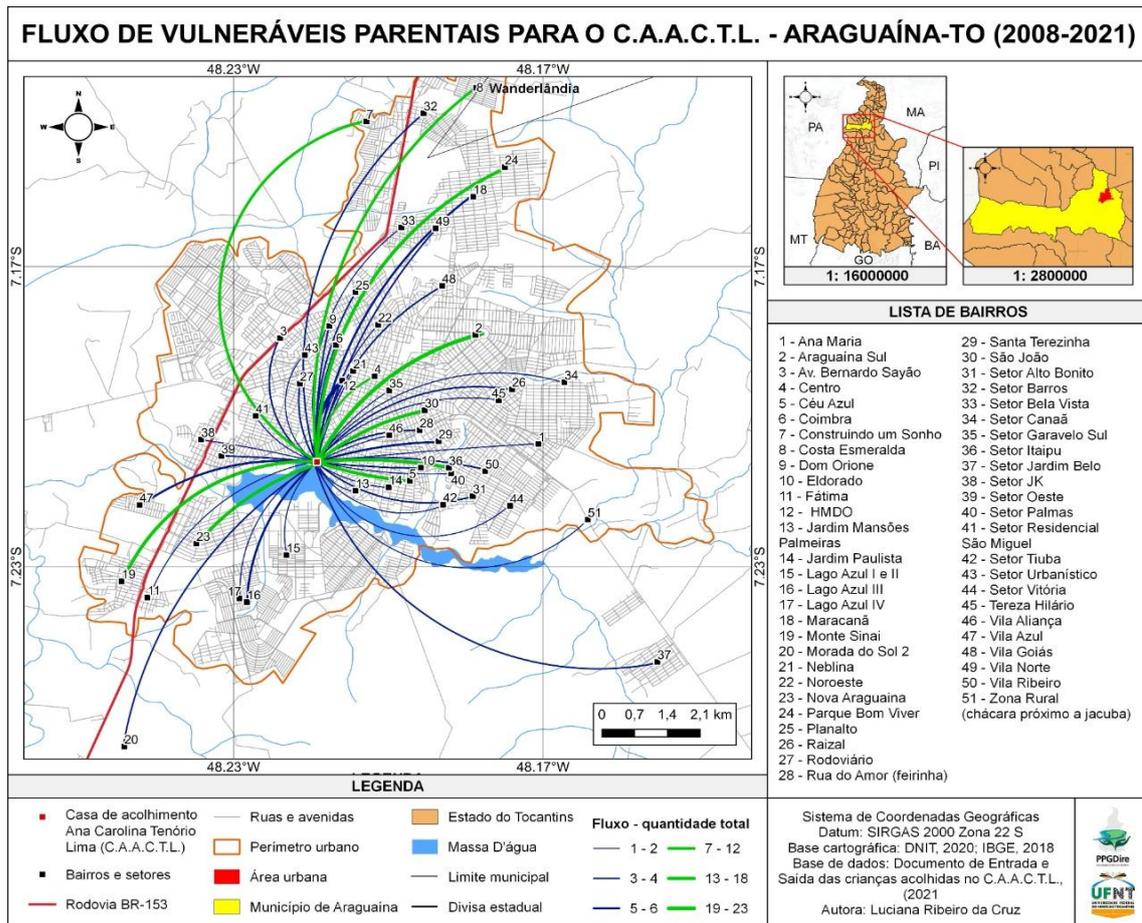
Somam-se aos valores supra identificados 37 (trinta e sete) casos em que o reconhecimento do setor ou bairro não estavam especificados na ficha de acolhimento, bem como 02 (dois) casos em que os acolhidos receberam a especificação “desabrigado” na ficha.

A partir da pesquisa de Cruz e Borges (2021) e em consideração aos locais citados na tabela 12, destaca-se a recorrência de áreas geográficas habitadas por famílias com crianças da primeira infância e em situação de fragilidades, a saber: os setores Maracanã e Jardim Costa Esmeralda, ainda o Residencial Lago Azul e o Loteamento Araguaína Sul.

Estas e outras localidades são notados pelas referidas autoras como áreas com incidência da pobreza extrema e da pobreza, reconhecidas “a partir da dependência econômica dos membros de sua composição familiar, do social e do domicílio” e geograficamente especializadas nas porções territoriais mais distantes da região central da cidade (CRUZ; BORGES, 2021, p. 4).

Do resultado da distribuição da vulnerabilidade parental na primeira infância e para melhor ilustrar o fluxo dos vulneráveis parentais, mobiliza-se o Mapa 06, a seguir:

Mapa 06 – Fluxo de vulneráveis parentais para a Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima – C.A.A.C.T.L., ano 2008 a 2021



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

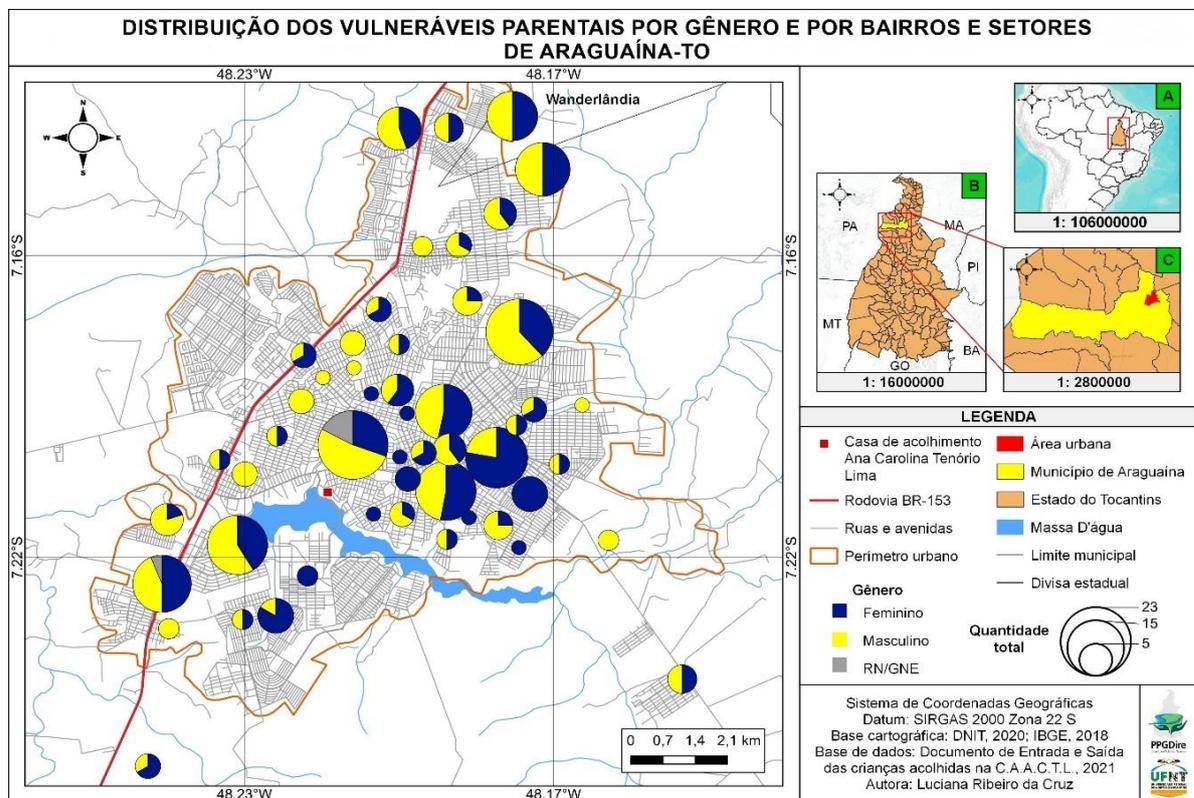
Moser (2018) relata que os sujeitos constroem relações entre si e os espaços onde vivem. Referindo-se ao bairro enquanto um lugar “carismático” o autor pontua que “a descoberta e aprendizagem da cidade parte dali acompanhadas, por vezes, de um forte investimento afetivo de ligação” (MOSER, 2018, p. 106).

Acredita-se que são nessas relações e nas descobertas afetivas entre o sujeito adulto e o sujeito infantil, assim como, entre os sujeitos e a cidade, que se evidenciam marcas positivas. De igual modo, revelam-se anseios por deferimentos e por dispêndios a serem aplicados no compromisso com a execução de planos e ações, a curto, a médio ou longo prazo, para assim, a cidade poder proporcionar a partir das políticas públicas urbanas implementadas: infraestrutura adequada, serviços, equipamentos e atendimentos públicos acessíveis, espaços públicos urbanos de interação, de apropriações, de constituição de laços sociais, sobretudo, de experiências urbanas igualitárias e assertivas. Realizar a escuta sensível, respeitar o sujeito infantil em sua cidadania e em seu direito, propiciar a presença e participação destes aos espaços

promotores do desenvolvimento, torna-se cada vez mais um dever, uma responsabilidade de colaboração da sociedade civil e da cidade.

E é nesta perspectiva de investimentos que se traz a importância de se perceber, cada vez mais, os setores e os bairros da cidade e as suas respectivas vulnerabilidades. Conhecer o contexto dos sujeitos pertencentes ao bairro (identidade) e as fragilidades contidas nestes espaços de partilha, são estratégias precisas para as decisões, tanto por parte da gestão pública quanto pela sociedade civil. Aos poucos, com as intervenções cabíveis, estes locais vão se transformando em um espaço mais acolhedor, promotor de interações positivas e do desenvolvimento (NCPI, 2021). De caráter complementar e para ilustrar o gênero dos vulneráveis de acordo os seus respectivos setores, mobiliza-se o Mapa 07, a seguir:

MAPA 07 – Distribuição dos vulneráveis parentais por gênero e por bairros e setores de Araguaína-TO



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Com a exposição dos números e das representações visuais reveladas, espera-se alcançar iniciativas que priorizem, ainda mais, a primeira infância, no município em pesquisa. Na esteira Kern (2021, p. 79) os arranjos espaciais precisam ser (re)planejados de maneira igualitária, com “futuros urbanos bem cuidados”, por isso, insta-se cada vez mais espaços remodelados, recursos

em quantidade e um planejamento adequado para atender os anseios do novo contexto, emergido no século XXI.

Por fim, inclui-se aos apontamentos elucidados, a necessidade de um arranjo urbano que favoreça o desenvolvimento infantil e a parentalidade, ainda, que responda as aspirações dos sujeitos que desempenham esta função, tendo em vista que a parentalidade pode ser fomentada a partir de atividades, experiências sociáveis e afetivas vivenciadas em uma cidade pensada para a infância.

5.2. Mapeamento, observação do espaço urbano e dos equipamentos públicos comunitários existentes no loteamento de maior incidência da vulnerabilidade parental

5.2.1. Da observação do loteamento e dos equipamentos públicos comunitários existentes

Como já elucidado, o bairro, as ruas, os espaços abertos, verdes e brincantes, bem como, a infraestrutura social, os equipamentos públicos comunitários e os serviços públicos urbanos, promovem, por meio da relação social e afetiva experienciada, uma oportunidade ao desenvolvimento. Notar os equipamentos públicos comunitários da Urbe e seus espaços, torna-se, também, um caminho para que políticas públicas urbanas sejam implementadas, outrossim, para que projetos sejam elaborados com o cunho de tornar estes ambientes benéficos ao desenvolvimento infantil, ao bem-estar da sociedade e conseqüentemente ao enlace parental.

Fundamental pôr-se em evidência o direito a espaços públicos urbanos que favoreçam o desenvolvimento da criança e o ciclo de fortalecimento dos laços entre o sujeito infantil e o sujeito parental, uma vez que, possivelmente, serão estes espaços o elo de experiências positivas na infância de inúmeras crianças, vivências que refletirão nas próximas gerações, quando estas crianças do presente (filhos), tornar-se-ão adultas (pais ou responsáveis) no futuro e forem exercer a sua parentalidade.

Tomando o Loteamento Araguaína Sul como o espaço de maior incidência da vulnerabilidade parental, em Araguaína – TO na Amazônia Legal e considerado as teorizações até aqui explanadas, este tópico tem por objetivo descrever, a partir da observação e da análise, os ambientes favorecedores do desenvolvimento e os equipamentos públicos comunitários que beneficiam as infâncias urbanas, no espaço delimitado em pesquisa.

Tratam-se de descrições e ilustrações, transcritas e evidenciadas a partir da observação da estrutura física, dos comportamentos dos sujeitos que do espaço urbano estavam a ocupar e da análise do ambiente de ocupação, ou seja, do conhecimento da relação sistêmica existente no espaço de origem das crianças acolhidas em situação da vulnerabilidade parental.

Assim, partindo dos ambientes e dos sujeitos que buscavam os serviços e a qualidade de vida no loteamento de maior incidência da vulnerabilidade parental – Araguaína Sul, é que se principiou as observações, identificações e análises infracitadas.

Inicialmente, foi realizado um trajeto de carro no loteamento em descrição, com fins a aproximar-se do território em pesquisa. Em um segundo momento, elegeu-se um ponto fixo, a saber, a Praça de Artes e Esporte do Araguaína Sul, também nomeada de Praça CEU. Procedeu-se a escolha da Praça de Artes e Esporte do Loteamento Araguaína Sul (Praça CEU) enquanto ponto de referência das observações, por acreditar que este espaço tenha uma maior apropriação dos munícipes do setor diagnóstico com uma maior incidência da vulnerabilidade parental.

Ainda, quanto a escolha do local e ponto fixo da observação buscou-se fundamentos nas pesquisas do IAB (2021), as quais descrevem que um bairro que possui um mesmo deslocamento e que oportuniza a experiencição de interações ao ar livre, com serviços a uma distância caminhável e a pé, frequentado por “bebês, crianças mais novas e seus cuidadores”, pode ser caracterizado, de acordo com as diretrizes do desenho urbano e das infâncias urbanas, como um bairro “acessível”.

Deste ponto, para se conhecer melhor o espaço urbano e o ambiental do local optado, fez-se um novo trajeto, porém, a pé, em um contorno de 360° graus. As primeiras observações no ponto fixo se sucederam em três dias seguidos e em horários distintos.

A primeira observação se sucedeu no domingo, dia 06/02/2022 (final de semana - domingo), no qual permaneceu-se no local das 15h às 17h e retornando às 19h, ficando no ponto fixo de observação por pouco tempo, por se tratar de um período noturno. A segunda observação ocorreu na segunda-feira, dia 07/02/2022, período matutino, ao nascer do sol, permanecendo no ponto fixo de observação das 6h30 às 7h30, particularmente no primeiro dia letivo do ano, retornando ao mesmo ambiente no fim da tarde e permanecendo no local até o pôr do sol. Por fim, a terceira e última observação, sucedeu-se na terça-feira, dia 08/02/2022, das 13h às 13h30 e das 17h às 18h, especificamente no horário de início e término das atividades escolares. Acreditou-se em uma observação nos horários de pico escolar por entender que nestes momentos, melhor seriam visíveis a relação entre o adulto responsivo e o bebê/criança.

Ressalta-se que após estes três dias, houve a necessidade de retornar ao local por mais algumas vezes com fins a buscar outras observações e percepções, suprir novas inquietações e realizar constatações, as quais serão destacados entremeios as descrições. Fez-se necessário retornar ao mesmo ponto de observação para que o “terreno de oportunidades” assim denominado por Moser (2018) trouxesse resultados significativos aos objetivos da pesquisa.

A partir da delimitação prévia da área geográfica observada e ancorados nas concepções de Moser (2018), foi alcançado o que o autor denomina de “*behavior settings*”²⁷. Tanto o comportamento dos sujeitos quanto o ambiente ocupado por estes, foram observados em dias e em horários distintos. O Quadro 05, a seguir, descreve alguns dos comportamentos e interações, ocorridas durante as observações realizadas:

Quadro 05 – *Behavior Settings* ocorridas no ponto fixo de observação

DIA	DESCRIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES
Primeiro dia	No período da tarde, foi possível visualizar cinco crianças da primeira infância, todas acompanhadas. Das crianças observadas algumas estavam a correr nos espaços livres, outras a andar de bicicleta. Neste momento a quadra do local estava sendo ocupada majoritariamente por adolescentes do gênero masculino, no momento em que ocorria uma partida de futebol, contabilizou-se a presença de três adultos entre os adolescentes. Já no período noturno, viu-se um casal utilizando a academia ao ar livre, enquanto isso uma criança de aproximadamente dois anos de idade estava a correr pelos espaços, a subir e a descer na pista de skate, outra a utilizar a caixa de areia do parquinho (aparentemente irmãos e de responsabilidade do casal). Ainda, no período noturno, foi possível visualizar um adulto do gênero feminino a empurrar um carrinho de bebê pelas calçadas da praça e outro adulto a observar sua criança enquanto estava sentada e/ou descansando no banco.
Segundo dia	No período matutino foi possível observar um grande fluxo de cuidadores parentais a transladar pelo ponto fixo, na praça, com destino ao Centro de Educação Infantil (equipamento educacional). Em sua maioria os cuidadores apresentavam-se a pé, alguns empurrando triciclos. Apenas um, neste dia, estava a empurrar um carrinho de bebê. Havia cuidadores e crianças, também, de bicicleta e/ou motocicleta. Na manhã de observação, o clima apresentava-se nublado, alguns cuidadores parentais mostravam-se apressados, não havendo parada dos BCCs nem para descanso, nem para utilizar os serviços e espaços da praça, somente para entregar os bebês/crianças no CEI. No período da tarde (vespertino), foi perceptível um maior fluxo de pessoas, do que no período matutino. Havia adultos a utilizar a academia e como era horário de encerramento das interações escolares, algumas crianças pequenas (de aproximadamente 02 a 03 anos de idade), quando a pé e ao passar pela pista de skate ou pela caixa de areia, não resistiam e mostravam-se ser crianças, ou seja, a explorar o local, a brincar, a subir e a descer

²⁷ O “*behavior settings*” é especificada por Moser (2018) como uma “relação sistêmica”. Refere-se a uma “unidade de base, ao mesmo tempo ambiental e comportamental; é o todo de comportamentos associados a um meio físico determinado” [...] “um conjunto de interações que acontecem em e com um lugar” [...] “dentro das fronteiras espaciais e temporais desse sistema de pequena escala social, os diferentes componentes incluindo as pessoas e os objetos físicos, interagem numa sequência ordenada que fornece às pessoas as bases de ação de que elas têm necessidade (MOSER, 2018, p. 57).

	correndo na pista de skate, a descer no escorregador e a entrar na caixa de areia.
Terceiro dia	As observações foram similares ao do segundo dia, contudo duas situações precisam ser notadas. A primeira foi quando a cuidadora parental deixou o bebê/criança no equipamento educacional, logo após foi fazer o uso do equipamento ao ar livre - academia. Outro, foi que duas cuidadoras parentais ao pegar as suas crianças ao final da tarde, deixaram as crianças a brincar e sentaram-se nos bancos para conversar, por longas horas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

À vista disto, partiu-se para as análises se o loteamento em destaque seria, provido, ou não, de equipamentos públicos comunitários, ademais, se os equipamentos identificados e observados favorecem o desenvolvimento infantil e o fortalecimento do enlace parental.

Em devolutiva das análises, expõe-se, por meio da Figura 06, infracitada, as imagens dos equipamentos públicos comunitários, visualizados na área circular (a partir do ponto fixo de observação), disponíveis em um único deslocamento. Ademais, outro equipamento público, utilizados pelos BCCs e de importância aos resultados da pesquisa.

Figura 06 – Serviços e equipamentos públicos comunitários localizados no Loteamento Araguaína Sul



Imagens: Marcos Sandes/Prefeitura de Araguaína (ASCOM)

Dos equipamentos públicos comunitários observados, seguem algumas descrições: A - Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça CEU); B - Unidade de Ensino Infantil (CEI Municipal Professora Edilia de Moraes Soares) e C - Unidade Básica de Saúde – (UBS Araguaína Sul). A Figura 07, melhor ilustra os equipamentos elencados:

Figura 07 – Equipamentos públicos comunitários observados



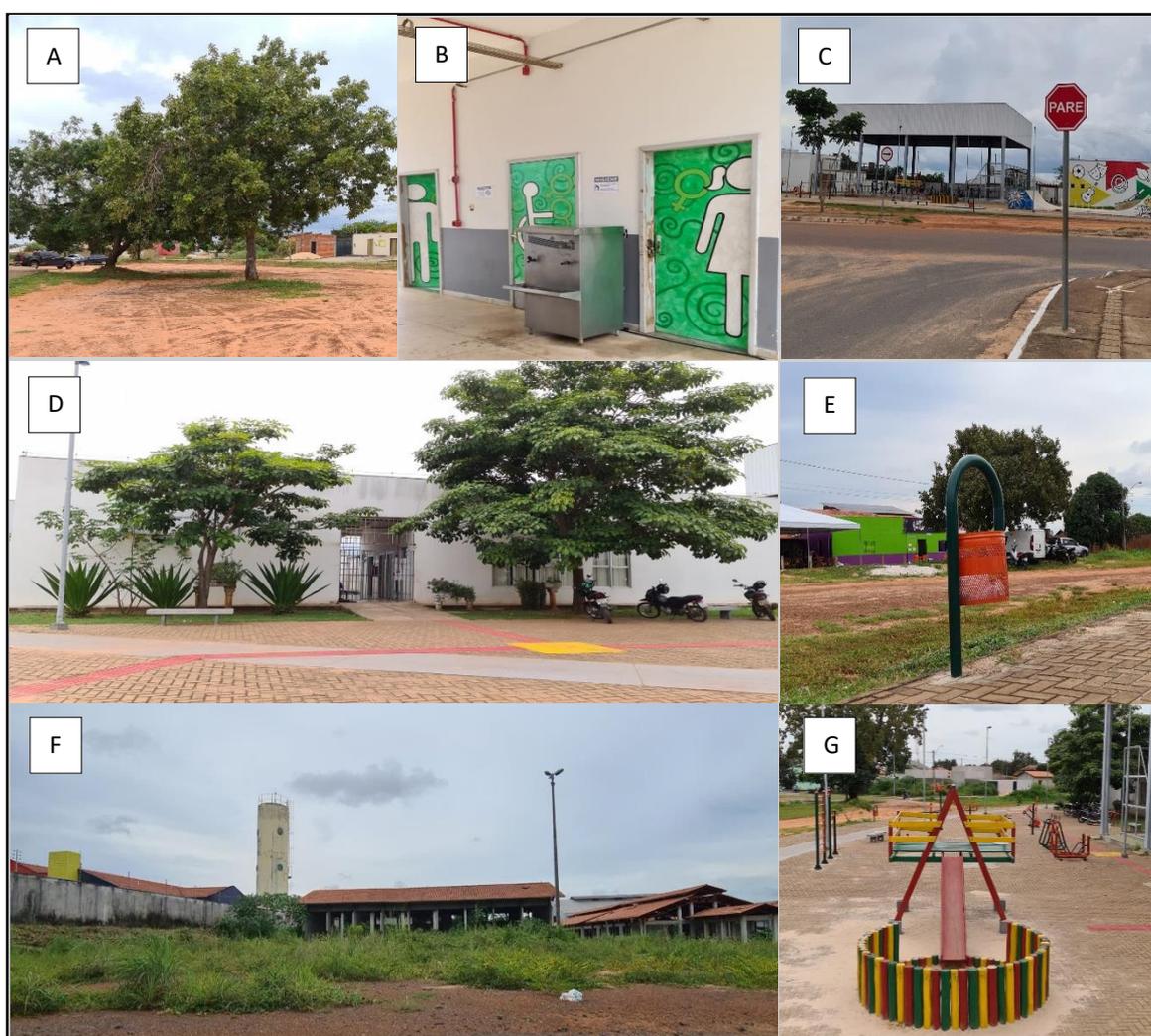
Fonte: Equipamentos públicos comunitários.
Imagens: Marcos Sandes/Prefeitura de Araguaína (ASCOM)

Do primeiro equipamento a ser descrito tem-se a praça CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados, localizado na Avenida Tietê, Araguaína Sul II. Nesta área há a oferta de diferentes serviços para a comunidade local e circunvizinha, contando com a oferta de outros equipamentos, são eles: 01 (um) Centro de Referência e Assistência Social – CRAS; 01 (um) parquinho com escorregador e caixa de areia; 01 (uma) biblioteca; 01 (uma) sala de uso para aulas diversificadas (balé, teatro, aula de violão); 01 (uma) sala de música com acústica apropriada para aulas de música, teatro, eventos e apresentações artísticas; 01 (uma) quadra poliesportiva; 01 (uma) pista de skate; academia ao ar livre, 03 (três) banheiros identificados, sendo um masculino, um feminino e um com acessibilidade; 01 (um) bebedouro com duas torneiras e água gelada, 10 (dez) bancos sem encosto e de concreto para descanso, 03 (três) lixeiras distribuídas pelo espaço, 01 (um) pergolado com dois conjuntos de mesa circular em concreto.

O espaço observado ainda contempla arborização, pintura nas paredes, rampas de acessibilidade e sinalização tátil no chão dos espaços. Ao seu entorno, em uma área circular, é suplementado por outros equipamentos públicos comunitários, a saber: 01 (um) Centro de Educação Infantil; 01 (uma) Unidade Básica de Saúde (em construção); 01 (uma) Escola de Ensino Fundamental (em construção).

Para além da circunferência central das observações, foi possível observar, também: residências; pontos comerciais (de pequeno porte: açaiteria, mercearia); acesso à avenida de dupla com canteiro central todo gramado e com plantio de árvores em crescimento; ponto de ônibus (sem identificação e sem cobertura para espera); placas sinalizadoras (em poucas quantidades); boa iluminação; arborização viária e ruas com pavimentação (externo ao contorno circular). A Figura 08, a seguir, apresenta as imagens de alguns dos pontos em que se sucederam as observações dos serviços e dos espaços que complementam a praça:

Figura 08 – Serviços e equipamentos evidenciados a partir do ponto fixo da observação





Fontes: Serviços e equipamentos loteamento Araguaína Sul
Imagens: Autora, 2022.

Dos espaços ilustrados na figura 08, consta-se (possivelmente uma única imagem pode refletir mais de uma evidência): A - área arborizada localizada na parte externa ao circular da Praça CEU; B - Banheiros e bebedouro; C - Quadra poliesportiva, pintura nas paredes, sinalização viária e aos fundos vê-se pista de skate; D - Centro de Referência e Assistência Social - CRAS e sinalização tátil no chão dos espaços ao entorno; E - Acesso a serviços de lixeira, calçadas largas e pequeno espaço circular interno, ainda não pavimentado; F - Escola de Ensino Fundamental (em construção); G - parquinho (com escorregador e caixa de areia), aos fundos vê-se a academia ao ar livre; H - Unidade Básica de Saúde (em construção); bancos para descanso e pergolado.

Em análise as imagens evidenciadas e de acordo as suas respectivas identificações, seguem alguns apontamentos de relevância para pesquisa: A - Das árvores contidas no local, somente uma exibia banco (de madeira e simples) as sombras. Das demais, muitas das sombras das árvores serviam de local para estacionar carros; B - No dia da primeira observação no espaço, somente um dos banheiros (masculino) encontrava-se aberto (acredita-se pelo fato de que neste dia a quadra estava sendo utilizada apenas por sujeitos do gênero masculino, ainda uma maneira de manter a limpeza dos demais, até porque não estavam em uso), contudo dentro das necessidades o banheiro feminino foi aberto para uso; F - Nota-se por meio do registro deste equipamento que o terreno apresentava-se com o mato alto, o que pode possivelmente gerar insegurança para os que ali transitam, em virtude de possível presença de animais peçonhentos e riscos de criminalidade.

Do segundo equipamento, destaca-se o CEI Municipal Professora Edilia de Moraes Soares, situado na Rua das Acácias, Praça Iguaçu, Bairro Araguaína Sul II. O referido CEI está circunscrito em um setor considerado novo e em desenvolvimento, contudo considerado vulnerável.

Atende crianças com famílias pertencentes a diferentes realidades socioeconômicas, provenientes, majoritariamente, do próprio Loteamento (Araguaína Sul), de setores e áreas geográficas limítrofes, sendo elas: Cimba, Coimbra, Imaculada Conceição, Morada do Sol, Presidente Lula, Raizal, São João, Tereza Hilário Ribeiro. Como também de outros setores e bairros mais afastados, como: Ana Maria, Centro, Chácara rabo de saia, Costa esmeralda, Jardim Bonganville, Lago Azul IV, Residencial Patrocínio, Setor Couto Magalhães, Setor Jardim Topázio, Setor Tocantins, Vila azul, Vitória, Boa vista, Parque do Lago.

Dados impressos do sistema eletrônico Gestor de Escolas Públicas/Privadas – Ergon Sistemas, em março de 2022, enumeram a população infantil do referido CEI por gênero, grupo étnico racial e faixa etária. Da faixa etária dos infans, 270 (\cong 70,5 %) são bebês e crianças da primeiríssima infância (06 meses a 03 anos e 11 meses de idade) matriculadas em turmas de berçários e maternais, ademais 113 são (\cong 29,5 %) crianças pequenas (04 e 05 anos de idade) matriculadas em turmas da pré-escola. No que se refere ao gênero e grupo étnico racial destas crianças, tem-se um quantitativo de 200 (\cong 52,2 %) crianças do gênero masculino e 183 (\cong 47,8%) do gênero feminino. Do total de 383 infans, 93 (\cong 24,3%) foram declaradas como brancas, 25 (\cong 6,5%) pretas, 206 (\cong 53,8%) pardas, 01 (0,2%) amarela, 00 (0%) indígena e 58 (\cong 15,2%) crianças não tiveram seu grupo étnico racial declarado pelos seus cuidadores parentais, no ato da matrícula.

Ressalta-se que os dados supra expostos sobre o equipamento de âmbito educacional são provenientes de pesquisas e de materiais impressos. Em justificativa, cumpre relatar que não foi realizado observações *in loco*, em cumprimento as recomendações da mínima circulação no âmbito interno das unidades de ensino e em cumprimento dos protocolos, das normas sanitárias e de distanciamento, em tempos de gripe e de Covid-19.

Todavia, pode-se dizer que nesse ambiente de cooperação, do binômio cuidar e educar, localizado nas proximidades da praça CEU, que são oportunizadas as interações e as brincadeiras, as experiências e as rotinas, em período integral e/ou parcial, nas quais são propiciadas as aprendizagens, o bem-estar e o desenvolvimento infantil.

Do terceiro equipamento a ser observado, ressalta-se a Unidade Básica de Saúde Araguaína Sul, situada na Rua dos Pinheiros c/ Rua Bacurí s/n°. Araguaína Sul, CEP 77827-250. Em 2022. A referida UBS trata-se de uma das duas unidades de referência e de atendimento exclusivo para casos de suspeita da Covid-19 e sintomas gripais.

Justifica-se que por segurança a saúde e a sobrevivência, durante todo o período destinado as observações dos espaços promotores do desenvolvimento infantil e favorecedores a parentalidade, não houve solicitação por parte da pesquisadora para realizar pesquisa no

âmbito interno da UBS. Contudo, destaca-se que este equipamento é favorecedor do desenvolvimento infantil, como também possui singularidades e importância para a continuidade da sobrevivência de inúmeros cuidadores parentais, conseqüentemente, de seus respectivos bebês/crianças.

Desta forma, em observação as evidências e aos descritos, pode-se articular que não se trata da necessidade de implementação integral de novos serviços e equipamentos públicos comunitários, no espaço diagramado, mas, sim, de melhorar, ainda mais, o desenho urbano deste loteamento para que os munícipes, de maneira particular os pertencentes a primeira infância, sejam beneficiados.

Por mais que os equipamentos citados não apresentem em sua totalidade a favorabilidade necessária à primeira infância, necessitando de intervenções, eles podem ser destacados por possuírem uma infraestrutura recente e adequada a outras faixas etárias maiores. Cita-se ainda, que os mesmos tem alcançado políticas e recebido intervenções recentes por parte da gestão. Há exemplo a Praça CEU foi reinaugurada em 07/10/2021; o CEI (equipamento educacional) foi inaugurado em 12/06/2014 e tem passado por reformas e adaptações, já a UBS Araguaína Sul inaugurada em 14/11/2001, no entanto, no ano corrente está sendo construída uma UBS nas proximidades da praça CEU, ou seja, ofertará futuramente serviços de saúde à comunidade, em nova instalação.

Outro fato a destacar é que se espera que as intervenções por parte da governança, sejam elas simples ou complexas, ou mesmo, a longo, a médio ou a curto prazo, a depender da necessidade e especificidade de cada, sejam adotados em outros pontos, setores e bairros da cidade.

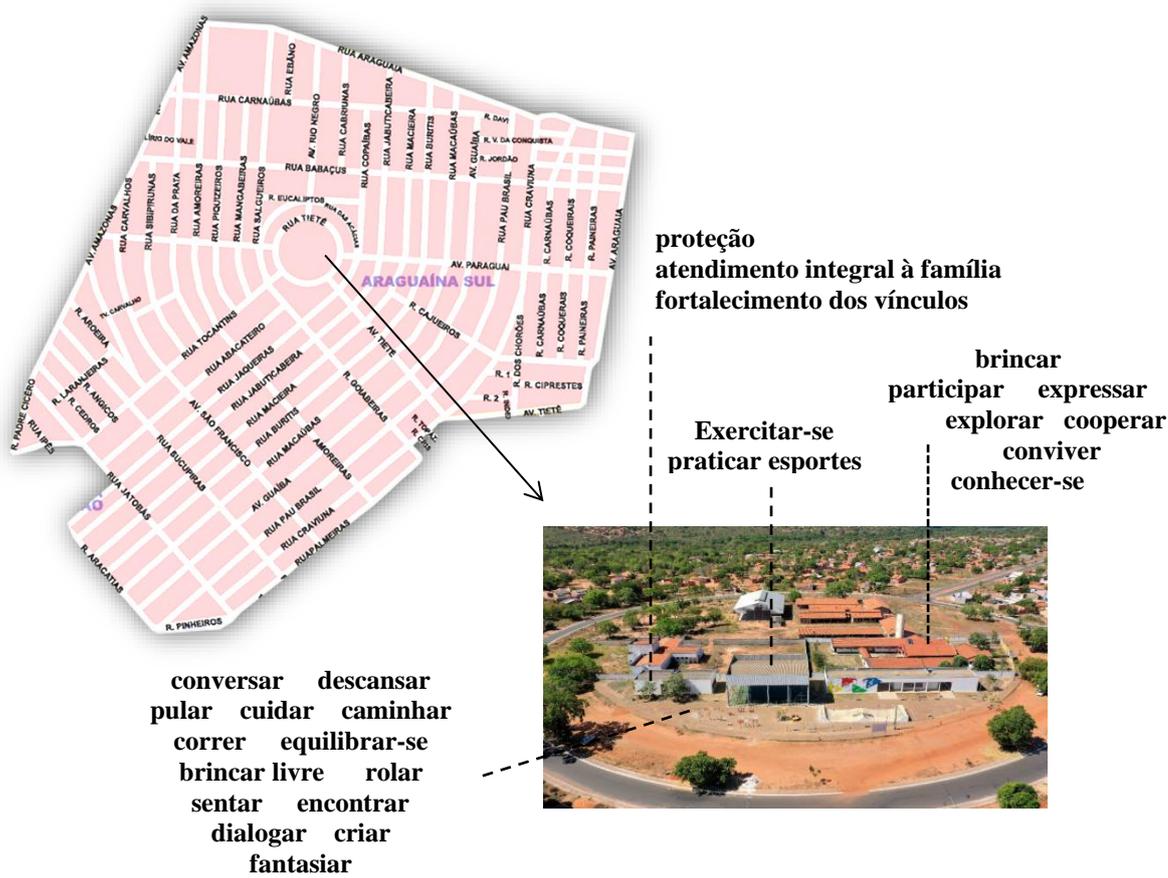
Admite-se que, para além de um bairro acessível é necessário que ele seja seguro, confortável, com um desenho tranquilo e acessível, com mobilidade e oportunidades para que a criança possa desenvolver a ludicidade, o brincar livre e não estruturado, a imaginação. Um local que aguace a criatividade, proporcione o desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo, motor, assim como, favoreça os vínculos e, claro, os laços entre o sujeito adulto e o bebê/criança. Um local que amplie a oportunidade da criança da primeira infância participar dos espaços urbanos que beneficia a constituição da sua própria estrutura cerebral, da sua psique e, resumidamente, da vida, do desenvolvimento e do seu crescimento.

Moser (2018) elucida a função afetiva, interativa e construtiva que um ambiente ou um espaço pode apresentar. Para o autor “todo ambiente desperta emoções” e “sentimentos”, sendo que alguns destes são suscitados “pela natureza do ambiente construído”, podendo causar para

aqueles que deste espaço usufrui, tanto a seguridade como a periculosidade (MOSER, 2018, p.183).

A Figura 09, a seguir, ilustra, por meio de um esquema representativo, a delimitação da área observada, seus equipamentos e os serviços ofertados. De igual modo, pontua, por via de vocábulos, algumas das possibilidades de garantias e de direitos, que o espaço geográfico referenciado pode oferecer as crianças da primeira infância e aos demais sujeitos que o ocupam:

Figura 09 - Garantias e direitos da primeira infância, observados no Centro de Artes e Esportes Unificados (Praça CEU)



Fonte: esquema elaborado pela autora, 2022.
Imagens: Marcos Sandes/Prefeitura de Araguaína (ASCOM).

A partir do exposto entende-se que o Setor Araguaína Sul, enquanto espaço geográfico de maior incidência da vulnerabilidade parental, identificado em pesquisa, possui equipamentos nos quais são ofertados diferentes serviços. Destarte, frisa-se que tais ambientes precisam atingir a toda a comunidade do setor, ser alvo de intenções e, em sua totalidade, ser um espaço

desejado. Ao serem propiciados de forma efetiva à criança e para os seus adultos de responsabilidade, tais ambientes representam por meio das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas, “uma cartografia urbana da infância” (RNPI, 2020, p.110).

Por mais que políticas públicas tenham sido e continuam sendo implementadas neste local, não se deve dispensar a atenção, o olhar sensível e principalmente a atuação efetiva por parte da rede intersetorial, dos órgãos de competência (estado e município) e dos militantes da infância, para que por meio de transformações e novas implementações possa-se atender com prioridade as necessidades da primeira infância.

Durante os períodos de observação foram constatados tanto elementos de relevância, quanto elementos desfavorecedores às vivências e à subsistência dos sujeitos que do espaço fazem e necessitam do uso (bebês, crianças pequenas, adultos e os velhos). Resultados inestimáveis para esta pesquisa. O Quadro 06, a seguir, especifica tais observações:

Quadro 06 - Elementos favoráveis e elementos adversos, evidenciados no campo de observação:

ELEMENTOS FAVORÁVEIS/ADVERSOS À PRIMEIRA INFÂNCIA	
PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Instalação de banheiros e bebedouros, biblioteca, sala com acústica para aulas de teatro, dança, musicalização e balé.	Ausência de cobertura para os bancos e pergolado
Espaço com iluminação no período noturno	Ausência de ciclovia identificada
Espaço propício a: socialização, interações, aprendizagens, criação de laços e relações afetivas	Ausência de fraldário
Local de zona de tráfego calmo nos finais de semana	Ausência de pia para lavar bicos e mamadeiras
Calçadas largas, com acessibilidade e sinalização tátil. Academia ao ar livre e quadra de esportes.	Ausência de placas de trânsito, como: redução de velocidade e redução de barulhos
Espaço de descanso, propício para a prática do brincar livre e do brincar não-estruturado	Ausência de um local adequado e específico para amamentação
Acesso a natureza: arborização e espaços verdes	Equipamento com mato alto (Escola em construção)
Múltiplos equipamentos (espaços ativos e/ou em construção) em uma área circular de 360 graus	Ausência de pinturas inspiradoras e educativas no chão dos espaços, exemplo: amarelinhas, jogos, formas geométricas, dentre outros
Limpeza e tranquilidade (nos dias observados)	Ponto de ônibus de localidade próxima do local de observação sem cobertura e sem identificação legível. Não convidativo e

	inspirador ao desenvolvimento dos bebês e das crianças da primeira infância
Espaço utilizado, por bebês, crianças, adultos e velhos	Rua circular externa a área da praça sem pavimentação

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Das observações positivas à pesquisa, oportunamente, observou-se algumas variáveis de conforto parental, as quais possivelmente proporcionam a interação dos sujeitos com o ambiente visitado e, de uma maneira primorosa, uma relação profícua ao desenvolvimento infantil e ao fortalecimento dos laços parentais.

Assim, a partir do ponto fixo de observação foi possível visualizar a apropriação do espaço tanto por adultos, quanto por velhos, jovens, crianças e bebê. Das diferentes ações, os sujeitos adultos estavam a ocupar aquele ambiente em função da prática de esporte, do descanso/lazer, e da ocupação dos serviços ofertados no local. As crianças estavam a experimentar brincadeiras ora livres ora na caixa de areia e escorregador, sob olhares afetivos, sendo cuidadas e observadas não somente pelos olhos da pesquisadora, mas também pelos olhos e disposição de cuidadores parentais.

Observou-se, também, naquele espaço, cuidadores parentais empurrando carrinho de bebê. Em outros momentos, viu-se um sujeito infantil no bebê conforto ora em deslocamento sendo carregado pelo seu adulto responsivo, ora descansando sobreposto em um dos bancos de concreto. Crianças da primeira infância a correr, a pular e a andar de bicicleta, a vivenciar interações e brincadeiras.

Dos pontos negativos observados no ponto fixo, cita-se a ausência de algumas instalações para atender as necessidades dos BCCs, obstáculos, visíveis e específicos para apoiar a primeira infância. Uma barreira encontrada pelo adulto responsivo em momentos de cuidado e de disposição para com o bebê.

Ou seja, em desempenho de suas funções, o adulto que acompanha o bebê/criança depara-se com alguns entraves, são eles: ausência de pia adequada para lavar uma mamadeira ou bico; inexistência de um local confortável ou espaço acomodado para troca de fraldas (fraldário); quantidade insuficiente de placas de sinalização para que ocorra a redução de excesso de velocidade nas proximidades dos equipamentos públicos analisados, bem como, a ausência de locais confortáveis e acessíveis à amamentação.

Destaca-se ainda a ausência de bancos com cobertura, o que torna o lugar de descanso e um possível momento de espera ou amamentação desconfortável, exposto ao sol e a chuva. A ausência de uma cobertura seja no espaço em que está posicionado os bancos ou em outro local

de visão à criança, diminui o tempo de espera do adulto, conseqüentemente atenua o tempo do brincar da criança. Outro, ponto negativo a citar é os espaços não pavimentados na área externa a circunferência do ponto fixo (proximidades da praça e do equipamento educacional), o que dificulta o tráfego do cuidador que está a empurrar um carrinho de bebê ou um triciclo, devido a área molhada (camada de lama) em tempos de chuva e uma área seca (atoleiro) em tempos de sol intenso.

5.2.2. Do preenchimento do protocolo de análise

O quadro 07, a seguir, expõe a descrição de cada indicador observado (facilidades e obstáculos), também denominado de variáveis de conforto parental. Ressalta-se que cada variável foi analisada a partir de anotações observadas e transcritas, no ponto fixo, de localização anteriormente citada.

Quadro 07 – Descrição das variáveis de conforto parental

PROTOCOLO DE ANÁLISE					
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS					
LOTEAMENTO DE MAIOR INCIDÊNCIA DA VULNERABILIDADE PARENTAL					
N.	VARIÁVEIS DE CONFORTO PARENTAL	SIM	NÃO	PARCIAL	DESCRIÇÃO DO ESPAÇO E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES
01	Água potável, e coleta de lixo	X			Possui lixeira a altura das crianças, distribuídos ao longo dos deslocamentos e proximidades dos bancos encontrados na praça. Seria importante a implantação de coleta seletiva no local.
02	Ambiente físico, seguro e estimulante que possa ser explorado			X	Alguns elementos encontrados na praça CEU, não permite a exploração do espaço em sua integralidade.
03	Áreas sombreadas	X			O espaço na região em frente a praça é arborizado. Uma das árvores possui um banco para descanso e interações. Nada obstante, há também algumas áreas sombreadas na frente e na lateral do CEI, nestas, durante a semana é possível visualizar automóveis estacionados nas sombras das arvores.
04	Bairro caminhável			X	A Praça CEU em toda a sua extensão interna é calçada, possui

					espaço livre e acessível para locomoção com um carrinho de bebê. Contudo existe um espaço externo que dá acesso a praça que ainda não recebeu pavimentação, o que possivelmente dificulta o traslado em dias de chuva. Foi observado, também, que na frente de um dos equipamentos presentes naquela área - CEI, há um espaço sem pavimentação o dificulta a locomoção dos cuidadores que utilizam carrinhos de bebê, triciclo e até mesmo cadeirantes. Falta, também, uma melhor sinalização com placas, marcações viárias e faixas de pedestre, tanto na frente dos equipamentos, quanto aos seus arredores.
05	Banheiros com sabonete	X			No momento da observação havia dispenser com sabão líquido, papel toalha e papel higiênico acessível.
06	Banheiros com torneiras e água corrente funcionando	X			Cada banheiro da praça CEU, conta com duas torneiras em bom estado e em funcionamento.
07	Banheiros em condições adequadas de higiene	X			Os banheiros encontravam-se limpos, higienizados e em bom estado.
08	Banheiros familiares com livre acesso a homens e a mulheres		X		Não identificado.
09	Banheiros públicos com espaço apropriado para trocar crianças			X	Cada banheiro possui sua respectiva identificação visual de gênero (masculino, feminino e de acessibilidade), dois sanitários com divisória e duas pias com torneira. Contudo, não foi possível identificar um local/espaço adequado para troca e higienização de bebês (fraldário).
10	Bebedouro	X			01 (um) bebedouro com duas torneiras e água gelada
11	Brinquedos (parquinho) seguro			X	O espaço possui apenas um parquinho - casinha suspensa, construída com madeira e de acesso a um escorregador que finda seu

					percurso em uma caixa de areia cercada de madeira e a altura de uma criança da primeira infância. Pode-se pensar em novos equipamentos lúdicos e brincantes, como também, inclusivos. Equipamentos favoráveis a exploração sensorial, a descobertas e aventuras, até porque o espaço é amplo e permite novas implementações. Não há sombreamento na área e proximidade em que está instalado este objeto lúdico, a não ser o teto da casinha. O que, possivelmente, dificulta o campo de visão, aumenta o stress e diminui o tempo de espera do adulto, conseqüentemente impede um maior tempo de exploração pela criança e impede um brincar mais confortável (devido ao sol ou a chuva), neste espaço.
12	Calçadas largas	X			As calçadas na parte frontal da praça são largas e atendem as necessidades dos adultos que empurram carrinhos de bebê. A também rampas e sinalização tátil no chão, favorecendo a acessibilidade.
13	Ciclovia		X		Não foi observado um espaço específico e demarcado para esses fins.
14	Desenho da rua que obrigue a diminuição da velocidade de carros			X	Há uma necessidade de intensificar esforços para que haja uma maior sinalização viária (placas e desenhos), tanto nas proximidades da área escolar, quanto nas adjacências da Praça CEU, de maneira a promover segurança dos BCCs e demais usuários dos equipamentos analisados.
15	Deslocamentos ativos às escolas	X			Durante o final de semana (domingo), foi observado um pequeno fluxo de motocicletas e alguns carros. Nos dias da semana, principalmente no horário escolar foi presenciado um maior fluxo de pedestres, ciclistas e motocicletas, quase sempre com o destino do

					Centro de Educação Infantil situado no loteamento
16	Espaço adequado para lavar frutas, mamadeiras, bicos, mãos, etc.			X	Há uma pia no local, porém não foi possível identificar utensílios apropriados para realizar a higienização das mamadeiras e bicos.
17	Espaço com micro-ondas para aquecer mamadeiras e papinhas		X		Não há disponibilidade de eletrodomésticos e de utensílios de necessidade do preparo da alimentação para os bebês.
18	Espaço estruturado para brincar			X	Em partes possibilita o brincar livre, as brincadeiras espontâneas, brincadeiras não estruturadas, o criar, o experienciar, as interações junto ao adulto. Se analisado para a primeira infância possui elementos e espaços disponíveis para que seja implementado, a exemplo, um parque naturalizado.
19	Iluminação pública	X			Foi possível identificar, no período noturno, que o espaço, bem como as ruas e proximidades havia uma boa iluminação.
20	Local adequado para amamentar		X		O local observado não possui local específico, nem disponível (sala de apoio à amamentação) e exclusivo, para essa prática. Outro, os bancos não possuem encosto, nem apoio e não são sombreados (natural/artificial) para que se tenha um conforto durante a amamentação.
21	Mobiliário para descanso			X	Foram constatados no local 10 bancos sem encostos e sem cobertura, contudo, em quantidade e de acomodação de um bebê conforto. Ainda dois jogos de mesa de concreto, próximo ao pergolado. A ausência de cobertura e do encosto é o que dificulta o conforto e o descanso dos BCCs, tanto em dias ensolarados quanto nos dias chuvosos.
22	Ocorrências de trânsito			X	Nos dias de observação foi perceptível um pequeno fluxo tanto de automóveis quanto de motocicletas nas áreas externas a

					região complementar (90 graus) da praça. Já nos demais dias da semana foi observado um fluxo mais intenso, de maneira particular nos horários de entrada e saída da Unidade de Ensino.
23	Paisagens verdes: acesso e contato à natureza (árvores, gramas, lago)	X			O local é arborizado e possui espaço para plantio de novas paisagens verdes e arborizações.
24	Passagem elevada para pedestre	X			O local possui acessibilidade.
25	Pontos de ônibus cobertos, estimulantes e que possam ser explorados			X	Existe um ponto de ônibus nas proximidades, contudo não há identificação e nem cobertura. Contudo, existe outro ponto que possui identificação e cobertura, porém mais afastado do local de observação. Mas, nenhum adequado ao público estudado.
26	Proteção de chuva e sol	X			Corredores, área coberta da quadra e uma área livre entre as salas de musicalização e auditório.
27	Proximidade de áreas verdes (População a 15 minutos de áreas verdes)			X	No espaço fixo de observação foi possível identificar que nas proximidades das residências há áreas verdes, presença de árvores, uma pista dupla (Avenida Tocantins) com canteiro central gramado e com algumas árvores em crescimento. Conforme vai se afastando, partes do loteamento, em um raio mais afastado do ponto fixo, tanto a proximidade das áreas verdes, quanto a infraestrutura fica a desejar.
28	Proximidade dos equipamentos	X			No ponto fixo escolhido é possível encontrar diferentes serviços e equipamentos públicos, a saber: uma praça, um CRAS, uma biblioteca, um CEI, uma UBS em construção e uma Escola de Ensino Fundamental em construção.
29	Ruas de lazer	X			Como o espaço da praça CEU é reservado à atividades culturais e de lazer, não há necessidade de fechar ou interditar este espaço para que ocorra atividades nos finais e durante a semana.

30	Ruas educativas e desenhos nos muros/paredes			X	As ruas são educativas para a primeira infância e no que diz respeito as regras de trânsito. Sugere-se a instalação de placas de: redução de velocidade, redução de ruídos, sinalização de equipamentos da primeira infância. No que se refere os desenhos, as paredes e os muros são pintados, contudo, a praça CEU possui bastante espaços, os quais podem ser aproveitados com pinturas voltadas ao interesse e as faixas etárias da primeira infância, ou seja, das crianças mais novas, bem como pinturas no chão, a exemplo: amarelinhas, formas geométricas, jogos e outros elementos lúdicos.
----	--	--	--	---	---

Fonte: Variáveis citadas no Guia 04: Indicadores para monitoramento. Guia para o desenvolvimento de bairros amigáveis à Primeira Infância. Instituto Arquitetos do Brasil (2021). Texto e quadro adaptado pela autora (2022).

Destaca-se, que as observações e anotações foram realizadas seguindo todo um distanciamento, não somente por questões dos protocolos exigidos pela temporaneidade na qual a pandemia da COVID-19 ainda está em curso, mas respeitando os trâmites da pesquisa de maneira a não interferir nas práticas que estavam sendo realizadas no ambiente, assim como, garantindo a integridade das informações observadas.

No que diz respeito aos caminhos já trilhados em prol da proteção e da garantia dos direitos da criança, a cidade média de Araguaína galga na perspectiva de mudanças significativas e ao que se refere ao compromisso constitucional com o desenvolvimento da primeira infância. Posicionar esta etapa da vida como prioridade nas agendas e nos orçamentos públicos é proporcionar a “cultura do cuidado”, uma maneira de cumprir parte dos compromissos com o atendimento integral destes sujeitos de direito (RNPI, 2020, p. 19).

Neste estudo apresentou-se a evolução de Araguaína, assim como, instou pelo seu desenvolvimento urbano ao que diz respeito aos BCCs e ao fortalecimento da parentalidade. Tanto quanto importante apresentar a evolução da população é instar resultados sobre a sua equalização e sobre o acesso aos espaços públicos e a oferta aos equipamentos públicos voltados para a primeira infância e para os adultos responsáveis, na cidade.

Tomando como nota o acréscimo populacional, pode-se dizer que, quando existe aumento na circulação dos espaços da cidade, possivelmente, haverá anseios por mais espaços e equipamentos públicos urbanos e comunitários em quantidade, de forma a atender a

população. É preciso lembrar que, a partir do acréscimo da população, do movimento e da fixação da sociedade na cidade é que se produzem perspectivas de novos espaços.

Outro assunto significativo de se frisar é que, quando este acréscimo populacional ocorre de forma acelerada, precisa-se aumentar a atenção não só a novas implementações e disponibilização de equipamentos em quantidade e em qualidade, mas pensar coletivamente e de forma geral em políticas públicas urbanas de expansão da infraestrutura em todos os setores e bairros da cidade.

Assim, de jurisdição do poder público e dos órgãos competentes, entende-se, ainda, a necessidade, mesmo que pouca, de Projetos de Intervenção Urbana – PIUs, para o loteamento analisado tenham melhores oportunidades de ofertar o bem-estar e o desenvolvimento. Espera-se com os dados descritos políticas urbanas sejam formuladas, intervenções sejam promovidas, que não somente o Loteamento Araguaína Sul, mas todos os núcleos populacionais de Araguaína passem, ainda mais, por transformações urbanísticas, para assim beneficiar o desenvolvimento da criança da primeira infância, como de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, torna-se impensável construir conhecimentos sobre planejamento urbano e não incluir as questões que envolvem os bebês, as crianças pequenas e seus respectivos cuidadores parentais. De igual modo, é impossível falar dos investimentos com a primeira infância e não citar os benefícios que estes, quando bem outorgados, trazem ao desenvolvimento infantil, à sociedade, à economia e ao país.

Os múltiplos investimentos nesta principal fase da vida, denominada de “janela de oportunidades”, tanto podem reduzir as desigualdades, quanto propiciar interações saudáveis e positivas, as quais beneficiarão o desenvolvimento pleno do *infans* no momento presente e no futuro, assim como, quando a criança do ontem se tornar um adulto, de maneira particular, o adulto parental do amanhã (URBAN95, 2019; HECKMAN, 2013).

Os estudos abordados nesta pesquisa expõem que é na primeira infância em que há um (re)começo e um novo ciclo da vida. Teorizações como as tecidas por Heckman (2011; 2013; 2018), Bowlby (2006; 2015); Moser (2018); Kern (2021) e Gehl (2015) elucidam que desde a concepção, passando pela gestação, pelo nascimento e até completar os seis anos de idade, tanto os fatores internos quanto os fatores externos ao lar, são elementos determinantes e de interferência, podendo eles serem benéficos ou prejudiciais, ao desenvolvimento infantil. Por isso, a real necessidade de investimentos para com a primeira infância.

É preciso se considerar, também, na dependência do bebê e da criança, a precisão de disposições profícuas e a ocorrência de estímulos adequados, com a oferta de afeto, de atenção, de cuidados e de empréstimo psíquico saudável por parte dos sujeitos que desempenham a parentalidade. São essas imissões e incitações, favorecidas desde cedo, que contribuem significativamente para que o sujeito infantil alcance o seu desenvolvimento físico, psíquico, emocional, cognitivo, motor, social e cultural.

Os vínculos estabelecidos juntos aos sujeitos que desempenham a função da parentalidade, a indispensável vivência com esses adultos de referência e, posteriormente, a gradativa inserção e ocupação física, social e cultural dos sujeitos infantis no seu bairro e na cidade, incluindo a eles a oportunidade e o acesso a equipamentos, aos espaços e aos serviços fortalecedores do crescimento, do desenvolvimento e da constituição de uma parentalidade, é o que permite o alcance do potencial, da plenitude e da prioridade absoluta transcrita nos aportes legais, como a Constituição Federal (1988), o ECA (1990) e o Marco da Primeira infância (2016).

De março de 2008 a dezembro de 2021, nos setores e bairros de Araguaína, cidade média considerada em célere progresso, foi identificado um total de 352 (trezentos e cinquenta e dois) bebês e crianças de até seis anos de idade, abrigados em uma instituição pública de acolhimento temporário. Tratam-se de sujeitos infantis que apresentaram em seus primeiros escritos da vida e principal fase do desenvolvimento, uma incerteza no que diz respeito ao seu futuro e ao retorno ao seu lar, uma quebra no convívio parental e um rompimento nas interações familiares, as quais deveriam ser contínuas.

Visivelmente este número pode até parecer anódino se comparado com a estimativa total, ano a ano, dos pequenos cidadãos de Araguaína. Contudo, se observado pelo viés do comprometimento e das consequências que a ruptura dos laços parentais traz ao desenvolvimento infantil, este valor torna-se alarmante e catastrófico à vida do infante em vulnerabilidade, bem como para o seu futuro e para as próximas gerações.

O contexto explanado nesta pesquisa apresentou uma relação entre a área da psicanálise e as abordagens teóricas da Fundação Bernard Van Leer (URBAN95, 2019). No entanto, o objeto de pesquisa convocou, também, interconexões com outras áreas, como: a neurociência, o direito, a economia e, em sua particularidade, o urbanismo e a arquitetura.

Cabe destacar que o diálogo conceitual entre as teorizações supra expostas foi indispensável para a pesquisa, tendo em vista que ainda existe uma enorme necessidade de mobilizar a sociedade civil, os gestores e as agendas públicas municipais, os entes federativos e os agentes envolvidos com o desenho urbano da cidade, ao que diz respeito as reais

necessidades dos BCCs. É preciso pensar nos espaços da cidade como um lugar menos hostil, principalmente para os bebês, crianças pequenas e seus cuidadores.

Considerar a criança em sua integralidade e as relações que estas possuem com os pares em seu espaço geográfico de residência, de igual modo, garantir equipamentos públicos comunitários adequados aos diferentes grupos da população e propiciar espaços urbanos públicos saudáveis, acessíveis, acolhedores, seguros, limpos, organizados, onde os cidadãos possam reunir-se para interagir, brincar, descansar, ou mesmo, fomentar vínculos, tornam-se, cada vez mais, uma condição essencial e de apoio ao desenvolvimento infantil.

Ao pensar em Araguaína, do ponto de vista de uma cidade média da Amazônia Legal, preparada para atender as demandas da primeira infância - urge mensurar de maneira significativa uma análise a partir das famílias com menor poder aquisitivo, expostas a ameaças resultantes do espaço, por não terem condições suficientes para alcançar o bem-estar e a qualidade de vida em um ambiente particular - pode-se dizer que ainda há muitas (re)adequações por fazer: intervenções, implementações e inclusões, direcionadas a gestante, ao nascido-vivo, ao bebê, à criança menor que seis anos de idade e ao adulto que o acompanha.

Os dados da pesquisa revelaram a ocupação de um maior número de vulneráveis parentais em uma área com equipamentos públicos comunitários e com espaços urbanos públicos evidentes - Loteamento Araguaína Sul. Contudo, a partir das observações, foi identificado a ausência de algumas variáveis de conforto parental.

Especificado os resultados, enquanto fator positivo e ao que diz respeito a cidade de Araguaína, evidencia-se o seu desenvolvimento a nível de crescimento populacional, de economia, de saúde, de educação e de infraestrutura. Um progresso ocorrido nos últimos dez anos. Destaca-se ainda, que a cidade possui locais com equipamentos de apoio a população, bem como, espaços que contemplam algumas das maiores necessidades listadas para os BCCs.

Já no que concerne a área de maior incidência da vulnerabilidade parental identificada, ressalta-se, a partir das vivências e das experiências observadas no Loteamento Araguaína Sul, que o local possui elementos determinantes da infância e que acolhem a população. Percebeu-se, também, que estes espaços são frequentados por bebês, crianças, adultos e velhos, em um mesmo deslocamento (com condições de um traslado entre os equipamentos em um tempo inferior a 15 minutos e em uma circunferência de 360°), fator o qual aduz a existência de sujeitos participantes do espaço, ou seja, a existência de interações afetivas, sociais e culturais, entre os que ali se fazem presentes. Desta forma, o local observado, possivelmente, pode sim, se e quando bem (re)planejados e (re)desenhados, propiciar o desenvolvimento infantil.

Por outro, a partir da análise dos objetivos desta pesquisa, ficou demonstrado que o espaço observado ainda precisa alcançar um designe mais voltado ao bebê e a criança pequena, assim como, instalações e adequações que atendam às necessidades dos cuidadores: espaços para sentar com cobertura de maneira a favorecer a espera do brincar; fraldários para trocas e higienização do bebê; placas de redução de trânsito e de identificação dos equipamentos existentes no local; espaço adequado e inspirador a amamentação, dentre outras citadas no quadro de variáveis de conforto parental, desvendado nesta pesquisa. Intervenções simples, algumas de pouco investimento e valor financeiro, de organização e apoio da própria comunidade, como por exemplo, a implementação de um espaço naturalizado para os bebês e crianças menores.

A implementação de novos elementos de assistência, conforto e segurança aos sujeitos da primeira infância é o que permitirá que este espaço urbano se torne mais aprazível, inclusivo e adequado, não somente para os pequenos frequentadores do local, mas também aos cuidadores, demais moradores e aos visitantes.

Em tempo, registra-se que as observações supra elucidadas se trata apenas de um dos setores e bairros de Araguaína, o que abre inquietações e anseios por parte da pesquisadora por novos estudos, para que, de fato, possa-se trazer outros resultados à sociedade civil, à gestão municipal e para aqueles que tiverem interesse pela tônica em destaque.

As reflexões realizadas possibilitaram anunciar que em Araguaína ainda existem desafios a superar quando o assunto é a prioridade absoluta dos pequenos cidadãos e as políticas públicas urbanas de favorecimento do enlace parental.

Espera-se com as transcrições expostas mostrar que é possível tornar, ainda mais, a cidade de recorte espacial deste estudo, agradável, interativa, segura e saudável, com condições e espaços capazes de oferecer o bem-estar para toda a população. Com as estatísticas e georreferenciamento dos setores e bairros dos vulneráveis parentais apresentados, registra-se a perspectiva por políticas públicas urbanas, tomada de decisões e políticas preventivas.

E nós? Nós continuaremos somando esforços, militando e comprometidos com, para e pela primeira infância dos pequenos munícipes de Araguaína; vislumbrando uma cidade melhor.

REFERÊNCIAS

AIUB. Giovani Forgiarini. **Arquivo em análise do discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teórico-metodológica do analista.** Leitura. Maceió. N.50. p. 61-82, Jul./Dez. 2012.

ARAGUAÍNA. Edital nº 01/2012 – CMDCA. **Diário Oficial da Cidade nº 28 de 20 de janeiro de 2012.** Regulamenta o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Araguaína – Tocantins, conforme Lei Municipal nº. 2777 /2011.

ARAGUAÍNA. Lei Municipal nº. 2949 (Altera Lei Municipal nº. 2777/2011). **Diário Oficial da Cidade nº 885 de 24 de julho de 2015.** Dispõe e estabelece novos parâmetros relativos à Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

ARAGUAÍNA. Município de Araguaína: Turismo. Publicado em 2013. Disponível no site: <<https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.

ARAGUAÍNA. Notícias. **Araguaína é uma das melhores cidades brasileiras para fazer negócios.** Por: Thatiane Cunha/ASCOM. Publicado em 12/11/2018. Disponível no site: <<https://araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=3282>>. Acessado em 10 de abril de 2021.

ARAGUAÍNA. Notícias. **Barreira sanitária no Garimpinho orienta sobre as regras para conter a covid-19.** Por: Ascom. Publicado em 12/07/2021. Disponível no site: <<https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=4650>>. Acessado em 20 de maio de 2022.

ARAGUAÍNA. Notícias. **Casa Ana Caroline Tenório comemora 13 anos com mais de 860 crianças acolhidas.** Por: Emilio Lopes/ASCOM. Publicado em: 25/05/2021. Disponível no site: <<https://araguainanoticias.com.br/noticia/casa-ana-caroline-tenorio-comemora-13-anos-com-mais-de-860-criancas-acolhidas/26569>>. Acessado em: 12 de junho de 2021.

ARAGUAÍNA. Notícias. **Prefeitura de Araguaína apresenta nova identificação visual para a gestão de Wagner Rodrigues.** Por: Marcelo Martin/ASCOM Araguaína. Disponível no site: <<https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=4358>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.

ARAGUAÍNA. **Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2019 a 2023.** Versão atualizada. Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Araguaína.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. 1. E2d. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília – DF: 11 nov. 2009.

Disponível no site:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acessado em 17 de junho de 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível no site: <[L8069 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1990/08/08069.htm)>.

Acessado em: 15 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 10.257/2001**. Estatuto da cidade: estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF, 2016. Disponível no site:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm>. Acessado em: 31 janeiro de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.960, de 19 de dezembro de 2019**. Institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Brasília, BF, em 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. **Lei Nº 7.341, de 22 de outubro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. Brasília, BF, em 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. 437p.

BRASILIA. **Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Unesco, CONADA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2019.

BRASILIA. Lei Nº 13.484, de 26 de setembro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 776, de 2017. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, 26 de setembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13484.htm#art1>. Acessado em: 13 de fevereiro de 2022.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**/John Bowlby; com a colaboração de Mary D. Salter Ainsworth; tradução Vera Lúcia Baptista de Sousa e Irene Rizzini. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**; tradução Álvaro Cabral; revista da tradução Luis Lorenzo Rivera. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de psicanálise**. Roland Chemama. trad. Francisco FrankeSettineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

CNPI. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. **O bairro e o desenvolvimento integral na primeira infância [livro eletrônico]** / Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2021. 1,7 Kb; PDF ISBN 978-65-993325-7-9 (e-book) 1. Crianças - Desenvolvimento 2. Política pública I. Título 21-0001 C

CRUZ, Luciana R.; BORGES, Thelma P. Infância e Pobreza em Araguaína/TO na pandemia da COVID-19. Revista BARU - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos. Goiânia, v. 7, n.2, p. 24, nov., de 2021.

CT. Conselho Tutelar Polo II Araguaína/TO. Relatório de Atendimento 2018-2019.

DIAS, Mariana Simone. FERREIRA, Bruna Ramos. **Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea**. Revista Brasileira Estudos Urbanos Regionais. V. 17, N. 3, p. 118 a 133, Recife, Set./Dez. 2015.

DIDONET, Vital. Trajetória dos direitos da criança no Brasil – de menor e desvalido a criança cidadã, sujeito de direitos. In: BRASILIA. **Caderno de trabalhos e debates: Primeira Infância - Avanço do Marco Legal da Primeira Infância**, Brasília, 2016, p. 60 - 75.

DIDONET, Vital. Entrevista com Vital Didonete Falando sobre a Primeira Infância. **Almeida e Silva**. Disponível no site: < <http://consultoriaprimeirainfancia.com/entrevista-com-vital-didonet-falando-sobre-primeira-infancia/>>. Acessado em: 31 janeiro de 2021.

Duarte, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba: Ibplex, 2013.

EME; REDMAS; PROMUNDO. **Programa P: Manual para o exercício da paternidade e do cuidado**. Cultura Salud/EME, REDMAS, Instituto Noos, Instituto Promundo, 2014.

FRANÇA, R. M. P.; ROCHA, Z. **Por uma ética do cuidado na psicanálise da criança**. *Psicol. USP*. vol.26. n.3. São Paulo. set./dez. 2015. p. 414-422.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2021**. Disponível no site: <[cenario-da-infancia-e-da-adolescencia-2021.pdf \(fadc.org.br\)](#)>. Acessado em: 01 de junho de 2021.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente. Cenário da Infância. Populações**. Disponível no site: <[População - Observatório da Criança e do Adolescente \(observatoriocrianca.org.br\)](#)>. Acessado em: 01 de junho de 2021.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente. Cenário da Infância. Sobrevivência infantil na infância**. Disponível no site: <<https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/sobrevivencia-infantil-infancia>>. Acessado em: 01 de junho de 2021.

FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER. **Guia Urban95 ideias para ação. Porque focar na primeira e primeiríssima infância**. Iniciativa da Fundação Bernard Van Leer. bernardvanleer.org/u95-sk. Tradução Fundação Bernard Van Leer. 07 de outubro de 2019. 97p.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. Infográfico “10 razões para investir na Primeira Infância”. Fundação Maria Cecília Souto Vidgal, 2016. Disponível no site: <<https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/se-mudarmos-o-comeco-da-historia-mudamos-a-historia-toda/?s=heckman>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2021.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Primeira Infância no Município - Araguaína**. Disponível no site: <<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>>. Acessado em: 29 de maio de 2021.

FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Primeiríssima Infância: Interações na Pandemia: Comportamentos de pais e cuidadores de crianças de 0 a 3 anos em tempos de Covid-19. 2021**. Disponível no site: <<http://www.fmcsv.org.br>>. Acessado em: 16 de janeiro de 2022.

GARRAFA, Thais. Os pais chegam antes. Discutir a adoção de crianças a partir de três anos evidencia riscos e desafios na constituição da parentalidade. *In: IACONELLI, Vera. Dossiê Parentalidade e Vulnerabilidades. Condições, impasses e saídas no exercício da parentalidade em nossa época. CULT Revista Brasileira de Cultura*, São Paulo-SP, ed. 251, ano 22, p. 18 – 39, nov. 2019. ISSN: 1414707-6.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Lígia. **Por que a Amazônia é o pior lugar do Brasil para ser criança**. In: BBC News. 05 nov. 2019, 07h43. Disponível no site: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/05/por-que-a-amazonia-e-o-pior-lugar-do-brasil-para-ser-crianca.ghtml>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

HECKMAN, James. **James Heckman muda a equação para a prosperidade americana**. 2013.

HECKMAN, James. **Return on Investment in Birth-to-Three Early Childhood Development Programs**. Heckman. The economics of human potencial. September 6, 2018.

HECKMAN, James. **The Economics of Inequality**. The Value of Early Childhood Education. American Educator. Spring. 2011.

IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. **Guias para o desenvolvimento de bairros amigáveis à Primeira Infância**. 2021. Publicação: Fundação Bernard Van Leer. Guia-1_Estruturação-de-políticas-públicas/Guia-2_Manual-de-políticas-públicas/Guia-3_Diretrizes-para-desenho-urbano/Guia-4_Indicadores-para-monitoramento. Disponível no site: <<https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/guias-para-o-desenvolvimento-de-bairros-amigaveis-a-primeira-infancia-bapis/>>. Acessado em 05 de fevereiro de 2022.

IACONELLI, Vera. Dossiê Parentalidade e Vulnerabilidades. Condições, impasses e saídas no exercício da parentalidade em nossa época. **CULT Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo-SP, ed. 251, ano 22, p. 18 – 39, nov. 2019. ISSN: 1414707-6.

IACONELLI, Vera. Entrevista com Vera Iaconelli: Psicanálise e parentalidade. **Quintal Amendola**. 2019. (1h37min38s). Disponível no site: <<https://www.youtube.com/watch?v=k3lOYxqCFGU>>. Acessado em 01/04/2021.

IACONELLI, Vera. Sobre as origens: muito além de mãe. In: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Parentalidade**. Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades IBGE/População de Araguaína Tocantins. 2021. Disponível no site: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível no site: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao>>. Acessado em 04 de junho de 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Catálogo, nº 101678, ISBN: 9788524045110, Rio de Janeiro, Editora do IBGE, 2019. Disponível no site: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>>. Acessado em 15 de janeiro de 2021.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível no site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acessado em 31 ago. de 2021.

IBGE. **Família e Domicílio, Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=14881&t=resultados>>. Acessado em: 08 out. 2021.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades: 2018**. Disponível no site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2022.

KEHDY, Roberta Wanderley. **Quando não há aldeia para criar uma criança. Invisibilidade e visibilidade: paradoxo da parentalidade em situações de vulnerabilidade de laço social**. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Laço**. Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 2. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2000.

KERN, Leslie. **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**/Leslie Kern; [tradução de] Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KEHDY, Roberta Wanderley. **Redes de apoio: cuidar de pais na chegada de um filho**. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Laço**. Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 2. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2000.

LEITE, J. D.; PACÍFICO FILHO, M. M.; MORAIS, I. O. de. Praça das nações e parque ecológico Cimba em Araguaína/TO: espaços públicos na Amazônia Legal. **Revista Cerrado**. Montes Claros/MG, vol. 18, n. 02, p. 100 – 122, jul./dez.-2020.

LEITE, J. D.; PACÍFICO FILHO, M. M.; PIRES, M.C. Araguaína/TO: cidade e discurso na Amazônia Brasileira. O caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. **Cidades, Comunidades e Territórios** [online], 42 (Jun/2021), pp. 129–145. Conservação e reabilitação urbana. URL: <http://journals.openedition.org/cidades/4013>

Pacífico Filho, M., Borges, T. P., Teles, M. P. L., & Cançado, A. C. (2020). **Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades**. *Redes (St. Cruz Do Sul Online)*, 25(4), 1477-1503. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15139>. Disponível no site: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15139>>. Acessado em: 27 de fevereiro de 2022.

PACÍFICO FILHO, Miguel et al. Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1477-1503, nov. 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em:< <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15139>>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

Parecer CNE/CEB no 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009, revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-aeducacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados>. Acessado em 23 de janeiro de 2022.

PITLIUK, Lia. Winnicott e os desafios da parentalidade. *In*: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Laço**. Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 2. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2000.

PONNOU, Sébastien. O sujeito na cidade: psicanálise, laço social e invenção. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 46, n. 1, 2021.

QUEIROZ, Mariana. **Cresce 126% a entrega voluntária de crianças no RJ em um ano, mostra levantamento do MPRJ**. Jornalismo G1 de 24/092021/GloboNews. Disponível no site: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/09/24/cresce-126percent-a-entrega-voluntaria-de-criancas-no-rj-em-um-ano.ghtml>>. Acessado em 22 de janeiro de 2021.

RNPI. **Guia para a elaboração de planos municipais pela primeira infância** / Rede Nacional Primeira Infância. Salvador: UNICEF, 2011.

RNPI. **Plano Nacional pela Primeira Infância: 2010–2022|2020–2030**. Brasília (DF), 20 de junho de 2020.

SANDES, Marcos. Araguaína 61 Anos. *In*: **Revista Cenáriun**. Ano 10. N. 51. Bimestral nov/dez. 2019.

SANTOS, Roberto Santos. A construção da Rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**. Vol.20, n.3, p.97-114, set-dez 2017, INSS 1516-6481 / 2179-7536.

SANTOS, Washington dos. S337 Dicionário jurídico brasileiro / Washington dos Santos. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 340 p. - 15,5 x 22,5 cm. ISBN 85.7308-458-8.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. A geografia regional do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2020. 512p.

SOUSA, Glenda Carvalho de. **Espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Araguaína – TO na perspectiva do desenvolvimento social.** Dissertação de mestrado. PPGDire: 2021.

SPITZ, R. **Hospitalism: An Inquiry Into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood.** *Psychoanalytic Study of the Child*, n. 1, p. 53-74, 1945.

TEPERMAN, Daniela. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. *In*: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Parentalidade.** Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

TOCANTINS. Lei nº 2.060, de 17 de junho de 2009. Publicado no diário oficial nº 2.914 (declara Capital Tocantinense do Boi Gordo e município de Araguaína). Disponível no site: <<https://al.to.leg.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=86>>. Acessado em: 24/04/2021.

TOREZAN, Zélia C. F.; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Rev. Mal-estar e subjetividade.** Fortaleza, vol 11, n.º 2, p. 525-554, 2011.

WEINBERG, Monica. James Heckman e a importância da educação infantil. Revista Veja, 22 set. 2017, Edição n. 2549. Disponível no site: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/james-heckman-nobel-desafios-primeira-infancia/>>. Acessado em: 15 nov. 2021.

UNICEF. **Agenda pela infância e adolescência na Amazônia.** 2018.

UNICEF. **Dia da Amazônia. Conheça a situação da infância na Amazônia Legal. Análise do UNICEF mostra os principais desafios para as crianças e os adolescentes que vivem na região.** 05 setembro 2019. Disponível no site: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dia-da-amazonia-conheca-situacao-da-infancia-na-amazonia-legal>>. Acessado em: 29 de maio de 2021.

UNICEF. **Primeira infância: 12 passos para um desenvolvimento integral.** Unicef para cada criança. Brasília/DF.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância. Crianças em um Mundo Urbano.** 2012.

UNICEF. Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes. Outubro 2020. Disponível no site: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/impactos-primarios-e-secundarios-da-covid-19-em-criancas-e-adolescentes>>. Acessado em: 15/01/2021.

URBAN 95. **Jornada Urban95 2021. O que aconteceu nas 11 novas cidades da rede.** Trilhas Formativas / Cidades e Infâncias. Fundação Bernard Van Leer. Publicação CECI. 2021. Disponível no

site:<<https://urban95.org.br/wpcontent/uploads/2022/01/jornadaurban95novascidades.pdf>>. Acessado em 30 de janeiro de 2021.

URBAN95. **Principais eixos. Qual é o foco da Urban95.** Disponível no site: <https://urban95.org.br/principais-eixos/>. Acesso em: 05/03/2022.

URBAN95. **Urban95 Starter Kit: ideias para ação.** Urban95-Starter-Kit_PT_2020_single-pages.pdf. Publicação: Fundação Bernard Van Leer. 2019. Disponível no site:<<https://bernardvanleer.org/pt-br/publications-reports/an-urban95-starter-kit-ideas-for-action/>>. Acessado em 05 de fevereiro de 2022.

ZORNIG, Silvia M. A.-J. **Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade.** Tempo Psicanalítico. Rio de Janeiro, vol. 42, 2, p. 453-470, 2010.

APÊNDICE 1 – QUADRO SUPLEMENTAR

Quadro S1 – Bairros e demais núcleos populacionais de Araguaína Tocantins

BAIRROS E DEMAIS NÚCLEOS POPULACIONAIS DE ARAGUAÍNA TOCANTINS			
Bairros:			
<ul style="list-style-type: none"> - Bairro da Cimba - Barra da Grota - Boa Sorte - Conjunto Residencial Patrocínio - Conjunto Urbanístico - Daiara - Dom Orione - Eldorado - Jardim Beira Lago - Jardim Bounganville - Jardim Califórnia - Jardim das Palmeiras - Jardim dos Ipês I - Jardim dos Ipês II - Jardim dos Ipês III - Jardim Esplanada - Jardim Filadélfia - Jardim Flores - Jardim Garavelo Sul - Jardim Goiás - Jardim Itália - Jardim Mansões Palmeiras - Jardim Paulista - Jardim Pedra Alta - Jardim Santa Helena - JK - Loteamento Alaska - Loteamento Araguaína Sul - Loteamento Barros - Loteamento Boa Vista - Loteamento Castelo Branco 	<ul style="list-style-type: none"> - Loteamento Céu Azul - Loteamento Costa Esmeralda - Loteamento Couto Magalhães - Loteamento Cruzeiro - Loteamento de Fátima - Loteamento Dona Nêlcia - Loteamento Jardim América - Loteamento Jardim do Lago - Loteamento Jardins Mônico - Loteamento Jardins Siena - Loteamento José Ferreira - Loteamento Liberdade - Loteamento Manoel Cardoso - Loteamento Manoel Gomes da Cunha - Loteamento Mansões do Lago - Loteamento Maracanã - Loteamento Martins Jorge - Loteamento Monte Sinai - Loteamento Nova Araguaína - Loteamento Pampulha - Loteamento Panorama - Loteamento Park Primavera 	<ul style="list-style-type: none"> - Loteamento Parque do Lago - Loteamento Pedro Borges - Loteamento Planalto - Loteamento Presidente Costa e Silva - Loteamento Recanto do Lago - Loteamento Santa Mônica - Loteamento São Francisco - Loteamento São Luiz - Loteamento São Miguel - Loteamento São Pedro - Loteamento Vila Azul - Morada do Sol - Morada do Sol 2 - Morada do Sol 3 - Parque Bom Viver - Parque Sonhos Dourados - Parque Vale Araguaia - Residencial Belchior - Residencial Camargo - Residencial Itaipu - Residencial Jardim Europa - Residencial Topázio - Senador - Santa Mônica - Santa Terezinha - São João - Setor Aeroviário - Setor Alto Bonito - Setor Ana Maria 	<ul style="list-style-type: none"> - Setor Anhangüera - Setor Bela Vista - Setor Belo Horizonte - Setor Brasil - Setor Carajá - Setor Central - Setor Coimbra - Setor de Telecomunicações - Setor George Yunes - Setor Itatiaia - Setor Novo Horizonte - Setor Oeste - Setor Palmas - Setor Raizal - Setor Rodoviário - Setor Sul - Setor Tereza Hilário - Setor Tiuba - Setor Tocantins - Setor Universitário - Vila Aliança - Vila Boa - Vila Cearense - Vila Couto Magalhães - Vila Ferreira - Vila Goiás - Vila Norte - Vila Nova - Vila Ribeiro - Vila Rosário - Vila Santa Luzia - Vila Santiago - Vila União
Localidades:			
<ul style="list-style-type: none"> - Água Amarela - Assentamento Npa I - Caracol 	<ul style="list-style-type: none"> - Cerâmica Divino Pai Eterno - Garimpinho - Povoado Gurgueia 	<ul style="list-style-type: none"> - Povoado Sudam - Projeto Alegre 	
Povoados:			
<ul style="list-style-type: none"> - Barra do Grota - Brasilândia - Cocalândia - Cocalinho 	<ul style="list-style-type: none"> - Correinha - Escondido - Ilha Barreira Branca - Jussara 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo Horizonte - Pé da Serra - Pedro Ludovico - Peixe 	<ul style="list-style-type: none"> - Pilões - Pontes - Porãozinho - Porto Lemos - Vênus

Fonte: Mundo Brasileiro de Informações – MBI (s/a, s/d). Quadro adaptado pela autora (2022).

APÊNDICE 2 – TABELAS SUPLEMENTARES

Tabela S1 - Número de acolhimentos mensal na C.A.A.C.T.L. e na C.L.: bebês, crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, ano 2008 a 2021

ANO	MÊS												QUANTIDADE
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2008	--	--	--	--	02	03	11	06	10	14	18	24	88
2009	24	26	27	33	30	33	36	29	24	19	19	19	319
2010	16	13	21	20	20	21	19	19	22	26	25	24	246
2011	21	22	22	27	28	25	26	20	23	0*	23	29	266
2012	26	23	25	26	31	32	27	32	36	33	27	30	348
2013	31	25	29	32	27	27	26	32	37	35	36	32	369
2014	32	35	33	40	35	28	36	33	30	32	43	30	407
2015	34	36	28	29	33	27	25	31	27	26	26	32	354
2016	38	32	36	32	31	38	29	31	39	44	43	34	427
2017	24	25	22	18	28	24	19	23	15	20	31	41	290
2018	41	25	29	31	34	39	42	40	42	42	41	53	459
2019	33	39	33	26	35	36	39	37	35	35	36	42	426
2020	34	33	43	42	44	43	43	46	46	42	45	43	504
2021	37	41	42	45	42	44	39	34	35	34	26	33	452
													4.955

Fonte: Consolidado dos acolhimentos da Casa Ana Caroline Tenório & Casa Lar / Meninos e Meninas. Adaptado pela autora (2022). *0 (numeral zero): corresponde a ausência de dados e acolhimentos no mês.

Tabela S2 - Número de acolhimentos mensal da primeira infância, em Araguaína: bebês e crianças pequenas de até 06 (seis) anos de idade, ano 2008 a 2021

ANO	MÊS												QUANTIDADE
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2008						01	05	0*	01	06	06	05	24
2009	0*	02	01	03	03	03	07	05	05	04	04	06	43
2010	05	07	08	07	07	08	06	05	08	08	06	06	81
2011	07	05	06	08	07	09	11	11	11	10	08	06	99
2012	06	06	06	03	06	07	05	04	08	09	06	04	70
2013	05	08	11	12	09	09	11	12	14	11	13	11	126
2014	10	13	07	10	10	05	07	07	07	03	10	11	100
2015	17	11	08	07	09	04	06	07	06	06	08	14	103
2016	19	16	18	16	07	12	09	09	15	10	11	09	151
2017	05	05	04	05	11	08	07	08	03	04	07	09	76
2018	08	08	07	07	09	07	12	11	09	12	10	14	114
2019	07	09	09	05	06	06	08	06	07	07	07	13	90
2020	11	10	14	15	16	15	16	17	17	13	14	13	171
2021	12	15	17	16	12	15	10	11	9	11	6	8	142
													1390

Fonte: Elaboração da autora, 2022. *0 (numeral zero): corresponde a ausência de dados e acolhimentos no mês.

Tabela S3 - Número de acolhidos em Araguaína: bebês e crianças pequenas de até 06 (seis) anos de idade, ano 2008 a 2021

ANO	MÊS												QUANTIDADE
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2008	--	--	--	--	--	01	05	0*	01	06	05	01	19
2009	0*	02	01	03	02	01	04	02	01	0*	01	03	20
2010	02	02	02	01	0*	02	01	01	03	02	0*	01	17
2011	02	01	01	02	01	02	04	0*	01	0*	0*	04	18
2012	0*	0*	02	0*	03	04	0*	02	04	03	0*	0*	18
2013	01	04	04	04	01	03	03	02	06	04	05	02	39
2014	01	04	0*	03	02	0*	03	02	01	0*	08	02	26
2015	08	0*	01	0*	03	01	02	01	0*	0*	02	06	24
2016	05	02	03	0*	01	05	02	02	07	02	05	02	36
2017	05	01	0*	01	06	01	03	04	01	02	04	03	31
2018	04	04	03	01	04	01	06	04	03	05	04	07	46
2019	0*	02	0*	01	02	0*	03	01	02	0*	01	08	20
2020	0*	01	04	03	03	0*	01	01	01	01	03	01	19
2021	0*	03	02	0*	01	03	0*	03	0*	02	01	04	19
													352

Fonte: Elaboração da autora, 2022. *0 (numeral zero): corresponde a ausência de dados e acolhimentos no mês.

APÊNDICE 3 – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS LOTEAMENTO DE MAIOR INCIDÊNCIA DA VULNERABILIDADE PARENTAL					
N.	VARIÁVEIS DE CONFORTO PARENTAL	SIM	NÃO	PARCIAL	DESCRIÇÃO INTERVENÇÕES
01	Água potável, e coleta de lixo				
02	Ambiente físico, seguro e estimulante que possa ser explorado				
03	Áreas sombreadas				
04	Bairro caminhável				
05	Banheiros com sabonete				
06	Banheiros com torneiras e água corrente funcionando				
07	Banheiros em condições adequadas de higiene				
08	Banheiros familiares com livre acesso a homens e a mulheres				
09	Banheiros públicos com espaço apropriado para trocar crianças				
10	Bebedouro				
11	Brinquedos (parquinho) seguro				
12	Calçadas largas				
13	Ciclovias				
14	Desenho da rua que obrigue a diminuição da velocidade de carros				
15	Deslocamentos ativos às escolas				
16	Espaço adequado para lavar frutas, mamadeiras, bicos, mãos, etc.				
17	Espaço com micro-ondas para aquecer mamadeiras e papinhas				
18	Espaço estruturado para brincar				
19	Iluminação pública				
20	Local adequado para amamentar				
21	Mobiliário para descanso				
22	Ocorrências de trânsito				
23	Paisagens verdes: acesso e contato à natureza (árvores, gramas, lago)				
24	Passagem elevada para pedestre				
25	Pontos de ônibus cobertos, estimulantes e que possam ser explorados				
26	Proteção de chuva e sol				
27	Proximidade de áreas verdes (População a 15 minutos de áreas verdes)				
28	Proximidade dos equipamentos				
29	Ruas de lazer				
30	Ruas educativas e desenhos nos muros/paredes				

Fonte: Variáveis citadas no Guia 04: Indicadores para monitoramento. Guia para o desenvolvimento de bairros amigáveis à Primeira Infância. Instituto Arquitetos do Brasil (2021). Adaptado pela autora (2022).

ANEXOS

CONSELHO TUTELAR		
ÁREAS DE ABRANGÊNCIAS		
POLO I		
<ul style="list-style-type: none"> • ALASKA • ALASKA 2ª. ETAPA • ANA MARIA • ANHANGUERA • ARAGUAÍNA SUL • BAIRRO SÃO JOÃO • BELA VISTA • BELA VISTA 2ª. ETAPA • BRASIL • CASTELO BRANCO • CENTRO • CIMBA • COIMBRA • CONDOMÍNIO CAPITAL RESIDENTE • COUTO MAGALHÃES • COSTA ESMERALDA • CRUZEIRO • DOM ORIONE • DOM ORIONE 2ª. ETAPA • DOM ORIONE 3ª. ETAPA • VILA GOIÁS • VILA MARANHÃO • VILA BRASIL 	<ul style="list-style-type: none"> • DONA NÉLCIA • ENTRONCAMENTO • FEIRINHA • GEORGE YUNES • IMACULADA CONCEIÇÃO • ITAPUAN • JARDIM BOUGANVILLE • JARDIM DAS FLORES • JARDIM DAS MANGUEIRAS • JARDIM ESPLANADA • JARDIM GOIÁS • JARDIM MÓNACO • LUIZ VINHAL • MANOEL CARDOSO • MARACANÃ • MARTINS JORGE • MORADA DO SOL • MORADA DO SOL 2ª. ETAPA • MORADA DO SOL 3ª. ETAPA • NEBLINA • VILA NORTE • VILA NOVA • VILA ALIANÇA 	<ul style="list-style-type: none"> • NOROESTE • OESTE • PARQUE BOM VIVER • PATROCÍNIO • PLANALTO • RAIZAL • RODOVIÁRIO • SANTA RITA • SÃO LUÍS • SÃO MIGUEL • SÃO PEDRO 1ª. ETAPA • SÃO PEDRO 2ª. ETAPA • SENADOR • TEREZA HILÁRIO RIBEIRO • UNIVERSITÁRIO • URBANÍSTICO • URBANO • VILA COUTO MAGALHÃES • VILA DA PAZ • VILA DERTINS • VILA PIAUIENSE • VILA SANTIAGO • VILA BETEL
POLO II		
<ul style="list-style-type: none"> • ÁGUA AMARELA • BAIRRO CÉU AZUL • BAIRRO DE FATIMA • BAIRRO ELDORADO • BAIRRO JK • BAIRRO NOVA ARAGUAÍNA • BAIRRO NOVO HORIZONTE • BAIRRO SANTA LUZIA • BAIRRO SANTA TEREZINHA • BAIRRO VILA RIBEIRO • BARRA DA GROTA • CHACARA Nº89 • CHACARA SANTO ANTONIO JK • CONDOMÍNIO DO LAGO • DAIARA • JARDIM BEIRA LAGO • JARDIM BELO • JARDIM DAS PALMEIRAS • JARDIM DEUS É FIEL • BR 153 COMPREENDENDO O SETOR PONTE LADO ESQUERDO • JARDIM DOS IPÊS • JARDIM EUROPA 	<ul style="list-style-type: none"> • JARDIM FI LADELFA • JARDIM FLAMBOYANT • JARDIM GARAVELHO SUL • JARDIM ITATIAIA • JARDIM PARAISO • JARDIM PAULISTA • JARDIM PEDRA ALTA • JARDIM SANTA HELENA • JARDIM SANTA MONICA • JARDIM SIENA • LAGO AZUL I, III E IV • LOTEAMENTO BEIRA LAGO • LOTEAMENTO LIBERDADE • LOTEAMENTO PEDRO BORGES • MANSÕES DO LAGO • MONTE SINAI I E II • PARQUE DO LAGO • PARQUE PRIMAVERA (TIUBA II) • PARQUE SONHOS DOURADOS • RECANTO DO LAGO • RESIDENCIAL CAMARGO • SETOR ALTO BONITO • SETOR BARROS 	<ul style="list-style-type: none"> • SETOR BOA SORTE • SETOR CARAJAS • SETOR CONSTRUINDO UM SONHO • SETOR ITAIPU • SETOR JOSE FERREIRA • SETOR PONTE • SETOR TECNORTE • SETOR TIUBA • SETOR TOCANTINS • SETOR VENEZA • SETOR VITORIA • SETOR XIXEBAL • TODA ZONA RURAL (ASSENTAMENTOS E POVOADO GARIMPINHO, PILÕES...) • VILA AZUL I E II • VILA CEARENCE • VILA NOVA • SETOR SUL • CIDADE NOVA • GARAVELHO

Áreas de abrangência do Conselho Tutelar: polo I e polo II, em Araguaína Tocantins

Fonte: Conselho Tutelar, Araguaína, 2022.

OFÍCIO Nº 825/2021/GAB/SEMASTH.

Araguaína, 12 de agosto de 2021

A Sua Senhoria o Senhor

JOÃO DE DEUS LEITE

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – Universidade Federal do Tocantins/Câmpus de Araguaína

A Sua Senhoria a Senhora

LUCIANA RIBEIRO DA CRUZ

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – Universidade Federal do Tocantins/Câmpus de Araguaína

Prezados,

Considerando o OFÍCIO Nº 012/2021- PPGDire/UFNT, em que se solicita autorização para que a Mestranda Luciana Ribeiro da Cruz tenha acesso a informações relacionadas a crianças atendidas pela Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório;

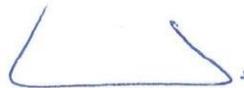
Após a análise do pleito, *manifestamo-nos pela autorização à realização da pesquisa*, no que se refere a diálogos com a equipe da referida instituição, sob a coordenação da representante do órgão, a servidora Gilliana Zeferino Leal Mendes, bem como às informações e dados pertinentes ao assunto, *respeitadas as questões de sigilo impostas pelos atos normativos*.

Esta autorização não estende o acesso dos pesquisadores aos assistidos pela Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, tampouco às pessoas que possuem vínculos familiares com os assistidos,

Ademais, fica estabelecido que, a partir do dia 23/08/2021, a mestranda poderá se apresentar à coordenação da Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório, com este ofício em mãos. Colocamos à disposição os seguintes contatos para dirimir quaisquer dúvidas: 3411-5636 e 63 9231-2942 (falar com Gilliana).

Nada mais havendo a tratar, renovamos votos de estima e nos colocamos à disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,



JOSÉ DA GUIA PEREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Portaria nº 09, 01/01/2021



APENSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO MESTRADO ACADEMICO EM DEMANDAS
POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS – PPGDIRE

INTERESSADAS: Sra. Luciana Ribeiro da Cruz - Discente PPGDire
 Dra. Thelma Pontes Borges – Docente PPGDire

REFERÊNCIA: Apenso da dissertação intitulada: Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal.

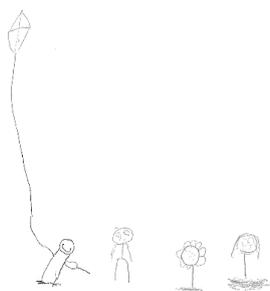


Imagem: criança L. A. C
 5 anos de idade

Ementa: circunscrições da importância da arquitetura urbana da cidade para com o desenvolvimento infantil e para o fortalecimento da parentalidade.

I – RELATÓRIO

Enuncia-se primeira infância o período compreendido desde a gestação até os seis anos (ou 72 meses) de vida do bebê e da criança. Fase comprovada em evidências científicas e por especialistas, como um período de possibilidades únicas e peculiares, a denominada janela de oportunidades, em virtude do célere desenvolvimento das estruturas e dos circuitos cerebrais, ocorrido nos períodos iniciais da existência.

Considerando a criança enquanto um sujeito de direito, o presente apenso tem como objetivo elucidar sobre uma primeira infância priorizada na cidade, outrossim expor a importância de posicionar o sujeito infantil enquanto âmago dos cuidados executivos e das políticas públicas urbanas.

A experiência e a vivência do *infans* na sua condição simbólica do desenvolvimento e da subjetividade, assim como, nos seus primeiros seis natalícios, em um bairro e concomitante em uma cidade planejada, apresenta impactos plausíveis sobre toda a sua vida futura e sobre as próximas gerações. Pensar e arquitetar a cidade para a primeira infância é idealizar uma cidade que acolhe e que age em prol de toda a sua população, bem como para todas as pessoas.

II – ANÁLISES:

Considerando os pequenos municípios de Araguaína – TO, vimos, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, na qualidade de partícipes da sociedade civil, militantes da primeira infância e pesquisadoras do Programa de Pós Graduação em Demanda Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGDire/UFNT), partilhar com a gestão municipal, evidências científicas que revelam a importância da arquitetura urbana da cidade para com o desenvolvimento infantil e para o fortalecimento da parentalidade.

O desenvolvimento da criança na primeira infância, peculiarmente, já é uma tônica aprovada pela gestão municipal, por isto, nosso anseio de instar, para mais, um olhar sensível ao que diz respeito as questões voltadas ao crescimento e ao bem-estar dos pequenos cidadãos de Araguaína, concomitante, aos seus respectivos cuidadores parentais. Na oportunidade, colocamo-nos a disposição, para juntos, militarmos frente a estes compromissos, fortalecendo assim os programas e as políticas públicas urbanas voltadas a gestante e as crianças de até 72 meses de idade.

É de total conhecimento que a gestão municipal ao assumir, em 2021, o compromisso com as crianças e os adolescentes da nossa urbe²⁸, junto ao Fundo das Nações Unidas pela Infância - UNICEF, tem buscado dentre as suas inúmeras metas e ações, propiciar e melhorar as condições de vida não somente dos *infans*, mas de toda a população. De igual modo, é notório que os araguainenses estão inseridos em uma cidade média conhecida como a “cidade que não para”, com planos e projetos assertivos, a exemplo a proposta de revitalização da Avenida Conego João Lima com o “Calçadão Shopping”²⁹ e a criação da Unidade de Conservação/Parque Natural Municipal Cristo Redentor, dentre muitas outras obras de tamanha relevância. Algumas já entregues, outras, a serem implementadas. Contudo, com grande respeito e ombreadas a gestão, versamos que as melhorias necessitam alcançar a todos, de maneira particular os mais vulneráveis.

No que se refere a revitalização dos espaços da cidade de Araguaína, coaduna-se que “melhorias no planejamento urbano são fundamentais para indústria e comércio do município” (RODRIGUES, 2021). Acrescentamos aos descritos de Vossa Excelência que essas melhorias são imprescindíveis para o desenvolvimento infantil na primeira infância e para o

²⁸ <https://araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=5143>

²⁹ <https://araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not¬=noticias&id=4528>

fortalecimento de uma parentalidade positiva, assim como necessária para que os cuidadores parentais possam se dispor a seu sujeito do cuidado com maior tranquilidade e competências.

Aportes Legais como a Constituição Federal (CF, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) reconhecem o *infans* como prioridade absoluta. De igual modo, o Marco Legal da Primeira Infância, Lei N. 13.257, sancionada no dia 8 de março de 2016, referência o reconhecimento dos primeiros seis anos de vida. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, inclui em sua pauta discussões sobre a primeira infância e convoca a sociedade civil, a municipalidade, o governo e os diferentes atores que militam pela infância, a enxergar o bebê e a criança pequena em sua integralidade. É preciso olhar para todas as crianças de Araguaína, considerando suas diversidades e sua singularidades.

No tocante a legitimidade aportada, instamos uma oportunidade para que estas “melhorias no planejamento urbano” sejam, também, visualizadas a uma altura de uma criança da primeiríssima infância, ou seja, a uma altura de 95 cm³⁰. Pensar na criança da primeira infância, é pensar no futuro, na economia do país e em toda sociedade (URBAN95, 2019).

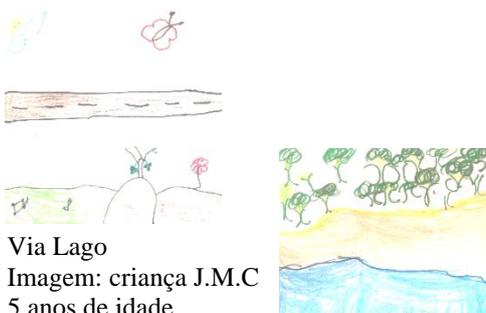
Nesse ínterim, fundamentados em iniciativas como a da Rede Urban95 e na pesquisa intitulada “Planejamento Urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal”, segue pontos considerados necessários de intervenções e de investimentos com políticas públicas urbanas. Em tempo, esclarece-se que não se tratam de novas implementações, mas sim de (re)adequações, inserções e (re)organização dos espaços e da infraestrutura urbana. Um (re)desenho da cidade, pensado nos bebês, crianças pequenas e em seus cuidadores – BCCs.

Esperançosos que os pontos elencados, com foco na dinâmica urbana de Araguaína, de maneira particular, no uso dos espaços utilizados por famílias com crianças da primeira infância em seus deslocamentos e permanência nos espaços abertos, livres e brincantes (parques e praças), alcance o olhar sensível e a aprovação de Vossa Senhoria, bem como sejam incluídas nos planos e projetos dos arquitetos, engenheiros e urbanistas que estão ombreados com a nossa gestão.

Assim, findamos nossos cumprimentos registrando o respeito e a admiração pela gestão e pelo trabalho executado por Vossa Excelência. Na oportunidade, ratificamos nosso desejo de

³⁰ O que você mudaria em sua cidade se a experimentasse a partir de uma perspectiva de 95cm? Disponível em: <https://urban95.org.br/#:~:text=Uma%20iniciativa%20global%20que%20busca,tem%20at%C3%A9%2095cm%20de%20altura.>

que a primeira infância seja incluída, nas questões urbanas, na mobilidade e nos espaços públicos da nossa cidade.

	INTERVENÇÕES, AMPLIAÇÕES DE CONFORTO E BEM-ESTAR	POSSÍVEIS SOLUÇÕES TÉCNICAS
MOBILIDADE URBANA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	<p>Acessibilidade e segurança para que as crianças e seus cuidadores parentais possam realizar trajetos e deslocamentos não motorizados (bicicleta, carrinho de bebê, triciclo e rotas a pé) entre suas residências, os equipamentos públicos comunitários, os serviços, os espaços verdes, de lazer, abertos e brincantes. Ainda, dentro dos espaços da cidade.</p>  <p>Rua e pracinha perto da casa Imagem: criança T. M. A. S 05 anos de idade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Calçadas largas, acessíveis e livres de barreiras arquitetônicas, incluindo tanto a acessibilidade para o cadeirante quanto para um carrinho de bebê; ▪ Intensificação de placas e pintura de trânsito: sinalização de faixas de pedestre, intensificação de placas de trânsito (redução de velocidade e redução de ruídos) e placas de identificação, nas proximidades dos espaços públicos de lazer (Parque Cimba, Via Lago, Calçada Shopping, dentre outros), dos equipamentos públicos comunitários (CEIs/Creches/Escolas Municipais e Unidade Básica de Saúde - UBS), das áreas verdes e brincantes, dentre outros; ▪ Intensificação da arborização urbana entre os transito e os deslocamentos; ▪ Iluminação; ▪ Bancos para descanso e de comodidade de um bebê conforto, a uma altura de uma criança da primeira infância, entre os deslocamentos de pessoas e bens; ▪ Transporte urbano: pontos de ônibus cobertos, identificados, atrativos para a primeira infância e nas proximidades dos equipamentos.
ESPAÇOS LIVRES, VERDES, ABERTOS E BRINCANTES	<p>Crianças e seus cuidadores necessitam de condições para que possam interagir, socializar, estabelecer relações com a natureza, fortalecer os laços parentais, frequentar, utilizar e permanecer por um determinado período de tempo nos espaços públicos: ruas, praças, parques, áreas verdes, lagos e o entorno escolar. Eles precisam de ambientes urbanos estimulantes, confortáveis, seguros, acessíveis, saudáveis e que apresentem apoio aos cuidadores.</p>  <p>Via Lago Imagem: criança J.M.C 5 anos de idade</p> <p>Prainha da Via Lago Imagem: criança F.R.M 5 anos de idade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de fraldários; ▪ Implementação de banheiros públicos; ▪ Implementação de pias para que os cuidadores possam lavar as chupetas e outros utensílios de necessidade do bebê; ▪ Bancos com cobertura para que os cuidadores parentais possam aguardar o brincar da criança; ▪ Bancos para descanso e de comodidade de um bebê conforto, a uma altura de uma criança da primeira infância; ▪ Zeladoria e conservação das ruas com prioridades nos deslocamentos das residências ao acesso aos serviços ofertados nos equipamentos públicos comunitários da cidade; ▪ Implementação de parques naturalizados; ▪ Reforma e manutenção das pracinhas (espaços de encontros e do brincar) dos setores e bairros; ▪ Ambientes urbanos seguros e saudáveis que dão apoio a cuidadores ▪ (Re)adequar os espaços para a primeira infância nas praças e parques existentes, com parquinhos, brinquedos adequados à idade das mesmas e apoio aos cuidadores parentais.